



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO

RUTHANE SARAIVA DA SILVA

ILHAS AO SUL DA GRANDE BELÉM - PARÁ:
dimensões socioambientais de comunidades insulares

Belém - Pará
2024

RUTHANE SARAIVA DA SILVA

ILHAS AO SUL DA GRANDE BELÉM - PARÁ:
dimensões socioambientais de comunidades insulares

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção de título de Doutora em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental.

Área de Concentração: Desenvolvimento Socioambiental

Orientadora: Profa. Dra. Rosa Elizabeth Acevedo Marin

Coorientadora: Profa. Dra. Eliana Teles Rodrigues

Belém - Pará
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S243i Silva, Ruthane Saraiva da
Ilhas ao Sul da Grande Belém - Pará: dimensões socioambientais de comunidades insulares / Ruthane Saraiva da Silva. — 2024.

186 f. : il. color.

Orientadora: Profa. Dra. Rosa Elizabeth Acevedo Marin

Coorientadora: Profa. Dra. Eliana Teles Rodrigues

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2024.

1. Vida ribeirinha - Ilhas ao Sul da Grande Belém (PA) - Condições sociais - Condições ambientais. 2. Comunidades insulares - Belém (PA). 3. Ilhas ao Sul da Grande Belém (PA) - Expansão territorial. 4. (In)Sustentabilidade. I. Título.

CDD 307.72098115

RUTHANE SARAIVA DA SILVA

ILHAS AO SUL DA GRANDE BELÉM - PARÁ:
dimensões socioambientais de comunidades insulares

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção de título de Doutora em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental.

Área de Concentração: Desenvolvimento Socioambiental

Orientadora: Profa. Dra. Rosa Elizabeth Acevedo Marin

Coorientadora: Profa. Dra. Eliana Teles Rodrigues

Aprovada em: 19/12/2023

Banca examinadora:

Profa. Dra. Rosa Elizabeth Acevedo Marin
Presidente/Orientadora – PPGDSTU | NAEA | UFPA

Profa. Dra. Eliana Teles Rodrigues
Coorientadora – PPGCIT /UFPA

Profa. Dra. Leila Mourão Miranda
Examinadora Externa – PPHIST | IFCH | UFPA

Profa. Dra. Jurandir Santos de Novaes
Examinadora Externa – ICESA | UFPA | PPGCSPA | UEMA

Prof. Dr. Márcio Douglas Brito Amaral
Examinador Externo Suplente – PPGEIO | IFCH | UFPA

Profa. Dra. Marilena Loureiro da Silva
Examinadora Interna – PPGDSTU | NAEA | UFPA

Prof. Dr. Ricardo Theophilo Folhes
Examinador Interno – PPGDSTU | NAEA | UFPA

Prof. Dr. Thales Maximiliano Ravena Cañete
Examinador Interno Suplente – PPGDSTU | NAEA | UFPA

Para Poliana, minha doce menina, uma dádiva de Deus em minha vida. Chegando no início do doutoramento conviveu com a escrita do texto. Dedico todo meu amor e gratidão a ti, minha filha.

Para meu avô Olívio Costa (*in memoriam*), pelos seus ensinamentos e cuidados.

AGRADECIMENTOS

A Deus, todo poderoso, minha luz e minha força em todas as horas do dia.

À Poliana Murtinho, por sua alegria e esperteza, fazendo com que o processo de doutoramento fosse mais leve e incentivando-me a concluir tão logo para que eu pudesse lhe conferir mais atenção, carinho e acompanhamento em suas brincadeiras e atividades.

À minha mãe Jacira da Silva, cujo apoio, cuidado e amor foram e são condições para seguir em frente, com quem tenho “dívidas” por uma vida inteira.

Ao Max Murtinho, pelo apoio, compreensão e paciência nos momentos em que não pude ser presença e não lhe conferir a atenção necessária.

Aos meus irmãos, Elias da Silva, Eloy da Silva, Espedito da Silva, prima-irmã Geisa Dias, tia Jacirene Saraiva e meu pai Benedito da Silva, pelo apoio e força.

À Deidiane Negrão, Kleyse Machado e Suzy Modesto, pelo auxílio no cuidado da minha menina quando bebê para que pudesse fazer as disciplinas e retornar às atividades laborais.

À Professora Dra. Rosa Acevedo Marin, que não deixou que eu desistisse do doutoramento quando eu estava disposta a tal. Agradeço pelo apoio e compreensão em minhas limitações teóricas, pela presteza na crítica da escrita e no aprofundamento das análises da tese. Ela não é responsável por erros evidentes ou ocultos do presente trabalho. Sou, profundamente, grata. Tem minha admiração e apreço.

À Professora Dra. Eliana Teles Rodrigues, por seu apoio e ensinamentos e por me acompanhar no trabalho de campo. Gratidão e admiração por sua presença em minha banca de qualificação e na coorientação deste trabalho. Obrigada pela generosidade em compartilhar experiências de pesquisa.

Aos moradores e moradoras das ilhas, que concederam entrevistas, principalmente, à senhora Maria Edina Costa Nascimento pelo acolhimento. Uma mulher empoderada e de gana.

À Maria do Socorro Barbosa, um presente que Deus colocou na Biblioteca do NAEA para coordenar, com competência, o trabalho desenvolvido. Muito obrigada pelo apoio, amizade, conselhos, incentivos e orações.

À Silvana Martins, pelos conselhos, orações, risadas, por sua sabedoria e conversas filosóficas. Grata sempre.

À Rafaela dos Santos, pela amizade e auxílio nas atividades da biblioteca.

Ao Albano Gomes, pelos registros fotográficos, pela amizade e apoio.

Às amigas de longa data: Socorro da Silva, Elaine Casseb, Juliana Bentes, Cristina Souza. Obrigada pela amizade, torcida e orações.

À Selma Pereira e Georgete Brasil, bibliotecárias da Superintendência da Amazônia (SUDAM), pelo acolhimento e incentivo e por disporem o espaço da biblioteca para os estudos.

Um agradecimento especial à Janise Viana, por suas palavras, testemunho, orações e incentivo em um momento de ansiedade e desespero.

À Universidade Federal do Pará (UFPA) e ao do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) na figura dos docentes, em especial, o Prof. Dr. Adagenor Lobato Ribeiro e o Prof. Dr. Armin Mathis pelos ensinamentos, apoio nessa jornada e na caminhada profissional; aos técnicos, em especial, os da secretaria do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), José Vieira e Josilene Ferreira, pela presteza e profissionalismo nos encaminhamentos das orientações e demandas solicitadas.

Aos membros da banca examinadora, pelas contribuições e observações: Profa. Dra. Leila Mourão Miranda, Profa. Dra. Jurandir Santos de Novaes, Profa. Dra. Marilena Loureiro da Silva e Prof. Dr. Ricardo Theophilo Folhes.

À coordenação do PPGDSTU, gestão de 2018-2022, Profa. Dra. Mirleide Bahia, Profa. Dra. Marcela Gonçalves, Prof. Dr. Ricardo Folhes e Profa. Dra. Marilena Loureiro, e a gestão atual (2023-) Prof. Dr. Thales Cañete e Prof. Dr. Fábio de Castro.

Às bibliotecas de instituições públicas e privadas, as quais, ao longo do doutoramento, tive oportunidade de frequentar. Foram locais de acolhimento e tranquilidade para a escrita e os estudos. Espaços fundamentais para a sociedade, a pesquisa e para a disseminação da informação e do conhecimento. Decerto, as bibliotecas precisam ser mais valorizadas e contempladas com investimentos financeiros em infraestrutura, recursos humanos e acervos bibliográficos. Salvem as bibliotecas!

Sempre um rio dentro de nós, correndo ao longo de nossa infância e de nossos sonhos, banhando-nos, nutrindo-nos, carregando-nos para longe de todas as fronteiras de nossa infância.

Crescemos todos assim ao longo de um rio, dentro de um rio, perto de um rio e tentando interpretá-lo, como se fosse nossa própria vida.

Ao longo dos tempos, sempre houve um menino e um rio e isto é, certamente um lugar comum. Mas, quantos meninos foram além do rio? E quantos rios mostraram, através do menino, toda a vida e seus contrastes, toda uma civilização, seu passado e suas perspectivas?

(Pacheco, 2000, p. 399)

RESUMO

Os impactos/efeitos antrópicos sobre os estuários amazônicos são diversos e dispersos, e entre os mais agravados contam-se: o desmatamento em seu entorno, a poluição de rios, a contaminação pela ausência de um sistema de esgoto e de coleta regular de resíduos sólidos, a precariedade da vida diária pela falta de água encanada e tratada adequadamente, entre outros. Para muitos, as ilhas são desabitadas, e tampouco têm modos de vida nesses lugares, fato que, no imaginário social, parece uma natureza intocada, conservando a biodiversidade. Pelo contrário, as ilhas são lugares de povos e comunidades tradicionais, que preservam um modo de vida, cujo cotidiano está imbricado nas relações com a paisagem e a cidade. Partindo dessa linha de pensamento, inserimos as problemáticas das ilhas num debate socioambiental. A pesquisa objetivou analisar as dimensões socioambientais que as Ilhas ao Sul da Grande Belém, estado do Pará, apresentam em decorrência das intervenções territoriais e os seus efeitos ecológicos e sociais para as comunidades insulares, cujos conhecimentos e saberes, relações socioculturais, práticas e modos de uso desse ambiente são específicos. O estudo seguiu um caráter documental e de breve pesquisa de campo à maneira de *survey*; valeu-se de entrevistas semiestruturadas e livres com lideranças comunitárias, pescadores e moradores mais antigos das ilhas que lutam pela preservação delas e pela defesa de seu território. Nesse percurso trilhado, os ribeirinhos das ilhas percebem mudanças/transformações no ambiente insular, alterações no seu modo de vida, perda de território com venda “ilegal” de terrenos e danos irreparáveis à biodiversidade. A dimensão insular apresenta uma expansão urbana crescente, interferindo no ordenamento territorial, na paisagem, nos modos de vida das comunidades ribeirinhas, que são obrigadas a deslocamentos temporários para outras ilhas e área continental. Essa expansão e os efeitos ambientais provocam a diminuição de terras para o plantio, redução do estoque de pescados e mariscos, e notadamente, o empobrecimento dos recursos alimentícios da floresta de várzea devido à poluição.

Palavras-chave: Vida ribeirinha - ilhas ao Sul da Grande Belém (PA); ilhas ao Sul da Grande Belém (PA) - expansão territorial; comunidades insulares; (in) sustentabilidade.

ABSTRACT

The anthropogenic impacts/effects on Amazon estuaries are diverse and dispersed, and among the most serious are: deforestation in their surroundings, pollution of rivers, contamination due to the absence of a sewage system and regular collection of solid waste, the precariousness of daily life due to the lack of piped and adequately treated water, among others. For many, the islands are uninhabited, nor do they have ways of life in these places, a fact that, in the social imagination, seems like untouched nature, conserving biodiversity. On the contrary, the islands are places of traditional people and communities, which preserve a way of life, whose daily life is intertwined in relationships with the landscape and the city. Based on this line of thought, we insert the problems of the islands into a socio-environmental debate. The research aimed to analyze the socio-environmental dimensions that the Islands south of Greater Belém, state of Pará, present as a result of territorial interventions and their ecological and social effects on island communities, whose knowledge, sociocultural relations, practices and ways of use of this environment are specific. The study followed a documentary character and brief field research in the form of a survey; used semi-structured and free interviews with community leaders, fishermen and older residents of the islands who fight for their preservation and defense of their territory. Along this path, the island's riverside residents notice changes/transformations in the island environment, changes in their way of life, loss of territory through “illegal” land sales and irreparable damage to biodiversity. The island dimension presents a growing urban expansion, interfering in the territorial planning, the landscape, the ways of life of riverside communities, who are forced to temporarily move to other islands and the continental area. This expansion and environmental effects cause a reduction in land for planting, a reduction in fish and shellfish stocks, and notably, the impoverishment of food resources in the floodplain forest due to pollution.

Keywords: Riverine life - islands south of Greater Belém (PA); islands south of Greater Belém (PA) - territorial expansion; island communities; (in)sustainability.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Diagrama 1 – Dimensões apresentadas na pesquisa.....	30
Figura 1 – Disposições das ocupações familiares nos terrenos na ilha do Combu, Belém, Pará	70
Figura 2 – Localização e fluxos principais dos moradores da ilha do Maracujá, Belém, Pará	84
Imagem 1 – Cartografia de um território, ilha do Maracujá, Belém, Pará.....	88
Croqui 1 – Distribuição das moradias na ilha do Combu, Belém, Pará na década de 1990.....	103
Imagem 2 – Propaganda de restaurantes da ilha do Combu, Belém, Pará.....	106
Imagem 3 – Chalé e restaurante na ilha do Murutucu, Belém, Pará.....	112
Figura 3 – Em sentido horário: a) Imagem de satélite de trecho da comunidade Beira do Rio, ilha do Combu, Belém, Pará; b) Esquema das formas mais recentes de aquisição de terras na ilha do Combu, Belém, Pará.....	153

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização geográfica da área de pesquisa.....	28
Mapa 2 – Limite territorial usado pela Prefeitura Municipal de Belém (PMB) e pelo IBGE.....	29
Mapa 3 – Localização geográfica das ilhas de Belém, Pará.....	63
Mapa 4 – Localização geográfica da ilha do Combu, Belém, Pará.....	67
Mapa 5 – Localização geográfica da ilha do Murutucu, Belém, Pará.....	77
Mapa 6 – Localização geográfica da ilha do Maracujá, Belém, Pará.....	82
Mapa 7 – Localização geográfica da ilha Grande ou Paulo da Cunha, Belém, Pará.....	89
Mapa 8 – Ilha do Combu e a nova configuração territorial e a exploração pelos recursos naturais, ano 2016.....	97
Mapa 9 – Ilha do Combu e a nova configuração territorial e a exploração pelos recursos naturais, ano 2020.....	98
Mapa 10 – Ilha do Combu e a nova configuração territorial e a exploração pelos recursos naturais, ano 2023.....	99
Mapa 11 – Bares e restaurantes localizados na APA do Combu, Belém, Pará.....	104
Mapa 12 – Ilha do Murutucu e a nova configuração territorial e a exploração pelos recursos naturais, ano 2016.....	107
Mapa 13 – Ilha do Murutucu e a nova configuração territorial e a exploração pelos recursos naturais, ano 2020.....	108
Mapa 14 – Ilha do Murutucu e a nova configuração territorial e a exploração pelos recursos naturais, ano 2023.....	109
Mapa 15 – Ilha Grande e a nova configuração territorial e a exploração pelos recursos naturais, ano 2016.....	113
Mapa 16 – Ilha Grande e a nova configuração territorial e a exploração pelos recursos naturais, ano 2020.....	114
Mapa 17 – Ilha Grande e a nova configuração territorial e a exploração pelos recursos naturais, ano 2023.....	115

Mapa 18 – Ilha do Maracujá e a nova configuração territorial e a exploração pelos recursos naturais, ano 2016.....	118
Mapa 19 – Ilha do Maracujá e a nova configuração territorial e a exploração pelos recursos naturais, ano 2020.....	119
Mapa 20 – Ilha do Maracujá e a nova configuração territorial e a exploração pelos recursos naturais, ano 2023.....	120

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Distribuição das ilhas por região e em destaque as maiores e mais importantes.....	60
Quadro 2 – Distritos Administrativos de Belém, Pará.....	61
Quadro 3 – Ilha do Combu: características gerais e demográficas.....	68
Quadro 4 – Número de escolas nas ilhas ao Sul de Belém, Pará.....	94
Quadro 5 – Algumas espécies vegetais das ilhas ao Sul, Belém, Pará.....	138
Quadro 6 – Algumas espécies de frutos, hortaliças, tubérculos das ilhas ao Sul, Belém, Pará.....	139
Quadro 7 – Ilhas ao Sul de Belém, Pará, aptas à regularização fundiária no ano 2013.....	146
Quadro 8 – Marco Legal da regularização fundiária no Brasil, Pará e Belém.....	147-148
Quadro 9 – Anúncios de vendas de terrenos na ilha do Maracujá e do Combu, Belém Pará.....	156

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Diversidade florística da ilha do Combu, Belém, Pará	72
Fotografia 2 – Escola Santo Antônio, localizada na Comunidade igarapé Periquitaquara, ilha do Combu, Belém, Pará.....	74
Fotografia 3 – Casas pintadas pelo Projeto <i>Street River</i> , Comunidade igarapé Periquitaquara, ilha do Combu, Belém, Pará.....	75
Fotografia 4 – Restaurante ilha Branca e chalés, ilha do Murutucu, Belém, Pará.....	78
Fotografia 5 – No sentido horário: casa de campo, moradores de Belém. Residência ribeirinha, ilha do Murutucu, Belém, Pará.....	78
Fotografia 6 – Restaurante “Restô da Ilha”, ilha do Murutucu, Belém, Pará.....	79
Fotografia 7 – Vegetação – aninga (<i>Montrichardia arborescens Schott</i>) e cotidiano da ilha do Murutucu, Belém, Pará.....	81
Fotografia 8 – Sede da ARPEIM, ilha do Maracujá, Belém, Pará.....	85
Fotografia 9 – Matapi feito de garrafa pet; Matapi de tala de jupati.....	88
Fotografia 10 – a) Residências construídas pelo PAE; b) Casas sem iniciativa do Projeto, ilha Grande, Belém, Pará.....	91
Fotografia 11 – Antiga escola São José e o Centro Comunitário, ilha Grande, Belém, Pará...	93
Fotografia 12 – Escola Municipal São José, ilha Grande, Belém, Pará.....	94
Fotografia 13 – Casa de alvenaria localizada na Comunidade igarapé Periquitaquara, ilha do Combu, Belém, Pará.....	102
Fotografia 14 – Avanço da erosão na ilha do Maracujá, Belém, Pará.....	124
Fotografia 15 – Alteração da cobertura vegetal na ilha do Murutucu, Belém, Pará.....	125
Fotografia 16 – Estrutura e caixa d’água para armazenamento de água, ilha Grande, Belém, Pará.....	126
Fotografia 17 – Obtenção de água para afazeres domésticos na ilha Grande, Belém, Pará...	127
Fotografia 18 – Sistema de captação de água, ilha do Maracujá, Belém, Pará.....	128
Fotografia 19 – Instrumentos utilizados na pesca do camarão, ilha do Maracujá e do Combu, Belém, Pará.....	131
Fotografia 20 – Espécies de peixes da ilha do Maracujá, Belém, Pará.....	132
Fotografia 21 – Erosão no igarapé do Periquitaquara, ilha do Combu, Belém, Pará.....	134

Fotografia 22 – Proteção de madeira e de galhos para conter a erosão nos terrenos, ilha do Maracujá e do Murutucu, Belém, Pará.....	134
Fotografia 23 – Embarcações de grande porte, Furo da Paciência, entre as ilhas do Murutucu e do Combu, Belém, Pará.....	136
Fotografia 24 – Placa de sinalização, ilha do Combu, Belém, Pará.....	136
Fotografia 25 – Espécies de frutos e sementes encontrados nas ilhas ao Sul, Belém, Pará...	139
Fotografia 26 – Anúncio de vendas de terrenos na ilha do Maracujá e do Combu, Belém, Pará.....	158

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População do município de Belém, Pará, em 2022.....	60
Tabela 2 – Ilhas de Belém, Pará, conforme área (ha) e distância (km)	61-62
Tabela 3 – Origem dos habitantes da ilha Grande, Belém, Pará	91
Tabela 4 – Modo de aquisição de terrenos (%) nas comunidades combuenses, Belém, Pará.....	153

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADA – Agência de Desenvolvimento da Amazônia

AEE – Atendimento Educacional Especializado

AMEPI – Associação de Moradores Extrativistas e Pescadores da Ilha do Combu

APA – Área de Proteção Ambiental

AREIM – Associação dos Ribeirinhos e Extrativistas da Ilha do Maracujá

ARPEIM – Associação dos Ribeirinhos, Pescadores e Extrativistas da Ilha do Maracujá

HBB – Programa Habitar Brasil

CODEM – Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém

COOPMIC – Cooperativa Mista de Ilha do Combu

COOPTRANS – Cooperativa de Transporte Escolar e Alternativo das Ilhas de Belém e Adjacências

CCU – Contrato de Concessão de Uso

CDRU – Concessão de Direito Real de Uso

CUEM – Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia

EMEC – Escola Municipal de Educação do Campo

DAMOS – Distrito Administrativo de Mosqueiro

DAOUT – Distrito Administrativo de Outeiro

DIGEP – Direção da Gestão de Pessoal

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMEC – Escola Municipal de Educação do Campo

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

FUNPEA – Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão

GRPU – Gerência Regional do Patrimônio da União

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEFLOR-Bio – Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará

IDESP – Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

IFPA – Instituto Federal do Pará

ITERPA – Instituto de Terras do Pará

LAENA – Laboratório de Análises Espaciais Prof. Dr. Thomas Hurthienne

NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

MEGAM – Mudança no Estuário Amazônico pela Ação Antrópica e Gerenciamento Ambiental

MPEG – Museu Paraense Emílio Goeldi

MZAN – Macrozona do Ambiente Natural

MZAU – Macrozona do Ambiente Urbano

ODA – *Overseas Development Administration*

ONG – Organizações não Governamental

PAE – Projeto de Assentamento Agroextrativista

PDU – Plano Diretor Urbano

PMB – Prefeitura Municipal de Belém

PNCSA – Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia

PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária

RMB – Região Metropolitana de Belém

SBB – Sociedade Bíblica do Brasil

SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEGEP – Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão

SEMMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente

SESAN – Secretaria Municipal de Saneamento

SETUR – Secretaria Estadual de Turismo

SEURB – Secretaria Municipal de Urbanismo

SIPRA – Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária

SPU – Secretaria do Patrimônio da União

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

TAUS – Termo de Autorização de Uso Sustentável

TBC – Turismo de Base Comunitária

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UBS – Unidades Básicas de Saúde

UEPA – Universidade Estadual do Pará

UFRA – Universidade Federal do Rural da Amazônia

UFPA – Universidade Federal do Pará

UPA – Unidades de Pronto Atendimento

ZAN 3 – Zona de Ambiente Natural

ZEIA – Zonas Especiais de Interesse Ambiental

WWF – *World Wildlife Fund*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
1.1 Ambiente e território insular como problemática de estudo	23
2 ESTUDO DAS ILHAS AO SUL DE BELÉM, PARÁ	28
2.1 Procedimentos metodológicos	31
3 ABORDAGENS CRÍTICO-REFLEXIVAS EM ESTUDOS INSULARES	35
3.1 Ilhas territórios sub-representados	37
3.2 Comunidades insulares e o ambiente	49
3.3 Debate sobre a noção de sustentabilidade	52
4 DESCRIÇÃO SOCIOAMBIENTAL DAS ILHAS AO SUL DE BELÉM, PARÁ	60
4.1 Ilha do Combu ou Marinheira	66
4.2 Ilha Bijogó ou ilha do Murutucu/Murutura/Periquitaquara	76
4.3 Ilha do Maracujá ou de Cintra	81
4.4 Ilha Grande ou Paulo da Cunha	89
5 EXPANSÃO URBANA SOBRE AS ILHAS AO SUL DE BELEM, PARÁ	96
5.1 Expansão urbana e espacial	96
5.2 "Mudanças" na paisagem	123
5.3 Situação e vulnerabilidade socioambiental	129
6 INTERVENÇÕES TERRITORIAIS: AVANÇO DA ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA E EXPROPRIAÇÃO DOS RIBEIRINHOS DAS ILHAS AO SUL DE BELÉM, PARÁ	141
6.1 Situação fundiária e a especulação imobiliária	147
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	166
REFERÊNCIAS	173

1 INTRODUÇÃO

Se, no passado, a Amazônia foi apresentada como misteriosa e causava encantamentos, ao mesmo tempo, circundava um sentimento de desbravamento e conquista de “novas terras”; no presente, o debate está direcionado à biodiversidade, à sustentabilidade, à conservação e às crises provocadas pelo avanço da devastação e da depredação dos recursos da fauna e da flora. Todavia, o ceticismo instala-se ante a pressão e as forças econômicas que constituem ameaças crescentes.

Desde a década de 1970, as investigações sobre a realidade socioambiental da Amazônia têm certa predominância, de modo que diversos estudos criticam e superam as visões de viajantes e cientistas que divulgaram essa designação associada às metáforas de “Paraíso” ou de “Inferno Verde”, como foi chamada a região amazônica pelos “descobridores” do “Novo Mundo” (Mourão, 1999; Castro, 2000), metáforas que, por um longo período, assolaram o imaginário daqueles que almejavam conhecer e explorar a região amazônica.

Sendo foco de pesquisadores e estudiosos, sobretudo, pelos seus recursos naturais, na Amazônia, tem-se realizado uma sistemática e intensa exploração, posto que é vista como sinônimo de progresso econômico, de maior número de produtos explorados e transformados em bens para o mercado, o que amplia os efeitos diversos de homogeneização, o esgotamento de espécies faunísticas e florísticas e até sua extinção.

Na região, as transformações socioambientais e econômicas vêm ocorrendo desde os tempos primevos com alterações, tanto na natureza quanto no cotidiano das pessoas que vivem nas cidades e no campo. O cotidiano de comunidades tradicionais e o ambiente experimentam os efeitos de mudanças que parecem incontrolláveis e irreversíveis.

Atualmente, as diversas pesquisas interdisciplinares, com óticas abrangentes sobre essa realidade, são chamadas a dar conta de múltiplas facetas dos câmbios ambientais e do futuro de povos e comunidades tradicionais que vivem na região, cujo modo de vida tem possibilitado a proteção dos recursos naturais, associados à diversidade cultural e à riqueza do patrimônio natural e cultural ameaçado severamente.

A história secular revela que a questão dos recursos naturais e socioambientais se apresenta de modo tenso, permeado por conflitos sociais, ambientais e territoriais. As contradições ampliam-se, e os desafios sobre o uso sustentável estão em permanente discussão e passam a fundamentar um campo de lutas políticas e ideológicas. Em vista disso, as discussões

socioambientais da Amazônia estão presentes na vasta produção da literatura e em diversos suportes informacionais, que disseminam pesquisas e estudos acerca dessa região.

Nessas reflexões, a temática ambiental ganhou espaço em debates acadêmicos e políticos empreendidos pela sociedade civil nos movimentos sociais, o que força sua entrada na agenda pública de organizações e instituições governamentais e Organizações não Governamentais (ONG). Nesse espaço político, as reivindicações de comunidades tradicionais alcançam amplitude com consciência aguçada de direitos sociais, territoriais e ambientais.

As relações milenares dialógicas entre natureza e homem passam pela incursão na história da Amazônia, desde a instauração do sistema colonial que modificou os modos de vida de povos tradicionais e dos sistemas de usos e usufruto dos recursos dos ecossistemas e da biodiversidade que, na atualidade, é explorada e exposta à depredação pelo sistema capitalista e pelos mercados regionais, nacionais e internacionais.

Nesse panorama, as permanências e as transformações ambientais nas áreas insulares de Belém pelas ações antrópicas são problematizadas com base em dados sobre a própria cidade. Nas últimas décadas, essa questão insurge como debate político e social visto que “[...] os impactos sobre os ecossistemas do entorno precisam estar na ordem do dia do debate não somente ambiental, mas também sobre os sistemas produtivos, portanto, de como a sociedade se organiza economicamente” (Castro, 2000, p. 71), isso envolve, também, a discussão dos efeitos socioambientais que o sistema produtivo provoca, além de incitar a perversidade ambiental e social.

O debate sobre “impactos”, “impactos ambientais e sociais”, é referido a grandes obras (hidrelétricas, estradas, portos, projetos de mineração) e tem sido atualizado apontando as limitações dessa noção para dar conta da processualidade, no tempo e no espaço, das diferentes formas como os agentes sociais e os ambientes são submetidos a processos perversos não pontuais, não reversíveis e, ainda, delimitados e conhecidos *a priori* pela política governamental. A noção de “efeito social” e de “efeito socioambiental” inicia sua formulação e problematização na década de 1980 no debate acerca das grandes barragens, cuja expositora mais conhecida foi a antropóloga Lygia Sigaud (1986, 1989), que enfatizou a posição subordinada de “o social” nas soluções encontradas pela política do setor elétrico, resultando em uma visão simplificadora do social.

Nesse contexto, entende-se ser possível alargar tal noção na análise das situações e dimensões socioambientais das ilhas ao sul de Belém (PA). De tal maneira que os denominados impactos sobre os estuários amazônicos estão identificados vagamente: o desmatamento dentro

e em seu entorno, a poluição das águas, a ausência de saneamento e esgoto, de água encanada¹ e a apropriação privada do ecossistema de várzeas. Essa visão é alargada com a noção de efeitos antrópicos.

Nessa dinâmica, elementos como o processo de urbanização da cidade, que altera, profundamente, a paisagem urbana, evidenciam diversos efeitos sobre as ilhas que abrigam formas de existência e de resistência aos modos de vida da urbe, observadas nas práticas históricas, no trato e na conservação de recursos naturais. Os rios, os furos e os igarapés, que constituem essa insularidade, detêm grande relevância na dinâmica socioeconômica e ambiental, uma vez que essas vias de navegação são estratégicas para a circulação de produtos e pessoas entre a cidade e as ilhas.

Desde o período da exploração das drogas do sertão, da borracha, da agricultura e da mineração, estabeleceu-se uma continuidade na qual as cidades funcionaram como pontos de conexão ao longo das vias fluviais. Essa centralidade dos rios pode ter diminuído sem desaparecer com o movimento avassalador da rede de estradas. A nova modalidade de abertura de hidrovias, mediante canais navegáveis nos rios, conecta-se com a malha de estradas.

Em tempos primevos, quando os europeus implantaram e organizaram o sistema colonial na Amazônia, a região não era um “vazio demográfico”, na verdade, era ocupada por diversas e numerosas etnias (Oliveira; Schor, 2008), que faziam da região seu lugar de morada e aproveitavam seus recursos naturais para dar continuidade à sua existência. Com anterioridade ao confronto colonizador e povos originários na Amazônia, as ilhas foram, densamente, povoadas e correspondiam a sistemas de organização cultural e política diversas. Em seus estudos arqueológicos realizados no arquipélago de Marajó, Schaan (2004) ressalta essa história de ocupação.

As ilhas têm um lugar especial na imaginação humana, mas é no imaginário ocidental que elas adquirem maior força (Tuan, 1980), sobretudo, quando a pressão colonial sobre as ilhas se traduziu na busca pelo lucro. A ideia de que as ilhas estariam desabitadas, sem existência humana nesses territórios insulares, fixou-se no imaginário popular que, mesmo nos dias presentes, associam-nas a uma natureza intocada, pois conserva a biodiversidade.

Em estudos insulares decoloniais não ocidentais, trabalhos como o de Hong (2022) ressaltam que a hegemonia neocolonialista, em torno de aspectos da pesquisa sobre ilhas e

¹ A consulta no Observatório Social de Belém, que integra a Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis, encontra-se em construção. A indicação dessa base parece que reunirá dados relevantes para os problemas abordados nesta pesquisa. Ver: <https://www.redesocialdecidades.org.br/br/PA/belem/regiao/>.

insularidade, reflete uma mentalidade que remete a pequenez, ao isolamento e às noções relacionadas de dependência econômica e menosprezo cultural.

Tal perspectiva representa a construção imagética em tempos remotos da região amazônica, conforme indica Gonçalves (2001). No presente, alude às comunidades tradicionais, que se constituem em protagonistas de sua realidade sócio-histórica, econômica, política, cultural e ambiental. Em virtude disso, é necessário pensar e vislumbrar as ilhas como locais de vivências e experiências, em que pessoas desenvolvem ritmos do tempo ecológico e diversidade de trocas que se estabelecem por meio das relações cotidianas entre si, com o continente e/ou a cidade.

Por outro lado, imagens das ilhas concebidas pelo imaginário social, em parte aguçado pela indústria do turismo como lugar belo, de paisagem encantador, de pura contemplação da natureza, de moradores ribeirinhos das ilhas imersos nela, cristaliza um espaço intocado pela idealização romântica, inclusive, dos próprios ribeirinhos e seus modos de vida. Cruz (2008, p. 63) ressaltou uma convergência sobre esses territórios insulares que “estilizados” se tornam “valiosos produtos para o mercado turístico” e, frequentemente, as diferenças e as contradições eclodem. Destaca-se, nessa perspectiva, a temática insular como um produto vendável, sem considerar as peculiaridades e as realidades desses lugares, enquanto as pressões econômicas e políticas forçam mudanças nos modos de vida e não raro tornam-se precárias e violentas.

Ao longo do tempo, as relações entre a cidade e os rios sofreram modificações, sobretudo, pelas políticas e planos nacionais de desenvolvimento, que objetivavam a integração da Amazônia à economia brasileira e direcionaram mudanças das cidades ribeirinhas, que foram voltadas para as beiras de estradas. Com isso, inverteu-se o caráter/sistema dendrítico e os antigos sistemas de navegação e escoamento de produtos. Todavia, esse sistema de organização socioespacial permanece e é a base de sociabilidade e das relações dos ribeirinhos entre eles e com os rios-caminhos da Amazônia.

Partindo dessa linha de pensamento, inserimos a problemática das ilhas em um debate socioambiental, em que projetamos o “olhar para as ilhas” não somente a partir do que a cidade leva e/ou traz para os moradores locais, como eles enxergam a questão da (in)sustentabilidade, o cenário ao seu redor, seu estilo de vida, sua importância para a conservação da biodiversidade, a manutenção de modos de viver e produzir, mas também como a paisagem idílica, de água e floresta. Efetivamente, o movimento social das comunidades ribeirinhas, torna-se, luta pela sua territorialidade, resistência e manutenção de sua cultura.

1.1 Ambiente e território insular como problemática de estudo

O ir e vir de embarcações, o ruído dos motores, o balanço das ondas, a ventania no rosto e a vista panorâmica da cidade. É nesse movimento que ocorre a aproximação e a ruptura da distância entre as casas ribeirinhas às margens dos rios, a vegetação insular e as pessoas no outro extremo, no continente. Ribeirinhas e ribeirinhos chegam das ilhas à cidade para a venda de seus produtos nos portos, para trabalhar, estudar, cuidar da saúde, compartilhar festas, procissões. Eles têm suas próprias representações sobre a cidade, mas é também desde a cidade grande que se constituem as representações e as percepções do senso comum, que não destaca as agressões e as intervenções sobre os modos de existência desses “outros”.

Ainda assim, as ilhas têm e guardam memórias do contexto histórico das transformações do seu entorno e de mudanças internas que se registram na atualidade. Embora essas realidades sejam negadas e ignoradas por uma cultura do urbano, a qual, até mesmo, tenta inseri-las em seu *modus operandi*. A tendência é apagar a convivialidade entre os ribeirinhos, suas relações com o ambiente e com seus hábitos e costumes “diferentes” dos cidadãos, ou, pelo menos, de segmentos dominantes de cidadãos arraigados às ruas asfaltadas, aos edifícios, aos tempos ditados pela tecnologia e pelo relógio. Talvez não seja apenas idílico ou arbitrário pensar essa diferença, que parece ser valorizada, momentaneamente, por quem busca as ilhas para pernoitar, fazer trilhas, navegar, nadar ou desfrutar de almoço no plano de turista.

As ilhas não estão destituídas de uma memória, história e temporalidades. Em vista disso, Dergan (2006) afirma que, nesses espaços, como as que circundam a Grande Belém², existem relações simbólicas com o meio natural imbuído nos processos históricos vivenciados por aqueles que nelas se abrigam, que ressignificam a natureza com elementos da modernidade, como a energia elétrica, o turismo, os restaurantes e as realidades implantadas a partir da década de 1980.

Em vista disso, os problemas ambientais, que as ilhas da Grande Belém enfrentam, mantêm-se numa esfera complexa para além das fronteiras municipais, em que atores e agentes estão envolvidos como produtores e/ou receptores desses problemas. Dessa forma, o ambiente insular se configura como um campo de luta por meio do qual disputam preocupações e interesses na esfera pública e na pauta das inquietações dos que vivenciam e experimentam o enraizamento e o pertencimento aos espaços insulares.

² Referimo-nos à nomeação definida no planejamento da Região Metropolitana de Belém (RMB).

Nessa perspectiva, os espaços insulares precisam de um olhar mais direcionado e voltado para seus habitantes, que ali organizam modos de existência, vivenciam as problemáticas socioambientais que os afligem e colocam-nos, muitas vezes, à margem do processo de discussão e gestão sobre esses espaços.

As ilhas mais próximas à cidade vêm sofrendo, ao longo de décadas, processo de desmatamento e poluição de seus rios, furos e igarapés. Ou seja, problemas ambientais e de perda do território que têm diversos fatores e origens, embora não estejam identificados e monitorados por instituições públicas e de pesquisa. Tanto as famílias residentes há muito tempo quanto as novas famílias observam os avanços das atividades turísticas desenvolvidas nesses locais (Castro, 2003), muitos dos quais se tornaram ponto de turismo planejado ou não. Isso posto que são os cidadãos que deixam o ritmo frenético da cidade para desfrutar momentos de sossego e calma nas ilhas.

Castro (2006, p. 14) expõe que a cidade “representa formas múltiplas de exercício de poder, de ocupação do espaço e de apropriação de recursos e, por isso, lócus de tensão, de competitividade e de diferenciações que afetam a organização social no seu conjunto [...]”. Nessa posição, as ilhas em torno de Belém sofrem influência e têm sido alvo de exercício de poder da cidade, visto que as transformações territoriais e ambientais são percebidas nas políticas de ordenamento e regularização do uso e ocupação – especificamente, nos chamados Projetos de Assentamento Extrativista (PAE), Termos de Concessão de Uso, Zonas Especiais de Interesse Ambiental (ZEIA) e Áreas de Proteção Ambiental (APA).

De modo singularizado, a orla sul tende a modificar-se pela expansão demográfica e pela exploração turística que se estende do continente para as ilhas, tornando-se uma problemática complexa. No conjunto, trata-se do entremeado de relações sociais e econômicas das comunidades ribeirinhas com os cidadãos, com os poderes e as decisões estabelecidas no executivo estadual e municipal.

Os moradores das ilhas exercem atividades identificadas como rurais, isto é, a pesca, a coleta de produtos extrativistas relacionados a esse ambiente específico. Durante os finais de semana, eles recebem visitantes das cidades e de sua redondeza, que vão em busca de esportes aquáticos, banhos de rio, culinária “caseira” e “ribeirinha”, contemplação da paisagem, momentos de descanso, relaxamento e lazer.

Diversas relações sociais e econômicas dos ribeirinhos das ilhas incorporam valores, costumes e visões de mundo da cidade, enquanto as cidades carregam uma gama de especificidades de costumes e características urbanas que adentram as ilhas e interferem na

dinâmica e no percurso dos acontecimentos e cotidiano delas, havendo uma difusão das vidas urbanas e seus conteúdos sociais nas ilhas.

Nesta pesquisa, a expressão vida urbana não se refere à ocupação do espaço urbano, mas, aos modos de vida implantados e à trama de relações sociais estabelecidas (Trindade Júnior, 1999), nas trocas de costumes, nas alterações de estilos e no conteúdo de vida. É nesse sentido que a difusão da vida urbana da cidade nas ilhas se entrelaça criando formas de viver e de se relacionar, de tal modo que impossibilita presumir se estamos na cidade ou nas ilhas.

Em que pesem as discussões a respeito de que maneira se difunde a vida urbana nas ilhas, muitas vezes postas de forma dicotômica: benefícios *versus* malefícios que os cidadãos levam para o cotidiano das ilhas, neste trabalho, o propósito é ir além desse binarismo e reconhecer as fontes de conflitos socioambientais para as comunidades das ilhas.

Nesse contexto, registra-se uma diversidade de relatos de pescadores, extrativistas e agricultores em relação à poluição dos rios e ao despejo de resíduos sólidos que provocam danos aos motores do barco, contaminam a água e impossibilitam exercer atividades corriqueiras, como lavar a louça e tomar banho de rio. Outro grupo relata a pressão para vender as posses e a falta de condições de cultivar nos moldes que eles faziam ou seus familiares no passado.

São notáveis os problemas de saúde advindos da insegurança hídrica provocada pela poluição das águas do rio Guamá³, proveniente dos bairros antes citados. Nas ilhas, a insegurança aumenta pela baixa disponibilidade de água potável, pela ausência da coleta regular de lixo e pela falta absoluta de tratamento de esgoto, o que potencializa os problemas de saúde coletiva. Por muito tempo, as associações dos moradores reivindicam aos poderes públicos tais serviços, no entanto, essa pauta não está nos planos de desenvolvimento e nas políticas públicas do governo do Estado e municipal, enquanto essa realidade socioeconômica necessite de políticas públicas e ações prioritárias.

Diversos estudos (Castro, 2003, 2006; Dergan, 2006, 2017; Matta, 2006; Rodrigues, 2006; Cirilo, 2013; Mourão, 2015; Fischer; Benatti, 2016; Rodrigues, 2018) têm trazido luz no tocante a essas condições e contradições socioeconômicas, ambientais e territoriais, dado que o espaço é disputado e reordenado pelos que habitam as ilhas e por pessoas externas, como os

³ O Liberal divulgou estudo de pesquisadora Carla Renata Carneiro (Universidade do Estado do Pará) que destaca a insegurança hídrica na orla sul de Belém: “As águas superficiais do Rio Guamá, que serve para diversos usos, possuem valores elevados de coliformes termotolerantes, que são bactérias indicativas de contato da água com material de origem fecal. Ao que tudo indica os danos à qualidade da água estão sendo provocados devido à alta carga de poluição que chega ao rio. Dados da pesquisa mostram que a quantidade de coliformes termotolerantes ultrapassa o indicado pela resolução do Conama, que seria até 1.000 nmp/100 ml; pontos do Rio Guamá apresentaram valores acima do limite legal permitido como 12.098 nmp/100ml” (Rocha, 2023).

cidadinos, que almejam um pedaço de terra para implementar negócios, apartando dos ribeirinhos o domínio sobre seu território.

Destarte, a profusão de estudos realizados em algumas das ilhas selecionadas, como a ilha do Combu, sob vários pontos de vistas e enfoques (Anderson, 1985; Rodrigues, 2006; Ribeiro, 2010; Mata, 2011), para citar alguns, apresenta-se como um esforço de refletir e investigar a problemática socioambiental, especificamente, nas ilhas ao Sul da Grande Belém.

Portanto, com esta contribuição, almejamos fornecer apontamentos e análises que apresentem dimensões socioambientais e transmitir os projetos, as críticas e as reivindicações das comunidades ribeirinhas e o ambiente insular, que, ao longo da historiografia amazônica, parecem-nos apagados, sem vida e sem luz. Embora as ilhas ofereçam vida, sabor, cheiro e, sobretudo, modos de viver ao que está nos rios em sua forma e sua essência, observamos que as comunidades são negligenciadas nos seus direitos, projetos políticos e autonomia.

Em vista disso, a proposta desta pesquisa difere das demais produções por traçar uma perspectiva das ilhas para cidade, atentando-se para o movimento de expansão urbana da metrópole e para as intervenções territoriais no ambiente insular, observando, em especial, os efeitos sociais e ambientais dessa expansão urbana para as comunidades ribeirinhas, seus territórios e seus modos de vida.

Ressaltamos que não se trata de um estudo comparativo entre as ilhas da orla Sul, posto que se apresentam as conexões que elas encerram em decorrência de serem símile e próximas umas das outras, separadas, unicamente, por um elemento natural e simbólico, o igarapé e/ou o furo.

Diante do exposto, a pesquisa procurou responder à questão-problema: quais as dimensões socioambientais alteradas nas ilhas ao Sul da Grande Belém em decorrência das intervenções territoriais e quais são os efeitos sociais e ecológicos provocam nas comunidades insulares?

Nesse sentido, com fundamentos nos construtos teóricos e na base empírica utilizadas na construção do objeto de estudo/tese, aqui se apresentam como hipóteses:

- 1) A expansão urbana e espacial direcionada sobre as ilhas ao Sul de Belém pela ocupação provocada por investimentos privados, vinculados à indústria do turismo de alto padrão, ameaça a terra e a presença de outros modos de vida e formas de ocupação do território, acentuando os problemas socioambientais: migração de nativos para outras ilhas e para as áreas urbanas de Belém; poluição das águas cada vez mais intensa; diminuição de pescado e mariscos;

erosão acelerada das margens do rio, furos e igarapés; alteração na paisagem e na arquitetura ribeirinha, que, de certo modo, põe em risco as territorialidades das comunidades insulares.

E como hipótese complementar, formulamos que:

2) Os impactos (danos) ambientais e a perda de território das comunidades insulares são produzidos pela via da especulação e da expropriação fundiária com a venda ilegal de terrenos para agentes externos das ilhas, pela alteração da vegetação e da qualidade da água, desse modo, sobrevêm impedimentos às atividades extrativistas, agrícolas e a pesca.

Nessa perspectiva, elencamos como objetivo geral: analisar as dimensões socioambientais que as ilhas ao Sul da Grande Belém (PA) apresentam em vista das intervenções territoriais e os seus efeitos ecológicos e sociais para as comunidades dessas ilhas. Encaminhados pelo objetivo geral, delineamos três objetivos específicos a seguir:

a) Destacar os elementos histórico-geográficos que caracterizam as ilhas ao Sul de Belém (PA);

b) Identificar as situações socioambientais das ilhas selecionadas em trabalho de campo, a maneira de *survey* em imagens, coletadas e/ou registradas em fotografias, em documentos e nas entrevistas livres e semiestruturadas;

c) Evidenciar as intervenções territoriais e os efeitos sociais e ambientais das/nas ilhas mediante levantamento bibliográfico e documental.

A tese está organizada em seis capítulos, contando esta introdução que expõe a problematização da pesquisa, sua questão problema e hipóteses. O segundo capítulo situa as opções teórico-metodológicas e as especificações dos procedimentos adotados para a caracterização das ilhas ao Sul, apontando aspectos históricos e atuais.

O terceiro abrange as abordagens crítico-reflexivas em estudos insulares; o quarto capítulo apresenta a descrição socioambiental das ilhas, discorrendo acerca das ilhas do Combu, do Maracujá, do Murutucu e Grande; ao passo que o quinto capítulo aponta a expansão urbana e espacial sobre as ilhas. O sexto, por seu turno, discorre acerca das intervenções territoriais e avanços da especulação imobiliária nas ilhas, envolvendo os resultados e as discussões dos dados.

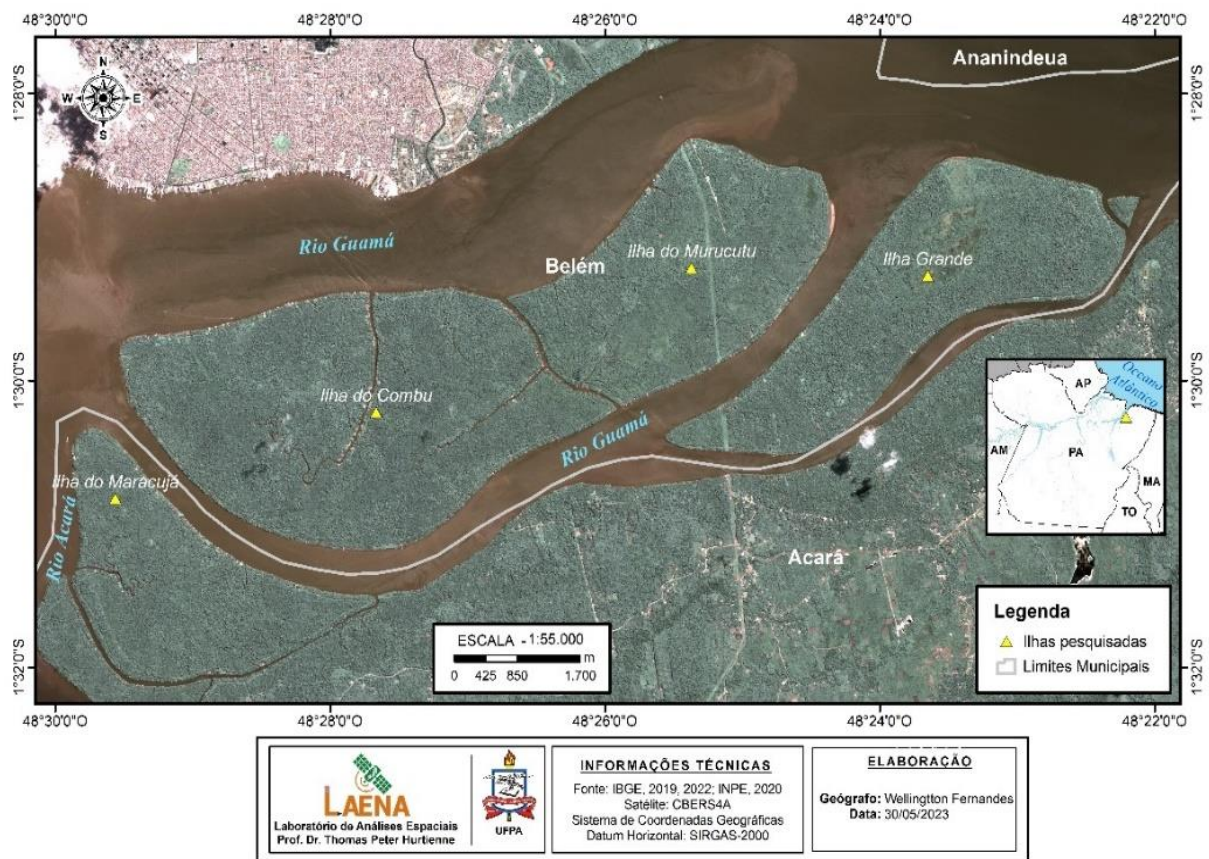
Por fim, na última seção, apresentamos as considerações finais com os limites e as potencialidades que a pesquisa mostrou.

2 ESTUDO DAS ILHAS AO SUL DE BELÉM, PARÁ

No estudo, consideramos quatro ilhas (Mapa 1) pertencentes à porção Sul do território insular da capital paraense: são as ilhas do Combu, Murutucu, Paulo da Cunha (ou ilha Grande) e Maracujá (ou ilha de Cintra), constituindo, desse modo, nossa referência empírica de estudo.

Esta última tem sido objeto de disputa fronteiriça entre o município de Belém e Acará, resultando em conflitos de mapas e de gestão pública (Silva; Tourinho, 2017). Os instrumentos jurídicos que influenciam e alteram a delimitação evidenciam a disputa territorial entre os municípios de Belém e Acará. Assim, conforme a delimitação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a ilha do Maracujá (ou Cintra) pertence à área jurídica territorial de Acará (Mapa 1).

Mapa 1 – Localização geográfica da área de pesquisa.

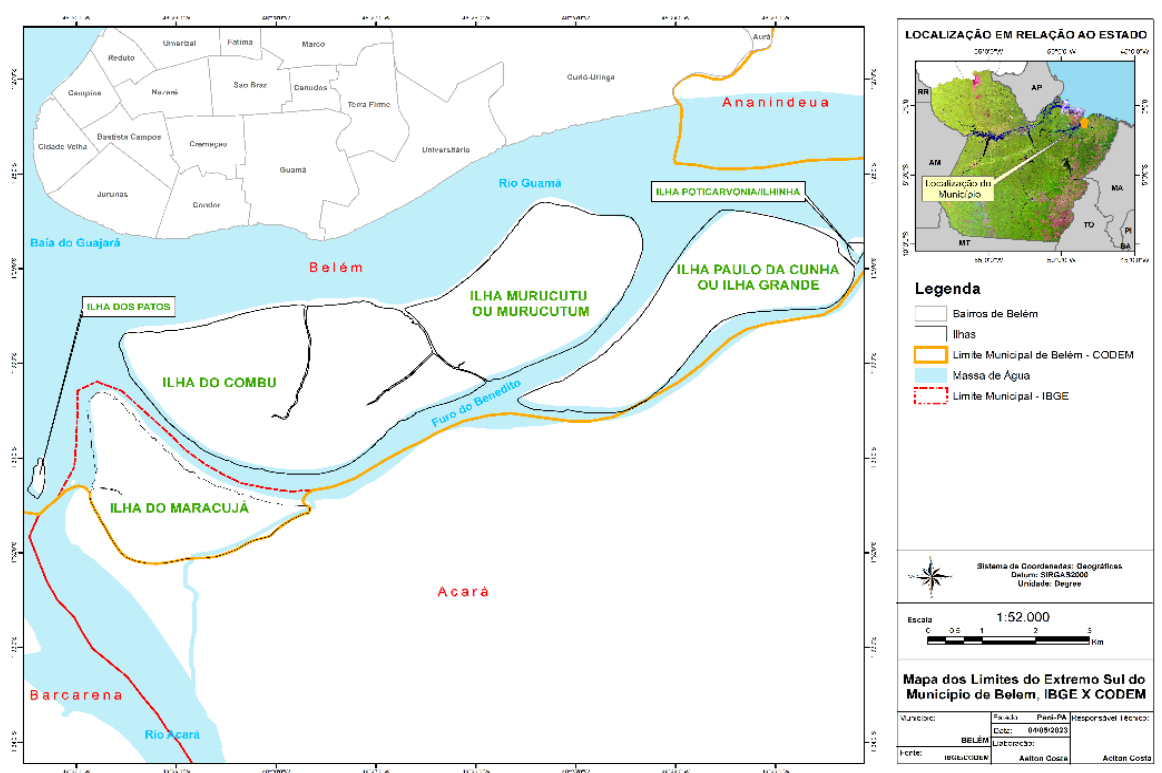


Fonte: Laboratório de Análises Espaciais Prof. Dr. Thomas Hurtienne (LAENA/NAEA/UFFPA), 2023.

No entanto, para a Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM), a ilha do Maracujá pertence à região administrativa de Belém (Mapa 2), somando-se à ilha do Combu, que outrora fazia parte da área jurídica

administrativa do município de Acará. Esse conjunto de ilhas está localizada frente à parte continental de Belém, onde se localizam os bairros Jurunas, Condor, Guamá, Universitário, Curió-Utinga e parte do município de Ananindeua (Mapa 2).

Mapa 2 – Limite territorial usado pela Prefeitura Municipal de Belém (PMB) e pelo IBGE.



Fonte: Elaboração Aelton Costa, 2023.

Essas ilhas detêm vegetação diversa, característica da várzea, embora menos abundante que no passado. Seus moradores desenvolvem atividades econômicas voltadas à pesca, ao extrativismo e à agricultura. Das ilhas são trazidos aos portos da Estrada Nova gêneros alimentícios como açaí, peixe, farinha, frutas, ervas, carvão e cerâmica por atores sociais que reivindicam a identidade de *ribeirinhos das ilhas* (PNCSA, 2008).

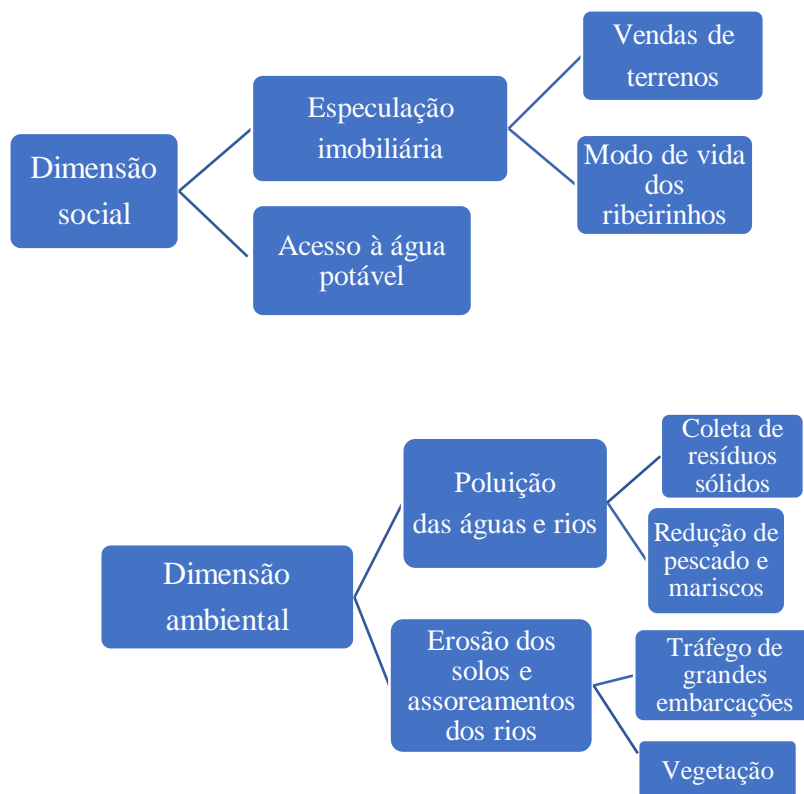
Conforme o Anuário Estatístico do Município de Belém (Belém, 2012, 2020), as áreas insulares do município têm maior extensão territorial, o que corresponde a 65% da totalidade do município, por sua vez, em relação à área continental de Belém, têm experimentado alterações, com tendência ao aumento da área insular por anexação de ilhas antes sob a jurisdição do município de Acará, a exemplo da ilha do Combu⁴. De tal maneira que Moreira

⁴ Até o ano de 1938, a ilha pertencia, juridicamente, ao município do Acará, a partir do Decreto-lei nº 3.131/1938, o território combuense foi agrupado à capital paraense. Entretanto, as relações de influência política, social e econômica ainda se estabeleceram por algum tempo (Dergan, 2006; Cirilo, 2013).

(1966) denomina a cidade de Belém como “Flor das águas”, a qual concentra sob sua jurisdição cerca de 39 a 42 ilhas.

Nessa direção, destacaremos duas dimensões, que serão apresentadas adiante em formato de gráfico. Em seguida, faremos a análise e as discussões em conformidade com os objetivos da pesquisa e os percursos metodológicos trilhados.

Diagrama 1 – Dimensões apresentadas na pesquisa.



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

No diagrama 1, empregamos a dimensão social e ambiental que se apresenta conforme a problemática de estudo, envolta na relação complexa do espaço insular com o espaço continental da cidade paraense. Iniciaremos a análise e as discussões com base nas transformações e mudanças que as ilhas passam ao longo do tempo, posto que elas não estão emolduradas numa parede sem as ações antrópicas e as intervenções territoriais que se desdobram em implicações ecológicas e sociais para as comunidades ribeirinhas e para a insularidade do estuário amazônico.

2.1 Procedimentos metodológicos

A pesquisa de natureza qualitativa se debruçou em fontes bibliográficas, como teses, dissertações, monografias, artigos, documentos referentes ao tema em departamentos institucionais como Secretaria Municipal de Economia de Belém (SECON), IDEFLOR-Bio, além de sítios da Internet. Outro instrumento de pesquisa foi a consulta à página pública de uma rede social (*Instagram*), na qual se verificou estratégias socioambientais de moradores das ilhas com respeito a restaurantes, a iniciativas de economia criativa e a outros espaços de recreação voltadas ao turismo nas ilhas. Utilizou-se como técnica de pesquisa: entrevistas semiestruturadas, as quais consistem em perguntas abertas para o livre falar dos interlocutores, com a mínima interferência do pesquisador nos depoimentos.

Houve, ainda, uma revisão bibliográfica de caráter histórico-geográfico das ilhas ao sul de Belém, em especial, das ilhas do Combu, Maracujá, Murutucu e Grande, destacando-se artigos em periódicos científicos, teses, dissertações, artigos de jornais, documentários em formato de CD-ROM e digitais, relacionados à temática socioambiental, além de levantamento de dados secundários, privilegiando depoimentos dos ribeirinhos nos documentos bibliográficos, digitais e redes sociais como *Instagram e blogs*, acerca das ilhas selecionadas para o estudo.

Dentre os procedimentos de coleta de dados, realizamos entrevistas semiestruturadas e abertas com líderes comunitários, pescadores e moradores mais antigos das ilhas. Essa etapa da pesquisa caracteriza-se não como uma pesquisa de campo (Bastos, 1999), mas como visitas de campo realizadas nas quatro ilhas selecionadas para a pesquisa.

No que concerne ao instrumento de coleta de dados, utilizamos a técnica de entrevista e a observação não estruturada (livre, assistemática) conforme as visões de Dencker (2003) e Günther (2006). Nesse contexto, os entrevistados ficaram livres para responder às questões, com base no roteiro de entrevista e no planejamento previamente elaborados. Usamos, também, como um recurso metodológico complementar, a fotografia (Miguel, 1993; Manini, 1997), um registro da realidade, um documento-portador de informações (Kossoy, 1989; Smit, 1987), para captar as transformações e/ou os cenários socioambientais, que as ilhas ao sul evidenciam, e entender essa dinâmica do território insular.

a) Pesquisa de campo (à maneira de *survey*)

Primeiramente, estabelecemos contato com uma liderança da ilha do Maracujá, por meio da qual estabelecemos contatos com outros moradores das ilhas.

Obtivemos cerca de 10 entrevistados, 1 trilha e 1 entrevistado (gestor) do órgão ambiental municipal. De tal modo que se ilustra o fato de que os entrevistados, ao serem chamados para participar da pesquisa como informantes, não se esquivaram dela. Depois de explicados os objetivos da pesquisa, apresentamos a eles o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o qual foi assinado por eles e pela pesquisadora.

Por ordem cronológica, as visitas de campo iniciaram-se no mês de dezembro de 2022 na ilha do Maracujá, na qual se estabeleceu contato com uma liderança da Associação dos Pescadores que indicou outros informantes. Nesse ínterim, tivemos a oportunidade de realizar uma entrevista com a presidente e exercer as observações iniciais. Nisso, constitui-se o primeiro *survey*⁵, no qual se teve contato *in loco* com a realidade desconhecida do ambiente insular, aplicando o método de *survey* que, segundo Babbie (2003), caracteriza um “mecanismo de busca”, particularmente, quando se faz uma inquirição inicial sobre o tema e não se conhecem as áreas a serem estudadas.

A primeira visita de campo ocorreu em 29 de dezembro de 2022, ocasião em que se estabeleceu o primeiro contato com uma liderança da ilha do Maracujá. Momento em que dialogamos com mais dois membros da comunidade, os quais mencionaram, de maneira geral, as “transformações” que a ilha do Maracujá vem passando. A partir desse primeiro contato, tivemos indicações para outros moradores de outras ilhas, a exemplo de uma liderança da ilha Grande.

Sendo assim, no dia 6 de janeiro de 2023, aportamos nas ilhas Grande e do Murutucu, onde houve a oportunidade de dialogar com uma liderança da comunidade São José, na ilha Grande, além de mais um morador da ilha. Nessa direção, a técnica da observação, os registros fotográficos e os relatos foram relevantes para situar um pouco das problemáticas socioambientais das ilhas.

Em 11 de fevereiro de 2023, realizamos uma visita às ilhas do Maracujá e do Murutucu, em que tivemos contato com uma moradora da ilha do Murutucu. Na ocasião, realizamos registros fotográficos, além de uma entrevista com essa pessoa. No dia 24 de março, efetuamos outra visita de campo, na qual utilizamos mais a técnica da observação, uma vez que não

⁵ “Pesquisa de *survey* se refere a um tipo particular de pesquisa social empírica”, visto que são três os objetivos de um *survey*: descrição, explicação e exploração (Babbie, 2003, p. 95-96).

fizemos nenhuma entrevista, ainda assim, fizemos diversos registros fotográficos da vegetação e do ambiente insular, como as residências ribeirinhas, o cotidiano, entre outros aspectos relacionados aos objetivos da pesquisa.

No dia 15 de abril, participamos de um roteiro turístico por uma companhia de turismo. Conforme sua proposta, realiza experiências ribeirinhas num formato de ecoturismo, assim sendo, experienciamos o roteiro intitulado “Chocolate do Combu”. No transcurso desse roteiro, não conseguimos realizar nenhuma entrevista, entretanto, atravessamos uma trilha ecológica pela chamada “Casa de Chocolate”, em que conhecemos o processo de produção artesanal de chocolate e a história de vida de Izete Costa, “Dona Nena”, como é conhecida a moradora da ilha do Combu.

Tentamos empreender, nesse roteiro, uma visita de campo, em que observamos de que forma se anuncia o ambiente insular aos turistas e a ilha do Combu, a qual está sob o efeito da expansão urbana e espacial, com a existência de inúmeros empreendimentos comerciais, como restaurantes e bares, alterando a biota e o cotidiano das comunidades.

Por fim, a última visita de campo ocorreu em 3 de junho de 2023, momento em que retornamos, novamente, à ilha do Maracujá, na qual conseguimos mais três entrevistas. Ressaltamos que, nessa última visita de campo, saindo do Porto do Açaí, percebemos a dinâmica do cotidiano do ribeirinho nesse local, um vaivém de embarcações, a comercialização do açaí sem infraestruturas físicas adequadas. Ainda assim, é um dos locais em que as comunidades ribeirinhas conseguem vender seus produtos. Registramos essa informação do local de embarque, porque, em outras viagens de campo, partimos do Terminal Hidroviário Ruy Barata, localizado no bairro da Condor e do Espaço Náutico, antigo espaço onde era a empresa Copala.

Nessa direção, a proposta de estudo se valeu de breve trabalho de campo e da pesquisa documental, caracterizada pelo exame realizado em documentos, tais como: relatórios, planos diretores, artigos de jornais, atas de reuniões, entre outros. Esses documentos devem atestar caráter de cientificidade autêntica, pois, como sugerem Sá-Silva, Almeida, Guindani (2009, p. 10), ao “produzir ou reelaborar conhecimentos e criar novas formas de compreender os fenômenos, o investigador deve interpretá-los, sintetizar as informações”. Logo, realizamos um esforço de situar os documentos referidos na problemática do estudo e contextualizar a realidade evidenciada pelo ambiente insular.

O levantamento e a análise de documentação histórica (cartografia, iconografia e fotografias), de documentação jurídica e administrativa (leis municipais, estaduais e plano

diretor do município) ocorreram durante o levantamento bibliográfico e documental em consulta aos órgãos: Secretaria de Meio Ambiente Municipal de Belém (SEMMA); CODEM; Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves (CENTUR), Secretaria de Educação Municipal de Belém (SEMEC) e IDEFLOR-Bio e *sites* institucionais de secretarias municipais e estaduais, Biblioteca do NAEA e SUDAM.

A coleta de dados nos órgãos governamentais trouxe dificuldades, como demora nas respostas das solicitações e, quando da resposta, os dados estavam bastante defasados, demonstrando fragilidade, ausência de organização, dispersão e imprecisão nos dados fornecidos. Destaque o ocorrido no IDEFLOR-Bio quanto às informações acerca das ilhas, enquanto na SEMEC, obtivemos as informações, mas, houve demora na resposta.

Ressaltamos que são restritas as informações históricas, demográficas e de cunho geral acerca das ilhas ao Sul. Além disso, há carência de fontes oficiais, sendo assim, as visitas de campo, à maneira de *survey*, auxiliaram na construção dos dados, visto que os dados disponíveis nos órgãos oficiais eram ínfimos e dispersos. Nesses termos, as visitas de campo, apesar de serem numa quantidade pequena, foram imprescindíveis para o cumprimento dos objetivos da proposta de pesquisa.

As observações e as notas de campo se desdobram nas análises na tentativa de se fazer um relato das percepções da autora em relação ao objeto de estudo e da realidade encontrada.

Ressaltamos que o estudo não se enquadra na perspectiva de análise comparativa, o que nos propomos foi um esforço de análise verificando as relações entre as ilhas, uma vez que as ilhas ao sul compõem o estuário amazônico, têm uma função vital, ambiental e social para a manutenção das práticas ribeirinhas, a conservação da fauna e flora e tornam-se um cinturão verde para a parte continental de Belém.

Finalmente, sintetizamos que este estudo foi norteado pelos seguintes passos: 1) levantamento bibliográfico para fundamentar conceitos sobre sustentabilidade, paisagem, ambiente, entre outros; 2) revisão de literatura; 3) elaboração das perguntas norteadoras das entrevistas; 4) recolha dos depoimentos e de fotografias; 5) seleção das fotografias e transcrição das falas; 6) análise dos dados, resultados e elaboração das considerações finais.

3 ABORDAGENS CRÍTICO-REFLEXIVAS EM ESTUDOS INSULARES

As análises de caráter mais geral acerca das ilhas foram realizadas em diversas pesquisas, as quais resultaram em artigos, livros, dissertações e teses. As produções bibliográficas que tratam da temática levantada nesta pesquisa foram sistematizadas de maneira a compreender diferentes aspectos históricos, socioeconômicos, culturais, políticos e ambientais.

O desafio de mapear e discutir a produção acadêmica sobre o tema da insularidade, mais precisamente sobre as ilhas nos arredores da cidade de Belém, requer certo esforço teórico-metodológico e disponibilidade de tempo, pois muito tem sido escrito sobre o tema. Nesses termos, elencamos um breve levantamento, dado que há uma série de discussões pertinentes. E, assim, procedemos a selecionar contribuições relevantes no debate de nosso objeto de estudo.

Para este estudo, o levantamento bibliográfico constitui-se em consulta e fichamentos de materiais bibliográficos digitais (livros, dissertações, teses e artigos) e multimeios (documentários, vídeos, entre outros). Dentre os autores, consultamos produções de Mourão (1999, 2015); Matta (2006); Rodrigues (2006); Dergan (2006, 2017); Pressler (2011); Cirilo (2013); Rodrigues (2018); Schallenberger (2010); e Vicente *et al.* (2022) sobre a ilha do Combu. Destacamos, por exemplo, o estudo de Ribeiro (2004), que abordou acerca da água e da saúde nas ilhas do Combu e Cotijuba, enfatizando a problemática da qualidade da água, a situação socioeconômica da saúde e condições sanitárias, parâmetros físico-químicos e bacteriológicos da água. Imperioso ressaltar que, anterior a esse trabalho, realizou-se o Projeto Estudo dos Processos de Mudança no Estuário Amazônico pela Ação Antrópica e Gerenciamento Ambiental (MEGAM), iniciado em 1999.

O Projeto MEGAM foi proposto pelo NAEA, da Universidade Federal do Pará, e realizado em parceria com o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e a Prefeitura Municipal de Belém, cuja composição baseou-se em diversos pesquisadores de diferentes linhas e áreas do conhecimento (UFPA, 2004), obtendo financiamento do Ministério de Ciência e Tecnologia⁶. Como resultado desse projeto, ampliou-se o debate no que concerne ao tema água, situação socioeconômica, bem como os processos de mudança no estuário amazônico. Ademais tratou das políticas socioambientais, em especial, com os órgãos públicos voltados à gestão dos serviços de água e saneamento.

⁶ Nomenclatura adotada ao longo da gestão do governo de Fernando Henrique Cardoso de Mello. Desde o governo Temer, o órgão passou a ser nomeado Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, mantendo-se até o governo atual.

Entre 2007-2010, houve uma contribuição com perfil diferenciado efetivado por pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) por meio dos fascículos nº 21 (*Ribeirinhos das ilhas de Belém*), nº 29 (*Pescadores e extrativistas da Ilha Sul de Belém*), nº 8 (*Movimento das peconheiras e peconheiros da Ilha de Itacoãzinho, Igarapé Caixão e Igarapé Genipaúba, Baixo Acará*)⁷ e o nº 7 (*Feirantes e Ribeirinhos dos Portos Públicos de Belém*). Esse último abordou aqueles trabalhadores que vivem, cotidianamente, a realidade das ilhas nos portos da Estrada Nova, onde comercializavam açaí, frutas e carvão, carregavam os recipientes plásticos em torneiras dos portos e adquiriam mercadorias indispensáveis na vida diária.

Os fascículos trazem relatos e entrevistas de moradores da Associação das Ilhas do Maracujá, Papagaio e Combu e mostram uma face desconhecida dessas comunidades ribeirinhas. O Boletim nº 3, *Portal da Amazônia: nossas vidas, nossas lutas* (2009), traça as relações sociais, econômicas e culturais das ilhas ao sul de Belém com os portos da orla, que se desenvolvem ao longo de décadas e, semelhantes aos “ribeirinhos do lado daqui”, compartilham inquietações e efeitos de projetos de intervenção urbanística.

Estudos de Veloso (2012) sobre as ilhas Grande e do Murutucu tratam da avaliação e viabilidade do aproveitamento da água da chuva para uso potável no abastecimento delas. Além da abordagem a respeito da educação nas ilha do Combu e ilha Grande por Andrade (2007). Por sua vez, Araújo e Gonçalves (2011) oferecem contribuições para o sistema de ensino no estuário amazônico. Enquanto Ferreira (2011) analisou o funcionamento do sistema de transporte hidroviário de passageiros nas Ilhas da Região Metropolitana de Belém.

A visão praticada enxerga as ilhas “[...] como realidades sociogeográficas residuais e de resistência aos ritmos de vida metropolitano” (UFPA, 2004, p. 28), e não como situações e realidades sociais imutáveis, congeladas no tempo e espaço. Muito menos trata-se de um olhar saudosista ou salvacionista. Nesse sentido, o propósito é buscar uma leitura crítica sobre o ambiente insular sul da capital do Pará, seguidamente, relegada no contexto e na dinâmica da gestão pública municipal e estadual, deixando à margem essa parte do espaço, assim como inexistindo políticas governamentais voltadas para as comunidades ribeirinhas.

Em que pesem as diversas abordagens em diferentes aspectos relacionados às ilhas ao Sul de Belém, enfocaremos a questão socioambiental delas, esforçando-nos em realizar uma

⁷ A jurisdição administrativa no município do Acará estabelece uma divisão arbitrária que não representa os vínculos econômicos, sociais e culturais frequentes com a cidade de Belém. Por esse motivo, foram consideradas nesta pesquisa e estão aqui referidas.

cartografia temática por meio de entrevistas com as comunidades ribeirinhas e registros fotográficos do espaço insular.

Dessa maneira, a proposta de pesquisa evidencia-se relevante, posto que são notáveis as lacunas de estudos na historiografia, no urbanismo e na ecologia sobre as ilhas da Amazônia e a relação com as cidades que ainda incorporam a dimensão de insularidade em cartografia temática, incluindo elementos históricos, geográficos, demográficos e ambientais. De tal modo, reiteramos esse propósito.

3.1 Ilhas territórios sub-representados

As ilhas são territórios sub-representados em todas as estatísticas e políticas públicas (Santos, 1999). Durante muitas décadas, a porção seca das ilhas maiores foi destinada a usos de interesse da cidade (presídio, colônias agrícolas, áreas do Ministério da Aeronáutica, de proteção ambiental), suas terras e recursos explorados predatoriamente, suas praias ocupadas por casas de final de semana, enquanto suas várzeas se mantiveram como território de comunidades de extrativistas sob ameaças.

Desses diversos usos é deduzida a prevalência de uma finalidade utilitarista das ilhas definida por grupos sociais com poder econômico e político, sem considerar os projetos dos ribeirinhos das ilhas e as possibilidades de sua execução. Nesse sentido, confere-se uma ação de longa duração em que se nega a existência social e política.

Atualmente, observa-se que os processos ocorridos nas ilhas ao Norte da cidade (Mosqueiro, Caratateua ou Outeiro e Cotijuba) estendem-se às ilhas de várzea na orla sul. A ilha do Combu, localizada a 1,5 km do continente, experimenta os efeitos da poluição proveniente do continente, do turismo e da gentrificação das margens dos rios. Nesse contexto, são grupos com recursos financeiros que procuram construir as casas de final de semana e compram do ribeirinho a posse da margem do rio, promovendo um adensamento da ocupação, a redução da área de produção das famílias, a expansão por novos usos e a desestruturação do modo de vida dos nativos (Vicente *et al.*, 2022; Vicente, 2022), ao mesmo tempo que a produção de cacau (*Theobroma cacao*) e açaí é valorizada pelos circuitos da gastronomia regional.

Nesse sentido, coloca-se em curso o projeto e a racionalidade capitalista de consumo (Harvey, 1973, 1996), nos quais os discursos de “janelas para o rio” e da “integração com as ilhas” produzem a valorização da paisagem exuberante e dos recursos naturais apenas como

produtos mercadológicos de consumo para a satisfação momentânea de um segmento social. Esse consumo e uso da natureza, portanto, significam descartar os bens comuns transformados em mera mercadoria e, desse modo, acirram a disputa por esses espaços em torno da grande metrópole.

Não raro o forjamento do “costume ribeirinho” é percebido com estranhamento e até desprezo, de tal forma que se esquece que a essência desses modos de vida é prioritária para preservar a natureza em pé, na medida em que as práticas históricas de preservar o território pelos ribeirinhos têm sido imprescindíveis.

Apesar dessa constatação, as ilhas são espaços excluídos dos benefícios da metrópole com ausência de políticas públicas direcionadas para a coleta regular do lixo, para a instalação do sistema de água potável e de esgotamento sanitário. Imperioso lembrar há pouco tempo não dispunham de energia elétrica e não existia transporte público. Além disso, deve-se reforçar que os agentes exógenos, turistas, agências de turismo, empresários, comerciantes e o próprio poder público não são os que vivenciam os impactos ambientais causados pela ação turística e as visitas indisciplinadas e inconsequentes realizadas no ambiente insular.

As atividades de lazer, entre elas, as trilhas ecológicas, os banhos de rio, os pratos culinários (peixe frito e/ou assado com açaí, entre outros) apresentam as ilhas como espaços/locais de consumo, ao passo que a natureza assume um símbolo de poder e de satisfação ao consumo como um produto ofertado pelo mercado. Todavia, esse consumo dilata os problemas socioambientais, somado ao assoreamento dos rios e a erosão do solo decorrente do tráfico de *jet skis*, balsas e o desmatamento das matas ciliares para a construção de segundas residências, restaurantes e bares.

Com a implementação das atividades de turismo, os esgotos das indústrias e domiciliares lançados nos canais, o óleo e a graxa, os resíduos sólidos, como plásticos, latas de alumínio, restos de alimentos, despejados nas ilhas geram efeitos poluidores da biota aquática e contaminam os igarapés e as águas dos rios, trazendo malefícios à saúde das comunidades insulares e ao ecossistema de várzea (Ribeiro, 2004; Bassalo, 2011; Nunes, 2017; Rodrigues, 2018). Nesse sentido, ao longo de anos, ocorrem a contaminação dos recursos hídricos disponíveis para uso humano e a poluição dos mananciais, decorrentes dos fatores descritos acima, além do crescimento demográfico e da ocupação acelerada e intensa do solo.

Simultaneamente, ocorre a apropriação indevida do território resultando em especulação imobiliária e conflitos de terra. A geração desses conflitos se deve em função da ausência de fiscalizações do poder público e dos órgãos relacionados à questão ambiental – processo que

vem se complexificando. Leff (2021) compreende que, nesse processo, o ambiente surge como um “sistema complexo”, envolvendo a sustentabilidade do processo produtivo, em que as demandas socioambientais usam estratégias de poder na apropriação da natureza.

Contudo, os movimentos socioambientalistas e as populações e povos tradicionais confrontam a espoliação da natureza e estabelecem “novas estratégias” de uso sustentável dos recursos florestais e manutenção do patrimônio biocultural desses grupos sociais.

A falta de preocupação com a memória e a história das ilhas, inviabilizada nos documentos oficiais e nas políticas públicas, contribui para o descaso sobre as problemáticas agravadas nas últimas três décadas. Os pesquisadores Anderson e Ioris (2001) apontavam o adensamento populacional e as alterações da vegetação na ilha do Combu, a maior em extensão na orla Sul.

Na recente produção bibliográfica acerca das ilhas da Grande Belém, destacam-se temas como: desmatamento, saneamento básico, sistema de abastecimento de água, bacias hidrográficas, orlas, poluição de rios, turismo e venda ilegal de terras. Em diferentes aspectos e perspectivas interdisciplinares, tais abordagens têm apresentado novas apreensões e diversas interpretações, constituindo elementos relevantes, para a compreensão, e importantes para a história e a memória das ilhas (Moreira, 1966; Mourão, 1999; Castro, 2006; Rodrigues, 2006; Dergan, 2006, 2017; Ribeiro, 2010; Veloso, 2012; Cirilo, 2013; Cozzi, 2015, 2021; Rodrigues, 2018; Cardoso *et al.*, 2021).

Dergan (2006) insere, em suas pesquisas, a questão da ocupação da ilha do Combu por meio de depoimentos de moradores, evidenciando como houve um crescimento exponencial da população, com o aumento de membros das famílias e a migração de pessoas, oriundas de outras cidades, motivando, dessa forma, o crescimento da população e, conseqüentemente, interferindo nos modos de vida e nas práticas ambientais dos membros da comunidade. Nessa linha, apresenta continuidades com os trabalhos de Anderson e Ioris mencionados há pouco.

Mediante o exposto, o aumento demográfico implica “novas relações” de acordo com Dergan (2006), uma vez que o espaço e os novos laços familiares acarretam para os moradores mais antigos a sensação de que o cotidiano se modifica, embora haja uma resignificação com o espaço e a memória desse lugar, este que é repleto de sentimentos de pertencimento e visão de relações harmônicas com o meio ambiente e com os recursos desse meio.

Tal ângulo refere-se a Dergan (2006, p. 168) focalizado nas observações acerca das “transformações, mudanças e permanências da natureza dos espaços e tempos, através do dia a dia e das relações que se estabeleceram e se estabelecem nas comunidades do Combu, a partir

de 1980 [...]”, acompanhando as memórias, os sentimentos e as experiências narrativas dos moradores. Conquanto estes mantenham práticas equilibradas com o meio em que vivem e entre si, as narrativas históricas indicam mudança do cenário e dos espaços que ocupam, posto que há interferências nas formas de viver e relacionar-se com uma realidade dissipada e transformada por processos de gestão do poder público e das próprias comunidades ribeirinhas.

Na ilha do Combu, a questão do território e de propriedade é ressignificada, especificamente, nas suas práticas ambientais concernentes aos recursos naturais, estabelecendo, ainda, conexões simbólicas no trato com a natureza e os sentidos de pertencimento (Dergan, 2006). Nessa conjuntura, os ribeirinhos do Combu almejam a posse de terra, reivindicando títulos de propriedade desde o final do século XX.

O perfil da ocupação territorial da ilha do Combu foi elaborado por Matta (2006). Tanto que, em sua dissertação, discutiu a relação urbana da cidade de Belém com a ilha relacionada à sustentabilidade ambiental, identificando se havia cadeias de produtos como o cacau (*Theobroma cacao*) e o açaí (*Euterpe Oleracea*) que promovesse essa sustentabilidade, além dos impactos das relações de Belém com as ilhas ao Sul. Em seus resultados, constatou empecilhos na manutenção da ocupação insular e ausência de cadeias produtivas desenvolvidas, isso porque, na realidade, o que existe é apenas a comercialização do açaí.

A relação da cidade de Belém com o espaço insular ainda é “pacífica” e “harmoniosa” apesar de muitos problemas e adversidades, conforme as observações de Matta (2006). De acordo com o autor, Belém ainda oferece benefícios para a construção da sustentabilidade ambiental. E mesmo que a ilha tenha uma dependência da água encanada da cidade paraense, a coleta de lixo não tem regularidade, ao passo que as escolas e os postos de saúde são ínfimos. Desse modo, evidencia a ausência de políticas públicas para os combuenses. Destarte, estes são atingidos pelos impactos socioambientais decorrentes da “cidade das mangueiras”, que se direcionam/refletem na ilha. O autor desconsidera os graus de tensão e os conflitos entre as comunidades ribeirinhas e a cidade, assim como a noção de sustentabilidade não é problematizada.

A Belém continental exerce expansão e causa influência na parte insular, seja por meio dos despejos de resíduos sólidos urbanos nos rios, que banham as ilhas, seja em razão do apelo ao turismo exacerbado que coopta os recursos naturais e os modos de vida do ribeirinho, transformando-os em mercadorias e produto vendável, visando aos lucros e não aos benefícios para a comunidade em geral.

Nesse panorama, Ribeiro (2010) produziu um estudo acerca da gestão ambiental nas ilhas, mais precisamente na ilha do Combu, na qual elucidou diversas demandas dos moradores da Ilha e uma efetiva implantação do poder público em relação aos problemas, como o abastecimento de água potável, menos poluição sonora, provocada pelas festas com aparelhagem nos finais de semana, controle e diminuição de veículos fluviais, como *jet skis*, voadeiras em alta velocidade trafegando pelos furos e igarapés, venda ilegal de imóveis, coleta regular dos resíduos sólidos e mais escolas e postos de saúde.

Os costumes e os modos de vida do ribeirinho da Ilha necessitam ser respeitados e conservados, uma vez que, com a criação da APA da ilha do Combu, segundo Ribeiro (2010), as intervenções para proteção da Ilha caminharam a passos lentos, a exemplo da implementação do Conselho Gestor e a elaboração do plano de manejo, elementos que são relevantes para os avanços sociais, econômicos e ambientais.

Na perspectiva de Mourão (2015), as comunidades ribeirinhas ressignificam as águas onde vivem, moram, reproduzem-se, produzem vivências e traçam relações sociais entre si, com a natureza e com o território/água, que passa a ser ambiente de produção e reprodução, simbolicamente, em seus lares e cotidiano. As águas assumem uma condição simbólica gerando “imagens” e vários sentidos, manifestando-se nos ritos, nas práticas socioeconômicas, sociais e culturais e sendo também fonte de alegria, esperança, mas também de tristeza e infortúnios.

A historiadora examina que algumas ilhas da Amazônia foram colonizadas pela política de imigração do governo, a qual incentivou a vinda de imigrantes de várias partes do Brasil com uma promessa de terras fecundas para plantar e colher. As ilhas maiores passaram por esse estágio, precisamente, as ilhas de Mosqueiro, Onças e Caratateua, já as ilhas menores, como Combu e Grande, receberam nordestinos, que vieram por conta própria, sem condições financeiras, mas que chegaram às ilhas e foram explorando seus recursos naturais e fixando-se nelas.

As ilhas que integram a Região Metropolitana de Belém passaram a ter o olhar do governo a partir da década de 1970 com a reivindicação dos moradores de sistema de saneamento e esgoto, de construção de escolas e posto de saúde e com as denúncias de ambientalistas em relação ao desmatamento e à poluição das águas (Mourão, 2015). Destarte, as ilhas passaram a ser vistas de modo sistemático pelo poder público com políticas voltadas para a questão ambiental e com um olhar turístico e empresarial em torno da exuberante paisagem e da exploração dos recursos naturais que elas oferecem.

Rodrigues (2018) apontou que a concepção da Área de Preservação Ambiental do Combu representou transformações no modo de vida da população ilhoa, influências advindas do poder público, de empresários e de visitantes, agentes exógenos que não têm as mesmas pretensões da comunidade, tampouco se preocupam com os conflitos ocasionados e os problemas socioambientais gerados.

Nesses termos, Rodrigues (2018) pontuou, em seus estudos, que a prática do turismo pode trazer benefícios e satisfação aos turistas e às comunidades ribeirinhas, desde que as políticas públicas se voltem para a preservação dos recursos naturais e do modo de viver dos ribeirinhos, tal como os investimentos a serem realizados, como saneamento básico, sistema de água potável, segurança e criação de mais escolas para que, de fato, o valor de uso do espaço insular e precisamente sua percepção como ambiente e cultura sejam respeitados e conservados.

A interpretação da realidade é apreendida mediante um referencial teórico interdisciplinar voltado para a problemática construída analítica e empiricamente. Os estudos envolvendo as questões de meio ambiente iniciaram-se nos anos 1970 com diversas pesquisas amplas e específicas, a exemplo de estudos de diferentes tipos sobre poluição, saneamento básico, entre outros. No entanto, nos anos 1960, já havia uma tomada de consciência acerca dos problemas ambientais que atingiam a sociedade.

As pesquisas nesse campo perpassam diversas discussões, sejam elas de ordem econômica, política, ambiental e social. De início, existe concordância geral sobre o fato de a categoria ambiente ser complexa e exigir um olhar holístico da pesquisa e, ao mesmo tempo, mais detalhista da realidade e do cotidiano. Nesse sentido, o ambiente possui diversas instâncias e sentidos e está na linha de frente de “modelos de desenvolvimento” e na pauta de agentes e instituições, que reiteram e ressignificam os sentidos dados a essa categoria.

A expressão meio ambiente carrega polissemia em sua acepção e, até mesmo, na utilização de seu uso (Jollivet; Pavel, 1997). Os autores discutem o meio ambiente como campo de pesquisa científica e suas dificuldades de concebê-lo como objeto científico, além de sua definição que parece confusa e complexa. Todavia, entender os processos, que direcionam o “estado desse meio ambiente”, torna-se mais urgente e interessante, visto que se detém um cenário de prevenção e monitoramento.

De todo modo, o meio ambiente se constitui pelos processos de fenômenos naturais e ações antrópicas, que se imbricam nas relações sociais e econômicas de uma comunidade, que produz efeitos nocivos e positivos nesse ambiente, o qual sequer é respeitado e considerado pelas atividades humanas.

Para Jollivet e Pavel (1997), as pesquisas sobre meio ambiente implicam recortes em termos espaciais, situados num contexto espaço-temporal, envolvendo processos complexos, mas passíveis de serem resolvidos, dentro de ocorrências em escalas temporais e espaciais diferentes, englobando o quadro socioeconômico, e de relações entre os seres humanos e a geração de novas problemáticas, referidas nas pesquisas ambientais.

Encontramos uma definição pioneira da expressão de meio ambiente na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, no ano de 1972. A Conferência conceituou o termo como “sistema físico e biológico global em que vivem o homem e outros organismos – um todo complexo com muitos componentes interagindo em seu interior” (Margulis, 1996, p. 13). Decerto, essa definição traz, em seu bojo, os efeitos das atividades humanas sobre a natureza, assim como os impactos socioambientais gerados, quer benéficos ou maléficos, ao meio ambiente e à própria sociedade.

As publicações que investigam questões ambientais advêm da pena de diversos autores que se debruçam sobre elas em diferentes enfoques. Diegues (2008) aborda as escolas do pensamento ecológico, no qual se têm reflexões referidas a um “novo” ecologismo estourado na Europa e nos Estados Unidos, junto com as mobilizações estudantis no ano de 1968, voltado para lutas ecológicas e para um movimento pela vida, em que se levantavam a bandeira em defesa da natureza e da exploração consciente dos recursos naturais.

Surgindo por meio das acepções de Moscovici (1974), essas reflexões passaram de um naturalismo, de uma proteção passiva, para concepções ativas e afirmativas e de relações harmônicas entre homem e natureza, um sentimento de pertencimento da sociedade ao mundo natural, enquanto as ações humanas trazem benefícios e malefícios aos recursos naturais, uma vez que estes fazem parte da história e de um contexto histórico e social no qual estão inseridos.

Nesse ínterim, os problemas ambientais deixaram de ser mundiais para serem locais, exigindo estudos e produções voltadas para um olhar mais focado e explicações mais interdisciplinares, visto que os processos são de ordem natural e social que modificam ou/e determinam mudanças socioambientais. As reflexões e as investigações apontam soluções e meios para aproveitamento dos recursos naturais sem esgotá-los e/ou danificá-los numa relação harmônica entre o homem e o natural.

O pensamento ecológico, numa concepção de natureza voltada para “significados e sentidos culturais, interesses sociais e poderes econômicos” é o cerne da construção teórica de Enrique Leff (2012, p. 110), que direciona observações sobre o meio ambiente e o que seria uma racionalidade ambiental, cujos saberes ambientais se relacionam e dialogam entre si para

combater os discursos de uma natureza utilizada a favor dos mercados financeiros, com a intenção de trazer benefícios para a sociedade.

Por outro lado, a apropriação inadequada dos recursos naturais envolve, também, os discursos voltados para a preservação deles. Entretanto, o capital e a racionalidade econômica trazem os impactos sociais e ecológicos, gerando conflitos ambientais e sociais em torno dos recursos naturais.

Mediante tal viés, nas contradições ecológicas do capital, aparecem os custos ecológicos diferentes para a natureza e a sociedade, emergindo conflitos sociais e apropriação dos recursos naturais pelos diversos nichos de mercado, mas também pelas diferentes classes sociais, as quais fazem uso da natureza para sua sobrevivência e para a construção e a permanência (ou não) da sustentabilidade ambiental.

A relação dialética entre a economia e a ecologia apresenta em Leff (2012, p. 119) considerações específicas que se direcionam para lutas políticas e sociais e práticas culturais, voltadas para a produção sustentável e a constituição de um saber ambiental, convergindo para o diálogo de saberes, com diversas visões de mundo e estratégias de poder pela “apropriação social da natureza”. A condição de possibilidade de construção de um futuro sustentável é viável tão somente pela diversidade cultural e pelo diálogo de saberes.

Nesse sentido, o diálogo de saberes se dá pelo encontro do outro e pelas diferentes práticas culturais da sociedade, inserido em uma racionalidade ambiental e uma dialética do pensamento e da reflexão científica, em que se põe a política da diferença e dos conflitos, manifestando, desse modo, novas racionalidades, novos mundos de vidas e novas práticas sociais.

As novas práticas sociais envolvem uma nova racionalidade ambiental, a qual inclui uma transição de um pensamento ambiental orientado para um meio ambiente no qual as diversas culturas e diferentes povos possam e tenham condições propícias para coabitarem com a natureza. Os povos e as comunidades tradicionais na Amazônia reivindicam esse lugar histórico, cultural e político.

Historicamente, os ribeirinhos e as ribeirinhas foram invisibilizados e ignorados por uma visão naturalista e naturalizante, na qual as pessoas eram ofuscadas e os recursos eram postos em evidência, trazendo a questão de “vazio demográfico”, “terras sem homens” para o espaço amazônico (Cruz, 2008, p. 52), passando por uma construção ideológica de modo a reforçar a historiografia e o debate em torno das políticas públicas e dos discursos voltados para essas populações.

Nesse sentido, tal visão naturalista produziu um silenciamento das comunidades ribeirinhas, como se elas ficassem à margem dos processos decisórios e não tivessem voz em sua história e sua memória, como se não tivessem uma identidade. Muitas vezes, essa invisibilidade e silenciamento se reproduzem em documentos oficiais de órgãos e em produções acadêmicas acerca da temática dos povos e populações tradicionais amazônicas.

A visão colonialista e reducionista enxerga os ribeirinhos como pessoas atrasadas, improdutivas, lentas e paradas no tempo e no espaço. Em relação à identidade de ribeirinho, “[...] não é simples localização geográfica que determina a construção de uma identidade ribeirinha, mas os processos, as relações socioespaciais e histórico-culturais que engendram um sentido e um sentimento de pertencimento”, conforme preceitua Cruz (2008, p. 55). Por isso, somos levados a desconsiderar essa visão, voltando o debate para uma realidade que envolva a dimensão natural, ambiental, sociocultural e econômica, tornando evidente o protagonismo e a existência de tais populações.

Ao falarmos da existência do ribeirinho, o construto nos leva a pensar em pessoas com modos de vida diferente dos chamados citadinos. Contudo, esses modos estão entrelaçados às formas de viver da cidade, posto que o cotidiano e as sociabilidades com os rios estão intrínsecos com as ações de sobrevivência econômica por meio das águas e da conservação e manutenção dos elementos da natureza, desses modos de viver e desse elo que conecta a existência de tais grupos sociais. Significa dizer que a relação do ribeirinho com a cidade é, de certa forma, garantia da sua reprodução física e cultural.

As comunidades ribeirinhas ainda se mantêm bastante no imaginário social de um ser amazônico que conserva uma relação harmônica com a natureza, vive às margens dos rios e mantém uma cultura original. Pelo contrário, os modos de vida são mesclados, visto que a relação com o outro lado da cidade existe. Tanto que esse entrelaçamento, cidade-rio-várzea-floresta, imprime um caráter de espaço-temporalidade na permanência e na dependência do ribeirinho com o rio (Cruz, 2008). Embora não seja uma dependência ociosa, negativa efetivamente, relaciona-se com a sociabilidade tecida com esses elementos naturais, os quais delineiam os modos de vida, as relações e as inter-relações com e pelas águas dos rios.

Esse olhar não é romantizado, tampouco uma representação romantizada, ou uma estigmatização cultural do ribeirinho, menos ainda, naturalização da invisibilidade do ribeirinho. Considera-se, em verdade, os processos históricos, sociais e modos de viver negados, ou seja, o sujeito-lugar no que tange a uma relação simbiótica com a natureza, ciclos e dinâmica, recurso oral e prática.

Entretanto, o rio é elemento fundamental de uma sobrevivência e manutenção dos ribeirinhos (Lima, 1937; Tocantins, 2000; Cruz, 2008). Com efeito, estes são agentes de mudanças e transformações na realidade social e ambiental em que estão envolvidos em busca da defesa de seu território, lutando por condições de vida melhor, como também para serem vistos pela sociedade como agentes sociais que possuem valores e contribuem para a guarda de um modo de viver, estando no ambiente e modificando-o, de forma a determinar sua própria história.

Tocantins (2000, p. 48), na obra *O rio comanda a vida*, traça uma narrativa das viagens das descobertas das Américas, descrevendo um imaginário mitológico, envolvendo o cenário das florestas e o dorso dos rios, estes que como “[...] um único e verdadeiro protagonista da epopeia dominou discricionariamente a vida de todos”, ao passo que o rio traça direções de vidas, memórias, cidades, influenciando relações dos povos que habitavam os trópicos às margens dos rios com os que chegavam ansiosos por terra, colocando os pés em terras longínquas e desconhecidas.

Navegar era preciso, essa era a meta e o desafio dos desbravadores do “Novo Mundo”, no entanto, os rios eram desconhecidos, as águas eram turbulentas, mesmo assim o anseio de navegar e descobrir novos ares era o objetivo, ainda que houvesse obstáculos e a pequenez dos homens diante do avulto volume de águas e dos povos que habitam as margens desses rios.

Na ótica de Tocantins (2000), o rio imprime sua marca na vida dos homens, produz tendências e direções à sociedade, caracterizando modos de vida de habitantes da Amazônia. Para o autor, o rio é um protagonista numa associação mística com esse ser natural, que comanda a vida, tornando-se uma dádiva para aqueles que o navegam, desbravam-no, além da existência e sobrevivência ao longo da história, da conquista da terra e de “novos” tempos.

Essa característica da existência e sobrevivência está relacionada aos “novos” ritmos sociais e “novas” temporalidades (Cruz, 2008). Temporalidades que não seguem uma linha linear, mas alinear, com mudanças atemporais que interferem, amiúde, numa negação do rio pela vida urbana, pelo mercado e pelo sistema capitalista no qual vivemos e estamos cada vez mais engendrados num círculo que nos faz não sujeitos dos processos e da realidade que estamos inseridos.

Temporalidades, rumos, rios e estradas ditam o tempo rápido na dinâmica do capital da Amazônia a partir da década de 1960, com o processo de integração regional, imprimindo um “novo padrão espaço-temporal [...] estrada – terra firme – subsolo” (Cruz, 2008, p. 50-51),

modificando o espaço regional com a construção de rodovias, incentivando a ocupação via terrestre e alterando a realidade regional.

Nesses termos, imprimindo um “tempo rápido”, relacionado aos procedimentos modernos da economia capitalista e da vida urbana, ainda se demarca a permanência de um tempo lento, em que os “modos de vida tradicionais” (Cruz, 2008) são mantidos, principalmente, em comunidades ribeirinhas, dado que a ordem do capital é menos intensa, enquanto o rio ainda permanece importante, assim como o imaginário, envolvendo lendas, crenças e cosmologias, perdura nessa espacialidade.

O tempo hegemônico da cidade impõe subtrações às temporalidades da vida cotidiana, influenciando as relações com a cidade e além das águas do rio, tecendo relação cidade-rio e rio-cidade (Silva; Malheiro, 2005). Embora as relações do ribeirinho com o rio sejam marcadas pela dinâmica da natureza e da tradição, produzem significados, sentidos e simbolismos com os modos de vida, que não são congelados no tempo, mas ressignificados no tempo e na história.

A identidade ribeirinha, utilizada nas discussões deste capítulo, não se relaciona ao critério localização à beira do rio, mas à dependência e à relação simbólica com as águas, baseando-se, então, nas proposições de Trindade Júnior (2002, 2008), Acevedo Marin, Pinto e Monteiro (2005) e Silva e Malheiro (2005). Trata-se de elementos como os conteúdos sociais, um sistema de objetos que estabelece as relações cidade-rio, isto é, os modos de vida da categoria ribeirinho que se propõe nesta seção.

Nesses termos, o rio não é apenas um elemento paisagístico, na verdade, compõe modos de viver e ser das comunidades ribeirinhas, que apresenta um *modus operandi* peculiar que a diferencia de outros sujeitos do meio urbano. Na perspectiva de Silva e Souza Filho (2002), essas “comunidades”, sistematicamente, permaneceram excluídas do planejamento das políticas públicas, mormente, em relação à saúde, à educação, ao sistema de água encanada e rede de esgoto, entre outros serviços. Contraditoriamente, as ilhas são trazidas à baila quando se abordam os problemas ambientais da cidade, posto que constituem área verde, de lazer e de investimentos privados.

A categoria social ribeirinho ganha contorno nos modos de viver e em suas práticas sociais relacionados ao rio, à beira e ao conhecimento de seu território, no qual vivem, convivem e constroem relações sociais e políticas (Castro, 2006; Trindade Júnior; Silva; Amaral, 2008), perpetuando suas histórias e memórias, envoltas no processo de ocupação dessa beira e/ou território.

Na reconstrução analítica do processo de expansão de urbanização de cidades, a lógica de mercado busca “transformar” e apropriar-se desse território e desses modos de viver para serem comercializados e vendidos ao público consumidor, que contempla a natureza, pois é um sentido de bem viver e um estilo de vida em ambiente quase urbanizado na visão capitalista.

Os ribeirinhos têm, no elemento rio e floresta, seu território, o qual é marcado pelas relações sociais e seus modos de vida, estes que são diferenciados dos cidadãos. O rio e a floresta se consolidam no espaço da produção e da reprodução do viver ribeirinho, fazendo parte de um ambiente incluído nesse viver (Certeau, 1994) e tão logo se reconhecem como agentes sociais e protagonistas de suas próprias escolhas e de suas histórias de vida, perpassadas para as presentes e futuras gerações que habitam essa parte insular de Belém.

Na perspectiva do reconhecimento de sua cultura e de seus direitos, as comunidades ribeirinhas se integram aos movimentos sociais que mobilizam estratégias de enfrentamento às condições de descaso e desatenção das políticas públicas governamentais. Nesse panorama, os movimentos de luta e resistência pela sua reprodução social e bem-estar, pela conquista de seu território e de suas vivências permite que não se deixem levar pela lógica da precificação e espoliação do capitalismo.

A partir dos movimentos sociais, as comunidades tradicionais posicionam-se num campo de disputas pela permanência de seus territórios e regularização de suas terras, inserindo-se na arena política, pautando a reivindicação de seus direitos e a manutenção do seu modo de viver, rompendo com estruturas sociais instaladas, denunciando a espoliação dos recursos naturais e os efeitos socioambientais do capital sobre a vida humana e da biodiversidade.

Os movimentos sociais nas comunidades insulares surgiram nos anos de 1980, com auxílio das primeiras formas de organizações sociais, com os segmentos das comunidades como pescadores, extrativistas, grupos eclesiais de base, articulações com sindicatos, igrejas, partidos políticos, entre outras entidades (Silva, 2022). As primeiras reivindicações passaram pelas demandas de equipamentos públicos como postos de saúde, escolas e habitação. Com o transcurso dos anos, eles lutaram pelos direitos ao território na sua identidade como categoria social de povos e populações tradicionais.

No decorrer dos anos, os movimentos sociais ribeirinhos tornaram-se importantes para a regularização fundiária de suas terras e mediante a afirmação de seus costumes e modos de vida, mostrando para as organizações estatais e empresas multinacionais que eles possuem força e capital social e resistem aos projetos e empreendimentos que trarão “desenvolvimento” para as comunidades, que, na verdade, são estratégias e discursos apenas para a espoliação das

ribeirinhas e dos ribeirinhos e de sua forma de viver, pondo em risco a sustentabilidade dos recursos hídricos e florestais.

3.2 Comunidades insulares e o ambiente

Pádua (2010), Williams (2011) e Worster (1991) apontam que a natureza exerce influência na vida humana e na construção de cidades, dado que o meio ambiente é inerente às pessoas que nele habitam, visto que as pessoas e os processos de urbanização de cidade interferem nas modificações de paisagem, em que o ser humano tem a capacidade de degradar e destruir o ambiente em que vive.

Conforme Pádua (2010) e Williams (2011), as análises socioambientais não se prendem somente no debate da destruição da natureza, sendo possível expandi-la em análises da natureza com as questões humanas, uma vez que as relações da sociedade com natureza não se dissociam, além de estarem presentes nos laços culturais e nos costumes das cidades.

O debate acerca da natureza e da sustentabilidade apresentam-se nas narrativas históricas, ao passo que os agentes sociais se apropriam e transformam o ambiente, estabelecendo, ou não, condições ecológicas voltadas para um processo produtivo sustentável, em que a exploração do ambiente leve em conta a finitude e a equalização dos recursos naturais. Ainda assim, a racionalidade econômica antiecológica impera cada vez mais, destituindo territórios e subjugando o patrimônio biocultural das comunidades tradicionais, emergindo a apropriação destrutiva das comunidades insulares, do território e do ambiente.

Para Christofolletti (1993), a aplicação do termo ambiente, em diversos campos do conhecimento, assume significados e sentidos diferentes de usos. No campo da problemática ambiental, o termo atravessa duas perspectivas:

[...] a primeira tem significância biológica e social e valor antropocêntrico, focalizando o contexto e as circunstâncias que envolvem o ser vivo, sendo o ambiente definido como as condições, circunstâncias e influências sob as quais existe uma organização ou um sistema. [...] A segunda perspectiva considera a funcionalidade interativa da geosfera-biosfera, focalizando a existência de unidades de organização englobando os elementos físicos (abióticos) e bióticos que compõem o meio ambiente, elaboradas mesmo sem a presença e ação do ser humano [...] (Christofolletti, 1993, p. 128).

Nesse sentido, não adotaremos uma definição única e fechada de meio ambiente, na medida em que essa categoria não é fácil de definir, tão logo o termo será incluído e discutido numa abordagem interdisciplinar.

Em que pesem as discussões, no âmbito acadêmico e político, foram evidentes na emergência do movimento ambientalista entre as décadas de 1970 a 1980 com o enfoque na preservação natural e no crescimento econômico, tendo sido posto no cerne essa discussão envolvendo a exploração consciente dos recursos naturais, deixando de ser uma questão local para ser global, com o debate de ordem econômica, social e ambiental por diversos órgãos institucionais e pela sociedade civil.

Nessa direção, as temáticas envolvendo o território insular e suas comunidades vêm se consolidando com discussões teóricas no campo ambiental e social, suscitando novos estudos e horizontes na abordagem das questões ecológicas e da natureza, visto que esta não pode ser apropriada por predadores econômicos, espoliando os recursos naturais sem a concepção da finitude e da preservação para as futuras gerações e para a saúde do planeta e dos habitantes.

Em vista disso, em meados da década de 1970, conforme Pádua (2010); Worster (1991), a institucionalização acadêmica dos estudos historiográficos, voltados para o campo ambiental, trouxe enfoques interdisciplinares com mudanças de pensamento das relações entre a natureza e os seres humanos. Para os autores, esse processo baseou-se em três dimensões:

- a) As atividades humanas causam impactos importantes aos recursos naturais;
- b) A mudança nos marcos da cronológica de compreensão do mundo pelo “tempo geológico” e pelo “tempo bíblico”;
- c) Panorama de natureza como um processo em constante reconstrução e como uma história a ser narrada pelo viés da própria natureza e seus agentes sociais, caracterizados também como agentes históricos.

Em conformidade com Pádua (2010), Williams (2011) e Worster (1991), a noção de ambiente impulsionou “novos” estudos e análises acerca das relações da natureza com a sociedade, dialogando com saberes culturais, questões políticas, econômicas e sociais, trazendo à tona diversificadas reflexões em torno do saber ambiental e contribuindo com abordagens interdisciplinares no campo ambiental e na historiografia.

Isso posto, na perspectiva dos estudos socioambientais, evidenciam-se que a natureza exerce influência na vida humana e na construção de histórias de luta e defesa, posto que o meio ambiente é inerente ao espaço no qual as pessoas estão, isso porque as pessoas e os processos de urbanização de cidade interferem nas modificações de paisagem, em que o ser humano tem a capacidade de degradar e destruir o ambiente em que vive.

Dessa feita, os problemas ambientais, conforme Pádua (2010, p. 82), foram partícipes da agenda pública com vigor a partir da década de 1970, a qual deu mais visibilidade ao “ambientalismo”, que nascia como um movimento histórico mais do que social, uma vez que a “[...] ideia de ‘ecologia’ rompeu os muros da academia para inspirar o estabelecimento de comportamentos sociais, ações coletivas e políticas públicas em diferentes níveis de articulação, do local ao global”, articulando diversos campos do saber, agregando à ecologia “novas” discussões e debates na esfera das políticas públicas, como questões urgentes e necessárias à sociedade.

As acepções de Williams (2011, p. 104) assinalam que a natureza deve constituir também o homem, fazendo deste um elemento dela, inserindo-se nos processos naturais e históricos de uma sociedade, portanto, faz parte da “paisagem natural”, visto que essa paisagem “[...] trata-se de um produto do planejamento e do trabalho humano”, enquanto esse produto influencia na mutação e na renovação das relações sociais dos habitantes desta.

Na concepção de Williams (2011), a natureza não é separada das atividades humanas, se assim o fosse, perder-se-ia o sentido pleno e efetivo de ser natureza. Isso posto que nela é depositada toda uma conjuntura histórica e social, que faz com o homem se reflita dentro dela, mesmo que haja um mercado de exploração, esfoliação, sem escalas e limite, destruindo riquezas naturais, muitas vezes, com um discurso hipócrita de preservação e conservação.

Ainda que tenhamos ações e sensibilização da sociedade em manter florestas em pé, preocupação com a poluição das águas e do ar e com uma vida mais saudável, respeitam-se os laços com a natureza, deixando esta presente nos processos humanos como maneira de sobrevivência da humanidade, e não a alienação de uma sociedade.

Refletir acerca da “Belém insular” é um desafio, não obstante, a cidade nasceu, conforme Moreira (1966), sob o “signo insular”, rodeada de ilhas, caracterizando-se como uma cidade estratégica e de uma natureza exuberante que a envolve e destaca-a entre as cidades brasileiras. Nesse cenário, o signo insular sempre povoou as narrativas dos viajantes e navegadores que registraram e revelaram ao mundo a dimensão continental e insular antes desconhecidas.

Nesse sentido, o espaço insular e continental entram num campo de disputa pelo Estado, pelo capital e pelos segmentos sociais. Desse modo, do ponto de vista econômico, esse processo é marcado pelo extrativismo mercantilista e por transformações socioambientais, inserindo, nesse contexto, a dimensão insular como recurso estratégico e decisória na região, uma vez que o mundo das águas é um dos principais fornecedores de produtos florestais para a população

local, é a principal canal de comunicação e transporte entre as comunidades ribeirinhas e desponta como eixo de expansão do turismo e lócus de expansão urbana pela parte continental belenense.

No decorrer do tempo, as áreas insulares passam a ter seus cotidianos e os modos de vida alterados pelas ações mesológicas e antrópicas. O processo de crescimento populacional da capital paraense revela uma pressão nas áreas verdes e insulares pela intensificação do uso dos recursos florestais e de novas atividades relacionadas ao turismo com a construção de restaurantes e eventos de lazer de maneira desenfreada e sem nenhum controle, pondo em risco a sustentabilidade social e ambiental dessas áreas.

3.3 Debate sobre a noção de sustentabilidade

Atualmente, é muito presente, no debate ambiental, a noção de sustentabilidade nas matrizes discursivas no debate sobre os processos de expansão e crescimento agigantado das cidades. Em virtude disso, Acselrad (2009) entende que o desenvolvimento de cidades e as questões urbanas aparecem em matrizes discursivas no âmbito do discurso econômico e ambiental, cujo foco é a busca pela eficiência na utilização dos recursos naturais da floresta e do planeta. Entretanto, essas matrizes discursivas estão imbuídas de forças socioeconômicas contrárias. De tal modo que as cidades se materializam nessa busca, porém nem sempre estão voltadas para a sustentabilidade que realmente valoriza e conserva os recursos naturais.

Isso posto, vivencia-se um cenário em que a relação entre os processos de desenvolvimento, a sustentabilidade e a ação antrópica no meio ambiente está em permanente mudança e influencia as relações do homem com a (in)sustentabilidade dos recursos naturais e a própria vida no planeta. Ao longo do tempo, o homem aprendeu a conviver com a natureza, aproveitando seus recursos naturais, embora tendo, pouco, o cuidado e a preocupação de preservá-los, uma vez que são finitos e correm o risco ambiental de desaparecimento.

Nesse sentido, o debate acerca da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável⁸ tomou corpo, primeiramente, pela militância ecológica quando houve a definição do termo no Relatório *Brundtland* pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e com Eco-92. Sendo que, desde essa época, as discussões sobre o tema foram se estabelecendo e consolidando no discurso acadêmico e político (Machado, 1999; Mathis, 1999) e estão redefinidas com “novos” argumentos e debates no contexto histórico atual.

⁸ Conforme o Relatório de *Brundtland*, a definição do termo circunscreve-se em atender às necessidades presentes sem comprometer as necessidades das futuras gerações, sobretudo, em relação ao uso dos recursos naturais.

Destarte, a preocupação com a sustentabilidade, nas comunidades insulares, perpassa a discussão dos problemas socioambientais que as afligem, como a poluição dos rios, o acesso à água potável e segurança, o assoreamento dos leitos dos rios, o desmatamento das matas ciliares, a ausência de projetos ambientais pelo poder público, entre outros.

Por seu turno, as práticas de sustentabilidade pelas comunidades insulares têm sido desenvolvidas por elas mesmas com o auxílio de universidades e instituições que dão suporte e orientações, a exemplo da implantação da captação da água da chuva para uso doméstico, a captação da energia solar, a compostagem para obtenção de gás butano e para adubo das hortaliças e legumes, utilizados na própria alimentação, e para as refeições comercializadas em um dos restaurantes localizados em uma das ilhas ao Sul da Grande Belém.

Ainda assim, algumas dessas iniciativas concentram-se tão somente em parcelas pequenas de famílias, não se estendendo para um coletivo maior, o que demonstra uma questão de organização social ou de uma centralização de recursos financeiros e um capital social segregado apenas num segmento familiar que dispõe dessas práticas de sustentabilidade para benefícios individuais, comercializando os produtos da floresta como mercadoria (Acselrad, 2009; Williams, 2011). Todavia, ainda existe a preocupação com a preservação ambiental e a manutenção dos modos de vida da comunidade insular, o que é relevante para a perpetuação de uma cultura e da floresta em pé.

Nesse ínterim, o termo sustentabilidade retoma às discussões ambientais acerca das mudanças climáticas e de lutas por territórios de povos e comunidades tradicionais. De tal forma que os discursos passam por diversas problemáticas e soluções pelo poder público, sociedade civil, organizações de classes e pelas próprias populações que reivindicam e resistem aos valores de mercado (Harvey, 1996), especificamente, quando a cultura de consumo é exacerbada e prevalecem os ganhos de capital e o enriquecimento de uma parte da sociedade.

O discurso da sustentabilidade, ao longo do tempo, contextualizou-se na perspectiva da “natureza exterior”, particularmente, no debate da economia neoclássica mais intensa a partir dos anos 1980 (Redclift, 2003). No século XXI, novos discursos estão em voga, voltados para a inclusão do ser humano como protagonista no processo de sustentabilidade e da política ambiental, nos quais “novos discursos” do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade estão na era da globalização nas comunicações, na genética, desde a ECO-92. Discursos esses direcionados e captados pelos interesses econômicos ambientais utilizados pelos diferentes grupos e atores sociais.

Em suas reflexões acerca de imaginários sociais e sustentabilidade da vida, Leff (2016, p. 293) debate sobre a responsabilidade social e a “capitalização da natureza na evolução da vida e da biodiversidade”, como um alarme que disparou para se pensar a questão socioambiental num processo complexificado crescente que acelera a “morte entrópica do planeta”, induzida pela racionalidade da modernidade, apontando para a desestruturação da organização ecológica e da degradação da (in)sustentabilidade da vida no e do planeta.

Os conceitos de sustentabilidade, ambiente, meio ambiente, natureza e território estão se ressignificando, conforme Leff (2016, p. 242), no campo da ecologia política, na qual existe o confronto de diversas “estratégias discursivas para a apropriação da natureza e a construção da sustentabilidade”. Esse confronto se processa na disputa territorial e de discursos da geopolítica em que a racionalidade ambiental está envolvida numa teia de conceitos que adquirem legitimidade e significados.

Nesses termos, a ânsia pela sustentabilidade perpassa pela demanda da sociedade civil, pela dignidade de povos e pela construção dos direitos das comunidades (Leff, 2016) no que concerne às diferentes culturas e saberes ambientais dos povos das florestas, inserindo-os no debate e no diálogo do conhecimento, em que o simbólico, o imaginário e a sustentabilidade reconstituem-se e relacionam-se nas estratégias de poder em situações de conflitos ambientais e numa realidade complexa e desafiante.

Na percepção de Leff (2016, p. 280), a ecologia política acende “novas vias para a sustentabilidade” por meio de uma conversa de saberes, na qual esses saberes envolvem um mundo global com a coexistência de diferentes “formas de ser e de viver” dentro de uma política da diferença e uma ética da futuridade”. Sendo assim, o mundo sustentável necessita de um controle social da degradação ambiental, de maneira que o planeta esteja, realmente, no discurso da sustentabilidade da vida humana e da natureza.

Em consonância com esse discurso ambiental, a discussão acerca da sustentabilidade de comunidades insulares está no bojo de seu modo de vida e na forma como elas se relacionam com o ambiente e o espaço em que vivem. Esse ambiente, imbuído e cercado pela racionalidade e pelo discurso ambiental (Leff, 2016), vem sendo apropriado como mercadoria “vendável”, pois existem consumidores que almejam viver momentos de lazer e aproveitar a natureza, ao passo que outros desejam viver experiências exóticas como tomar banho de rio, conhecer árvores em trilhas ecológicas, remar em canoas, subir em açazeiros, entre outros “atrativos” que o turismo ecológico, ecoturismo, a economia criativa e outras iniciativas oferecem.

Numa percepção empírica, a sustentabilidade praticada pelas comunidades insulares da área em estudo se torna presente na conservação dos modos de vida voltado para o *modus operandi* de cultivar a terra e de manter a floresta quando deixam as árvores crescerem sem desmatar e quando se organizam em associações em defesa do território e de sua cultura, resistindo às pressões do capitalismo e dos processos da modernidade, “na reinvenção de suas identidades”, nos “os processos de reapropriação social da natureza no sentido da sustentabilidade da vida” (Leff, 2016, p. 301), sendo agentes sociais que mobilizam todo um coletivo e uma prática de trabalho voltada para a valorização da terra.

Nesse sentido, incorporando o enunciado sustentabilidade na reflexão teórica, importa dizer que se coloca numa disputa de sentidos na construção de realidades históricas e nos diálogos de saberes, à medida que:

A sustentabilidade é o nome do horizonte de um porvir; o ambiente é o operador de seu acontecimento, que, além de um jogo de subjetividades e de verdades objetivas, produz em um diálogo de saberes. Se a sustentabilidade como acontecimento histórico é uma verdade-por- vir, será verídica não pela coerência conceitual das investigações científicas em torno de suas teorias, nem pela afirmação positiva de seus enunciados, mas pelo sentido mobilizador de suas estratégias discursivas como resultante do confronto de sentidos que encarnam em imaginários interessados. A verdade se forma no campo do poder político dos imaginários e das estratégias discursivas da sustentabilidade, no diálogo de saberes e na dialética do poder no campo da ecologia política (Leff, 2016, p. 364).

Nas estratégias discursivas da sustentabilidade e na sociologia ambiental, as narrativas perpassam categorias de análise-racionalidades, imaginários, culturas, identidades e *habitus*, que estão em diferentes abordagens teóricas e apreensão de objetos de estudos que se voltam para uma construção da sustentabilidade. Nesta as comunidades insulares e os seus saberes ambientais conectam-se e resistem nos processos da modernidade e dos apelos da globalização na busca pela permanência dos modos de viver e pela reapropriação de seus territórios de vida.

Destarte, na (re)apropriação dos territórios de vida, perpassa, também, a “reconstrução das condições de vida” (Leff, 2016, p. 418) do ambiente onde vivem, de seus costumes e hábitos que fazem parte de sua diversidade cultural – usurpada pela modernidade e pelo progresso, que não os reconhecem e não os provêm numa ordem simbólica da sustentabilidade. Isso uma vez que são seres culturais e coletivos, e não meros sujeitos de processos sociais em que pesam apenas os interesses do capital e da globalização.

Não obstante, a realidade socioeconômica e ambiental, em que as comunidades ribeirinhas se encontram com a exploração dos recursos naturais das ilhas e a expropriação de seus territórios, leva a refletir uma (in)sustentabilidade que acomete, vigora e acelera o processo

contínuo e espoliativo do ambiente insular e a vida ribeirinha, posto que os discursos de desenvolvimento sustentável tornam-se uma fábula e uma falácia (Kruse; Cunha, 2022).

Em vista disso, as estratégias coercitivas para marcar ou dizer que estão construindo paisagens e espaços futuros sustentáveis estão bastante questionadas na sociedade amazônica e global. Perante um “desenvolvimento” que não se concretiza e não se propaga nesse ambiente insular, caracteriza-se a (in)sustentabilidade dos modos de viver e de habitar, que, cada vez mais, consolida-se, extinguindo, de uma forma velada, a sustentabilidade, que se projeta, sobretudo, na manutenção dos recursos naturais e das comunidades tradicionais.

A sustentabilidade dos povos e comunidades tradicionais que se propaga e discute-se em larga escala, no âmbito das ideias e no campo empírico, direciona-se para os discursos ambientais do mercado e do capital, nos quais esses agentes os ressignificam e difundem-nos como desenvolvimento sustentável dos recursos florestais e conservação da vida no meio ambiente (Kruse; Cunha, 2022). Em contrapartida, o que ocorre é a exploração das riquezas naturais com o enfoque no crescimento econômico e na conquista de novos mercados, conforme os preceitos de um modelo econômico desenvolvimentista vigente.

Nessa direção, Kruse e Cunha (2022, p. 8) analisam, criticamente, o conceito de desenvolvimento sustentável, em razão do conceito de disseminar um “[...] desenvolver baseado no dinamismo econômico do crescimento que resulta em si mesmo [...]”. Assim, o conceito de desenvolvimento sustentável, transcorrido há quase três décadas de sua veiculação, não trouxe avanços concretos na preservação dos recursos florestais e na sustentação dos modos de vida das comunidades tradicionais ainda que pese a resistência delas pela luta e permanência da floresta em pé e de sua cultura.

Nessa perspectiva, os autores debatem a perversidade ambiental que o mercado financeiro exerce sobre os recursos naturais, cooptando agentes exógenos e endógenos interessados na captação de lucros, solapando os princípios ambientais e sociais, levando estes às últimas instâncias a serem considerados.

À vista disso, o conceito de “[...] desenvolvimento sustentável é uma falácia, na medida em que não fala em frear o desenvolvimento ou reduzir números econômicos, mas tentar conciliar o inconciliável [...]” (Kruse; Cunha, 2022, p. 12). Nesse sentido, a (in)sustentabilidade emerge num cenário ambiental, o qual não está dissociado de premissas e/ou das lógicas de destruição ambiental, do apagamento e da invisibilidade dos povos e comunidades tradicionais, além dos efeitos nocivos e do esgotamento das reservas naturais não renováveis que ocorre num processo lento e voraz.

As condições ambientais são modificadas, isso porque se cultua uma natureza hostil em vez de uma natureza acolhedora. Enquanto o processo de urbanização das cidades se intensifica ao longo dos anos e da correria do capital pelos bens de consumo, a especulação do solo cresce cada vez mais, e o cálculo de seu valor é ditado pelas lutas acirradas pelos diversos tipos de capital.

Dessa maneira, Santos (2012) interpreta o espaço como uma relação de objetos geográficos, naturais e sociais e a sociedade em movimento, por conseguinte, sociedade (conteúdo) e objetos geográficos (forma). Nessa linha, o espaço é um conjunto de formas, composto por frações da sociedade em movimento, sendo visto também como um produto histórico ou processo histórico.

Esse movimento social perpassa a questão do espaço habitado, revelando o dinamismo do fenômeno humano, em que esse espaço habitado modifica-se quantitativamente (Santos, 2012), mostrando, também, a adaptabilidade humana ao mundo em que vive com transformações demográficas e sociais nos ambientes habitados num mosaico de sentidos, relações, formas e funções.

O visível, o que a vista alcança, os movimentos, as cores, os volumes, conforme Santos (2012, p. 68), são a paisagem. Esta se adorna com diversas escalas, a depender da visão de alcance do observador, dos olhos. No entanto, tendo essa amplitude ou não, o vislumbre do horizonte não se irrompe. Logo, a “dimensão da paisagem é a dimensão da percepção”, então, cada indivíduo vê formas diferentes, de forma que a empreitada é olhar essa paisagem para além da estrutura, percebendo os significados.

Significados que estão imbuídos na longa relação e no contato constante com aquela paisagem, na qual os homens foram se adaptando e envolvendo-se com seus modos de vida e aproveitando os recursos naturais daquela. Embora essa mesma paisagem emoldura-se à vida, aos usos e costumes desses homens. Dessa maneira, tem-se uma produção de espaço – resultante da atuação dos homens que, por meio de suas atividades, demarcam essa paisagem.

Paisagem que não é homogênea, na verdade, abriga elementos heterogêneos em sua composição, uma vez que abarca uma vida em sociedade numa realidade complexa com diferentes agentes sociais, em que as percepções dessa paisagem se esvaem, complexificam-se e tornam-se desafiantes num mundo global e capitalista em que vivemos.

Por outro lado, uma paisagem nos preceitos de Santos (2012, p. 74) é uma escrita sobre outra paisagem “num conjunto de objetos que têm idades diferentes [...]” com histórias construídas em diferentes épocas por atores diversos, que vão atender às necessidades sociais

diferentemente, em função dos processos de produção realizados em outros momentos e outros níveis de tecnologias e capital.

Nesses termos, a paisagem transforma-se, modifica-se, sistematiza-se e não se configura num objeto estático, isolado, na verdade, agrupa-se sistematicamente, adaptando-se às novas ações antrópicas e ao dinamismo do momento histórico que passa a sociedade e a natureza, trazendo outras configurações territoriais por meio de novas técnicas e instrumento de trabalho.

Dessarte, a paisagem é mutável, é um objeto que sofre intervenções ao longo do tempo pelos modos de produção e inovação, está em permanente mudança e seguindo substituições de um modo de fazer por outro, nessa condição, ela é:

[...] É um resultado de adições e subtrações sucessivas. É uma espécie de marca da história do trabalho, das técnicas. Por isso, ela própria é parcialmente trabalho morto, porque formada por elementos naturais e artificiais. A natureza natural não é trabalho. Já o seu oposto, a natureza artificial, resulta de trabalho vivo sobre o trabalho morto [...] (Santos, 2012, p. 74).

Por conseguinte, a paisagem constitui-se em conjunto de formas heterogêneas, fragmentos de tempos históricos e distintos anos, tornando-se representativas formas de construir e reproduzir espaços em tempos desiguais e vindouros. De tal modo que se diferencia do que seja espaço “conjunto de formas geográficas e contexto social” (Santos, 2012, p. 79-80) e formas materiais e culturais, ocasião em que quando há alterações sociais ocorrem mudanças de lugares. Para o autor, a “paisagem precede a história que será escrita sobre ela ou modifica-se para acolher uma nova atualidade, uma inovação”. Para além da paisagem, portanto, tem-se a configuração espacial, natural e artificial.

Nesse sentido, os processos de alterações na paisagem e no espaço transcorrem o processo de degradação ambiental progressivo com aterro de rio e remoção de matas ciliares e da vegetação nativa. Aspecto que releva a racionalidade capitalista industrial com o padrão moderno que rompe com a sinergia entre o ambiente construído e o ambiente natural, delineando a sobreposição do primeiro sobre o segundo num ciclo predatório lento, mas contínuo, em que o ambiente natural é reprocessado em “novos formatos paisagísticos em detrimento da vegetação nativa” (Cardoso; Melo; Gomes; 2015, p. 15). Tanto que formatos destoam do cenário paisagístico natural com o emprego de elementos artificiais com ilusão de que se está num ambiente totalmente natural.

Nesses termos, os espaços verdes são inseridos no mercado imobiliário e na publicidade como “diferenciais ecológicos” e estratégias de valorização fundiária na conquista de um mercado consumidor que tem a sensação de respirar ar puro ou que convive com a natureza

sem degradá-la ou tem a pseudo sensação de bem-estar e bem viver. Ou dito de outro modo, tem-se uma modificação (Santos, 2012) na paisagem por práticas ditas modernas, alterando o valor de uso pelo valor de troca.

Com a especulação do solo, ocorrem alterações no modo de viver, ao passo que transformações urbanas recentes evidenciam “rupturas” entre o padrão de ocupação tradicional e o novo padrão com características industriais de modernidade (Cardoso; Melo; Gomes, 2015). Para Cardoso, Melo e Gomes (2015, p.10), essas “rupturas” modificam o “[...] traçado tradicional [sendo] compatível com a diversidade de usos e permite o convívio saudável entre o ambiente natural e o ambiente construído com destaque para o relacionamento respeitoso com o rio e com as águas”. Assim sendo, para os autores, há uma negação da identidade da região e da natureza exuberante.

4 DESCRIÇÃO SOCIOAMBIENTAL DAS ILHAS AO SUL DE BELÉM, PARÁ

O universo de ilhas que rodeia a cidade de Belém teve diferentes níveis de exploração e ocupação. No caso das ilhas ao Sul, os rios foram e são os meios que as caracterizam e marcam a diversidade de ecossistemas, fauna, flora. Dessa maneira, pode-se afirmar que, diferentemente, as ilhas do Norte passaram pelo processo de colonização por via de estradas e pontes, resultando de um processo de urbanização pelas vias terrestres. Em vista disso, as ilhas distribuem-se, geograficamente, em quatro regiões:

Quadro 1 – Distribuição das ilhas por região e em destaque as maiores e mais importantes.

Região	Nº de ilhas	Ilhas em destaque
Norte	15	Mosqueiro e São Pedro
Centro-Oeste	3	Caratateua
Extremo Leste	17	Cotijuba, Tatuoca, Jutuba e Urubuoca/Paquetá-Açu
Sul	8	Combu, ilha do Maracujá/Cintra, Murutucu e Grande.

Fonte: Elaboração própria a partir do Anuário Estatístico do Município de Belém (2020).

Em relação aos dados demográficos das ilhas, existem dificuldades em obter os dados nos órgãos do governo estadual e municipal. Quanto à área insular de Belém, torna-se invisível nos dados oficiais quando o que se têm são dados defasados e desorganizados e não há registros demográficos reais. Na Tabela 1, consta a população geral do município e a área territorial, na qual está incluída a porção insular (ilhas) e continental.

Tabela 1 – População do município de Belém, Pará, em 2022.

Ano	População	Área territorial (km ²)	Densidade (hab. / km ²)
2022	1. 303,403	1.059,466	1.230,25

Fonte: IBGE (2022).

Essas ilhas são, jurídica e administrativamente, vinculadas a Belém e distribuídas em variados distritos. As ilhas ao Sul pertencem ao Distrito DAOUT, cuja distância é grande em relação à sede administrativa localizada na ilha de Caratateua (Outeiro). Isso dificulta as resoluções de problemas de infraestrutura, administrativos, entre outros. A região das ilhas pertence à zona rural de Belém, com exceções das ilhas de Mosqueiro, Caratateua e Cotijuba, que apresentam a área rural e urbana, com avanço constante da zona urbana, em relação à zona rural, decorrentes, em parte, da existência de praias nessas referidas ilhas.

De acordo com os dados do Anuário Estatístico do Município de Belém (2020), a cidade de Belém possui 71 bairros e oito distritos administrativos, definidos na Lei nº 7.682 de 12 de janeiro de 1994 (Belém, 1994). Desses oito, encontramos o ambiente insular – DAOUT e DAMOS. No Quadro 2, reunimos a descrição dos distritos.

Quadro 2 – Distritos administrativos de Belém, Pará.

Número do distrito	Sede	Distrito
1º Distrito Administrativo	Mosqueiro	DAMOS
2º Distrito Administrativo	Outeiro	DAOUT
3º Distrito Administrativo	Icoaraci	DAICO
4º Distrito Administrativo	Benguí	DABEN
5º Distrito Administrativo	Entroncamento	DAENT
6º Distrito Administrativo	Sacramento	DASAC
7º Distrito Administrativo	Belém	DABEL
8º Distrito Administrativo	Guamá	DAGUA

Fonte: Anuário Estatístico do Município de Belém (2020).

No ambiente insular, encontram-se várias comunidades que têm, nos produtos das florestas e dos rios, seu rendimento financeiro e seu sustento familiar. Alguns produtos são vendidos na capital paraense, localizada às margens das ilhas ao Sul, onde as águas do rio Guamá e da Bacia do Guajará são as vias de transporte e navegação das famílias. São pescadores, extrativistas, donos de restaurante, professores, entre outros, cuja existência material e social está vinculada ao elemento água e às matas. A apresentação das ilhas que compõem a Grande Belém consta na Tabela 2 e no Mapa 3.

Tabela 2 – Ilhas de Belém, Pará, conforme área (ha) e distância (km).

Toponímia	Área (ha)	Distância (km) em linha reta do centro de Belém às ilhas	
Ilha do Norte Total em área 22.064,12 ha	Ilha de Mosqueiro	21.254,67	32,00
	Pombas	0,73	44,00
	Maracujá	1,89	46,80
	Papagaio	84,94	42,00
	Maruim I	2,45	42,80
	Maruim II	3,27	42,00
	Sem nome	0,35	43,00
	Sem nome	1,12	42,90
	Sem nome (não existe na ISLANDSAT)
	Sem nome (identificada na ISLANDSAT)	0,75	42,80
	Canuari	256,95	38,50
	Sem nome (identificada na ISLANDSAT)	2,27	...
	Conceição	37,40	40,80
	Sem nome	0,53	40,00
São Pedro	416,80	27,80	
Ilhas do Centro Leste 3.172,11 ha	Carateteua/Outeiro	3.165,12	18,80
	Santa Cruz	6,99	26,60
	Viçosa
Ilhas ao Extremo Leste 3.964,68 ha	Tatuoca	6,58	27,40
	Cotijuba	1.595,29	22,00
	Sem nome (não existe na ISLANDSAT)		22,00
	Coroinha/Nova/Croinha	10,87	23,20
	Jutuba	507,97	22,30
	Urubuoca/Paquetá-Açu	789,76	13,80

	Sem nome	...	7,87
	Sem nome	...	12,40
	Patos/Nova/Mirim	280,56	15,80
	Papagaios/Urubuoca/Jararaca	356,53	13,80
	Barra/ Patos/Jararaquinha	193,70	11,80
	Sem nome	12,50
	Sem nome	...	12,40
	Redonda/Jararaca/Longa	109,70	11,00
	Fortim/ Barra	105,72	9,00
	Cruzador (não existe na ISLANDSAT)	...	8,50
	Fortinho	0,44	8,30
Ilhas ao Sul 4.002, 77 ha	Patos	16,06	7,80
	Sem nome
	Cintra/Maracujá	647,67	6,70
	Marinheira/Combu	1.505,72	6,30
	Murutura/Murutucu	879,83	9,00
	Paulo da Cunha Grande	929,16	12,20
	Poticarvônia/Ilhinha	8,85	15,00
	Negra	14,78	18,50

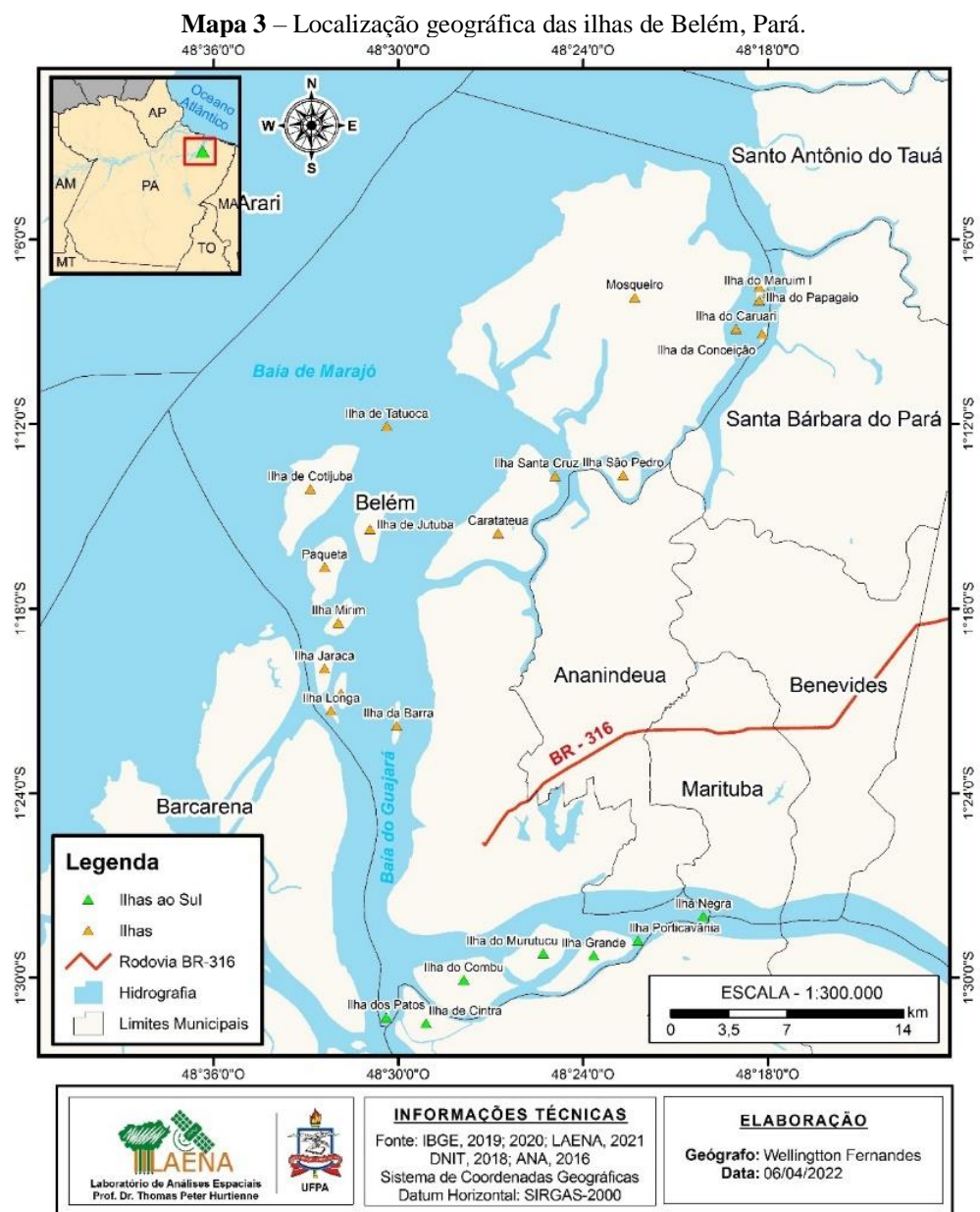
Fonte: PNCSA. Ribeirinhos das ilhas de Belém (2008). Anuário Estatístico do Município de Belém (2020).

As pesquisas relacionadas às ilhas de Belém são profícuas, mas ainda incipientes. O ambiente insular, nas diversas áreas do conhecimento, tornou-se objeto de estudos e reflexões nas décadas de 1970, 1980, 1990 e anos 2000, como os estudos de Moreira (1966), Anderson (1985), Araújo (1997, 2000), Mourão (1999, 2013), Castro (2003, 2006) e Silva (2010). De modo recente, a área insular foi incluída e constituída como parte do território do município de Belém, ou seja, obteve o seu reconhecimento nos planos diretores das cidades. Parte disso, constituiu-se a partir de lutas da população local, das organizações e dos movimentos sociais.

As ilhas, na década de 1980, no caso, as localizadas na parte Norte, Outeiro e Mosqueiro, tiveram visibilidade e acesso via rodoviária com as construções de pontes, enquanto as ilhas das Onças e Cotijuba, com acessibilidade pelas linhas de transportes fluviais. De forma que as atividades de turismo se expandiram. Desse modo, os processos de ações antrópicas, nos espaços insulares, alteraram seus usos e sua paisagem, surgindo, então, movimentos socioambientais, em defesa de sua preservação, e empresas voltadas para o mercado imobiliário e turístico.

No tempo presente, está em evidência, especificamente, a ilha do Combu, projetada nos meios de comunicação, em especial, nas redes sociais, em que há uma maciça divulgação dos restaurantes, dos espaços de lazer, das trilhas ecológicas, dos banhos de rio, das corridas de esqui e das voadeiras nas águas do Rio Guamá e a Baía do Guajará, o que gera incômodos aos moradores das ilhas e à fauna desses espaços.

As demandas sociais, juntamente com os governantes, criam e/ou promulgaram instrumentos legislativos voltados para a implantação de áreas de proteção ambiental e reservas extrativistas em algumas ilhas da capital paraense, incentivando alguns estudos historiográficos e investigações científicas nesses espaços. São pesquisas voltadas para a interpretação e a compreensão dos processos das alterações socioambientais e ações antrópicas nos territórios insulares que correspondem grande parte da Grande Belém. No Mapa 3, observamos várias ilhas do Norte ao Sul.



A cidade de Belém do Grão-Pará, circundada pelas águas, divide uma Belém continental e insular, que povoou o imaginário dos viajantes naturalistas e forneceu matérias-primas, as

chamadas “Drogas do Sertão” para o domínio europeu no período da colonização da capital paraense. No tempo presente, essa tradição da dinâmica socioeconômica ocorre nas ilhas, visto que ainda são fornecedoras de produtos agrícolas para a parte continental e para outras cidades brasileiras.

Nesses termos, a parte insular abriga agentes sociais, ribeirinhos e ribeirinhas que reivindicam serviços públicos de qualidade, direitos e reconhecimento de suas culturas e modos de viver, colocando-se na arena política, nas organizações sociais e nos movimentos sociais e ambientais na busca da visibilidade de sua categoria social e na luta constante para a resolução das mazelas que afligem seu território e seus habitantes.

Sendo assim, em meados de 2005, em reuniões das lideranças dos movimentos sociais em Belém e do “Conselho da Cidade”, o Projeto Nova Cartografia Social foi apresentado. E a partir de então, por meio de mobilizações e consensos entre os participantes, o Projeto iniciou trabalhos com grupos da cidade, resultando na “Série Movimentos Sociais e Conflitos nas Cidades da Amazônia”. Nesse sentido, organizações sociais passaram a estabelecer diálogos com o Projeto, e um desses diálogos culminou com uma ação junto à Associação dos Pescadores e Extrativistas das ilhas ao Sul de Belém, especificamente, com lideranças da ilha do Maracujá por intermédio da Associação do Ribeirinhos, Extrativistas da Ilha do Maracujá (AREIM), sendo esse o primeiro nome da Associação.

As lideranças solicitaram aos membros e/ou pesquisadores orientações de como elas poderiam se organizar de forma mais coesa e forte para a reivindicação de direitos, acesso à equipamentos públicos com o poder público, entre outras orientações. Nesses termos, foram realizados reuniões, encontros, oficinas de mapas e registros de situações socioambientais das comunidades ribeirinhas.

A partir dessas iniciativas, o documentário: *Entre a cidade e as ilhas*, produzido no ano de 2010, com realização do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, dirigido e editado por Geneviève Pressler, apresentou a problemática dos resíduos sólidos despejados pela cidade de Belém nas ilhas ao Sul, com recorte para a ilha do Maracujá. Esses resíduos acumulavam-se nas margens dos furos, direcionando-se até os igarapés, trazidos pelo fluxo das águas. Entre esses resíduos, estavam animais mortos (cavalos, cachorros, bois e peixes, despejados dos mercados, bares e restaurantes), plásticos, pneus, resíduos de madeira de serrarias, óleos derramados pelas embarcações, entre outros materiais.

Os ribeirinhos da ilha do Maracujá, por meio desse documentário, relataram sua insatisfação com o despejo e o acúmulo de lixo trazido pelos esgotos da cidade, mas também

pelas atividades turísticas que jogam seus resíduos produzidos durante os passeios nos rios, contaminando e poluindo as águas. Os entrevistados expuseram e apontaram a ausência de conscientização dos cidadãos em relação às ilhas, a inércia das políticas públicas voltadas para a resolução desse problema, bem como o desinteresse e a insensibilidade do poder governamental de atendê-los para estabelecer diálogos e discussões na busca de alternativas eficazes para a contenção e a redução da poluição hídrica na área insular.

Diversas famílias vivem a realidade ao redor do Rio Guamá e da Baía Guajará, sendo pescadores, agricultores, artesãos, entre outros, que, em sua vida econômico-social, são pautados pelas águas dos rios e da floresta, como afirma Moreira (1966, p. 68-69): “a água figura aí como peça fisiográfica e como elemento cênico, como moldura e como agente modelador”, ressaltando o elemento hídrico, posto que o cotidiano e a existência desses povos e comunidades tradicionais têm, nesse elemento, as particularidades e os modos de vida entrelaçados por ele, que se propagam na vida regional e nas vias de navegação e da comunicação.

As ilhas ao Sul do município de Belém foram alçadas à condição de ZEIA, conforme a Lei nº 8.655, de 30 de julho de 2008, que dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Belém. Silva (2010) comenta que essas zonas foram criadas a partir do diagnóstico da região insular de Belém, realizado em 2007, pela Universidade Federal do Rural da Amazônia (UFRA), por meio da Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (FUNPEA), sob o contrato da Prefeitura Municipal de Belém (PMB), e pela Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão (SEGEP), custeado, financeiramente, pela PMB e do Programa Habitar Brasil (HBB).

Mediante o exposto, o estudo teve por objetivo situar o reduto insular de Belém ao contexto administrativo da cidade, particularmente, em decorrência da revisão do Plano Diretor Urbano (PDU) da cidade belenense. Nesse diagnóstico e na revisão do Plano, foram distribuídas as Macrozonas do Ambiente Urbano (MZAU), a Macrozona do Ambiente Natural (MZAN) e suas subdivisões em Zonas urbanas e Zonas Naturais. Essa divisão territorial em setores justificou-se pelas peculiaridades históricas, ambientais e sociais que cada setor e/ou zona possui.

Nas seções seguintes, apresentaremos a ilha⁹ com suas especificidades e características físicas, geográficas e sociais, em que destacamos quatro ilhas ao Sul de Belém¹⁰, as quais elencamos nas seções seguintes.

4.1 Ilha do Combu ou Marinheira

A ilha do Combu, ou Marinheira, como era conhecida antigamente, localiza-se ao sul da Cidade de Belém e está situada na confluência do Rio Guamá com a Baía do Guajará. A Ilha possui estatuto de Área de Proteção Ambiental¹¹, tem o formato de uma folha e concentra diversos restaurantes e casas que vendem chocolate orgânico e artesanal. Aos finais de semana, é ponto turístico de várias famílias, que veem, na natureza e travessia, momento de relaxamento e aconchego distante da cidade.

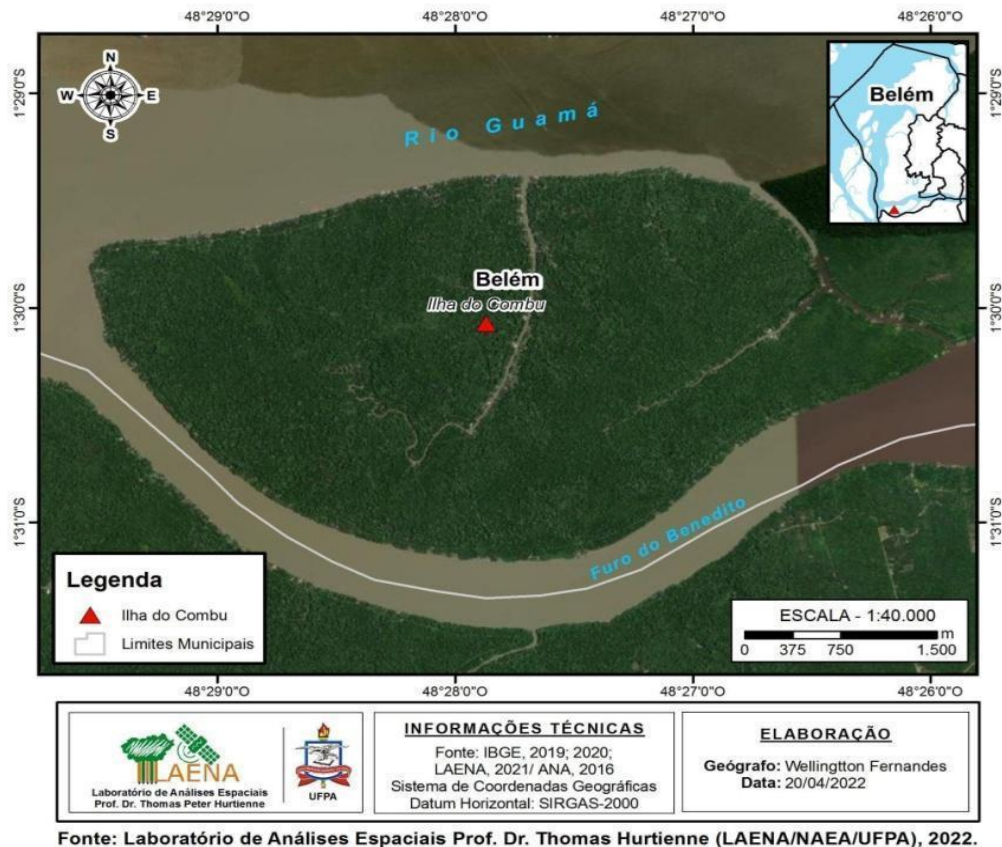
Antes, a APA pertencia ao município de Acará, na atualidade, encontra-se sob a jurisdição de Belém. O IDEFLOR-Bio é órgão gestor. Ela tem um Conselho Consultivo formado por diversas entidades dos órgãos públicos e componentes da sociedade civil, como os membros das associações das ilhas.

⁹ Em relação à inserção regional, a parte insular Sul de Belém, por muitas décadas, foi invisibilizada e esquecida, abrigando populações menos abastadas, que podiam estar no convívio social. Em outras épocas, servia de pontos estratégicos para grupos revolucionários pela sua posição em relação à cidade (Dergan, 2006; Rodrigues, 2018).

¹⁰ Conforme dados apresentados pelo Projeto Cartografia Social da Amazônia, no fascículo nº 8, e pelos dados do Anuário Estatístico do Município de Belém (2012), a região Sul de Belém apresenta oito ilhas, perfazendo 4.002,77 ha.

¹¹ Criada em 1997, é geograficamente mais vizinha da parte continental de Belém por 1,5 km.

Mapa 4 – Localização geográfica da ilha do Combu. Belém, Pará.



Logo, a ilha do Combu, ao sul, situa-se no Furo¹² de São Benedito, ao norte, localiza-se às margens do Rio Guamá, a oeste, pela Baía do Guajará, e a leste, pelo Furo da Paciência. Conforme Matta (2006) e Rodrigues (2018), a Ilha entrecorta-se pelos igarapés Periquitaquara e Combu. De clima equatorial quente e úmido, tem solo de várzea no período de inundações, mas também possui solo de terra firme, tanto que sua hidrografia conserva atributos da Bacia Amazônica¹³.

Em tempos recentes, não havia eletricidade na Ilha, de maneira que a iluminação vinha da utilização de velas, lampiões, lamparinas e gerador a diesel. No ano de 2011, a energia elétrica foi instalada, trazendo benefícios à população, que passou a ter acesso a alguns meios de comunicação, como televisão, rádio sem pilha, computador e telefones celulares.

Diferentes categorias sociais constroem sua existência na Ilha: pescadores, catadores de caranguejos, seringueiros, batedores de açaí, feirantes, agricultores, parteiras, lavadeiras, artesãos, donos de restaurantes, professores, carpinteiros, motoristas de barcos e lanchas, que fazem da Ilha sua morada e local de trabalho.

¹² Na geografia física.

¹³ Formada por igarapés, furos e rios.

Entretanto, existem grupos de “moradores” que não têm vínculo com a Ilha por serem pessoas da área continental, ainda assim encontram um espaço propício para colocar seus negócios, subcontratando residentes da Ilha para atendimento nos restaurantes, auxílio na cozinha e para abrir trilhas, colher o açaí nos quintais, entre outras atividades.

Quadro 3 – Ilha do Combu: características gerais e demográficas.

Informações gerais	
Área territorial	1477 há
Vegetação	Várzea
Relevo	Baixo, quase plano
População	10.006 habitantes (aproximadamente)
Atividades econômicas e cotidiano	Subsistência: extrativismo de produtos naturais; comercialização dos produtos extraídos; e atividades direcionadas ao turismo e lazer.
Órgão administrado da Área de Preservação Ambiental	IDEFLOR-PA
Comunidades	Igarapé Combu, Periquitaquara e/ou Santo Antônio, Beira Rio e Furo do Benedito
Distrito administrativo	DAOUT
Forma de acesso à ilha	Através de barcos que saem, diariamente, da Praça Princesa Isabel (Terminal Hidroviário Ruy Barata) no bairro da Condor. Porto da Palha e do Açaí. A viagem dura cerca de 10 a 15 minutos.
Bioma e bacia hidrográfica	Amazônico, pertence à bacia hidrográfica do Marajó.
Projeto de intervenção	Projeto estuário – Museu Paraense Emilio Goeldi com apoio da Fundação Ford, o <i>World Wildlife Fund</i> (WWF) e <i>Overseas Development Administration</i> (ODA). Projeto de Extensão Ilha do Combu da Universidade da Amazônia (Unama) em parceria com a Cruz Vermelha, entre outros.

Fonte: IBGE (2010), Anuário Estatístico do Município de Belém (2020) e Silva, R. (2019).

a) Panorama histórico-geográfico e demográfico

Para traçar um panorama ou uma descrição histórico-geográfica da ilha do Combu, pressupõe-se colocar os processos de colonização e ocupação da cidade de Belém e as áreas insulares ao Sul, que teve uma conotação diferente da parte insular Norte da Região Metropolitana de Belém.

Entremettes, a parte sul de Belém teve sua colonização por meio das vias marítimas e posição estratégica na fundação da cidade, caracterizando a capital paraense por sua paisagem peculiar, denominando-a de ribeirinha. No período do ciclo da borracha, servia de produção das Drogas do Sertão e via de escoamento para a comercialização de outros produtos.

Após a *Belle Époque*, ainda fornecia produtos agrícolas e extrativistas direcionadas para o abastecimento capital paraense. Ainda hoje têm-se as atividades agroextrativistas cuja produção é vendida nas feiras e nos portos da Palha, Custódio, Açaí, Ver-o-Peso, bem como o lazer e outras atividades comerciais voltadas para o turismo, cuja atividade é intensa e cada vez mais cresce na ilha com as construções de restaurantes e bares.

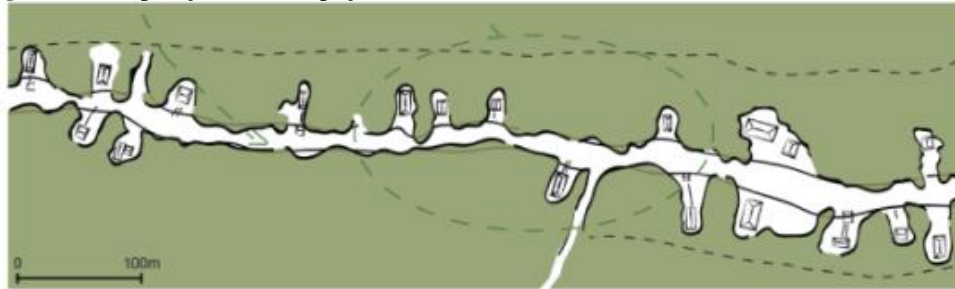
A ocupação humana, ao longo dos anos na ilha do Combu, vem se alterando, principalmente, devido às transformações relacionadas às atividades de turismo e lazer. Deixou de funcionar o padrão de distribuição de terreno pelas famílias ribeirinhas – na linha de descendência – casa do pai, do filho mais velho já casado, da filha, ou seja, os filhos iam se casando e os pais dividiam o terreno entre os filhos, conforme descreveram Anderson (1991) e Rodrigues (2006). Anteriormente, os lotes possuíam características de minifúndios com 15 hectares em média. Com passar dos anos com aumento das famílias e venda de lotes para pessoas da cidade, a configuração territorial e o tamanho dos lotes, com tamanho menor, vêm se modificando.

Em vista disso, geram-se conflitos entre os comunitários e as pessoas “donos de terrenos”, inclusive, em determinadas comunidades, obras de empreendimentos foram embargadas pela justiça por denúncia dos próprios moradores. Além disso, alguns lotes familiares são repassados para empresas construírem espaços de lazer, restaurantes e, ultimamente, estão construindo chalés para hospedagem e eventos noturnos.

A disposição da ocupação familiares, na ilha do Combu, dá-se pelas margens do rio, visto que é ela quem estrutura os padrões. De acordo com os estudos de Silva, R. (2019), Vicente *et al.* (2022), o rio é o eixo em que os assentamentos são distribuídos e estabelecidos.

Desse modo, as ocupações se dão às margens dos rios, normalmente, divididas por amplas áreas de matas nativas. Na perspectiva de Vicente *et al.* (2022, p. 69), “essas áreas possuem semelhanças nos seus padrões construtivos e espaciais e, apesar disso, sua disposição ou suas formas arquitetônicas são vernáculas, e em nada se assemelham às referências adotadas pela gestão urbanística municipal”. Nessa condição, possuem diferentes características de moradias que não seguem os padrões da cidade urbana.

Figura 1 – Disposições das ocupações familiares nos terrenos na ilha do Combu, Belém, Pará.



Fonte: Silva, R. (2019).

Mais recentemente, o tamanho dos terrenos da ilha ocupados pelas famílias ribeirinhas, vem reduzindo por diversos fatores: divisão de terrenos; herança de famílias; erosão nas margens dos rios e, sobretudo, venda de terras para forasteiros da ilha, o que vem preocupando os moradores, na medida em que interfere na territorialidade humana, na manutenção dos modos de viver, na conservação dos recursos naturais e na sobrevivência financeira e familiar por meio do extrativismo de produtos.

Na seção adiante, apresentamos um breve panorama das características ambientais, fisiográficas e ação antrópica da ilha do Combu, baseada em estudos e pesquisas realizadas nela.

1) Caracterização ambiental

O Museu Paraense Emílio Goeldi foi uma das instituições pioneiras em realizar investigações acerca da flora da Ilha, identificando degradações futuras em razão do desmatamento das palmeiras de açaí para extração de palmito. Por meio do Projeto Estuário, o MPEG começou estudos sobre modos de manejo do açaí nos anos de 1990. Conforme estudos de Cirilo (2013), nos anos de 1987 e 1990, o Museu executou um projeto de extensão voltado para o levantamento florístico da Ilha, com destaque para a análise dos componentes biológicos da floresta.

Esse projeto teve apoio financeiro da Fundação Ford, da *World Wildlife Fund* (WWF) e da *Overseas Development Administration* (ODA). Os resultados preliminares do estudo mencionavam que o desenvolvimento da mata de várzea estava acontecendo de modo diferenciado da maioria das 131 florestas de várzea existentes na Amazônia, em virtude de os ecossistemas crescerem a partir dos cursos constantes da maré.

Além dessas questões, com a execução do Projeto, foram implantadas estratégias alternativas de manejo de recursos florestais como açaí (*Euterpre oleracea Mart*) e o cacau

(*Theobroma cacao*) pelas populações locais. Para além disso, implementou-se o projeto “Usos tradicionais da terra como base para desenvolvimento sustentável no Estuário Amazônico”, desenvolvido nos anos de 1985 e 1991 por pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento vinculados ao Anthony Anderson. Esses estudos foram desenvolvidos com a população local do Combu, resultando num levantamento amplo dos recursos florísticos.

Nas observações de Anderson (1991), a atividade da agricultura teria sido fonte de subsistência para as comunidades ribeirinhas combuenses. Todavia, as constantes marés durante o ano prejudicavam essa atividade, em razão de o solo de várzea ser empobrecido em nutrientes, em função da água, que acabava levando os poucos nutrientes existentes. Dessa forma, em meados dos anos 1980, as atividades econômicas das comunidades ribeirinhas concentram-se, praticamente, na extração de produtos fluviais e florestais. Segundo Anderson (1991), a prática do extrativismo é sustentável, porque o açaí e o cacau são recursos altamente renováveis, trazendo retornos financeiros às populações ribeirinhas, maiormente, pela facilidade de transporte e pela alta demanda por esses produtos.

a) Solo e relevo

De acordo com estudos de Jardim e Vieira (2001) e Ribeiro (2004), os solos são aluviais do tipo Gley ou aluvial, bastante argiloso, ácido e de difícil drenagem e tem baixa percentagem de areia, em virtude dos transportes de sedimentos pelas águas do Rio Guamá. O relevo é baixo e quase plano, formado por sedimentos quaternários.

As investigações de Jardim e Vieira (2001) disponibilizaram informações acerca de variadas espécies da flora encontradas na ilha do Combu. Os autores dividiram as áreas em várzea baixa e várzea alta, apresentando, assim, resultados em que as palmeiras da várzea baixa estão adaptadas ao solo fértil e ao teor da umidade, percebendo a abundância de açaí (*Euterpe oleracea* Mart.), cacau (*Theobroma cacao* L.), murumuru (*Astrocaryum murumuru*), jupatí (*Raphia taedigera* Mart), ubim (*Geonoma baculífera* K.), paxiúba (*Socratea exorrhiza* [C. Martius] H. A.) e inajá (*Attalea maripa*), enquanto, na várzea baixa, a predominância da flora é menor, devido ao solo mais ácido, deficiente em nutrientes minerais e matéria orgânica.

b) Cobertura vegetal e fauna

Conforme investigação de Ribeiro (2004), a cobertura vegetal da ilha do Combu é formada por 95% de mata de várzea alta, do tipo primária e secundária, chamada de floresta fluvial. A predominância da vegetação são as palmeiras, como o miriti e o açai, um dos principais produtos de geração de renda e de alimento das comunidades ribeirinhas. Há uma diversidade de espécies de plantas, árvores e flores.

Fotografia 1 – Diversidade florística da ilha de Combu, Belém, Pará.



Fonte: Acervo da pesquisa (2023).

Nota: A presença abundante cacau (*Theobroma cacao* L.) e açaizeiros (*Euterpe oleracea* Mart.) na Comunidade do Combu. Da esquerda para a direita o cacau; da direita para a esquerda pés de açaizeiro.

Banhadas por furos, rios, baías nas margens dos seus igarapés, as matas ciliares e de várzea incluem os manguezais. Na floresta ou nas matas, encontram-se a aninga-açu (*Montrichardia arborescens* Schott), açai (*Euterpe oleracea* Mart.), cacau (*Theobroma cacao* L.), buriti (*Mauritia flexuosa*), entre outras palmeiras e plantas.

Considera-se que os estudos, em relação à fauna da ilha do Combu, são escassos no levantamento de espécies dos vários grupos faunísticos, seja da fauna terrestre ou aquática, enquanto a vegetação é bem mais investigada.

A Ilha não possui sistema de abastecimento de água encanada, evidenciando que as condições sanitárias ainda são precárias. Há coleta de resíduos domésticos regularmente, mas alguns ribeirinhos queimam seus resíduos sólidos em seus quintais. Embora saibam não ser o procedimento correto, é uma alternativa que encontraram para não jogar nos rios. Não

possuindo sistema público de abastecimento de água, as pessoas, sistematicamente, aproveitam a própria água dos rios para atividades de uso doméstico, como lavar louças e roupas.

Todavia, essas águas são contaminadas pelos lixos trazidos pelas marés da área continental do município de Belém. Em estudo de Nascimento *et al.* (2010, p. 3), a problemática da poluição das águas no ambiente insular evidencia:

Os principais problemas ambientais diagnosticados têm relação direta com a metrópole, em função de se tratar de um território pequeno que sofre influência direta das marés. A ilha está distante apenas 1,5 km de Belém o lixo acaba sendo depositado nas margens das comunidades afetando os moradores. Sobre esse problema, em visitas in loco das comunidades, observou-se que a comunidade mais afetada é a Comunidade Beira do Rio, pois nela encontramos parte do lixo trazido pelas correntes das marés.

No tocante a esse problema ambiental e social, a ausência de redes de esgotos na capital paraense prejudica a própria área continental e o território insular que, apesar de tão próximo da capital paraense, as políticas urbanas e de saneamento básico não chegam nem se concretizam.

c) Ação antrópica, informações sobre escola, projetos da ilha

Em relação aos impactos ambientais advindos da ação antrópica, apresentam-se tanto os executados pela população interna da ilha, como os impactos trazidos pelos turistas e/ou visitantes, assim como os efeitos das ações da cidade de Belém. A ausência de uma rede de esgotamento sanitário e de coleta de resíduos sólidos regular simboliza danos à saúde das comunidades ribeirinhas, constituindo-se num problema ambiental e social, além do volume de resíduos domésticos e industriais e da água contaminada sucedida das embarcações, espalhadas, cotidianamente, no Rio Guamá, provenientes da zona urbana de Belém.

Na ilha do Combu, há o “igarapé do Periquitaquara” localizado entre o Furo da Paciência e Furo do Benedito, o qual intitula o nome da comunidade homônima. Antigamente, essa comunidade chamava-se Comunidade de Santo Antônio em homenagem à devoção de um santo católico. Nela, alguns moradores desenvolveram estratégias de ocupação e sobrevivência nos terrenos que ocupam, buscando alternativas de conciliar as atividades econômicas, culturais e com o meio ambiente, percebendo-o em sua volta, usando, de modo sustentável, os recursos naturais.

Nesse igarapé, as casas localizam-se às margens dos rios, umas mais próximas das margens outras um pouco mais distante. Esse distanciamento dá-se em função da erosão,

causada pelo movimento da maresia, mas também pelo tráfego de lanchas motorizadas, barcos pequenos, rabetas, entre outras embarcações.

No Periquitaquara, existem as residências de famílias, a Escola Santo Antônio (Fotografia 2), de gerência da Secretaria Municipal de Belém, onde estudam alunos de diversas partes da ilha do Combu. A escola oferece da Educação Infantil ao Ensino Fundamental I (1º ano ao 4º ano), tendo, aproximadamente, 81 alunos. Aos alunos é oferecida merenda escolar. As aulas funcionam no turno da manhã e da tarde. Os alunos são trazidos pelo barco escola, que é de responsabilidade da Prefeitura de Belém.

Fotografia 2 – Escola Santo Antônio, localizada na Comunidade Igarapé Periquitaquara, ilha do Combu, Belém, Pará.



Fonte: Belém. SEMEC. ASCOM (2022).

Alguns professores que lecionam nessa Escola são da ilha do Combu, mas grande parte reside na capital paraense. O transporte deles é realizado por barco-escola, cuja responsabilidade financeira corresponde à prefeitura municipal de Belém.

No Igarapé Periquitaquara além das residências, há poucos estabelecimentos comerciais: o restaurante Canto dos Pássaros, a Casa de Artesanato Ygara, um bar, um salão de beleza, sendo que todos os proprietários são moradores nativos da comunidade. Já as residências de famílias fazem parte do Projeto *Street River* Amazônia. Esse projeto teve, em 2015, uma iniciativa independente do artista paraense Sebá Tapajós que pintou cinco casas preliminarmente. Na atualidade, o projeto abrangeu artistas do Norte e do Sul do Brasil. Um dos objetivos do projeto é apresentar uma galeria a céu aberto com pinturas das casas ribeirinhas.

Fotografia 3 – Casas pintadas pelo Projeto *Street River*, Comunidade igarapé Periquitaquara, ilha do Combu, Belém, Pará.



Fonte: Acervo da pesquisa, 2022.

No ano de 2022, o projeto implantou um sistema de captação de água de chuva em 15 casas e um sistema de energia fotovoltaica na escola da comunidade. De modo que foram instaladas algumas placas solares para captação de energia em algumas residências.

Entretanto, segundo relatos de moradores, em algumas casas, esse sistema de captação só foi instalado, não houve uma explicação de como funciona, ou seja, houve tão somente a instalação, a qual, na realidade os moradores não utilizam. As placas solares foram instaladas sem bateria, conforme relatos de moradores, conseqüentemente, não estão funcionando.

Há críticas por parte dos moradores do igarapé do Periquitaquara em relação ao Projeto, porque os idealizadores, patrocinadores, não esclarecem os critérios e as informações sobre o funcionamento do projeto da pintura das casas, do projeto da água e sistema solar. Por exemplo, ocorre que o morador não escolhe, às vezes, o desenho que será pintado, ou os artistas pintam as casas quase caindo.

Nessa direção, inferimos que a comunidade referida está articulada e unida em busca de melhorias para ela mesma, como projeto de instalação de água encanada potável e a segurança de não venderem os terrenos. Acerca disso, inclusive, a presidente da Associação de Moradores Extrativistas e Pescadores da Ilha do Combu (AMEPI) faz reuniões frequentes para tratar dessa problemática. Reforçando para os comunitários que a venda que não pode ocorrer, primeiro, porque é ilegal, segundo, porque eles têm de guardar e manter seu território.

4.2 Ilha Bijogó ou ilha do Murutucu/Murutura/Periquitaquara

A Ilha de Bijogó, ou Ilha do Murutucu/Murutura ou Periquitaquara¹⁴, localiza-se à margem esquerda do Rio Guamá, na porção sul de Belém, Pará, banhada ao sul pelo Furo do Benedito e, ao norte pelo Rio Guamá, limita-se ao Furo da Paciência. Situando-se entre a ilha do Combu e a ilha Grande, tem uma área de 866,16 ha, estando na latitude 1°29'27.80"S e longitude 48°24'40.18"O. Encontra-se a 9 km da capital paraense, pertence ao Distrito Administrativo de Outeiro (DAOUT) e está numa região de várzea com áreas alagadas, periodicamente, em época de inverno amazônico.

Em relação às diversas denominações que a Ilha possui, uma das quais Periquitaquara, vincula-se, segundo os habitantes que moram na área leste da ilha, em função de o igarapé ter o mesmo nome e de uma paisagem cênica, porque designa uma comunidade da ilha homônima.

Conforme o Anuário Estatístico do Município de Belém de 2012, a ilha é considerada área rural. Nos estudos de Igreja (2016), o quantitativo de famílias era de 145 aproximadamente, que viviam das atividades extrativistas com a venda de produtos como o açaí no Porto da Palha. O transporte dos moradores se dá, de modo geral, mais por rabetas do que por canoas por serem mais ágeis. Diariamente, frequentam a capital paraense para utilização de serviços escolares, hospitalares, compras, porque a Ilha não dispõe de tais serviços.

As residências são afastadas umas das outras, sendo que a maioria é de madeira, cobertas com telhas ou palha. Vale ressaltar que Ilha é carente de equipamentos urbanos, como escolas, postos de saúde, espaços institucionais de lazer, sistema de saneamento básico e água encanada potável.

Na Ilha, os moradores passaram a ter acesso à energia elétrica em 2011, antes utilizavam gerador movido a óleo diesel, embora nem todas as famílias tivessem o equipamento. Nesse sentido, a aquisição de aparelhos domésticos era inexistente. Embora a partir de 2011, as famílias passaram a adquiri-los. Com a chegada da energia elétrica, hábitos e costumes foram modificados e novos foram inseridos, a exemplo do horário de dormir, alimentação industrializada, uso de tecnologias e eletrodomésticos e, até mesmo, as relações sociais, na medida em que as pessoas passaram a ficar em frente às suas casas para conversar, contar “causos” com o uso de outros meios de comunicação, como a televisão e o celular, ainda que a maioria dos moradores não saia mais de suas residências para as chamadas rodadas de conversas.

¹⁴ As denominações da Ilha são encontradas em diversos documentos bibliográficos pesquisados.

Mapa 5 – Localização geográfica da ilha do Murutucu, Belém, Pará.



a) Panorama histórico-geográfico e demográfico

Conforme estudos de Lima *et al.* (2010), alguns moradores da Ilha vieram não de um êxodo rural, na verdade, são originários de centros urbanos, em decorrência da especulação imobiliária e do inchaço populacional. Ainda assim, há muitos nascidos e criados na própria Ilha, a exemplo de um dos moradores mais antigos, o “Mestre Simeão”, como é conhecido e referenciado.

Na Ilha, existia a empresa *Amazon Frut. Ltda.*, que comercializava polpa de açaí da Ilha para o mercado aberto e para outros cinco países. Importante elucidar que, até o momento da pesquisa, existem dois restaurantes, como o restaurante Ilha Branca (Fotografia 4), localizado às margens do Furo do Bijogó.

Fotografia 4 – Restaurante ilha Branca e chalés, ilha do Murutucu, Belém, Pará.



Fonte: Acervo da pesquisa, 2023.

O restaurante é de uma moradora da Ilha, conhecida como senhora “Branca”. Funcionando há cerca de 20 anos, todos os membros da família trabalham sob a gerência da senhora. Emprega pessoas das próprias ilhas, utiliza o açaí do próprio “terreno”, ademais o brigadeiro vendido lá, é produzido lá mesmo. Os peixes servidos são comprados no Ver-o-Peso. No cardápio do restaurante, existe uma tradicional farofa, cuja farinha é fornecida por um agricultor de Boa Vista, Acará desde o funcionamento do restaurante.

Ao lado do restaurante, conforme relato de entrevistados, há uma casa que pertence a pessoas de Belém, a qual é como fosse de campo, pois eles vêm nas férias, aos fins de semana e aos feriados.

Fotografia 5 – No sentido horário: casa de campo, moradores de Belém. Residência ribeirinha, ilha do Murutucu, Belém, Pará.



Fonte: Acervo da pesquisa, 2023.

O segundo restaurante, que fica na ilha do Murutucu, é o Rêsto da Ilha, de propriedade da senhora Rosalina Trindade, nascida e criada na ilha do Murutucu. Localizado na Comunidade Furo da Paciência, é um restaurante com arquitetura mais ribeirinha, preservando a paisagem ao redor. A comida caseira é outro atrativo, um sabor delicioso. O açaí servido no restaurante é do próprio açaizal. O restaurante teve incentivo do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) para captação, além disso dona Rosalina também busca cada vez mais se aprimorar para receber seus clientes. O restaurante funciona com reservas. Importante mencionar que não é o único meio de sobrevivência de Dona Rosalina, dado que trabalha “pra fora” como diz, em Belém, em diversas atividades.

Fotografia 6 – Restaurante “Restô da Ilha”, ilha do Murutucu, Belém, Pará.



Fonte: Acervo da pesquisa, 2023.

Por meio da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, em parceria com o Projeto Grupo Assistencial Solar do Acalanto, que atua no Projeto Apoema na ilha, com atividades musicais, pedagógicas e esportivas, foi ofertada a oficina de Ecobijutérias para um grupo de mulheres, com a finalidade de produção de materiais recicláveis, papel de revistas, como caixas de perfumes, sabonetes e outros produtos. Conforme Saavedra (2022), um dos objetivos da Oficina é reciclar para gerar renda a partir de materiais que seriam jogados nos rios, transformando-os em renda extra, além de incentivar novas habilidades ao grupo de mulheres, despertando-as para uma visão empreendedora de um protagonismo feminino na ilha.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) criou o PAE ilha do Murutucu na jurisdição do município de Belém, em 28 de setembro de 2006, com 877,4825 hectares com capacidade para assentar 144 famílias, beneficiando somente 121 famílias¹⁵,

¹⁵ De acordo com dados sobre Projetos de Reforma Agrária, conforme fase de implantação que constam do Sistema SIPRA de 05/12/2022 (Brasil. SIPRA, 2022).

encontrando-se na fase 3. A maioria das casas na Ilha ainda segue padrão típico de residências ribeirinhas. Conforme Igreja (2016), em 2014, a Ilha possuía, aproximadamente, 157 famílias. Acerca disso, vale ressaltar que não localizamos dados oficiais relacionados às características socioeconômicas e demográficas de suas comunidades.

a) Grau de ação antrópica

Aos finais de semana, a ilha de Murutucu é invadida por lanchas e *jet skis* que atrapalham o sossego e o silêncio da ilha. Essa questão tem recorrência de reclamação das comunidades ribeirinhas no que concerne aos turistas que não respeitam os rios, além de passarem com suas lanchas em alta velocidade, espantando os peixes e pássaros, sem nenhuma consciência dos costumes e do meio ambiente, conforme relatos e depoimentos dos moradores.

A ilha já possui coleta regular de lixo. Não obstante, num tempo não muito recente, os resíduos domésticos produzidos na Ilha pelos seus moradores eram queimados nos quintais. Às vezes, quando ocorriam as “cheias”, as águas levavam os resíduos queimados para os rios, poluindo-os, afugentando a fauna aquática. Atualmente, a ilha não dispõe de rede de esgoto sanitário, nem água encanada potável.

A ilha do Murutucu tem problemas de questões territoriais, uma vez que pertencia, administrativamente, ao município de Acará. Em um levantamento realizado pela CODEM, comprovou-se que a ilha pertence mesmo ao município de Belém. Nela não existe posto médico nem escola, cujas comunidades são: Rio do Bijogó, Cacau e Paciência. Em razão disso, as crianças e os adolescentes estudam na Escola São José localizada na ilha Grande, em frente à ilha do Murutucu.

Há grande incidência de doenças como febre, gripe e diarreia, devido à baixa qualidade da água e à ausência de políticas públicas voltadas para resolução ou, até mesmo, a mitigação desses problemas.

As senhoras moradoras da ilha do Murutucu, ou Murutucum, pescam camarões para comercializar nas feiras de Belém. Elas pescam com matapi feito de garrafas *pet* recolhidas dos rios e os reciclam, utilizando-os como instrumentos de pesca, contribuindo, dessa forma, para a limpeza e a preservação dos rios e da vegetação, visto que essas garrafas, além de entrar nos motores de barcos, trazem diversos malefícios à ilha.

Quanto à vegetação da ilha, é frondosa e variada, possuindo diversas espécies de plantas como cacauzeiro (*Theobroma cacao L.*), açazeiro (*Euterpe oleracea Mart.*), miritizeiro

(*Mauritia flexuosa*), com poucas espécies a seringueira (*Hevea brasiliensis*). No Furo da Paciência, observamos algumas palmeiras caindo, devido à erosão causada pelo intenso fluxo de embarcações (Fotografia 7).

Fotografia 7 – Vegetação – Aninga (*Montrichardia arborescens* Schott) e cotidiano da ilha do Murutucu, Belém, Pará.



Fonte: Acervo da pesquisa, 2023.

A Ilha do Murutucu ainda é desconhecida pela grande parte da população continental, assim como pelas políticas públicas e órgãos governamentais que a invisibiliza e deixa-a à margem do acesso aos serviços públicos e projetos de cidadania. A ilha é tão próxima da capital paraense, mas, ao mesmo tempo, é distante do planejamento e dos investimentos concernentes à construção de escolas, postos de saúde, ao sistema de abastecimento de água potável e de esgoto e coleta regular de resíduos sólidos domésticos.

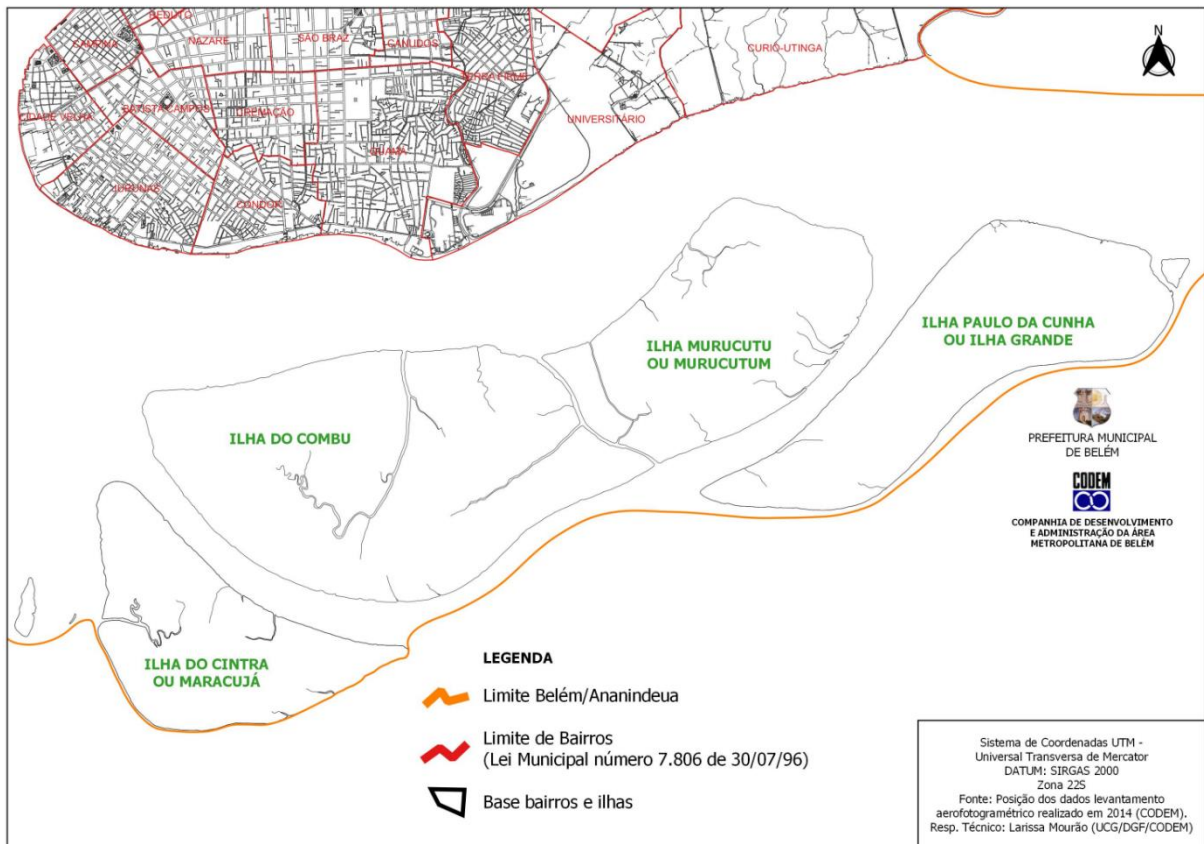
4.3 Ilha do Maracujá ou de Cintra

Cintra ou Ilha do Maracujá situa-se ao Sul de Belém, separada pelo Furo de São Benedito, e é um território de ocupação ribeirinha e quilombola. Em relação à denominação da ilha, Cintra é a denominação Oficial e Maracujá refere-se à própria comunidade ou, segundo moradores, o nome maracujá era referente ao “apelido” de um dos moradores mais antigo da Ilha. Pela demarcação territorial do IBGE, a Ilha pertence ao município do Acará (PA), entretanto, pela delimitação municipal realizada pela CODEM, pertence ao município de Belém

e tem forte relação fluvial com a capital paraense. Todavia, o território é sede de zona eleitoral do Acará, mas grande parte dos moradores tem título eleitoral em zonas de Belém.

A ilha do Maracujá, em sua vegetação, apresenta predominância de pupunheira (*Bactris gasipaes*), siriubeira (*Avicennia germinans*), mangueira (*Mangifera indica*), murumuru (*Astrocaryum murumuru*), seringueira (*Hevea brasiliensis*), pracaxi (*Penta Clethra Macroloba*), virola (*Virola surinamensis* [Rol.] Warb.), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*) andiroba (*Carapa guianensis Aubl*), cacau (*Theobroma cacao*), capoteiro (*Campomanesia guazumifolia* Camb.), buriti (*Mauritia flexuosa*), aninga (*montrichardia linifera*), jatobá (*Hymenaea courbaril*), paxiúba (*Socratea exorrhiza*), ucuuba (*Virola sebifera*), guarumã (*Ischinosiphon koern*), mututi (*Pterocarpus rohrii Vahl*) e cupuaçurana (*Matisia Paraensis*). Conforme estudos de Silva (2010), a ilha do Maracujá possui um dos menores percentuais de mata natural, sendo um pequeno afloramento rochoso/sedimentar que não permitiu o crescimento de mata, originando vegetação arbustiva com apenas 17% de mata natural.

Mapa 6 – Localização geográfica da ilha do Maracujá, Belém, Pará.



Fonte: CODEM (2014).

a) Panorama histórico-geográfico e demográfico

A ilha do Maracujá pertence, em tese, ao Distrito Administrativo de Outeiro (DAOUT), mas há ainda uma imprecisão de pertencimento entre a capital paraense e o município do Acará (Silva; Tourinho, 2017; Cardoso *et al.*, 2021). A ilha abrange uma área de 6.456.916,11 m² e localiza-se à margem esquerda do rio Guamá, ficando à sua frente a ilha do Combu, ao sul, a ilha de Juçara, ao leste, o município do Acará, a oeste a ilha dos Papagaios, mais abaixo, a ilha de Itacoãzinho. Por ser área insular com influência de marinha, pertence à União, caracterizando-se como território federal. O nome da ilha faz referência aos nomes dos rios pelos quais é banhada.

O acesso à ilha dá-se pela Feira do Açaí, Porto da Palha e Terminal Hidroviário Ruy Barata. Por ainda manter uma condição de isolamento, há um controle maior pela comunidade em relação à venda de terrenos, entretanto, segundo relatos de moradores entrevistados a venda de terras está ocorrendo com frequência.

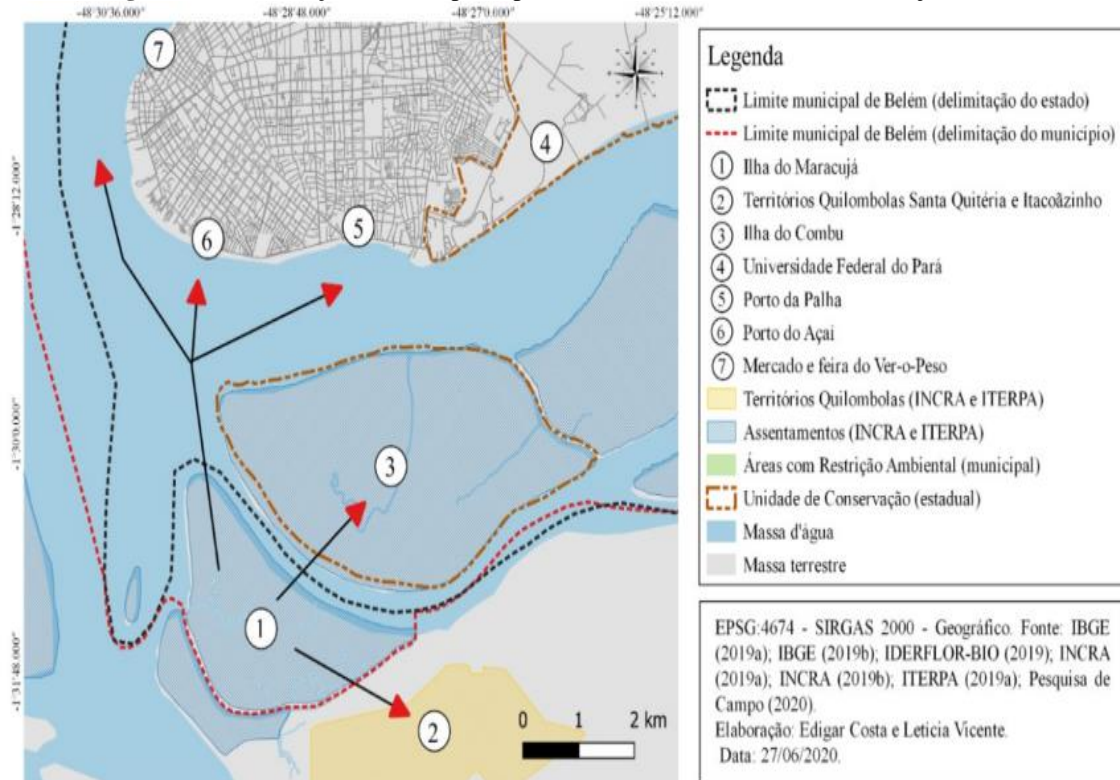
A ilha do Maracujá é circundada pelo rio Guamá e pela Baía do Guajará, propícios às variações sazonais, especificamente, em períodos de inundações entre os meses de dezembro e abril, caracterizando o solo de várzea. Conforme estudos de Silveira e Bassalo (2012), habitam a Ilha cerca de 150 famílias, etnicamente heterogênea, ainda assim a presença negra é expressiva em função das comunidades quilombolas do Acará.

Em 2008, o INCRA demarcou-a como Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) com 824,8050 hectares para 150 famílias, de forma que 143 famílias foram assentadas, conforme o referido PAE, encontra-se na fase 3.

Em conformidade com os estudos de Cardoso *et al.* (2021), a ilha do Maracujá encontra-se num processo de reconhecimento como comunidade quilombola, uma vez que há moradores descendentes dos Territórios Quilombolas de Santa Quitéria e Itacoãzinho (município do Acará). Constantemente, ocorre deslocamento para o município de Belém para acesso às escolas e à venda de produtos nas feiras e portos.

No tocante à esfera educacional, o avanço para o Ensino Médio demanda o deslocamento para a Belém continental, assim como o escoamento da produção de palmito, açaí e frutas, que são vendidas nas feiras da cidade. A Figura 2 ilustra os fluxos de mercadorias e população entre a ilha e a cidade. A organização do novo quilombo na ilha do Maracujá (Cardoso *et al.*, 2021) permitiu que membros da comunidade pudessem ter acesso à universidade pública por meio da política de cotas.

Figura 2 – Localização e fluxos principais dos moradores da ilha do Maracujá, Belém, Pará.



Fonte: Cardoso *et al.* (2021, p. 946).

A população da ilha instalou, em 2017, energia elétrica com seus próprios meios, tendo sido regularizada pela companhia Celpa Energia em 2018. Mobilizou-se, ainda, para a instalação de uma rede de abastecimento de água. E Carece de soluções de saneamento, de um serviço de telefonia de qualidade, de escolas e de posto médico.

Conforme observação em campo, a noção de comunidade é referida a ação católica. A ilha possui três comunidades: São Benedito, São João Batista (Maracujazinho) e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (Maracujá) com aproximadamente 150 famílias, com cerca de 135 casas, 495 moradores, segundo Vicente (2022). O Furo do Maracujazinho concentra o maior número de famílias, com predominância da família Santos. Na ilha, festejam-se diversas festas de santos, a exemplo de Festividade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e a Festividade de São Pedro.

As famílias têm o Termo de Autorização de Uso cedido pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU), o que, em hipótese, garante o manejo da floresta e a moradia.

No noroeste da ilha, há algumas moradias esparsas; no extremo norte, existe uma ponta de areia, onde se localiza a casa do seu Abaeté, nomeada de Prainha. A localidade de terra firme ao leste da ilha é Santa Quitéria, em que há uma fonte de água que abastece os moradores. Os

comunitários adquirem a água na margem urbana, nos bicos de água, existentes no Porto do Açaí e no Complexo do Jurunas.

No ano de 2018, criou-se a Associação Quilombola dos Moradores Ribeirinhos das ilhas do Maracujá Juçara e Jenipauba, e um dos objetivos é o apoio aos estudantes no processo seletivo especial quilombola da UFPA.

Entre as diversas associações de classe na ilha, destacamos a atuação da Associação dos Ribeirinhos, Extrativistas da ilha do Maracujá (AREIM), fundada em 22 de setembro de 2004, como antes era denominada. No ano de 2008, foi registrada como Associação dos Ribeirinhos, Pescadores e Extrativistas da ilha do Maracujá (ARPEIM).

Ao longo do tempo, a ARPEIM constituiu-se com muito trabalho, muita luta e conquistas para os sócios, conforme a senhora Maria Edina Costa Nascimento, que relatou a relevância do trabalho de mapeamento realizado junto com o Projeto Nova Cartografia Social para o reconhecimento da comunidade da ilha do Maracujá e para que os moradores fossem reconhecidos como ribeirinhos, pescadores. Reconhecimento dado também à Associação em questão. No registro fotográfico, a exposição da blusa com o logotipo da Associação com motivação e entusiasmo de quem trabalha muito pela comunidade e pelos seus associados.

Fotografia 8 – Sede da ARPEIM, ilha do Maracujá, Belém, Pará.



Fonte: Acervo da pesquisa, 2023.

Atualmente, a presidente da Associação, senhora Maria Edina Costa Nascimento, está focando no processo de aposentadoria de pescadores mais antigos que estão com idade para se aposentar. Ela também verifica os benefícios para pescadores doentes, pois, segundo ela, muitos pescadores estão com câncer de pele. O número de sócios cadastrados aproximadamente é 1.112 e ativos são 610.

Em relatos da senhora Maria Edina Nascimento e do senhor Olivaldo dos Santos, em relação às mudanças e às melhorias que a ilha vem passando, registraram que a infraestrutura do Porto do Açaí melhorou com a reforma executada. O porto é onde eles vendem seus produtos extraídos do “terreno”, como açaí, cacau, coco, entre outros, recursos florestais.

Destacaram que as balsas de combustível para barcos melhoraram, com o aumento de quantidade para três unidades, havendo menos concorrência, e com o preço do combustível tendendo a diminuir. Observaram que houve aumento do número de comércio e transportes, porque antes eram poucas lanchas para transportar os passageiros. Nesses termos, os entrevistados dizem que essas conquistas representam avanços e uma boa relação das ilhas com a cidade continental.

O acesso à água encanada é resultado da ação da ARPEIM que conseguiu mediante parceria com a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). Atualmente, existe um sistema de água que abastece cerca de 10 famílias na comunidade. O que não existe é a coleta de resíduos sólidos domésticos, em vista disso a Associação está tentando trazer para a comunidade, mas até o momento ainda não conseguiu efetivar este serviço para as famílias.

A questão da contaminação da água traz muitos prejuízos para as unidades familiares da ilha do Maracujá. Na Ilha, não há coleta de lixo por parte da Prefeitura nem de um órgão federal. Tal situação prejudica ainda mais o saneamento básico e a poluição dos rios. Como uma alternativa, os moradores queimam seus lixos produzidos, ainda que, conforme relato deles, não seja o mais correto, mas, para o cenário em que vivem, é o mais adequado para não ir para as águas.

Mesmo assim, lixo é levado pelas águas do rio Guamá e jogado no rio por pessoas residentes da cidade de Belém, além dos turistas que jogam seus resíduos no rio quando visitam o local. Conforme relatos de moradores, a água contaminada impossibilita o consumo e dificulta muito o convívio e a execução de atividades domésticas simples como lavar roupas, louças e tomar banho. Os ribeirinhos não a utilizam para beber ou fazer as suas refeições, posto que trazem doenças, principalmente, para as crianças.

Segundo relato de uma moradora, o lixo mais encontrado nos rios é a garrafa *pet*, jogada também pelos ribeirinhos, mas, mormente, pelos barcos que carregam turistas, que visitam o local e deixam seus lixos, contrapondo o cenário exuberante de uma natureza esplêndida com uma realidade triste e caótica.

Além do lixo, os chamados “caracóis”, ou caramujos africanos (*Achatina Fulica Bowdich*), que transmitem doenças para os moradores, ameaçam a agricultura, o meio ambiente

e transmitem a meningite (*Eosinofílica* ou *Meningoencefálica*), além disso são hospedeiros de *Angiostrongylus costaricensis*, que causam comprometimento de órgãos abdominais.

Os plásticos diminuem a produção de açaí e a pesca dos peixes, fonte de renda e produtos para a sobrevivência e consumo das comunidades ribeirinhas. Conforme relatos de moradores registrados no Fascículo n. 8, 2008 do PNCSA; os turistas apenas deixam lixo, como as garrafas *pet*, latinhas e preservativos. Nesse sentido, em depoimentos retratados, temos:

Foi agora no início do mês [...] Tinha muito peixe na água!. E aqueles supermercados que têm ali, aquelas madeiras que têm ali pelo porto, muitas vezes, de madrugada eles pegam esses fasquil de madeira e jogam lá na praia e tacam fogo, quando, muitas das vezes, não dá tempo de queimar tudo, aí a maré pega e joga aqui pra nossas Ilhas!

O supermercado, às vezes, pela parte da tarde, principalmente assim numa maré dessas, como tá grande aqui pela parte da tarde, eles pegam monte de caixas, saco plástico, e lá traz e só... despejam lá no rio!
(Senhor Olivaldo Valadares dos Santos).

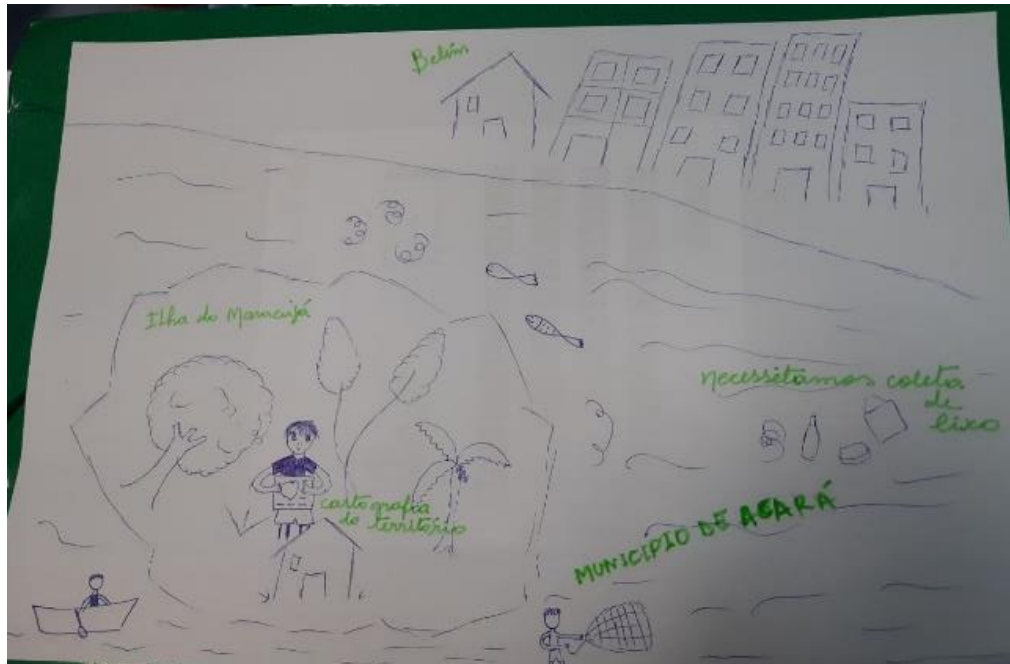
Muitas das vezes, de madrugada, eles lavam esses navios que vêm combustível, aí eles jogam lá, principalmente quando a maré tá enchendo, aí ela traz! E suja a ponte da gente, que é aquele pinche. Muitas das vezes, acontece isso! É verdade!
(Senhor Edison Nascimento).

Nessa condição, a questão da poluição das águas na ilha preocupa os moradores, por isso reivindicam a coleta de resíduos domésticos, fiscalização, campanhas para não poluição dos rios, uma vez que originam graves problemas para a flora e a fauna da área insular.

a) Modos de vida

No uso e ocupação de solo, os moradores da ilha do Maracujá ainda preservam seu modo de vida, a exemplo da pesca, da agricultura. Nisso o papel do lugar é determinante. Ele não é apenas um quadro de vida, mas um espaço vivido, conforme preceituado por Santos (2000), isto é, de experiência sempre renovada, o que permite, ao mesmo tempo, a reavaliação das heranças. A existência naquele espaço exerce um papel revelador sobre o mundo em que vive. Abaixo temos uma imagem da representação desse espaço vivido.

Imagem 1 – Cartografia de um território, ilha do Maracujá, Belém, Pará.



Fonte: Oficina. Desenho de autoria de Maria Edina Nascimento, 2023.

A descrição do desenho apresenta uma realidade do sumiço dos peixes e camarão pela contaminação dos rios, segundo relato da senhora Maria Edina Nascimento: *“a gente joga nossa tarrafa, malhadeira na ponte, hoje já não pega um peixe pra jantar, devido tanta poluição, lixo que vem nas águas, nos rios bombardeados do grande esgoto de Belém, a gente coloca nosso matapi e pega menos de um prato de camarão”*. Destarte, apesar da diminuição das espécies, não deixaram de colocar os matapis nas beiras do rio.

Fotografia 9 – Matapi feito de garrafa *pet* e Matapi de tala de jupati.



Fonte: Acervo da pesquisa, 2022.

c) Equipamentos e Serviços urbanos

Na ilha, não há escolas, anteriormente, existia a Escola Fernando Baia, que foi desativada, mas ainda existe o prédio. As crianças e os adolescentes estudam distante da ilha, em uma escola no município de Acará, e na Escola Milton Monte, localizada na ilha do Combu, que fica em frente ao Furo de São Benedito. Existe um Posto Médico, mas, dificilmente, funciona para o atendimento da população.

4.4 Ilha Grande ou Paulo da Cunha

A ilha Grande, ou Paulo da Cunha, possui uma área de 9,291 km² numa distância de 12,2 km ao Sul de Belém. Pertence ao DAOUT e situa-se às margens do Rio São Benedito e à margem esquerda do rio Guamá. Seu acesso dá-se via fluvial por embarcações de pequeno e médio porte, como barcos, canoas e rabetas, cuja duração é aproximadamente de cerca de 40 minutos das ilhas para os portos de Belém, onde os ribeirinhos vendem sua produção.

Mapa 7 – Localização geográfica da ilha Grande ou Paulo da Cunha, Belém, Pará.



Sua produção econômica baseia-se no extrativismo vegetal, com a cultura do cacau (*Theobroma cacao*), entre outros, além da pesca. Esses produtos são vendidos no Porto da Palha, na Bernardo Sayão, localizado no Bairro da Condor, onde os moradores, diariamente, vêm comercializar seus produtos e comprar mercadorias que não existem na ilha.

Nas décadas de 1950 e 1960, a ilha Grande “pertencia” ao senhor Salomão Donato, que se intitulava o dono dela. Entretanto, com a institucionalização dos processos de assentamentos agroextrativistas em ambiente de várzea, a Gerência Regional do Patrimônio da União (GRPU) do Estado do Pará forneceu Termos de Autorização de Uso para os moradores da ilha, os quais passaram a ter concessão de uso de suas terras e comercialização de seus produtos cultivados (Cozzi, 2015). Na ilha Grande, há famílias que trabalham com a extração do óleo da andiroba (*Carapa guianensis Aubl*).

a) Panorama histórico-geográfico e demográfico

Administrativamente, a ilha Grande pertencia ao município de Acará, mas, em 2002¹⁶, passou a pertencer à cidade de Belém, quando também foi construída a Unidade Pedagógica de São José, conforme os estudos de Cozzi (2015), em que havia a senhora Maria José, que ministrava aulas para crianças e adolescentes em sua casa, tornando-se, mais tarde, também um centro comunitário, depois uma escola de ensino primário, com turmas até a 4ª série. Atualmente, oferece o 5º ano do Ensino Fundamental, o qual, na época, possuía 55 alunos.

A ilha possui duas escolas denominadas Unidade Pedagógica de São José e Unidade Pedagógica de Nazaré, ambas gerenciadas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Belém. Essas unidades oferecem ensino de Educação Infantil até o 5º ano do Ensino Fundamental. Elas são ligadas, administrativamente, pela Escola Sede Silvio Nascimento, situada na cidade de Belém, no Bairro da Condor.

Em meados do ano 2006, a política pública direcionada aos PAEs em ambiente de várzea, do INCRA instituiu o PAE com área de 922,8357 hectares com capacidade de 99 famílias, efetivamente, assentadas. O PAE ainda está na fase 3. O INCRA concedeu aos moradores da ilha recursos para a construção de residências com unidades sanitárias adequadas a esse ambiente, porém, nem todos os moradores foram contemplados com essa iniciativa. Abaixo a Fotografia 10 mostra as casas construídas.

¹⁶ Conforme relatos de moradores mais antigos da ilha, houve reivindicação por parte da comunidade para que a ilha fizesse parte administrativamente de Belém, juntamente com o apoio da GRPU. Entretanto não encontramos dados oficiais sobre essa questão e os entrevistados não possuíam informações mais detalhadas desse processo de mudança de jurisdição.

Fotografia 10 – a) Residências construídas pelo PAE; b) Casas sem iniciativa do Projeto, ilha Grande, Belém, Pará.



Fonte: Veloso (2012).

Conforme estudos de Silva (2010), a origem dos habitantes das comunidades, residentes no ambiente insular da ilha Grande, vem de diversas partes da Amazônia, alguns oriundos do médio Tocantins, outros do município de Acará, da Região Metropolitana de Belém e de outros municípios paraenses como se pode verificar na Tabela 3 a seguir:

Tabela 3 – Origem dos habitantes da ilha Grande, Belém, Pará.

Comunidade	Naturalidade	%	Morada anterior	%	Tempo de moradia	Anos
Ilha Grande	Local	15,4	Local	15	Média	17
	Muaná	15	Marajó	23	Desvio	13
	Marajó	23,1	Belém	15		
	Outros municípios	46,5	Outro estado	57		

Fonte: Silva (2010, p. 80).

De certo modo, as comunidades insulares se formaram com chegada de novos grupos, incrementando o povoamento nos meados do século XX. Daí em diante, as povoações das ilhas com grupos familiares vêm aumentando com o casamento de filhos(as), parentes distantes que vêm habitar com seus familiares, além de ribeirinhos e ribeirinhas que retornam da cidade, procurando fixar em ambiente insular.

As residências possuem quintais que servem para o plantio de árvores frutíferas e outros produtos de caráter extrativista, como o açaí, o carvão vegetal, a madeira, além da criação de pequenos animais. Esses produtos são tanto para o consumo próprio das famílias como para venda nas feiras da cidade de Belém.

Apesar da economia incerta e flutuante das famílias da ilha, especialmente, na entressafra do açaí, os moradores plantam cacau, pupunha e gêneros agrícolas e hortigranjeiros

que comercializam no Porto da Palha, no Porto do Açaí, na Feira do Ver-o-Peso e em outras feiras, possibilitando uma renda extra e mínima para sustento. Embora ainda não seja o suficiente para uma vida digna, na maioria das vezes, o plantio dos produtos é apenas para a subsistência e mantimento dos seus familiares, posto que ainda há pouca cultura de plantação para abastecer o mercado da cidade com um excedente maior.

a) Condições biofísicas

Conforme estudos de Azevedo e Kato (2007), o clima na ilha Grande é do tipo Af., com período mais chuvoso nos meses de janeiro a maio e menos chuvoso de junho a dezembro. A temperatura do ar varia de 22°C a 32,3°C entre média e máxima, enquanto a umidade relativa do ar varia de 84% a 93%. Mata de várzea, mata e mangue são características de sua vegetação. O açazeiro (*Euterpe oleraceae Mart.*) é a espécie mais abundante encontrada.

Conforme estudos de Silva (2010), a caracterização do relevo é de várzea alta, que tem influência do oceano e é inundada em alguns períodos pelas águas das marés. Na várzea alta, encontram-se a andirobeira (*Carpa guianensis Aubl*), a siriubeira, a bananeira, a pupunheira, o açazeiro, o murumuru (*Astrocaryum murumuru*), o pracaxi (*Penta Clethra Macroloba*), a paxiúba (*Socratea exorrhiza*), o cacauzeiro (*Theobroma cacao*), o acapatueiro, o jatobá (*Hymenaea courbaril*), entre outras.

Quanto às áreas de várzea baixa, são inundadas cotidianamente, nas quais prevalecem o Ouricuri (*Syagrus coronata*) e o Juquiri (*Mimosa pigra*) e o plantio do açazeiro, o cupuaçuzeiro, a pupunheira, o cajueiro, o biribazeiro e o coqueiro. A vegetação dos igapós sofre inundações por todos os meses do ano.

Quanto às características do solo, são do tipo hidromórficos indiscriminados eutróficos e distróficos e solos de mangue (solos halomórficos). Segundo Azevedo; Kato (2007) os solos halomórficos são compostos por sedimentos deslocados pelas águas da maré, com origem, maiormente, da decomposição dos detritos de mangue e da atividade biológica provocada por caranguejos.

a) Organização e liderança na ilha

A iniciativa por serviços nas ilhas em exame guarda semelhança e as deficiências correspondem ao mesmo quadro de negligência dos governos municipal e estadual. Esse quadro corresponde a iniciativas de lideranças religiosas, políticas, muitas delas mulheres de buscar e

até realizar os primeiros passos para levantar uma escola, exigir posto de saúde, transporte, provisionamento de água. A senhora Maria Machado Trindade, 82 anos, mais conhecida como Dona Quinha, é uma líder comunitária, que tem grande importância para a ilha Grande. Ela é natural de São Sebastião da Boa Vista no arquipélago de Marajó e vive há 52 anos na ilha Grande.

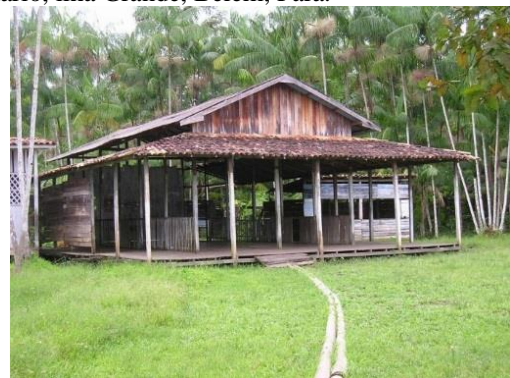
Dona Quinha mora ao lado da Escola São José, a qual, com sua persistência e reivindicação, foi instalada, inicialmente, em sua residência e depois passou para o Centro Comunitário. Foi essa a primeira escola a ser registrada na ilha. Outrora, esteve sob a jurisdição da Prefeitura do Município do Acará, intitulada de “Escola Deus Proverá”. Com esforços de Dona Quinha e os comunitários, em 1999, conseguiram a construção da “Escola Anexo São José”, na atualidade, vinculada, administrativamente, à Prefeitura Municipal de Belém.

Quanto ao abastecimento de água, sempre foi precário, tanto que as crianças adoeciam muito pela contaminação da água. O trabalho de dona Quinha junto Pastoral da Criança, por intermédio da Comunidade Eclesial de Base da paróquia de São Pedro e Paulo no bairro do Guamá, permitiu que as Comunidade Nossa Senhora de Nazaré e São José tivessem acesso ao trabalho de realizar misturas de macaxeira para ajudar na nutrição das crianças da ilha Grande e ilha do Murutucu.

Fotografia 11 – Antiga escola São José e o Centro Comunitário, ilha Grande, Belém, Pará.



Fonte: Acervo da pesquisa, 2023.



Fonte: Andrade (2007).

As ilhas ao Sul possuem escolas sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Belém, as quais são denominadas de Unidades Pedagógicas, administrativamente, vinculadas às escolas sede EMEIF Milton Monte e EMEIF Sebastião Quaresma, localizadas na ilha do Combu. O corpo docente divide-se entre professores que fazem a travessia diária de Belém e alguns professores que residem nas ilhas. Abaixo apresentamos o Quadro 4 com os nomes das escolas, número de alunos, entre outras informações.

Quadro 4 – Número de escolas nas ilhas ao Sul de Belém, Pará.

Nº	Escola	Localização/distrito	Número de alunos	Nível de ensino
1	EMEIF de Educação do Campo Milton Monte	Rio Furo São Benedito Costa da Ilha do Combu – Área Rural de Belém, Cep: 66999899	121 alunos	Educação Infantil Jardim I e Jardim II, Ensino Fundamental Ciclo I e Ciclo II
2	Anexo EMEC São José da EMEIF de Educação do Campo Milton Monte	Rio Bijogó, Ilha Grande – Belém. Área Rural de Belém. Cep: 66999899	261 alunos	Educação Infantil Jardim I e Jardim II, Ensino Fundamental Ciclo I ao Ciclo IV
3	Anexo N. Sra. dos Navegantes Várzea da EMEIF de Educação do Campo Milton Monte	Rua Aura Comunidade N. Sra. dos Navegantes, s/n, Igarapé Aura, Área rural de Belém, Cep: 66999899	96 Alunos	Educação Infantil Jardim I e Jardim II, Ensino Fundamental Ciclo I e Ciclo II
4	EMEIF de Educação do Campo Sebastião dos Santos Quaresma	Igarapé do Combu – Ilha do Combu, s/n, área rural de Belém, Cep: 66999899	74 Alunos	Educação Infantil Jardim I e Jardim II, Ensino Fundamental Ciclo I e Ciclo II
5	Anexo Santo Antônio da EMEIF de Educação do Campo Sebastião dos Quaresma	Igarapé Periquitara Ilha do Combu, Comunidade de Santo Antonio, Área rural de Belém, Cep: 66999899 C	81 Alunos	Educação Infantil Jardim I e Jardim II Ensino Fundamental Ciclo I e Ciclo II

Fonte: SEMEC/NUSP – Elaboração com base nos Microdados/Inep/MEC – 2019 – 2022.

Em maio de 2023, foi inaugurado um novo prédio da Escola Municipal de Educação do Campo (EMEC) São José na ilha Grande.

Fotografia 12 – Escola Municipal São José, ilha Grande, Belém, Pará.

Fonte: Sales (2023).

Conforme Sales (2023), nessa escola, localizada às margens do furo Bijogó, estão matriculados 250 alunos na faixa de 4 a 15 anos. Possui cinco salas de aula, uma das salas é destinada ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), cinco banheiros, sendo um

adaptado para pessoas com deficiência, refeitório, cozinha, almoxarifado, secretaria, espaço para recreação e biblioteca. Com a instalação de 36 placas fotovoltaicas, a escola terá energia limpa. O custo da escola foi em torno de R\$ 2,1 milhões.

Em sua tese, defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática, Andrea Cozzi (2021) reúne alguns depoimentos do senhor Simeão Monteiro Rodrigues, 92 anos, mestre Simeão, como é conhecido na localidade. No texto da autora, destaca-se o saber e consciência ambiental e defesa pela floresta em pé de quem viu muitos acontecimentos ocorridos na ilha.

Pescador e ex-seringueiro, mestre Simeão guarda a memória da história da ilha em relação à floresta e a vida ribeirinha. Retrata suas memórias de quando vinha passar férias na ilha, pois morava em Itacoã, no município de Acará (PA). Com o passar dos anos, morou de vez na ilha, quando sua irmã o trouxe para morar com ela.

A fala do “contador de histórias” e guardião das palavras, da oralidade, retratam um momento histórico das ilhas Grande e Murutucu, as quais eram fornecedoras de látex para a indústria automobilística, da variedade e abundância florística com a presença de seringueiras e samaumeiras.

O mestre Simeão mostra um pouco dos costumes que era utilizar folha do guarumã (*Ischinosiphon koern*) para embrulhar, mercadoria como farinha, carne, peixes, entre outros, além de conservar os alimentos não poluía o meio ambiente (Cozzi, 2021). Por meio de sua oralidade (contação de histórias), repassa às novas gerações ribeirinhas seus modos de vida, respeitando a tradição, o ambiente onde vive e os seres encantados das florestas.

5 EXPANSÃO URBANA SOBRE AS ILHAS AO SUL DE BELÉM, PARÁ

Queria que tu visse, dava peixe, camarão, camarão, camarão. E agora nos pesca, pesca, pra pegar um pouquinho (Dona Quinha, líder comunitária da ilha Grande).

Os ambientes insulares há tempos têm sido alvo de estudos, sejam no âmbito relação homem-ilha, ou as ilhas investigadas como espaços que vêm se alterando na sua territorialidade, na sua configuração espacial, nos modos de viver das comunidades ribeirinhas e na sustentabilidade ambiental que esses espaços fornecem para os territórios continentais que os rodeiam.

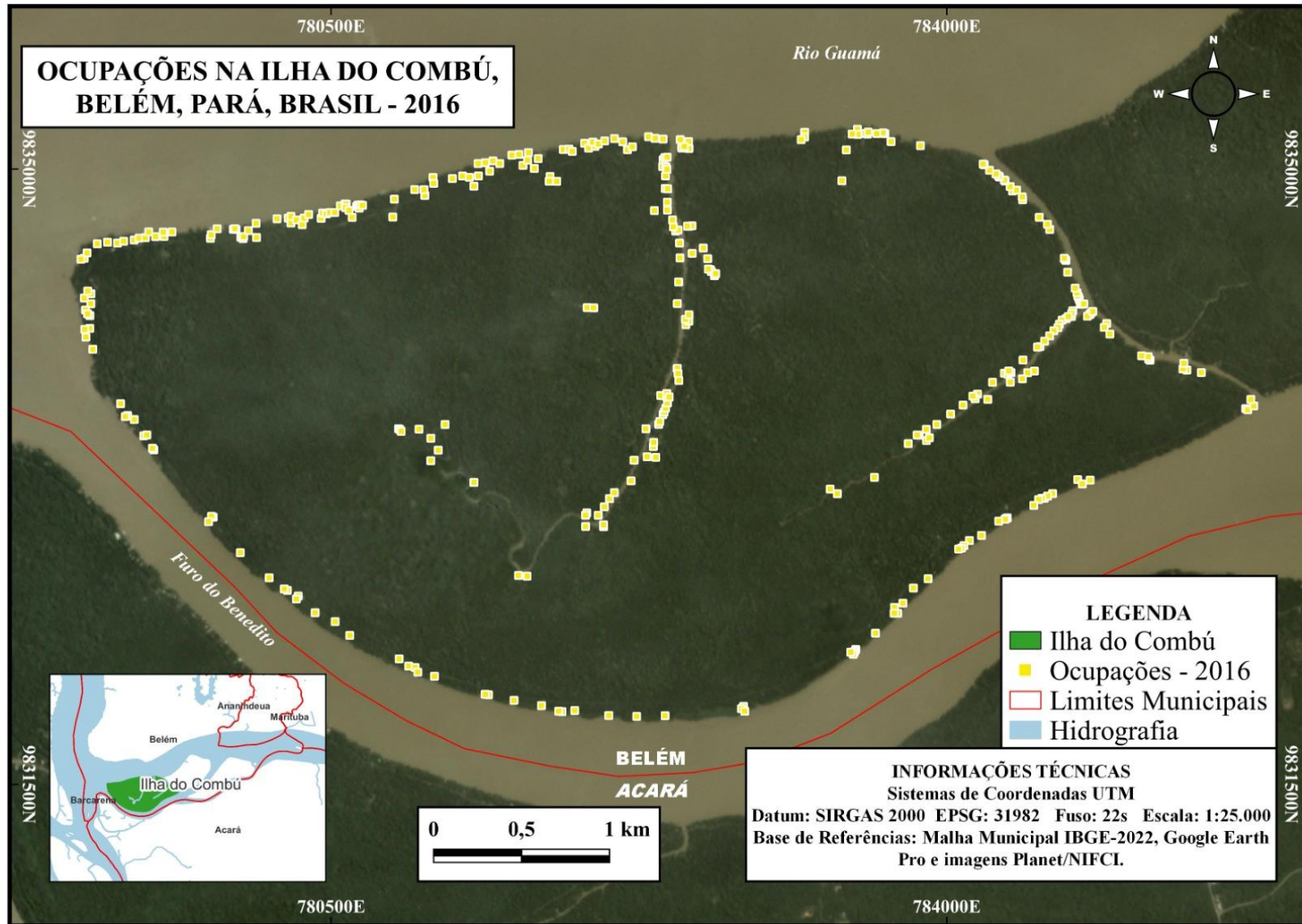
Diversas correntes investigativas pronunciam que as ilhas estão passando pelo risco ambiental e numa ordem de atividades econômicas voltadas para o extrativismo florestal e na pesca. Todavia, o cenário modificou-se, ao passo que os espaços insulares se voltaram para outras atividades como o turismo.

Nosso *locus* de estudo, as ilhas ao Sul da capital paraense vêm passando por transformações territoriais e em suas atividades econômicas, influenciando, assim, na dinâmica dos modos de viver nas relações socioambientais dos ribeirinhos com a parte continental. Nessa condição, tentamos elucidar a situação socioambiental que as ilhas ao Sul vêm apresentando.

5.1 Expansão urbana e espacial

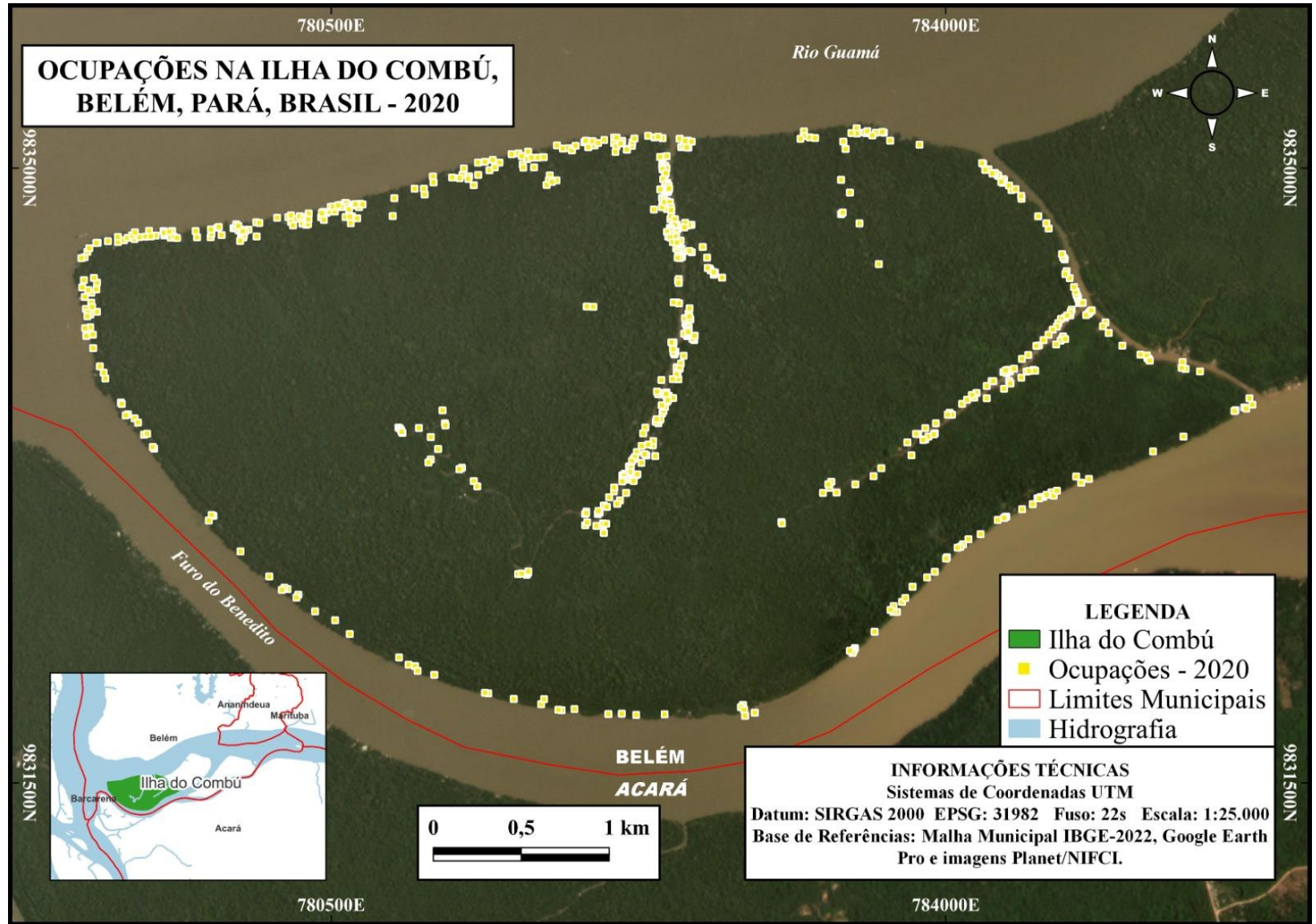
A chegada da energia elétrica às ilhas ao Sul em 2011 alterou a configuração espacial e territorial das ilhas, à medida que novos estabelecimentos como restaurantes, bares, chalés foram instalados, sobretudo, por ocupantes externos. Os novos tipos de atividades econômicas vêm influenciando na nova configuração do espaço insular referente às ilhas em estudo e na dimensão territorial, bem como a exploração pelos recursos, conforme demonstra a sequência dos mapas que estão distribuídos, primeiramente, pela ilha do Combu, em seguida pelas ilhas do Murutucu, Grande e do Maracujá.

Mapa 8 – Ilha do Combu e a nova configuração territorial e a exploração pelos recursos naturais ano 2016.



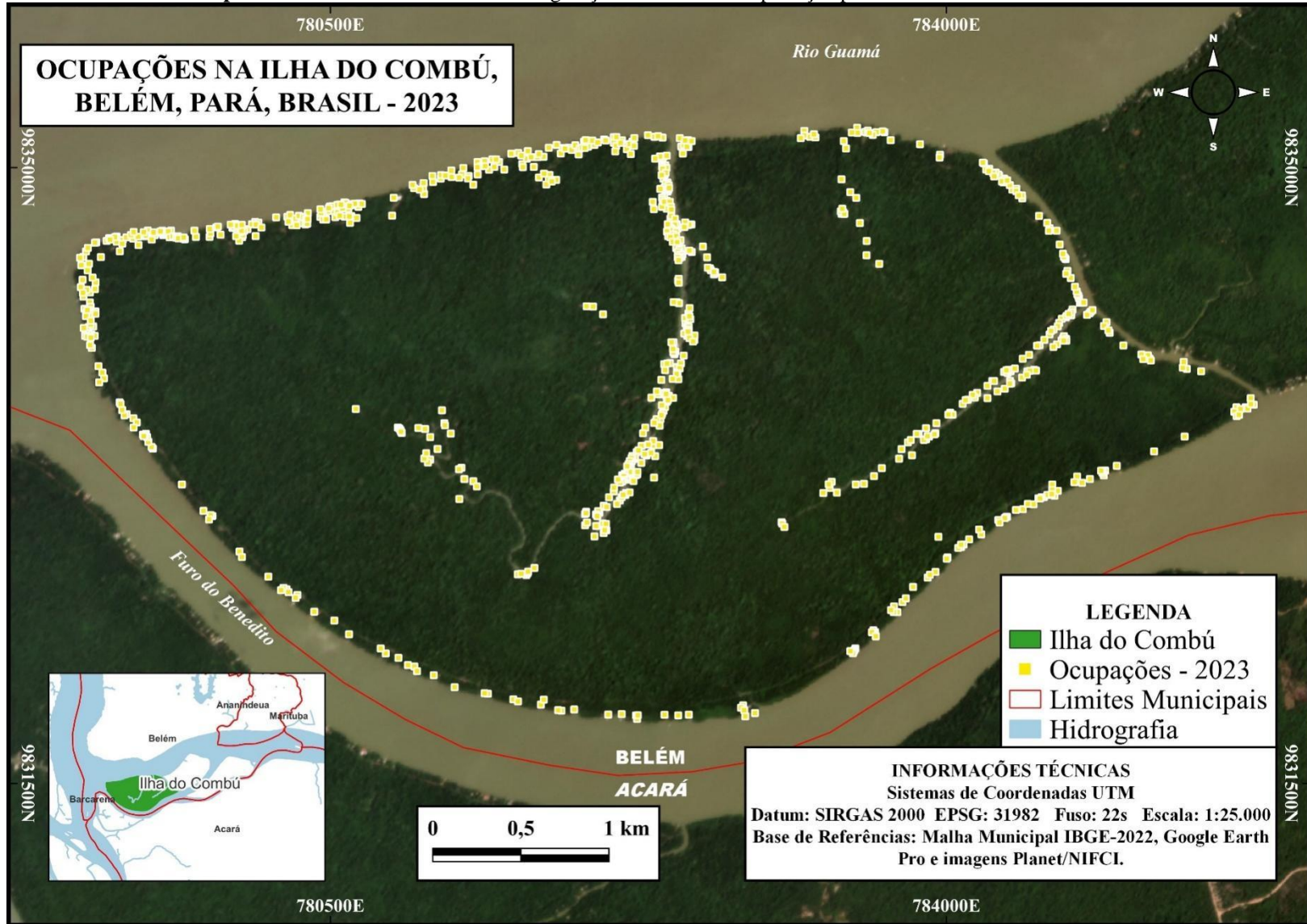
Fonte: Elaborado por Gabriel Cruz, 2023.

Mapa 9 – Ilha do Combu e a nova configuração territorial e a exploração pelos recursos naturais ano 2020.



Fonte: Elaborado por Gabriel Cruz, 2023.

Mapa 10 – Ilha do Combú e a nova configuração territorial e a exploração pelos recursos naturais ano 2023.



Fonte: Elaboração Gabriel Cruz, 2023.

Comparando os três mapas que se sucedem entre os anos 2016, 2020 e 2023, verifica-se que, à medida que expansão urbana se aproxima das ilhas, aumenta a ocupação das margens, seja nos rios, furos ou igarapés. De igual modo, reduz-se a vegetação, embora tenha aumentado a concentração de palmeiras de açai, que tem levado os ribeirinhos a uma dedicação maior ao extrativismo, isto é, ao manejo dos açais que dominam a vegetação local.

Sendo assim, essas novas ocupações vão alterando a forma desse espaço insular, no caso, aqui, a APA do Combu no decorrer dos anos. Uma área bastante ocupada, particularmente, pelos números de restaurantes é a Comunidade Beira Rio e a Comunidade Furo do Combu, onde a ocupação do solo está cada vez mais adentrando os terrenos. Esse processo também está relacionado com um processo econômico, social e cultural (Santos, 2012), que interfere nessa nova organização e configuração do espaço habitado. As evidências empíricas observadas *in loco*, assim como os mapas acima, mostram uma intensa ocupação nas margens destas duas comunidades.

Dito isso, a forma, a função e a estrutura urbana desses espaços apresentam singularidades que interferem de certa maneira nos modos de produzir e de viver das comunidades ribeirinhas.

Nos modos de produzir, as atividades econômicas seculares vêm se alterando e, na prática, observa-se que a policultura, intercambiada com o extrativismo diversificado, a pesca, e o artesanato, que foram práticas comuns no passado, atualmente, vêm dando lugar ao turismo. Como consequência desse avanço, os serviços de transportes dos barcos têm sido práticas recorrentes, o que tem provocado uma nova divisão de trabalho, em que os jovens e adultos têm se dedicado a esta tarefa com maior afinco.

Como efeito da expansão urbana, têm surgido os conflitos territoriais e uma nova configuração espacial, produzida pela expropriação territorial, pois, conforme relatos de muitos ribeirinhos e ribeirinhas, perderam parte de seus terrenos; uns, porque dividiram para seus familiares; outros venderam para empresários a parte da frente de seu terreno, passando a ocupar a parte dos fundos. Os empresários constroem restaurantes ou bares, ao passo que todos os tipos de resíduos domésticos oriundos dessas atividades vão para os “antigos proprietários”, que constroem suas casas atrás dos restaurantes e terminam por arcar com os efeitos dessa nova configuração.

Nessas condições, nas comunidades ribeirinhas, os que vendem seus terrenos não têm muito espaço para cultivar. Enquanto uns passam a empregados dos restaurantes, outros trabalham como barqueiros nas associações e cooperativas de embarcações das ilhas.

Um elemento que não podemos deixar de mencionar na questão da expansão urbana é a regularidade dos transportes que as ilhas ao Sul passaram a ter, principalmente, após a inauguração do Terminal Hidroviário Ruy Barata¹⁷, localizado na Praça Princesa Isabel, no bairro Condor. Há diversas cooperativas e associações de barqueiros que fazem o transporte de moradores das ilhas e dos turistas durante a semana, finais de semana e feriados, em que o fluxo é intenso, chegando a criar filas para a compra de bilhete de passagem.

As embarcações utilizadas pelas associações dos barqueiros são feitas de alumínio com motor a diesel e a gasolina; possui cerca de 12 lugares com coletes salva vidas. Elas têm uma espécie de cobertura em plástico para proteger do sol e da chuva. Nas vias navegadas, quase não se veem as antigas embarcações como cascos e navios de madeira.

Com a regularidade dos transportes e a disponibilidade de imediato de embarque, uma vez que as diversas embarcações ficam aportadas a espera dos passageiros¹⁸, as atividades turísticas intensificaram-se mais ainda nas ilhas.

Constituindo uma atividade que também vem modificando o meio ambiente e os costumes nas ilhas, por outro lado, o turismo é uma atividade que vem trazendo rendimentos financeiros regulares, ou até mesmo, complementares para os moradores. Entretanto, a atividade turística envolve prejuízos socioambientais, pois há produção de resíduos sólidos urbanos, presença de pessoas com *jet skis*, que afugenta os peixes e escasseia ainda mais a pesca.

Em relação às embarcações que trafegam pelos rios, não se nota algum tipo de fiscalização. Muitas passam em alta velocidade, sem respeitar os barcos menores. Conforme relatos de moradores, esse fluxo de embarcações grandes dá-se, sobretudo, nos finais de semana. Tanto que já ocorreram diversos acidentes com pessoas feridas. A população local reclama do barulho das lanchas; os mais antigos moradores dizem que perturba o sossego e afugenta os peixes, além de causar mais erosão e “barrancos” (no linguajar deles).

Um dos instrumentos de gestão territorial municipal é o Plano Diretor do Município de Belém, disposto na Lei nº 8655/2008, publicado em 30 de julho de 2008, no Diário Oficial do Município. O Plano, conforme seu art. 2º, é o instrumento básico da política urbana do Município, abarcando a totalidade do território, o documento ainda integra o sistema de planejamento municipal. Em seu art. 77, faz referência à estrutura espacial, configurada pela

¹⁷ Em homenagem a um dos grandes literatos paraenses.

¹⁸ Não é necessário ter lotação total, bastam cinco passageiros para as lanchas prosseguirem.

subdivisão continental e insular, pela repartição dos ambientes urbanos e rurais, qualificada por seus diferentes funções e usos, dos equipamentos públicos e sistemas de infraestrutura.

Em seu art. 83, o Plano Diretor direciona instruções para os espaços insulares a saber: a) mitigar os impactos advindos do uso intenso das ilhas, sem prejuízo à população local; b) resgatar e valorizar a fisiografia e a visualização dos elementos naturais e paisagísticos peculiares das ilhas; c) respeitar as características geomorfológicas do sítio das ilhas para a adequação dos usos e atividades.

Em que pese a expansão urbana e espacial das ilhas, não vemos a ação do poder público e o cumprimento do Plano Diretor, ao contrário, não há fiscalização das instituições gestoras e reguladoras, deixando esse cenário a margens de soluções e punição, uma vez que os moradores locais e os forasteiros têm livre arbítrio para construir, sem um planejamento urbano, desobedecendo critérios e normas voltados para a manutenção das características geomorfológicas do sítio das ilhas.

Ainda no art. 83, mencionam-se, no inciso VII, a valorização e o resgate da visualização e fisiografia dos elementos paisagísticos e naturais peculiares das ilhas. Entretanto, isso não está sendo respeitado, fiscalizado e cumprido às margens dos rios. A exemplo disso, mostramos uma residência (Fotografia 13) construída no igarapé Periquitaquara, ilha do Combu. A construção é uma afronta à paisagem natural, aos modos de vida e não atende aos princípios e aos critérios do planejamento e da sustentabilidade da ilha.

Fotografia 13 – Casa de alvenaria localizada na Comunidade igarapé Periquitaquara, ilha do Combu, Belém, Pará.



Fonte: Acervo da pesquisa, 2023.

Segundo uma das moradoras mais antigas da Comunidade igarapé Periquitaquara, a casa pertence a uma pessoa de Belém. O terreno foi vendido para essa pessoa que promove festas aos finais de semana e nas férias de julho. O barulho intenso das festas incomoda os moradores

que moram ao lado e em frente à referida casa. Abaixo um depoimento apresentando essa questão:

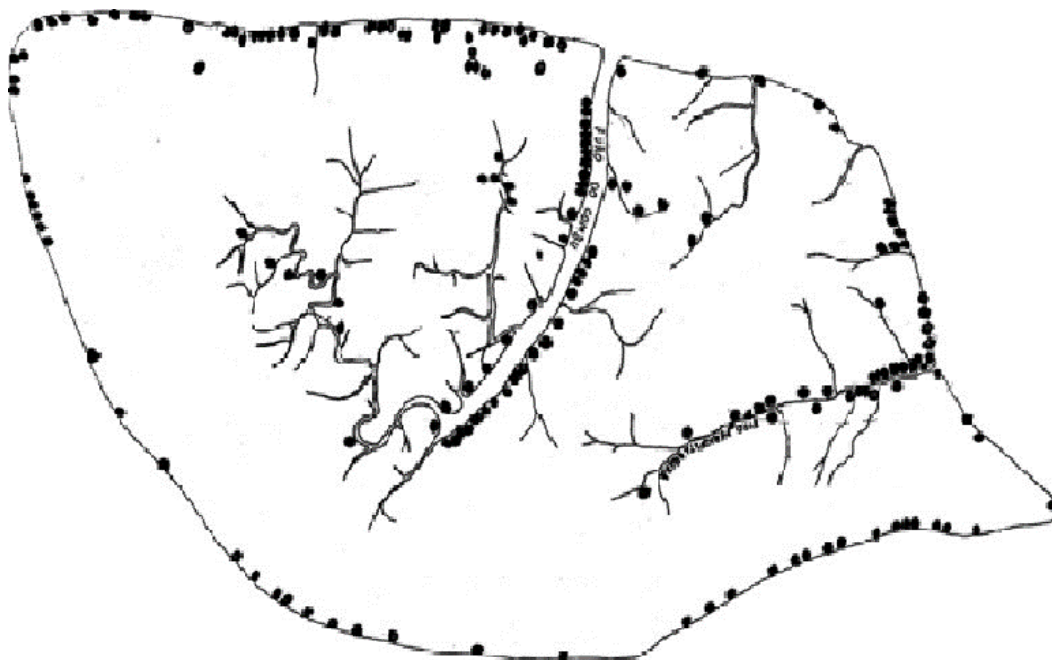
[...] aqui no meu setor, por enquanto não tá grave, porque só é família. Teve a venda daí, onde meu primo falou, aí a moça vendeu lá. Agora de certa maneira, tá até prejudicando, porque já veio uma família de Belém, já fizeram encontro de festa e as vezes chega a prejudicar, eu não, porque estou mais pra cá, mas aí os meus vizinhos que ficam lá em frente, eles passam o tormento muito grande, porque o barulho é muito forte, é muito forte (Cleonice, pescadora, 69 anos, entrevista em maio de 2023).

Um dos elementos que causa a expansão territorial nas ilhas ao Sul é a quantidade de restaurantes construídos às margens dos rios.

Em estudo de Rodrigues (2006), havia 227 casas e apenas dois restaurantes no igarapé Combu e um restaurante na comunidade Beira Rio. Passados 17 anos, atualmente, conforme relato de moradores há 68¹⁹ restaurantes em terra firme e dois flutuantes. Esse dado foi fornecido em maio de 2023 pelo vice-presidente da Cooperativa dos Barqueiros das ilhas ao Sul.

Comparando-se à distribuição das moradias e à chegada dos restaurantes nas comunidades da ilha do Combu, com o croqui elaborado por Anthony Anderson nos anos 1990, mostra-se um fio dessa expansão urbana e a mudança na configuração espacial, da referida ilha onde a expansão urbana é mais intensa.

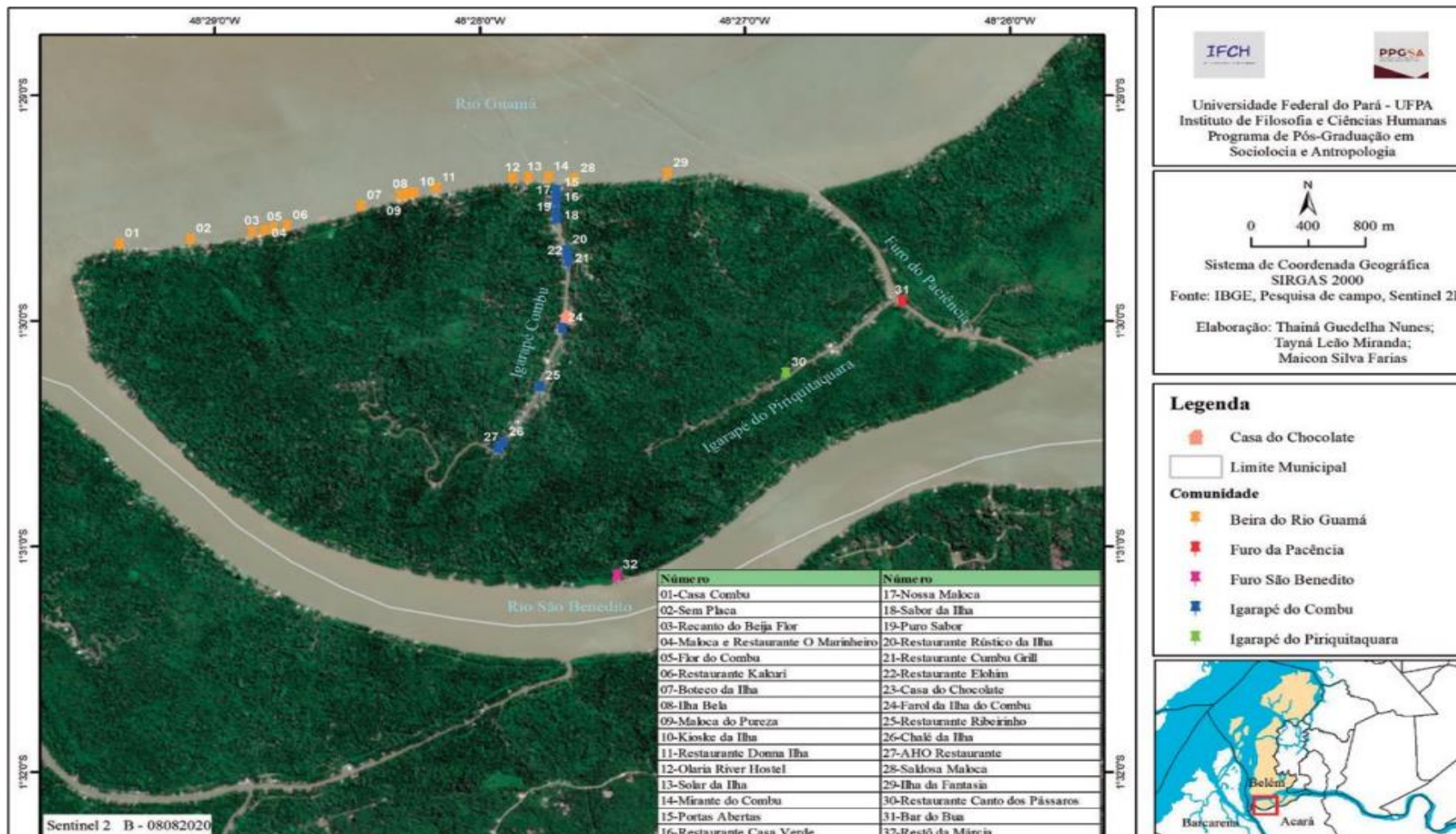
Croqui 1 – Distribuição das moradias na ilha do Combu, Belém, Pará, na década de 1990.



Fonte: Anderson (1991).

¹⁹ A quantidade de restaurantes informada pelo IDEFLOR-Bio era de 18, o que representa a desatualização dos dados do órgão. Esse quantitativo de restaurantes corresponde ao total de todas as ilhas ao Sul de Belém.

Mapa 11 – Bares e restaurantes localizados na APA do Combu, Belém, Pará.



Fonte: Nunes e Furtado (2023).

Conforme o Mapa 11, os restaurantes concentram-se mais na Comunidade Beira do Rio com 16, Comunidade Igarapé do Combu possui 13, enquanto as comunidades Furo da Paciência, Igarapé do Periquitaquara e Furo São Benedito têm cada um bar e um restaurante. As duas primeiras comunidades são mais próximas da área continental e mais populosas, por isso, talvez as maiores quantidades de restaurantes.

Em pesquisa de campo nas ilhas do Maracujá e Grande, não observamos restaurantes e bares, com exceção da ilha do Murutucu, que tem o restaurante Ilha Branca e o Restô da Ilha, os dois são de propriedade de moradores locais. O primeiro é mais requintado com a oferta de chalés, o segundo tem uma arquitetura mais ribeirinha, centra seu atrativo no sabor da comida e serve o açaí de seu próprio quintal.

Realizamos um campo na Comunidade Santo Antônio, na ilha do Combu, ao chegarmos ao Terminal Hidroviário Ruy Barata, por volta de 11h30, em um dia de sábado, fomos surpreendidos por senhoras entregando panfletos com propagandas de restaurante.

Os restaurantes têm maior predominância na Comunidade Beira Rio e na Comunidade Furo do Combu, ambos na APA Combu. Oferecem aos clientes e turistas diversas opções de lazer, desde banho de rio, banho de piscina, *deck*, música ao vivo, espaço *kids*, entre outros atrativos

Nos panfletos, observamos promoção de cervejas, porção de açaí, degustação de salgados, passeio para loja de chocolate, entre outras cortesias. Anteriormente, os restaurantes funcionavam apenas aos finais de semana, na atualidade, funcionam, normalmente, durante a semana, evidente que, nos finais de semana, o movimento é intenso. Nessas condições, notamos os costumes e os hábitos dos cidadãos “invadindo as ilhas” numa relação não simbiótica com os costumes dos ribeirinhos e sua cultura, mas, sim, num contentamento de descanso, lazer, desestressar da vida frenética da cidade. Alguns podem até quererem contemplar a natureza, respirar ar puro, tomar banho de rio, outros apenas levam lixo, baderna e desassossego, fazendo apologia ao trecho popular: “viemos fazer barulho na terra alheia”.

Trouxemos algumas imagens dos empreendimentos, pesquisas nas redes sociais como *Instagram*, outra ferramenta de *marketing* dos proprietários de restaurantes para divulgar seus serviços e espaços.

Imagem 2 – Propaganda de restaurantes da ilha do Combu, Belém, Pará.



Fonte: Instagram do Restaurante Flor do Combu, 2023.

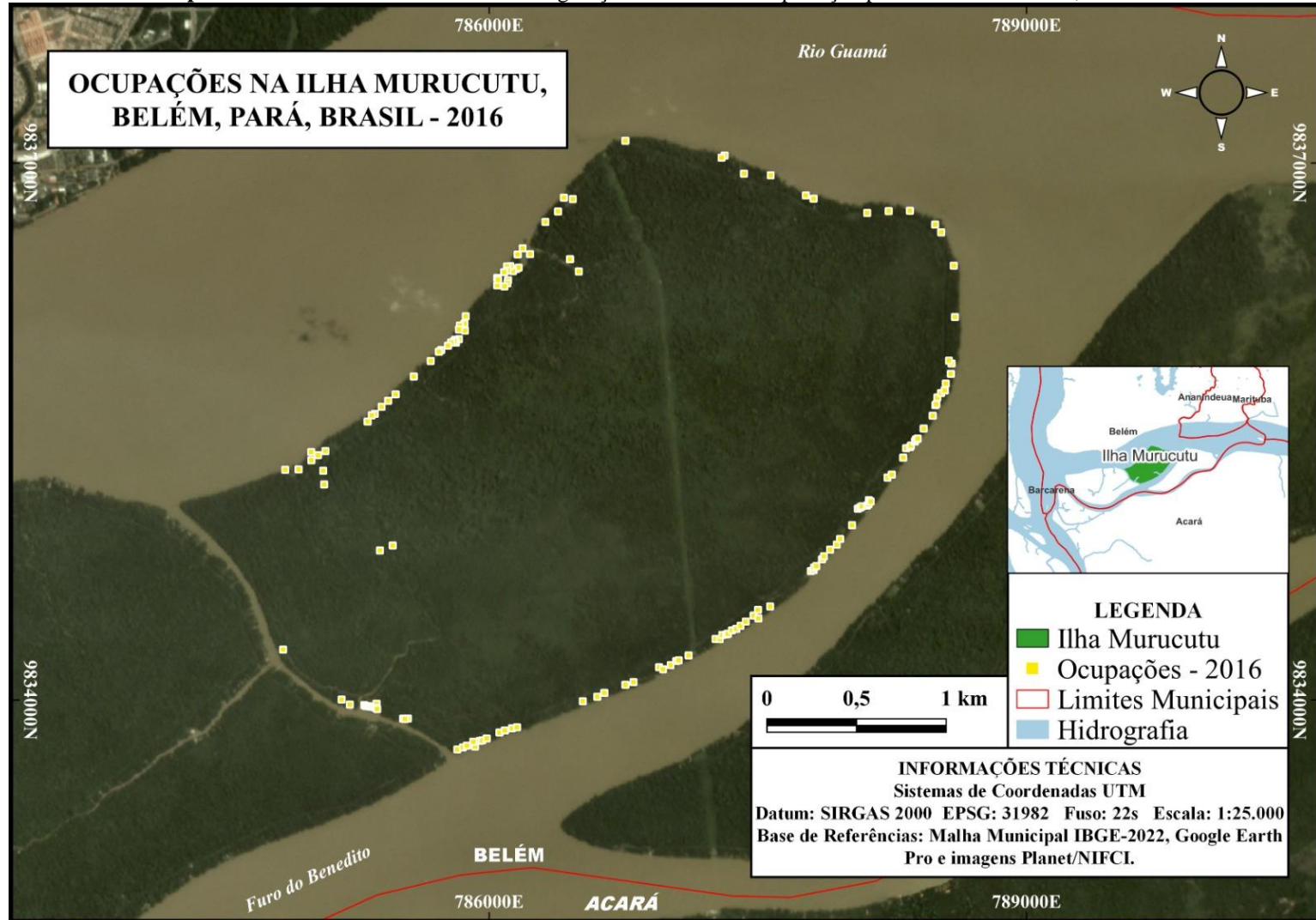
Em depoimento de um entrevistado, notamos que cada dia vão se construindo restaurantes e o fluxo de pessoas é intenso, em conformidade com o trecho abaixo:

Ali no Combu tá cheio [restaurantes], um dia desse, além desses todos [restaurantes] que já têm, o meu filho disse, mamãe: inauguraram outro restaurante, nesse dia tavam dando comida pro povo, aí eu disse será que vai dá gente lá [ilha do Combu]. Aí ele disse dá, porque é muita gente, muita gente, meu filho trabalha na cooperativa dos barcos, ele disse: mamãe, hoje deu gente, gente, não tinha onde colocar. Todos os restaurantes que têm lá [ilha do Combu], não tava aguentando todo mundo (Cleonice, pescadora, 69 anos, entrevista em maio de 2023).

Observamos um acelerado e descontrolado surgimento de estabelecimentos, sobretudo, de restaurantes, cuja grande parte não é de moradores locais, mas de forasteiros. Tudo isso em função da atividade do turismo, que cada vez se consolida nas ilhas e vem originando rupturas nas atividades do extrativismo vegetal e da pesca, trazendo para as comunidades ribeirinhas benefícios financeiros, mas também ocasiona efeitos maléficis sobre o ambiente e os modos de vida destas populações tradicionais.

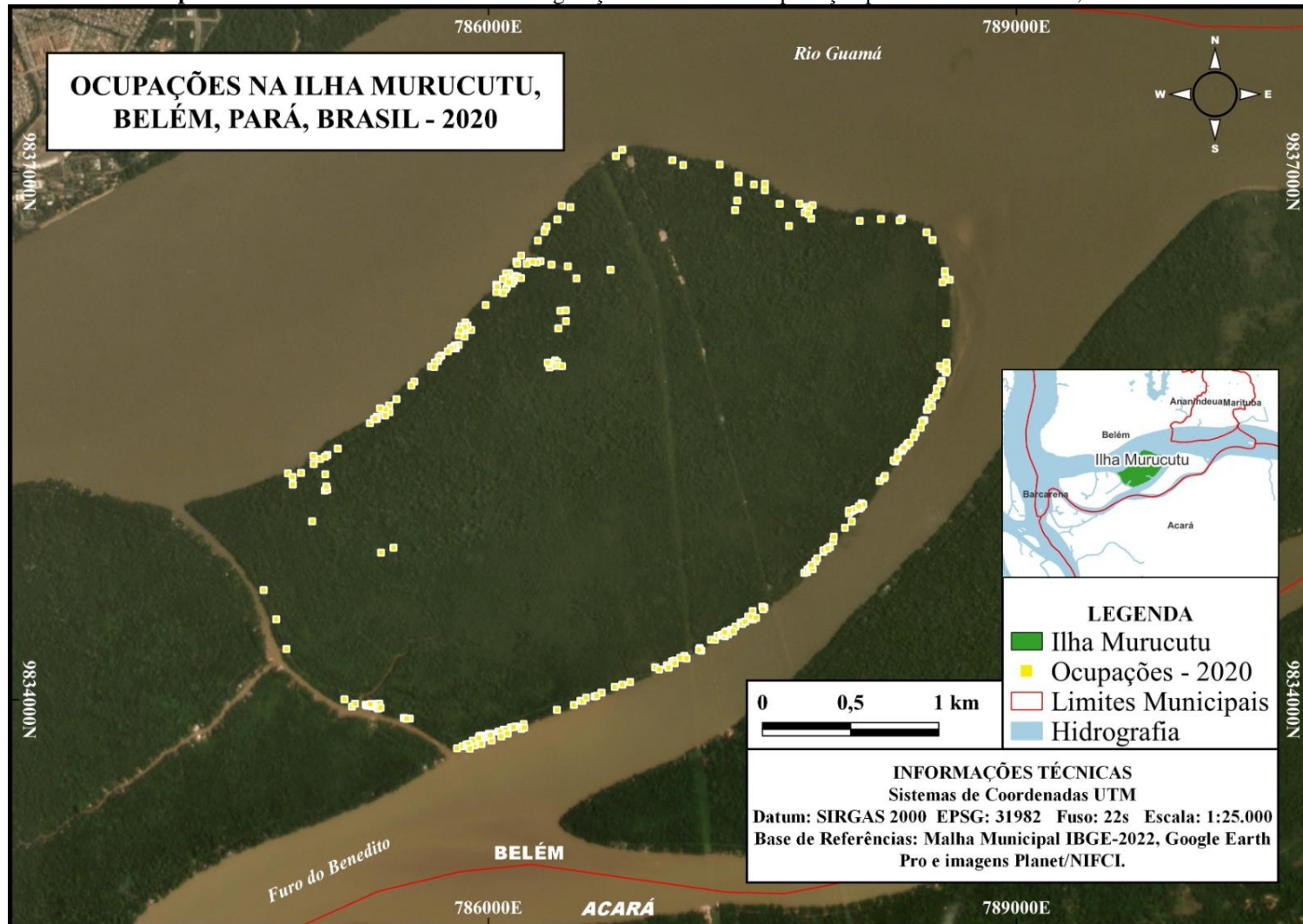
Nesse processo de “novas” atividades econômicas que influenciam a ocupação desenfreada do solo insular e os modos de viver, habitar se configura uma dimensão de novos conteúdos construídos no tempo (Santos, 2012), refletindo as rugosidades e as marcas fixadas no espaço vivido e construído, com modos de viver urbano.

Mapa 12 – Ilha do Murutucu e a nova configuração territorial e a exploração pelos recursos naturais, ano 2016.



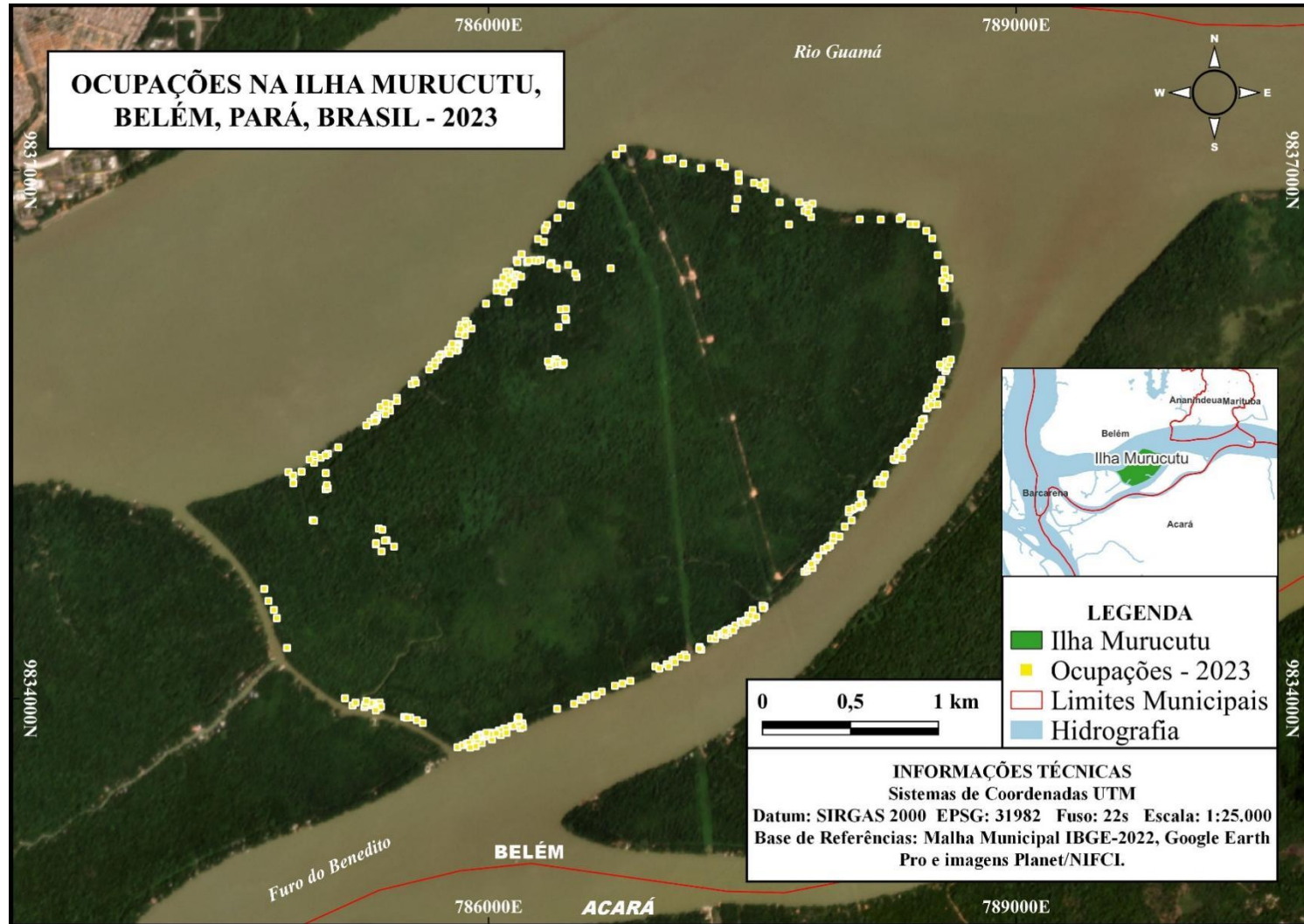
Fonte: Elaborado por Gabriel Cruz, 2023.

Mapa 13 – Ilha do Murucutu e a nova configuração territorial e a exploração pelos recursos naturais, ano 2020.



Fonte: Elaborado por Gabriel Cruz, 2023.

Mapa 14 – Ilha do Murutucu e a nova configuração territorial e a exploração pelos recursos naturais, ano 2023.



Fonte: Elaborado por Gabriel Cruz, 2023.

No tocante à ocupação da ilha do Murutucu, que fica próxima a APA do Combu, vem se expandindo ao longo dos anos. Em 2016, percebe-se restrita ocupação nas margens e furos da ilha. A partir de 2020, com a chegada da energia elétrica, as ocupações intensificaram-se. Em 2023, a construção de restaurantes, chalés e segundas residências mostra um crescimento na ocupação com moradores vindo de outras ilhas como a do Combu, Grande, do Maracujá e até de outras ilhas como a ilha das onças.

Nesses termos, há uma mudança na malha urbana da ilha, influenciando nas atividades econômicas, nos modos de vida e na aquisição, na distribuição e na repartição de novos terrenos que seguia a mesma sistemática de distribuição da ilha do Combu, onde a ocupação do solo dava-se pelos membros das famílias que iam se casando, de modo que os pais iam repartindo a terra. Ainda no Murutucu ocorre esse tipo de distribuição. A ocupação dá-se, também, pelo deslocamento, migração dos ribeirinhos da ilha do Combu que vendem seus terrenos nessa ilha e vão comprando outros terrenos na ilha do Murutucu com o objetivo de morar e continuar sua atividade de extrativismo vegetal e cultivo de plantações mais para a parte alta da ilha.

Os elementos para essa alteração na malha urbana são residências, restaurantes, ainda em sua maioria, e infraestrutura com as instalações de linhões de energia elétrica, interferindo na perda cobertura vegetal e alteração na quantidade de pescado, conforme relatos das comunidades ribeirinhas.

Na parte de trás da ilha, temos o rio Bijogó, em que não há pontos comerciais, sendo apenas residências de moradores locais. A Escola Acaimu, ofertando até o 9º ano, administrada pela prefeitura de Acará, é o único prédio público, assim como o único equipamento urbano, pois a ilha não dispõe de posto médico, comércio, entre outras infraestruturas.

A ilha do Murutucu faz parte do Projeto de Assentamento Extrativista, equivalendo a 824,8050 hectares criado em 2006, previa o assentamento de 144 famílias, pelos dados do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA-2022) constavam como assentadas apenas 121 famílias. Nesses assentamentos, há a prática do extrativismo com a produção de cacau, mandioca, diversas hortaliças, pupunha, cultivo e extração do açaí, entre recursos naturais. A atividade de extração é para o próprio consumo das comunidades insulares e para comercialização nos portos da cidade de Belém. Nesse modo, vemos um parcelamento do solo pelos órgãos do poder público, uma vez que o PAE está sob a responsabilidade do INCRA.

A ilha possui extensão área de açaizeiros, juntamente com outro tipo de vegetação como aningas, miritizeiros, entre outras árvores frondosas como o miritizeiro. Ainda ocorre derrubada

de açazeiros para a extração do palmito, por isso, também há uma perda parcial de cobertura vegetal nessa ilha, como podemos observar nos mapas. Essa extração tem diminuído, principalmente, depois que a Fábrica *Amazon Fruit*²⁰ foi fechada em 2012. Esta operou na ilha desde o ano de 2009, conforme relatos dos moradores locais.

Em conformidade com os relatos, após o fechamento da fábrica, muitos ribeirinhos ficaram sem emprego e renda, visto que muitos trabalhavam na fábrica. A escola também perdeu benefícios, visto que o proprietário ajudava na compra de alimentação, material escolar e uniformes para os estudantes da escola.

A expansão urbana na ilha pode ser percebida na alteração da paisagem com a construção de chalés e restaurantes às margens dos rios na frente da ilha, defronte ao furo do Benedito. Tal expansão deve-se também à instalação de energia elétrica na ilha, a qual modificou algumas práticas sociais dos moradores locais e à vinda de pessoas para habitar a ilha. O acesso à energia elétrica foi uma luta de vários anos dos moradores, especialmente, por reivindicações coletivas e constantes, tiveram o êxito de obter para grande parte da ilha.

Nesse sentido, o ambiente não é imutável, estático, pelo contrário, é dinâmico, sofre as ações humanas e faz parte do universo da vida ribeirinha e do espaço social construído, apresentando efeitos ecológicos e sociais a partir de intervenções no territórios, na medida em que as práticas econômicas, sociais e culturais não dissociam desse dinamismo, das intervenções e da construção desse espaço, ambiente que é inerente à vida biótica e abiótica da ilha.

Pelas imagens, observamos os investimentos realizados nos empreendimentos desde piscinas adaptadas, redário para descanso, cômodos para dormir, brinquedos para crianças, entre outros. São elementos e costumes da cidade trazidos para o ambiente insular, ao invés de os costumes ribeirinhos serem introduzidos e projetados nesses espaços, o que prevalecem são os hábitos citadinos. Indagados, alguns ribeirinhos reforçam que eles não frequentam os restaurantes e nunca foram nesses estabelecimentos.

²⁰ Fundada por Bem Hur Borges (curitibano, empresário e engenheiro florestal), a *Amazon Fruit* funcionou por três anos. Vendida para outro empresário, entretanto, não teve êxito, tendo falido. Na ilha ainda se encontram maquinários e instalações prediais da Fábrica (Igreja, 2016).

Imagem 3 – Chalé e restaurante na ilha do Murutucu, Belém, Pará.



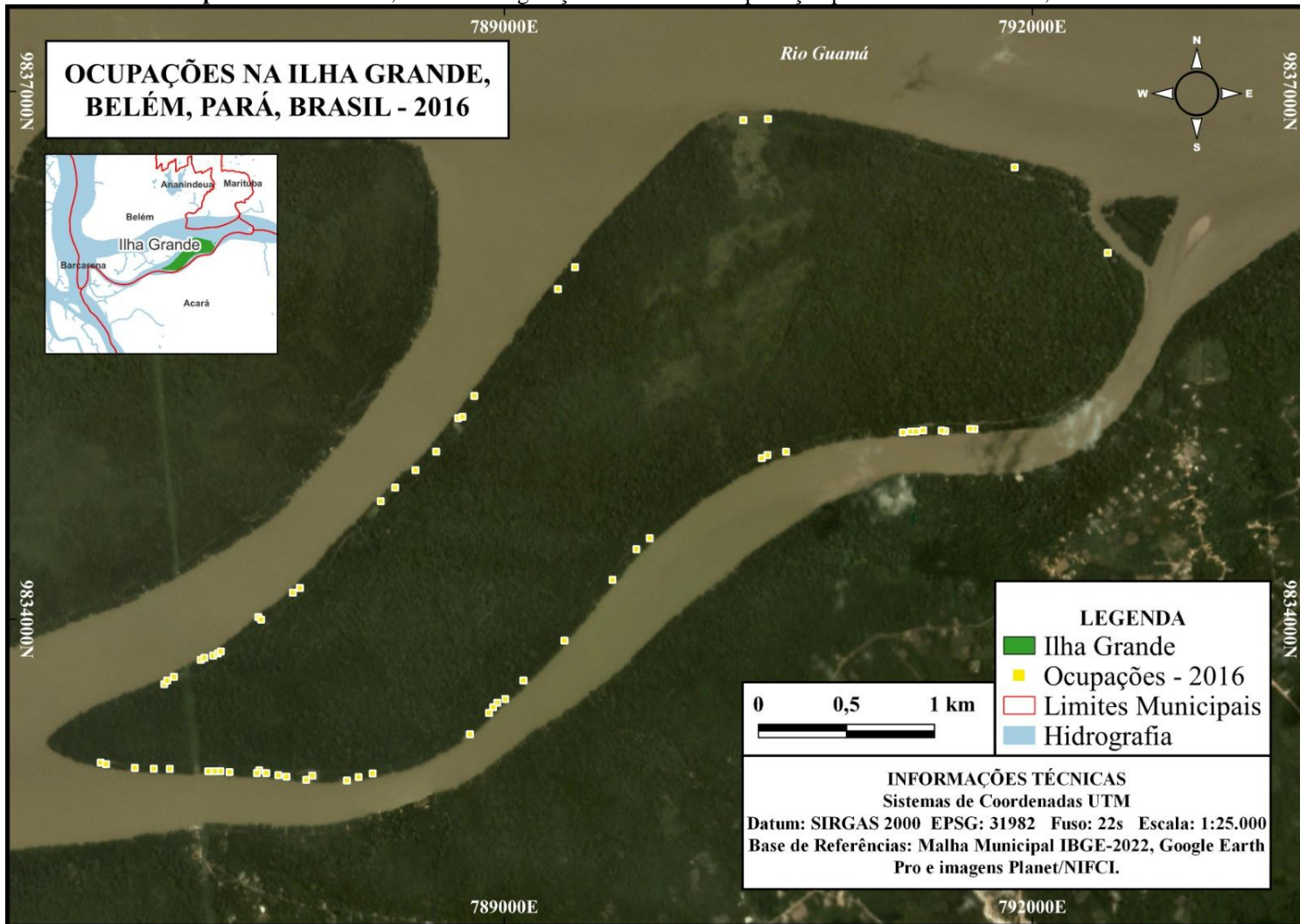
Fonte: *Instagram* do Restaurante Ilha Branca (2023).

Nesses termos, o avanço desses empreendimentos, no território insular, cada vez mais se constitui como “espigões” (num linguajar mais urbano), que vão adentrando as terras ribeirinhas, causando forte expansão urbana e modificando a configuração territorial, de modo a legitimar uma cultura dominante, que é imposta. Se não houver um controle e intervenções governamentais, as ilhas ao Sul são tragadas pelo processo urbanístico e pela espoliação exercida pelo capital e mercado.

É mister ressaltar a intensificação da atividade do turismo nessas ocupações insulares, uma vez que, o mercado de empresas de turismo, adentram, cada vez mais, esses espaços sem controle e planejamento. Será que por meio do turismo ocorre o desenvolvimento e o crescimento das comunidades ribeirinhas? Ou se tal atividade ressoa como benefícios financeiros para os ribeirinhos? Sendo que parece apenas isso, sem melhorar, de fato, o acesso à água potável, à escola, ao posto médico, à segurança e às ações voltadas para a preservação de um modo de viver e morar, além da conservação dos recursos naturais e do território insular.

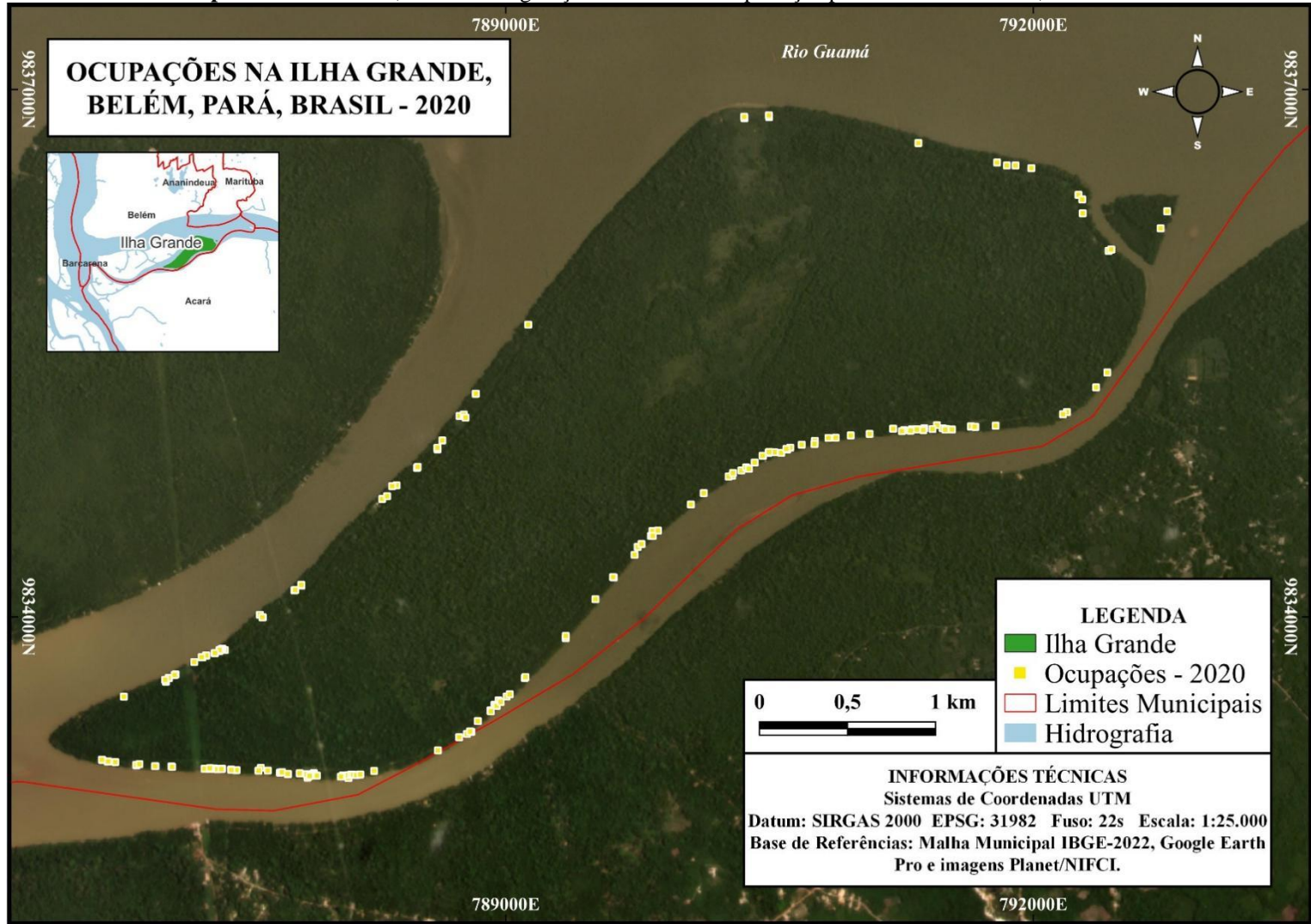
Nos mapas seguintes, visualizaremos a expansão urbana na ilha Grande.

Mapa 15 – Ilha Grande, a nova configuração territorial e a exploração pelos recursos naturais, ano 2016.



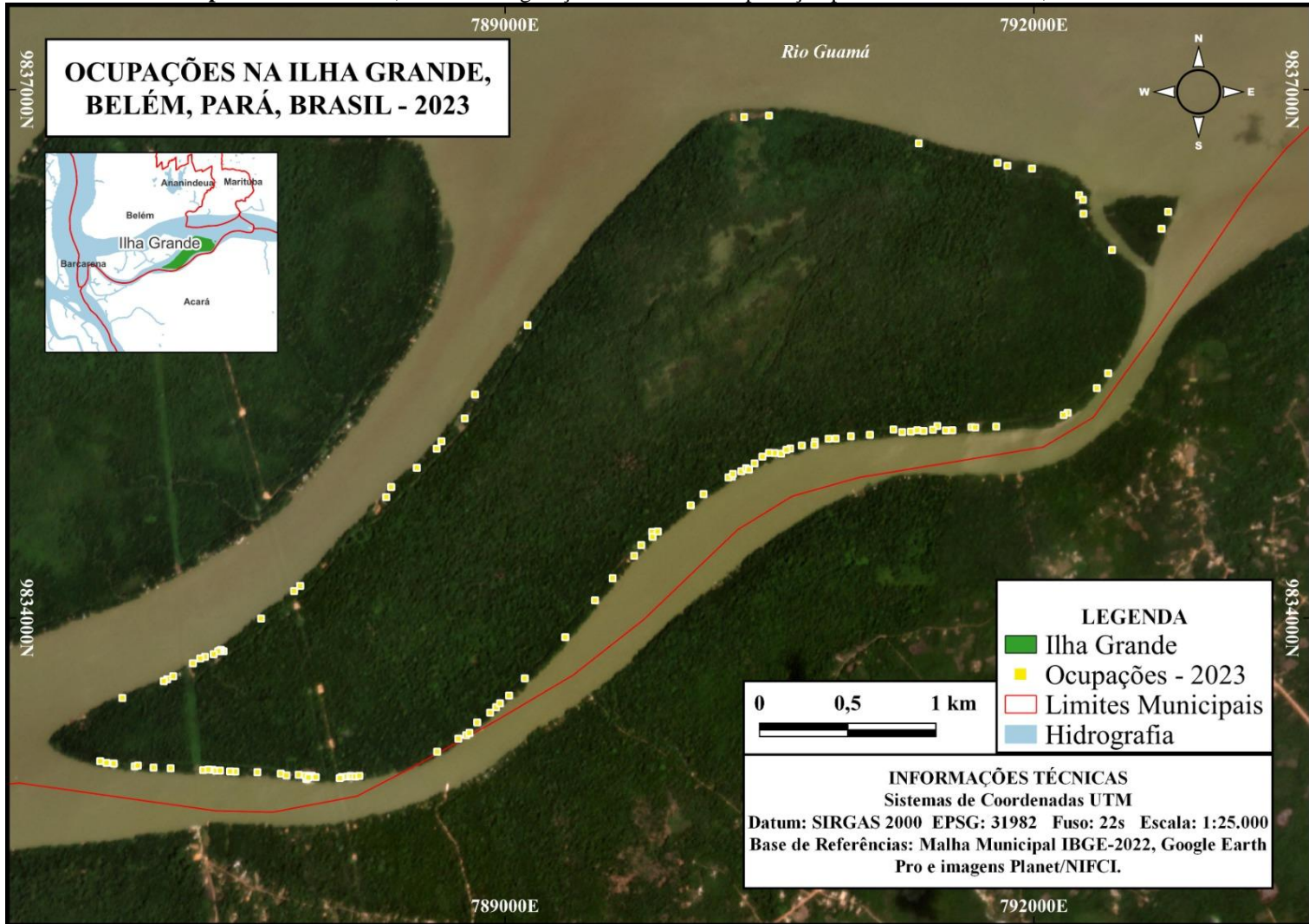
Fonte: Elaborado por Gabriel Cruz, 2023.

Mapa 16 – Ilha Grande, a nova configuração territorial e a exploração pelos recursos naturais, ano 2020.



Fonte: Elaborado por Gabriel Cruz, 2023.

Mapa 17 – Ilha Grande, a nova configuração territorial e a exploração pelos recursos naturais, ano 2023.



A ilha Grande, ou Paulo da Cunha, a mais distante da área continental, a cerca de 12,2 km, aparece nos mapas dispostos acima como a que menos tem sofrido a expansão urbana em seu território. Apesar dessas ocupações terem aumentado como percebemos nos Mapas 15, 16 e 17. A ocupação é mais intensa na parte Sul da ilha (defronte ao furo do Benedito), ao contrário das ilhas do Combu e do Murutucu. Esse fator deve-se em razão dessa área, ser mais próxima do município do Acará, em que há uma migração de pessoas do município acaraense para a ilha, além do que, em tempos anteriores, a ilha pertencia, jurisdicionalmente, ao Acará (PA).

Conforme relatos de moradores da ilha, ocorre a venda de lotes para outras pessoas fora da ilha Grande. Esses lotes também são comprados por ribeirinhos da ilha do Combu, pois eles vendem seus terrenos, migram e compram terrenos em outras ilhas, entre elas, na ilha Grande.

Nessa direção, aqueles que podem comprar terrenos na terra firme se alojam, levando seus modos e costumes, e não deixam de serem pescadores, dado que apenas vão mudando de atividades. Quando a pesca está boa retornam, novamente, para a várzea baixa, entretanto, a pesca está bastante escassa, e eles pescam mais para seu consumo. Em relatos de moradores mais antigos das ilhas, percebemos o movimento da várzea baixa para a várzea alta:

[...] desse lado aqui, do lado de lá, é maior, que ela é grande pra lá, ela vai embora, do lado de lá, tem muita gente “nova”, da minha família é que tem pouco. Mas tem pra cá pra baixo, vai embora da minha família; esses outros de lá, eles apanham açai, quebram cacau. São poucos moradores antigos, mas têm muitos novatos, uns 200 e pouco.

(Duca, pescador, 68 anos, entrevista realizada em janeiro de 2023).

Em consonância com a senhora Quinha, uma das moradoras mais antigas da ilha Grande, que está na ilha por cerca de aproximadamente 52 anos, a quantidade de casas que existem na ilha do Murutucu e ilha Grande: *“precisavam ver, quando eu cheguei pra cá, esse Murutucu não tinha casas, e hoje é uma casa pertinho uma da outra, não tem onde agasalhar gente”*. Assim, permitindo interpretações de que as ilhas, ao longo dos anos, foram sendo habitadas e ocupadas por pessoas de outros lugares, como o Marajó, ilha das Onças, entre outros locais circunvizinhos da ilha Grande, esses movimentos se davam em função do acesso à terra, ao trabalho e como uma forma de manter o cultivo com o solo.

Conforme relatos da senhora Quinha e do senhor Duca, quando chegaram à ilha Grande trabalhavam na coleta de sementes como ucuuba, andiroba, cacau, caroço de tucumã e também na riscagem de seringueiras, na extração de açai. Depoimentos que nos levam a interpretar que, na ilha, existia uma vegetação bastante diversificada, com a presença de açazais, aningais, miritizeiros, além da paisagem no trabalho de campo. Havia, ainda, abundância de seringueiras

e outras espécies de vegetais que foram “desaparecendo” com o desmatamento dos seringais, com a chegada da energia elétrica, em que as matas precisavam ser rasgadas para a instalações dos linhões, ocasionando, de certo modo, uma alteração da cobertura vegetal, como podemos visualizar de forma ínfima nos Mapas 15 a 17. A predominância dos açais ainda é marcante na vegetação e paisagem das margens dos rios, assim como configura a atividade econômica da extração do açai, que ainda é bastante intensa na ilha.

As falas dos moradores identificam a expansão urbana e uma nova configuração espacial que as ilhas estão desenvolvendo em função de vendas de terrenos e desses movimentos dos ribeirinhos de irem mais para à terra firme, com a finalidade de continuar seu plantio e seus modos de vida, com o cuidado e com a preservação do território.

Ainda conforme relatos do senhor Duca e da senhora Quinha, na ilha Grande, percebe-se a escassez de crustáceos e algumas espécies de peixes. Eles relatam o barulho e a intensificação das embarcações, principalmente, aos finais de semana, afugentando os peixes, causando erosão e incomodando o sossego dos moradores. Seu Duca faz referência a um “lago” dentro da ilha Grande, um “lago” que aparece, geralmente, na época do verão, permitindo a pesca de peixes e crustáceos como o camarão e o siri. No breve trabalho de campo que realizamos, não foi possível ir até o local citado pelo entrevistado.

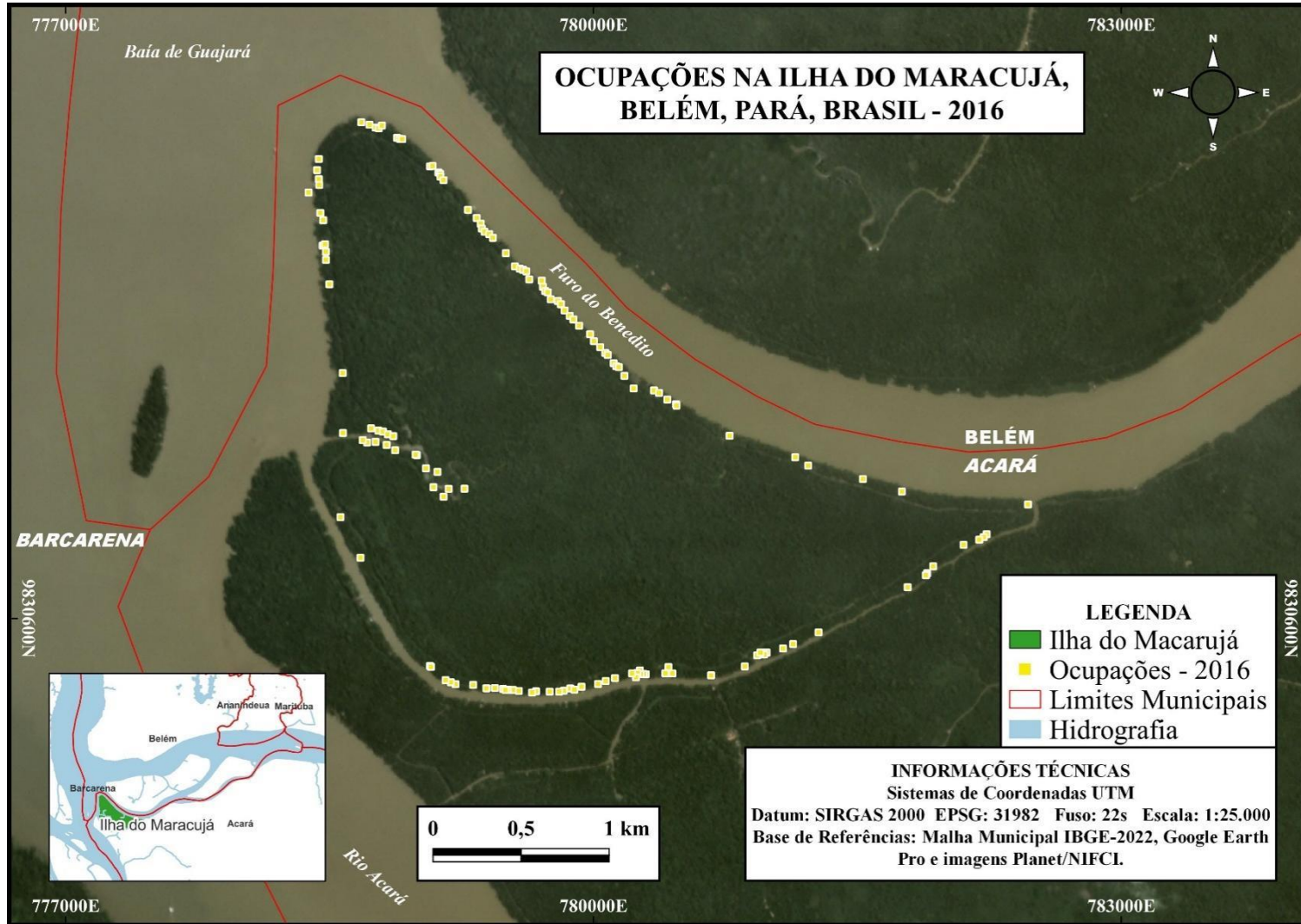
Parte da ilha Grande, na extensão de 922,8357 hectares, faz parte da política de assentamento do PAE, que foi criado em 2006 com 96 famílias assentadas. Algumas ainda esperam pelos benefícios do projeto, com isso mantém o cuidado com o solo e com o cultivo do cacau e açai. Esses moradores dos assentamentos possuem documento de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU)²¹, emitidos pela SPU em conjunto com o INCRA. É importante ressaltar a conquista desse documento que foi uma intensa luta dos centros comunitários e das comunidades que reivindicavam o direito de viver, habitar e cultivar em seus terrenos, como eles denominam a terra em que vivem.

Os ribeirinhos e as ribeirinhas da ilha cultivam ainda a priprioca (*Cyperus articulatus*), que comercializam nas feiras, no Ver-o-Peso e outrora forneciam a raiz para a empresa Natura, com a qual havia um contrato da empresa com Associação dos moradores da ilha.

Na seção seguinte, visualizaremos as ocupações na ilha do Maracujá (ou de Cintra), como também é conhecida pelas comunidades ribeirinhas.

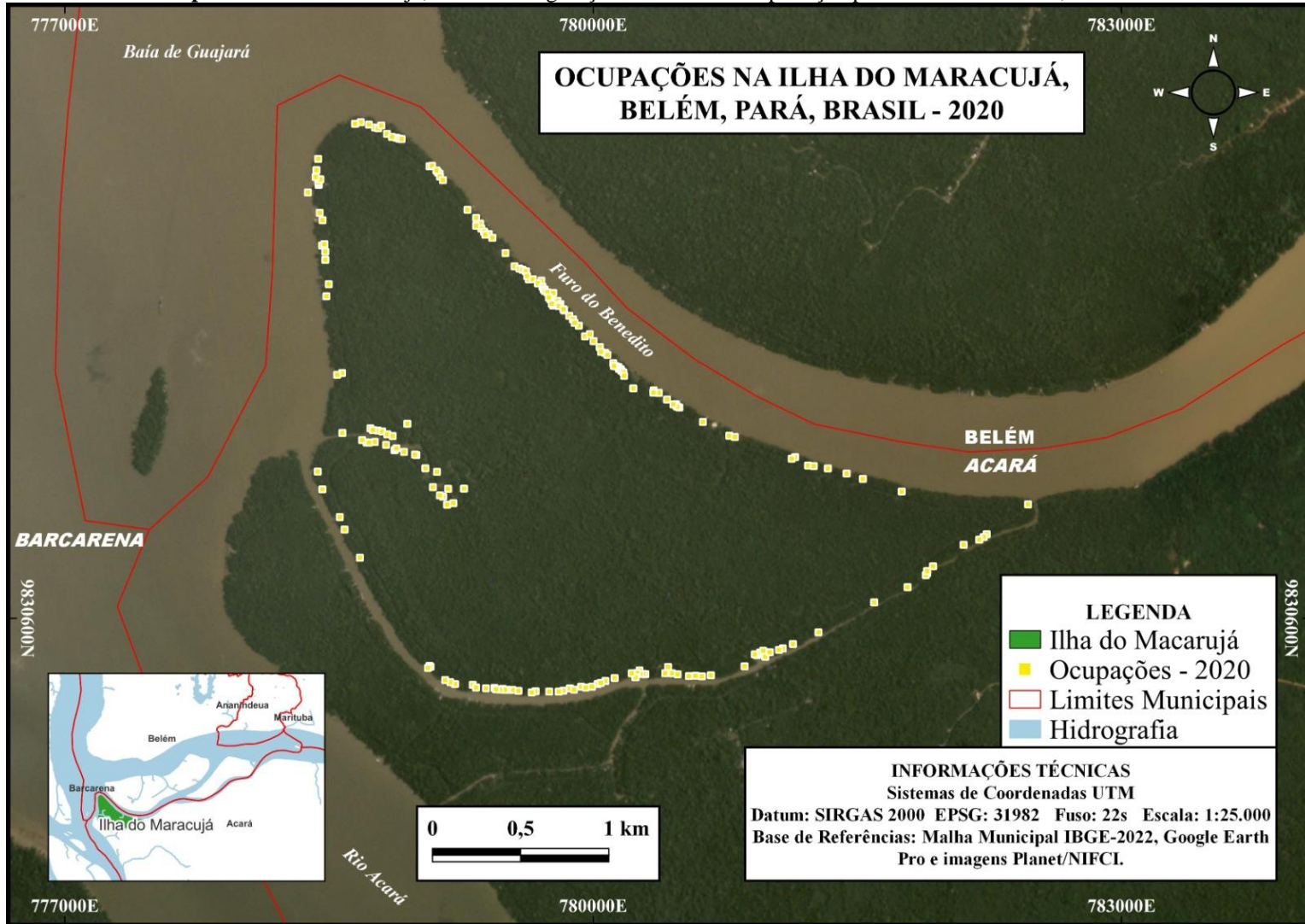
²¹ É instituída a concessão de uso de terrenos públicos ou particulares, remunerada ou gratuita, por tempo certo ou indeterminado, como direito real resolúvel, para fins específicos de regularização fundiária de interesse social, urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra, aproveitamento sustentável das várzeas, preservação das comunidades tradicionais e seus meios de subsistência ou outras modalidades de interesse social em áreas urbanas (Brasil. Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007).

Mapa 18 – Ilha do Maracujá, a nova configuração territorial e a exploração pelos recursos naturais, ano 2016.



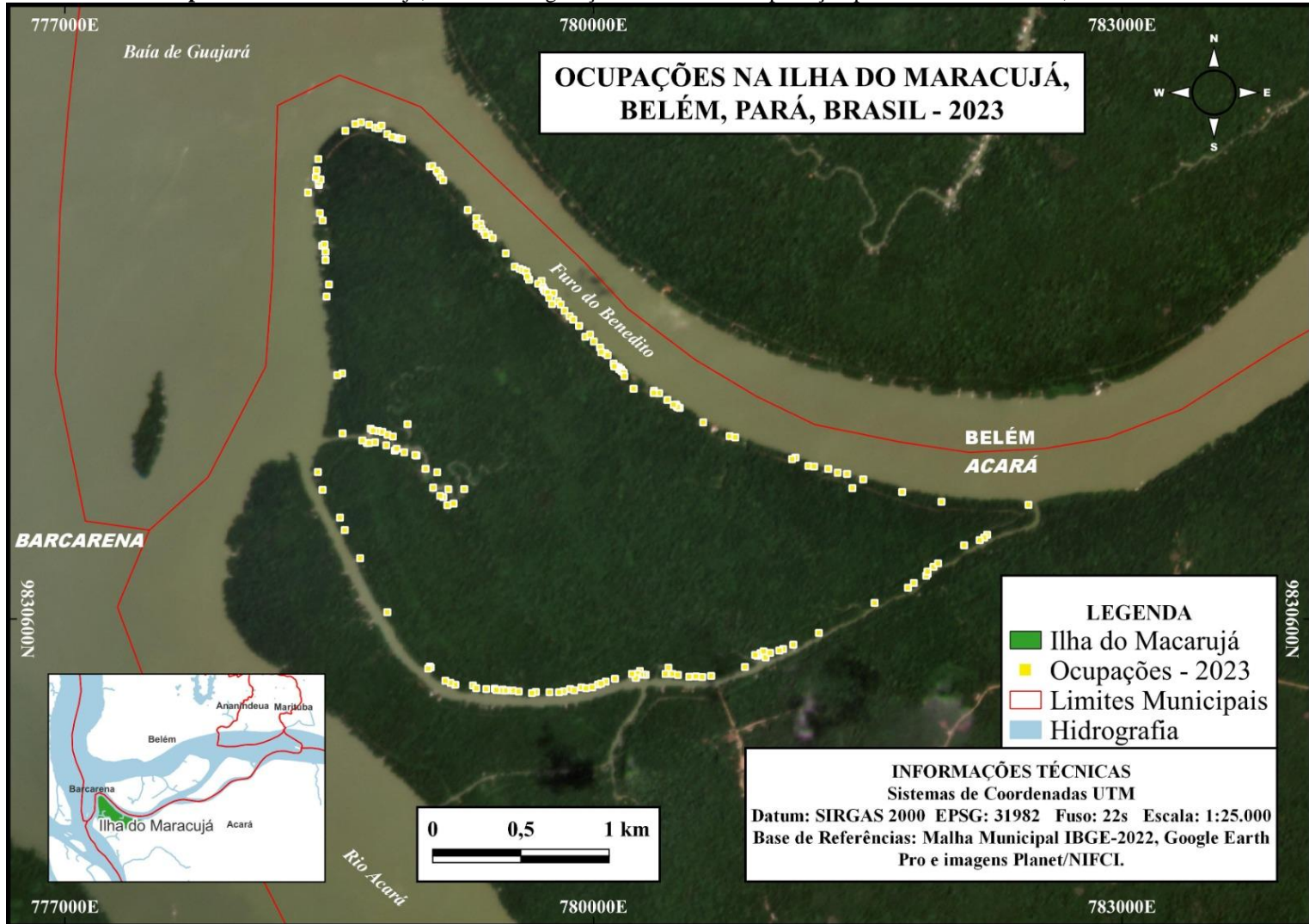
Fonte: Elaborado por Gabriel Cruz, 2023.

Mapa 19 – Ilha do Maracujá, a nova configuração territorial e a exploração pelos recursos naturais, ano 2020.



Fonte: Elaborado por Gabriel Cruz, 2023.

Mapa 20 – Ilha do Maracujá, a nova configuração territorial e a exploração pelos recursos naturais, ano 2023.



Fonte: Elaborado por Gabriel Cruz, 2023.

Na ilha do Maracujá, observamos também o avanço dessa expansão urbana, mormente, às margens dos rios. No caso, as ocupações estão mais intensas na parte norte, defronte para o furo do Benedito, com a ilha do Combu. Podemos inferir que esse fenômeno ocorre em razão dos ribeirinhos e ribeirinhas venderem seus terrenos na ilha do Combu e comprarem na ilha do Maracujá, uma vez que, em tese, os terrenos na ilha estão com menores preços. Conforme a senhora Maria Edina Nascimento, outrora, os terrenos eram bem mais baratos, agora com a procura, o preço está aumentando, por isso, estão surgindo empresários de Belém para comprar terrenos para construir restaurantes e espaços de lazer.

Dessa maneira, é preciso descrever as intervenções territoriais, o avanço da especulação imobiliária e a expropriação dos ribeirinhos das ilhas ao Sul de Belém. Abordamos essa questão das vendas de terrenos, inclusive, apresentamos um quadro com alguns anúncios de vendas de terreno na ilha do Maracujá. Desse modo, tentamos mostrar um pouco desse cenário que as ilhas ao Sul apresentam com a expansão urbana em seu território e os efeitos ecológicos e sociais para as comunidades ribeirinhas.

Outro elemento na expansão urbana e espacial das ilhas ocorre também pela “descida” dos ribeirinhos, que moram à beira do rio (várzea baixa), para a terra firme (várzea média e alta) em busca de mais trabalho e com finalidade de aumentar sua renda. Para a senhora Maria Edina Nascimento, da ilha do Maracujá, muitos sócios da Associação dos Ribeirinhos, Pescadores e Extrativistas da ilha do Maracujá (ARPEIM) se movimentam entre a várzea e a terra firme.

Conforme seu relato: “*Devido os sócios terem muita necessidade, muitas foram para a terra firme, mas a pesca foi com ele, mas eles têm terreno na beira do Rio e na terra firme, eles fazem roça, plantam*”. Essa é uma prática que os pescadores encontram para manter a atividade de pesca, ainda que eles não deixaram de pescar, mesmo quando ocorrem os efeitos ecológicos naturais do ambiente. Observa-se que, apesar de alguns modos urbanos adentrarem os modos de vida ribeirinha, eles não deixaram de pescar e plantar, o que nos leva a deduzir que mantêm a sua forma de viver no ambiente insular.

Pelos relatos dos moradores da ilha, algumas espécies vegetais estão desaparecendo e/ou não se plantam mais, como a planta jupati, gergelim, entre outras espécies, o que podemos inferir que é também em função da expansão urbana os terrenos estão menores para o cultivo, assim como a derrubada de plantas para a construção de segundas residências, restaurantes, chalés e bares.

Nos mapas 18 a 20, inferimos observações nos pontos claros da imagem de modo que há uma alteração também na cobertura vegetal da ilha. Nos relatos dos moradores, essa percepção é trazida em suas falas quando dizem que as plantas estão com aspectos diferentes em suas folhagens. Eles perceberam ausência de algumas espécies e cada vez o assoreamento das margens dos rios, por consequência escassez e alteração nas matas ciliares e na paisagem.

Nesse sentido, a expansão urbana na ilha do Maracujá ocorre por intervenção sistemática de agentes exógenos à ilha como por outros ribeirinhos advindos da ilha do Marajó. Grande parte da população da ilha descende das comunidades quilombolas de Santa Quitéria e Itacoãzinho, situadas em terra firme do município do Acará. Por isso, está em processo de reconhecimento de comunidades quilombolas, de forma que também se autodefinem como pescadores, agricultores e ribeirinhos e reivindicam seu pertencimento ao lugar, ao seu território e “sítio”, como denominam seus terrenos.

As famílias na ilha são agrupadas, digamos assim, pelos sobrenomes, isto é, família Trindade, Barbosa, Nascimento, entre outros sobrenomes. Conforme os entrevistados, a ocupação da ilha ocorre, sobretudo, por pessoas de fora da ilha, o que faz com que os moradores fiquem preocupados e receosos com essa expansão urbana que vem se consolidando, fazendo com que muitos ribeirinhos vendam seus terrenos para forasteiros. Em alguns relatos, expressam o vínculo e o afeto com a terra, nesse sentido, alguns tentam conscientizar e organizar-se para que os moradores locais não vendem suas terras.

Outrora, a ilha do Maracujá tinha “um dono”, assim como aparece nos relatos de outros moradores de outras ilhas. O nome do suposto dono da ilha era “Hidalgino”, conforme os entrevistados, ele era originário do Marajó. Os pescadores extrativistas trabalhavam para esse suposto “dono”, com o passar do tempo, ele morreu, e os que trabalham ficaram com a terra e foram dividindo os terrenos. Nessa época (os entrevistados não souberem datar a década, se era 80, 90), havia apenas três moradores, e os lotes eram grandes, então, fizeram a divisão dos terrenos entre os filhos.

A ilha do Maracujá faz parte também do Projeto PAE, criado em 2008, e assentou cerca de 143 famílias que passaram a ter direito ao Termo de Autorização de Uso conferido pela União. Conforme fala do senhor Olivaldo Nascimento, no passado, na ilha, existiam poucos açaiçais. Eles foram cultivando gradativamente, aumentando sua produção para consumo e para venda.

As casas ainda hoje possuem as características de residências ribeirinhas e estão localizadas às margens e furos da ilha. Ao redor das casas, a vegetação é mais densa com

diversas espécies de plantas medicinais como anador (*Justicia pectoralis*), citronela (*Cymbopogon*), canela (*Cinnamomum verum*) e árvores frondosas e frutíferas como abacateiros (*Persea americana*), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), entre outras; cuja área denominam de quintal. A parte mais para dentro da ilha chamam de sítio e/ou mata, a qual é usada mais para a produção do açaí e cacau. Os linhões de energia, que passam no fundo das residências, tornaram-se a divisão entre a área de morar e a área de produzir e extrair.

5.2 “Mudanças” na paisagem

Realizando um passeio de barco, avistamos uma frondosa floresta com sua vegetação exótica, como aninga (*montrichardia linifera*), amparadas pelo alheiro (espécie de planta que as sustentam). A exuberância vegetal salta aos olhos e enche os pulmões de “ar puro”, posto que ao se aproximar da densa massa vegetal sentimos o conforto térmico e diferença do ar inalado.

Nos estudos anteriores de Anderson e Ioris (2001), as alterações da vegetação, de certo modo pelo manejo florestal, ocorreram de duas formas: reduzir ou eliminar a frequência de plantas indesejáveis, a exemplo de plantas utilizadas para obter lenhas. O segundo manejo se referia ao favorecimento de plantas para grande produção e/ou regeneração. Esse manejo prezava por deixar a integridade estrutural das florestas de maneira que não houvesse derrubadas irresponsáveis por parte dos ribeirinhos.

Em diálogos com os ribeirinhos, os tipos de manejos ainda ocorrem. Eles têm como prática de manejo retirar o jupati (*Rhapis excelsa*) para favorecer o crescimento do açaí. Perguntamos sobre a alteração da vegetação, cuja resposta para muitos é que o calor e o sol estão muito fortes, fazendo referências às mudanças climáticas; a água da maré torna-se muito quente, morna, dificultando a pesca e o banho de rio.

Ribeirinhos e pescadores, diariamente, observam as alterações no cenário paisagístico, cujas alterações interferem nos modos de plantar, pescar, nos banhos de rio, no trajeto de ida e volta dos portos, das beiras, onde vendem seus produtos extraídos da floresta.

As alterações da exuberante cobertura verde à primeira vista não notamos, mas ao adentrar essa cobertura, percebemos um “[...] ambiente em transformação, que por sua vez integra-se nas constelações de relações sociais em transformação (Harris, 2019, p. 54), relações sociais permeadas pela paisagem que sofre alteração pelo choque de cultura com a natureza.

Harris (2019, p. 48) conceitua “paisagem como domínio de água virando terra, ou terra virando água, à medida que as estações se sucedem, a paisagem (*landscape*) é o acúmulo das marcas do *taskscape* sobre o ambiente, é o *taskscape* tornado visível”. Nessa direção, para o autor, a paisagem terrestre e hídrica, compõem os elementos naturais que são partes vivas do ambiente e na percepção dos ribeirinhos não há sobreposição de água e terra. Nos ritmos sazonais, as atividades sociais e econômicas ocorrem no transcurso desses ritmos.

Para Harris (2019, p. 48) a “paisagem de várzea pode ser entendida como um processo constante de transformação, em que as mudanças no terreno resultantes dos movimentos do rio são reconhecidos e esperados”. O autor refere-se às alterações naturais que os elementos paisagísticos sofrem. No entanto, a ação antrópica vai alterando e acelerando essas transformações, a exemplo da erosão do solo e as mudanças na configuração territorial nas ilhas ao Sul da grande Belém.

Em pesquisa de campo, observamos essas transformações da paisagem no solo e na configuração territorial. A seguir, um registro fotográfico na ilha do Maracujá, que é uma construção de ponto comercial, uma espécie de sede para eventos festivos, destacando que essa construção não é de moradores locais, mas de pessoas que compraram terreno na ilha.

Fotografia 14 – Avanço da erosão na ilha do Maracujá, Belém, Pará.



Fonte: Acervo da pesquisa, 2023.

Nas imagens, observamos a intensa erosão provocada pelas marés, sobretudo, pelo fluxo intenso das embarcações tanto dos moradores quanto dos banhistas que aumenta nos fins de semana e feriados. No registro fotográfico, encontra-se uma “casa de festa” na ilha do Maracujá,

que não é de propriedade de nativos da ilha, visto que o terreno foi comprado e construída uma espécie de salão com parte em madeira e outra em alvenaria. O empreendimento destoa da paisagem terrestre e hídrica.

Na ilha do Murutucu, registramos perda da cobertura vegetal com a rasgadura no solo para a instalação dos postes de energia, se fossemos mais adiante, veríamos uma clareira a céu aberto por detrás da vegetação.

Fotografia 15 – Alteração da cobertura vegetal na ilha do Murutucu, Belém, Pará.



Fonte: Acervo da pesquisa, 2023.

Destarte, as alterações na paisagem terrestre e hídrica, observadas nas ilhas, implicam a alteração dos modos de vida dos moradores do ambiente insular que não se projeta como algo estático, emoldurado num quadro, pelo contrário, segue o curso das transformações (Harris, 2019). Estas estão integradas nas relações sociais das comunidades ribeirinhas com a cidade e com as paisagens da vida (Rolnick, 2019) e edificadas a partir da lógica da sobrevivência e das necessidades ribeirinhas em busca da manutenção ou adaptação de seus modos de viver na várzea sobre uma paisagem intensamente modificada.

a) Acesso à água potável no ambiente insular

A situação do acesso a um sistema de água potável constitui um elemento emblemático e latente para as populações ribeirinhas ocupantes do ambiente insular. Conforme relatos dos ribeirinhos, houve diversas iniciativas e tentativas para implantação de um sistema de obtenção de água potável e encanada nas ilhas.

Segundo relato da senhora Quinha, da ilha Grande, houve uma iniciativa em 2004, da Sociedade Bíblica do Brasil, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Projeto Dom Helder Câmara, a introdução de cisternas na Comunidade Santo Antônio, à época da inauguração, foi um evento para o local. Entretanto, o sistema não teve êxito, conforme relato da senhora, chegaram a utilizar a água a partir de sistema implantado, contudo, o poço cavado atingiu um olho d'água, ficando a água insalubre, imprópria para o consumo. Esse sistema foi implantado para servir à escola e a algumas casas na comunidade.

Fotografia 16 – Estrutura e caixa d'água para armazenamento de água, ilha Grande, Belém, Pará.



Fonte: Acervo da pesquisa, 2023.

Os registros fotográficos²² mostram apenas as estruturas que ainda existem para obtenção de água. Como a própria placa de inauguração, o objetivo era trazer qualidade de vida aos moradores da ilha, dando acesso à água encanada. Todavia, o empreendimento não teve sucesso. Na ilha, uma das formas de obtenção de água é extrair a água do rio, deixar decantar, depois usar hipoclorito. Essa água (Fotografia 17) é usada somente para afazeres domésticos, como lavar louças e roupas.

²² Nesta seção e na seguinte, abordaremos as “mudanças” na paisagem insular e mostraremos por meio de fotografias retiradas no trabalho de campo. Na pesquisa, consideramos as fotografias e as imagens não como simples ilustrações, na verdade, buscamos inseri-las na tentativa de apresentar uma realidade social, econômica e ambiental, envolta num contexto histórico que desvela e/ou desponta uma evidência histórica (Burke, 2004), modos de vida de comunidades ribeirinhas e seu ambiente modificado e/ou intacto, além das relações sociais entre elas e o seu território.

Fotografia 17 – Obtenção de água para afazeres domésticos na ilha Grande, Belém, Pará.



Fonte: Acervo da pesquisa, 2023.

Dona Quinha e o senhor Duca relataram existir um projeto de captação de água da terra firme para a ilha Grande e do Murutucu, que iniciou na Boa Vista, Alto Acará, onde existem algumas instalações, um projeto antigo, que a comunidade sempre reivindicou da prefeitura de Belém e Acará. Conforme a senhora Quinha, o encanamento vem pelas estradas abertas do linhão da rede elétrica realizada pela Companhia Elétrica de Energia. Na entrevista com eles, não conseguimos mais informações e detalhes desse projeto.

Para beber, bater açaí e cozinhar, eles compram os chamados “carotes” e camburões na Boa Vista, comunidade localizada na porção do baixo Acará em área de terra firme. Segundo o entrevistado, senhor Duca, há um senhor na Boa Vista que fornece água para os moradores da Ilha Grande e das demais nas proximidades. No período desta pesquisa, o preço custava, aproximadamente, R\$ 3,00 cada um, preço mais barato que em Belém, o qual, conforme o entrevistado, sai por volta de R\$ 10,00 cada carote.

Na ilha do Maracujá, algumas famílias têm acesso à água encanada. Há anos as comunidades lutavam para terem acesso. Com o empenho e a dedicação da presidente da ARPEIM e de alguns membros da comunidade, conseguiram, com a Funasa, um sistema de abastecimento de água, que atende a cerca de 10 famílias. Nesse faz-se uma manutenção com lavagem e alguns produtos de limpeza, que fica sob a responsabilidade de seu Olivaldo Nascimento. A proposta é expandir para outras famílias e comunidades, entretanto, é necessário trocar alguns filtros que compõem o sistema que segundo informações dos entrevistados custa aproximadamente R\$ 15,00.

Fotografia 18 – Sistema de captação de água, ilha do Maracujá, Belém, Pará.



Fonte: Acervo da pesquisa, 2022.

Na ilha do Combu e do Murutucu, também não há um sistema de abastecimento de água potável, de modo que o processo de captura e acesso à água é o mesmo que se dá na ilha Grande. Na ilha do Combu, algumas iniciativas de captação de água foram estudadas, mas não obtiveram resultados. Pela entrevista dos moradores locais, é um grande problema que as ilhas sofrem, o poder público é ausente e não se empenha na resolução desse dilema.

Conforme relatos de ribeirinhos da comunidade Santo Antônio, na ilha do Combu, o acesso à água encanada potável é problemático, quando perguntamos sobre o papel dos órgãos públicos, das políticas públicas, elas dizem:

[...] o que nunca funcionou aqui foi o projeto de água, eles já tentaram, mas não deu certo, o porquê eu não sei, ali no colégio, eles cavaram o poço, não sei te dizer quantos metros, mas era de bem profundidade, mas a água... ela vinha aquela água limpa sim, mas com aquele gosto ativo, insalubre, era só mesmo pra lavar louça, pra outra coisa não serve.

(Cleonice, pescadora, 79 anos, entrevista realizada em maio de 2023).

Nosso pior problema agora é água, antes era a energia e o lixo, agora é a água. Antes não tinha coleta de lixo, agora já tem; água, que a gente não tem, é uma maior dificuldade. Porque já teve vários estudos com água aqui, mas ainda não deu certo. Veio até um professor da UFPA, o professor Geraldo. Ele ficou de trazer os alunos dele, ele diz que não tão sabendo procurar. Porque lá na escola, já furaram um poço, mas não presta água, é só ferrugem, barro, e sai mal cheiro. Ele disse que é a maneira que tão cavando que não tá certa.

(Ivaneide, presidente da associação dos moradores, 46 anos, entrevista realizada em maio de 2023).

Nesse contexto, o acesso à água potável é um problema crucial e problemático para as comunidades ribeirinhas que há anos tentam obter um sistema de abastecimento de água. No entanto, ainda mingam pelo acesso, ao ponto de comprarem água para beber, bater açaí e cozinhar. Parece uma contradição, eles vivem rodeado por águas, rios, mas não possuem um direito básico, salutar para a manutenção da saúde e da vida.

5.3 Situação e vulnerabilidade socioambiental

A vulnerabilidade relaciona-se às condições de suscetibilidade e aos danos provenientes nos ambientes que passaram por depreciações e tensões perigosas, vinculadas às transformações socioambientais e à indisponibilidade de adaptação às tais alterações (Adger, 2006; Leff, 2021). Logo, a questão da vulnerabilidade engloba as instâncias sociais, econômicas e ecológicas inseridas na modernidade tardia e nos riscos e perigos ambientais (Marandola Jr.; Hogan, 2006), que os territórios insulares e continentais estão envoltos e não escapam aos riscos ambientais produzidos pelas ações antrópicas, pelo descarte dos ecossistemas e pelo curso das atividades econômicas do mercado e da globalização.

Nesse âmbito, a questão da vulnerabilidade em que o estuário amazônico está inserido perpassa por reflexões e discursos voltados para os riscos socioambientais e para a sustentabilidade dos ecossistemas aquáticos, suas dimensões ambientais e os efeitos ecológicos no ambiente insular e nos povos e populações tradicionais, destacadas, no estudo, as comunidades ribeirinhas que habitam as ilhas ao sul de Belém.

Nas seções seguintes, discorreremos acerca da dimensão ambiental proposta na pesquisa. Num esforço, tentaremos mostrar a situação ambiental das ilhas ao Sul, discutindo a poluição das águas e suas implicações como a coleta de resíduos sólidos, a redução de pescados e mariscos, a erosão dos solos e os assoreamentos dos rios, o tráfego de grandes embarcações e, por fim, a alteração na vegetação dessas ilhas.

a) Poluição das águas e rios

A contaminação das águas da baía do Guajará e dos rios é uma constante temática nos relatos das comunidades ribeirinhas. Com a intensificação do turismo e a expansão urbana sobre as ilhas, essa situação se agravou muito, as ilhas não possuem sistema de saneamento, o que utilizam são fossas sépticas. Os dejetos e os resíduos advêm do esgoto da cidade de Belém, da indústria, dos lixões do Aurá, em função do chorume que atravessa os lençóis freáticos, contaminando o solo e os lençóis freáticos e bacias hidrográficas.

Nesse âmbito, a contaminação dos rios é uma questão problemática e complexa que engloba diversos elementos de ordem cultural, social e econômico, uma vez que as indústrias, os empreendimentos, como restaurantes, atividades do turismo, e a ausência de um sistema de saneamento básico influenciam na poluição dos rios.

Os ribeirinhos e as ribeirinhas reclamam da poluição dos rios pelas atividades turísticas e pelos próprios moradores das ilhas, posto que uma minoria ainda joga os resíduos sólidos domésticos nas águas, em razão da ausência de um sistema de coleta seletiva e da sensibilização ambiental em relação aos malefícios da contaminação das águas para à saúde, fauna aquática e para a preservação do ecossistema estuarino.

A poluição dos rios ocorre também pelos barcos turísticos. Na fala de um dos entrevistados temos: “*Até então, se não bastasse o lixo que jogam na do beira-rio, como sacolas, garrafas, tem os banhistas que vem jogando lixo*”, de modo que esses resíduos cairão nos rios que circundam a cidade de Belém, uma vez que existe um sistema dendrítico contaminando-os, trazendo, conseqüentemente, prejuízos ao meio ambiente e à saúde das comunidades ribeirinhas e citadinos, gerando, ainda, condições socioambientais degradantes que influenciam, de certo modo, o espaço de territorialidades dessas comunidades.

b) Redução de pescado e mariscos

É recorrente, nos relatos dos entrevistados, a diminuição dos peixes e mariscos nas ilhas ao Sul. Em suas falas sobre a escassez dos pescados e camarões, aparece a preocupação com essa redução, pois é uma fonte de renda, além de ser alimento para suas famílias. Perguntamos o que eles observavam em relação a isso. Alguns dizem: é em função das grandes embarcações, dos pescadores em excesso, além da poluição dos rios; outros não souberam opinar.

Na entrevista, Dona Cleonice, pescadora, moradora da Comunidade Igarapé Periquitaquara, ilha do Combu, explana com tristeza a diminuição significativa dos camarões:

Como eu tava falando, é muito fluxo de embarcações, é muita lancha, lancha, lancha, acho que é de tudo isso. Um dia desses, o meu primo tava falando, sabe o que é, de piscina, mas pra cá não tem piscina; ele tem sim, eles lavam e escorre a água para cá [rios], aí eu não sei, só sei que diminui.

Eu achei muito ruim, ruim mesmo. Dia desses eu falei, é verdade, quando dava camarão, eu não ficava sem dinheiro essa época, porque toda semana eu pegava e tinha mais uma coisa, eu pegava e nem precisava eu ir em Belém, aqui mesmo eu vendia tudinho.

Às vezes o pessoal dizia, eu ainda nem tinha botado o matapi, ei dona Creuza, guarde dois kl pra mim, mas eu nem tinha pego, mas já encomendavam. Mas era bom, eu vendia aqui mesmo, não gastava combustível pra ir em Belém. Nossa era muito bom.

Em 2022, eu ainda peguei, mas 2023, eu não peguei nada. Mas sempre a gente pegava, a cada ano ia diminuindo cada vez mais.

(Cleonice, pescadora, 79 anos, entrevista realizada em maio de 2023).

Essa redução do camarão é preocupante e suscita investigações mais profundas e detalhadas por parte de órgãos governamentais e institutos de pesquisa. Primeiro, porque a diminuição implica redução de espécies e perda de biodiversidade; segundo, acaba com um modo de vida insular que vai extinguindo. Ainda no relato de Dona Cleonice, reforça:

Os camarões eu não sei explicar, porque até ano passado eu pesquei bastante, mas esse agora que a gente fica na expectativa, quando chega março, a última água de março já vai dá camarão, eu já tava pronta com meus matapis, eu colocava meu matapi, e nada, nada, nada, sabe que a gente levantar o matapi e não ter nenhum camarão, ai o pessoal falava assim, na próxima água vai dá, e nada, nada.

Eu senti muito, porque eu ganhava bastante, era uma fonte de renda e não era só pra mim não, era pra muitas pessoas, quem não vendia, mas pegava pro consumo.

Eu não sei o que aconteceu, até porque não é só aqui, lá no furo da Paciência, umas colegas minhas que pescam pra lá, até um dia desses, elas falaram que não tavam pegando nada.

(Cleonice, pescadora, 79 anos, entrevista realizada em maio de 2023).

Nesse sentido, a redução dos mariscos não é somente num ponto de captura, como se observa pelo relato, há uma drástica redução nas ilhas ao Sul, como ilha do Combu, do Maracujá. Nos registros fotográficos, visualizamos os instrumentos utilizados para a captura do camarão que estavam dispostos no trapiche da pescadora.

Fotografia 19 – Instrumentos utilizados na pesca do camarão, ilha do Maracujá e do Combu, Belém, Pará.



Fonte: Acervo da pesquisa, 2023.

Um relato de um jovem pescador também sinaliza essa questão da perda do pescado e, conseqüentemente, a não perpetuação de modos de vida das comunidades insulares. Conforme o entrevistado:

O peixe sumiu muito pra cá [ilha do Maracujá], na época do bacu, que a gente nem vê mais. O que acontece, eu acho, é por conta de barcos pesqueiros, aquele barco de arrasto, que era pra arrastar na baía, só que eles estão arrastando aqui na boca (bem aqui na entrada do canal do Cotijuba), com rede de arrastão, sendo que não pode.

Os barcos de arrastos tão vindo, eles fazem a rota deles para o salgado, nessa ida eles vão arrastando e na volta eles vem arrastando, sendo que aqui não pode. Acho que isso tá prejudicando o desaparecimento dos peixes, o bacu que sumiu, o aracu, a gente tinha uma safra boa de aracu, e nunca mais, que é o piauí que chamam, só que chamamos pra cá de aracu, aí são peixes que sumiram, a gente consegue ver aqui raramente, não é como antes, porque antes, qualquer maré que dava alta, eles passeavam debaixo da casa e hoje em dia não.

[...] Na volta dos barcos de arrastos, eles vêm arrastando pelo mesmo rumo, só que matam muito peixe, porque tem peixe que ainda não é consumido ainda, não é vendido, aí mata muito peixe, que é a época que aparece muito peixe buiado, de tudo quanto é tamanho e espécie.

[...] a gente tá se juntando para denunciar, porque isso afeta muito a gente, pequenos pescadores, porque a gente não pesca de rede, a gente pesca de espinhel, anzol.

(Thiago Nascimento, 23 anos, pescador e morador da ilha do Maracujá, entrevista em fevereiro de 2023).

O depoimento do entrevistado é preciso, crítico e importante, porque toca numa questão da indústria da pesca e da fiscalização dos órgãos quanto a esses barcos de arrastos que são de grandes empresas, dado que o que eles estão fazendo não é permitido. Aspecto que afeta, intensamente, os pequenos pescadores e contribui para a perda das espécies de peixes no estuário amazônico, afetando, drasticamente, a cadeia alimentar do pescado.

Quando ele enfatiza o desaparecimento do peixe bacu (Fotografia 20), tem todo um saber ambiental e um modo de vida por de trás, na medida em que o bacu serve de isca para a captura de outras espécies de peixe. A espécie é consumida entre as comunidades ribeirinhas e comercializada, além de ser responsável por dispersão de sementes de açaí no estuário amazônico. Abaixo alguns registros fotográficos mostrando algumas espécies de peixes. Conforme relatos, espécies de peixes estão desaparecendo, como: piaba (*moenkhausia sanctaefilomenae*), jacundá (*Crenicichla*), traíra (*Hoplias*), acará (*Pterophyllum*), bacu (*Lithodoras dorsalis*), Aracu-piauí (*Leoporinus obtusidens*).

Fotografia 20 – Espécies de peixes na ilha do Maracujá, Belém, Pará.



Fotografia de Thiago Nascimento, 2023.

Nota: Nas fotografias, filhote (*Brachyplatystoma filamentosum*) da esquerda para a direita e o bacu da direita para a esquerda.

Nesses termos, observamos que a escassez do pescado e mariscos afeta, diretamente, a vida dos ribeirinhos, o ambiente insular, a continuação de um modo de viver, a degradação do meio ambiente e da manutenção da biodiversidade de espécies na várzea.

Em estudos realizados pelo Projeto Zoneamento Econômico e Ambiental nas ilhas do entorno de Belém, realizado em 2012 por pesquisadores do Laboratório de Biologia Pesqueira e Manejo de Recursos Aquáticos da UFPA, com recursos do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) por meio do Fundo Amazônia, um dos objetivos era a captura de várias espécies de peixes e crustáceos, os quais foram capturados e levados para análise em laboratórios da UFPA.

Os resultados desse estudos já apresentavam escassez de algumas espécies presente no estuário amazônico, em algumas ilhas ao Norte e ao Sul, o que indicavam medidas de políticas de conservação, apesar de a maior parte dos igarapés ainda estarem bom nível de preservação, mas, de todo modo, também necessitam de estratégias de conservação de uso para a manutenção da fauna e flora do estuário amazônico.

c) Coleta de resíduos sólidos

Para algumas ilhas ao Sul, a coleta de resíduos sólidos já existe, a exemplo da ilha do Combu, Grande e ilha do Murutucu (nessas duas ilhas ainda não é regulamentada, mas ocorre). A ilha do Maracujá não possui coleta de resíduos sólidos, talvez seja pela questão da jurisdição geográfica ainda do município Acará pelo impasse se pertence à Belém.

A coleta dos resíduos é seletiva, os barcos que recolhem são de ribeirinhos contratados pela Prefeitura de Belém, pela Secretaria de Saneamento Básico que, junto com a Cooperativa Filhos do Sol (ilha do Combu), revezam-se na coleta dos resíduos nas ilhas. Os barcos fazem a coleta duas vezes na semana nas comunidades. Estas procuram selecionar os materiais para reciclagem, e os resíduos orgânicos jogam no seu próprio terreno, servindo adubo para as plantas.

Observamos que, mesmo com a coleta regular ou não, ainda há muitos moradores que jogam seus resíduos nas águas, assim como as atividades relacionadas ao lazer e ao turismo, nas ilhas, causam a poluição do estuário.

d) Erosão dos solos

O processo erosivo dos solos nas ilhas ao Sul, ao embarcar no barco aproximando-se das margens dos rios, observam-se, na paisagem, as marcas erosivas com árvores caindo, com isso os moradores afastam suas casas para mais dentro de seus terrenos.

Fotografia 21 – Erosão no igarapé furo do Periquitaquara, ilha do Combu, Belém, Pará.



Fonte: Acervo da pesquisa, 2023.

Uma forma que os moradores encontram para amenizar essa situação é alocar uma sequência de tábuas de madeira, característica, percebida nas residências que têm mais poder financeiro, cujos relatos dos entrevistados são de pessoas que moram em Belém. Os ribeirinhos com as casas mais simples assentam galhos de árvores para conter a erosão.

Fotografia 22 – Proteção de madeira e de galhos para conter a erosão nos terrenos, ilha do Maracujá e do Murutucu, Belém, Pará.



Fonte: Acervo da pesquisa, 2023.

Nesse processo de erosão, observamos as quatro ilhas escolhidas estudadas, com mais intensidade a ilha do Combu e as outras ilhas nas áreas com construções em alvenaria e estabelecimentos como restaurantes e bares. Nos relatos dos ribeirinhos, verificamos fatores que contribuem para isso:

[...] agora a grande erosão dos ambos os rios, rio são Benedito, sendo que nós não temos ninguém pra nos ajudar, agora, cada vez mais perdendo nossas áreas de terra, devido à erosão, tem as lanchas muito grande, tem as mareas grandes, quebrando nossos barrancos.

Esse feriado [8 de junho, Corpus Cristi] foi um dia, veio tanta lancha para um balneário aí próximo, tanto das lanchas e grandes, umas ondas enormes que até bateu barco, desagalhando nossos barcos, portos, nossos cascos, rabetas, uma coisa terrível

(Edina Nascimento, moradora da ilha do Maracujá, entrevista realizada em fevereiro de 2023).

A partir das observações precisas da depoente, as grandes embarcações de turismo invadiram os rios, sem respeito nenhum com a população local e com a natureza, ainda assim afirmam praticar o turismo ecológico, o que se configura apenas num discurso de sustentabilidade pregado pela indústria do lazer e do turismo. Nesses termos, a seção seguinte pontua o tráfego das embarcações.

e) Tráfego de grandes embarcações

Em tempos primórdios, as embarcações utilizadas pelos moradores das ilhas eram os chamados casquinhos com os remos. Era um tempo lento para os ribeirinhos, que traziam seus produtos para serem comercializados nos portos do Açaí, Palha, Sal e Feira do Ver-o-Peso. Segundo eles, levavam-se mais ou menos de 30 a 40 minutos para chegarem nesses locais, visto que não existia tantas embarcações. Atualmente, esse trajeto se faz aproximadamente em 15 minutos com as rabetas e as lanchas motorizadas.

Com os idos da modernidade e do mundo do trabalho, as mudanças se apresentam, e as populações ribeirinhas se adaptam e inserem-se em seu modo de viver alguns costumes da cidade, no caso o tempo mais rápido e frenético em suas atividades de trabalho e vida.

Com a pressão ambiental, a urbanização e as atividades do turismo nas ilhas, os rios, foram sendo “invadidos” pelas embarcações de grande porte como balsas, *bolts*. Assim, embora indignados, os moradores não se surpreendem com o tamanho e a frequência das embarcações do ramo turístico, que trafegam pelo estreito Furo da Paciência. Sem fazer qualquer barulho, elas surgem como se fossem grandes aparições a cada meandro, porém a força das ondas que a velocidade dessas embarcações provoca deixa um rastro desolador nas margens.

A fotografia tirada em um momento de campo (Fotografia 23) representa um pouco dessa realidade. Em um sábado chuvoso à tarde, antes do feriado de Carnaval, enquanto aguardávamos a chuva passar, avistamos as embarcações, surgindo como se fosse uma cena de um filme de *Hollywood*.

Fotografia 23 – Embarcações de grande porte, Furo da Paciência, entre as ilhas do Murutucu e do Combu, Belém, Pará.



Fonte: Acervo da pesquisa, 2023.

Observamos, na pesquisa de campo, a ausência de fiscalização da Marinha e da Segurança Viária nas vias de navegação. Segundo os moradores, a fiscalização ocorre mais nos barcos sem documentação. Os moradores locais já reclamaram, fizeram reivindicação, mas pouco se foi feito. Acidentes ocorrem com frequência em função dos fluxos das embarcações. Uma ação realizada foi a colocação de placas solicitando a diminuição da velocidade. Todavia, a placa é bem pequena, de difícil visualização.

Fotografia 24 – Placa de sinalização, ilha do Combu, Belém, Pará.



Fonte: Acervo da pesquisa, 2023.

f) Vegetação

A exuberante cobertura vegetal que a Amazônia oferece é imensa. Estudos sobre a vegetação no espaço insular paraense, mais, precisamente na parte Sul, ocorrem, conforme Cirilo (2013), desde a década de 1980, no período de 1987 a 1990, quando Anthony Anderson (pesquisador do MPEG) desenvolveu um projeto de extensão na ilha do Combu com o objetivo de fazer um levantamento florístico da ilha.

A vegetação das ilhas é caracterizada por floresta de várzea, com alta predominância de poucas espécies arbóreas (Anderson; Ioris, 2001) que forma a base da economia extrativista e de grande relevância econômica como a palmeira do açaí e o cacau. Além dessas palmeiras, há presença de plantas nativas e exóticas cultivadas para alimentos, remédios, ornamentação e fabricação de artesanatos como pulseiras, colares e objetos de palharias como chapéus, abanos e rasas.

As investigações de Jardim e Vieira (2001) trouxeram informações acerca de diversas espécies da flora encontradas na ilha do Combu. Os autores dividiram as áreas em várzea baixa e várzea alta, apresentando, assim, resultados em que as palmeiras da várzea baixa estão adaptadas ao solo fértil e do teor da umidade, percebendo a abundância de açazeiro (*Euterpe oleracea*), cacau (*Theobroma cacao*), mururu (*Astrocaryum murumuru*), jupati (*Aphia Taedigera Mart*), ubim (*Geonoma maxima*), paxiúba (*Socratea exorrhiza*) e inajá (*Attalea maripa*), enquanto, na várzea baixa, a predominância da flora é menor, devido ao solo mais ácido, deficiente em nutrientes minerais e matéria orgânica.

Floresta ombrófila, condição dominante nas ilhas, conforme Silva (2010), há uma diversidade vegetal abundante, desmistificando a ideia de a predominância dos açazeiros são abundantes. Essa diversidade vegetal é importante para as comunidades ribeirinhas, para a fauna existente e para a condição climática da parte continental e garante a preservação dos solos das ilhas, que é de característica friável do tipo *Gley Háptico* e *Neossolo Flúvico*.

Ainda segundo Silva (2010), a vegetação predominante das ilhas é o açazal nativo e manejado, a andiroba (*Carapa guianensis Aubl*), a virola (*Virola surinamensis [Rol.] Warb.*), a mungubeira (*Pachira aquatica Aublet*), o ananim (*Symphonia globulifera*), o guarumã (*Ischnsiphon spp*), o cacaeiro (*Theobroma cacao*), o cupuaçurana (*Matisia Paraensis*), o aningal, o mututi (*Pterocarpus rohrii Vahl*), a samaumeira (*Ceiba pentandra*), a seringueira (*Hevea brasiliensis*), o taperebazeiro (*Spondias mombin*), o buritizeiro, a palheteira, o mangueira (*Mangifera indica*), o tinteiro, a caxinguba (*Ficus maxima*), a paxiuba (*Socratea exorrhiza*), o assacu (*Hura crepitans*), o ameixeiro e a fruta-pão (*Artocarpus altilis*).

Na várzea alta, encontram-se, principalmente, a andirobeira, a siriubeira, a bananeira, a pupunheira, o açazeiro, o murumuru (*Astrocaryum murumuru*), o pracaxi (*Pentaclethra*), a virola (*Virola surinamensis* [Rol.] Warb.), a paxiúba (*Socratea exorrhiza*), o cacaueiro, o acapatueiro, o jatobá (*Hymenaea courbaril*), entre outras.

Quanto às áreas de várzea baixa, são inundadas cotidianamente, prevalecendo palmeiras, o ouricuri (*Syagrus coronata*) e o juquiri (*Mimosa myriadena*) e o plantio do açazeiro, o cupuaçuazeiro, a pupunheira, o cajueiro, o biribazeiro e o coqueiro. Há os igapós que sofrem inundações por todos os meses do ano. No quadro 5 apresentamos um fio dessa vegetação típica da várzea.

Quadro 5 – Algumas espécies vegetais das ilhas ao Sul, Belém, Pará.

Nome popular	Nome científico
Jupati	<i>Raphia vinifer</i>
Juba	<i>Astrocaryum spp e Atrix spp</i>
Guarumã	<i>Ischinasiphon obliquus</i>
Arumã	<i>Ischnosiphon polyphyllus</i>
Samaumeira	<i>Ceiba petandra</i>
Buçu ou ubuçu	<i>Manicaria saccifera</i>
Andirobeira	<i>Carupa guianensis</i>
Cedro	<i>Cedrela adorata</i>
Aninga	<i>montrichardia linifera</i>
Palheteira	<i>Clitoria arbórea benth</i>
Miritizeiro ou buritizeiro	<i>Mauritia flexuosa</i>
Siriubeiras	<i>Avicennia germinans</i>
Açacu	<i>Hura crepitans</i>
Papoula	<i>Papaver rhoeas</i>
Ucuuba	<i>Virola sebifera</i>
Mogno	<i>Sweitenia macrophylla</i>
Babaçu	<i>Attalea speciosa</i>
Patuá	<i>Oenocarpus bataua</i>
Aninga	<i>Montrichardia arborescens</i>
Pracaxi	<i>Pentaclethra macroloba</i>
Murumuru	<i>Astrocaryum murumuru</i>

Fonte: Anderson e Ioris (2001), Jardim e Vieira (2001) e Silva (2010).

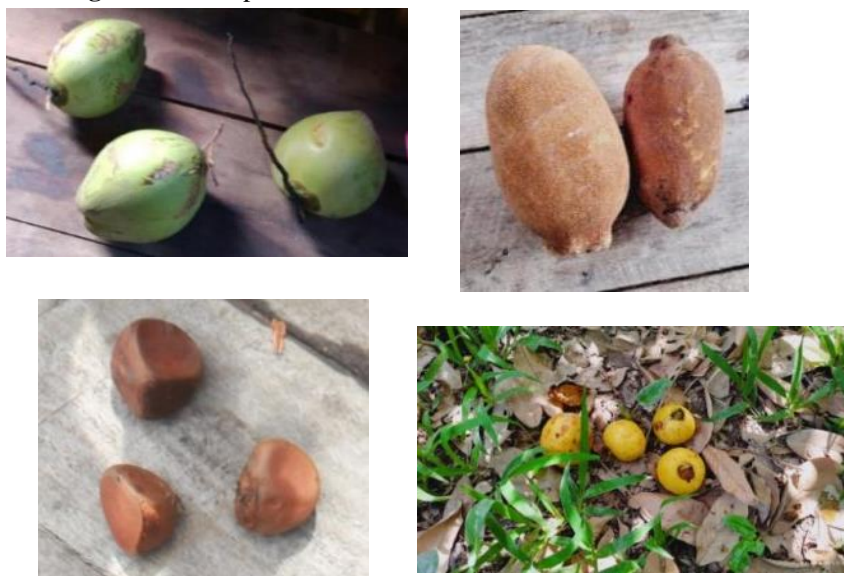
O Quadro 6 relaciona espécies florestais encontradas no ambiente insular das ilhas ao Sul. Algumas espécies não têm grande predominância por não ser tão cultivada. Elas têm diversos usos e utilidades para os ribeirinhos que as utilizam em benefício próprio e/ou comercializam nos portos e nas feiras de Belém. Na Fotografia 25, temos alguns frutos como goiaba (*psidium guajava*), araça (*psidium cattleianum*), coco, cupuaçu e sementes de andiroba (*carapa guianensis* Aubl.).

Quadro 6 – Algumas espécies de frutos, hortaliças, tubérculos das ilhas ao Sul, Belém, Pará.

Nome popular	Nome científico	Nome popular	Nome científico
Inajá	<i>Maximiliana maripa</i>	Limão	<i>Theobroma grandiflorum</i>
Cacau	<i>Theobroma cacao</i>	Arruda	<i>Ruta graveolens</i>
Açaí	<i>Euterpe oleracea</i>	Cominho	<i>Cuminum cyminum</i>
Buruti ou Miriti	<i>Mauritia flexuosa</i>	Manjericão	<i>Ocimum basilicum</i>
Cupuaçu	<i>Theobroma grandiflorum</i>	Catinga da mulata	<i>Tanacetum vulgare</i>
Ingá	<i>Ínga edulis Mart</i>	Cipó puçá	<i>Cissus verticilata (L.)</i>
Ingá cipó	<i>Íngá edulis</i>	Tucumã	<i>Astrocaryum aculeatum</i>
Taperebá	<i>Spondias lutea Linn</i>	Biribá	<i>Rollinia mucosa</i>
Manga	<i>Mangifera indica</i>	Açafrão	<i>Curcuma longa L.</i>
Caju	<i>Anacardium occidentale</i>	Coco	<i>Cocos nucifera</i>
Pupunha	<i>Bactris gasipaes</i>	Arroz	<i>Oryza sativa</i>
Graviola	<i>Annona muricata</i>	Milho	<i>Zea mays</i>
Cupuaçu	<i>Theobroma grandiflorum</i>	Cará	<i>Dioscorea bulbifera</i>
Jambo	<i>Eugenia malaccensis</i>	Chicória	<i>Dioscorea bulbifera</i>
Abacaxi	<i>Ananás comosus</i>	Maxixe	<i>Cucumis anguria</i>
Goiabaaraça	<i>Bellucia grossularoides</i>	Alfavaca	<i>Ocimum basilicum</i>
Gergelim ¹	<i>Sesamum indicum</i>	Jerimum	<i>Cucurbita pepo L</i>
Macaxeira	<i>Manihot esculenta</i>	Caruru	<i>Amaranthus viridis</i>

Fonte: Trabalho de campo (2022/2023).

Nota: ¹ Pouco se planta.

Fotografia 25 – Espécies de frutos e sementes encontrados nas ilhas ao Sul de Belém, Pará.

Fonte: Acervo da pesquisa, 2023.

Nota: Da esquerda para a direita coco verde e sementes de andiroba; da direita para a esquerda cupuaçu e goiaba-araça.

Essa diversidade de espécies de frutos, hortaliças e espécies de peixes das ilhas ainda é presente nas feiras e mercados de Belém, onde as comunidades ribeirinhas comercializam sua produção. As ilhas ao Sul e Norte são fornecedoras de grande parte de legumes e frutos para o mercado consumidor da capital paraens. Todavia, deveriam existir mais incentivos financeiros para subsidiar a produção agrícola, horticultura e comercialização de ervas. Além da

importância das ilhas como cinturão verde pela sua vegetação ainda preservada para a cidade continental belenense, elas têm sua relevância quanto ao fornecimento de alimentos e a segurança alimentar para o mercado regional e local.

Neste sentido, o fomento às atividades agrícolas por meio de melhoramento e adequação de técnicas no uso do solo e no sistema de produção e para isso, o acompanhamento e a orientação de assistência especializada e de extensão rural, incentivos de créditos rurais para produção específica de frutíferos e hortaliças, além do fomento à agricultura estar na agenda das políticas públicas locais de incentivo à produção, inserindo as comunidades ribeirinhas no planejamento regional e nas discussões políticas direcionadas para a resolução dos problemas socioambientais insulares.

No que tange às transformações acerca da cobertura vegetal das ilhas, observamos que foram alterações na vegetação, mas ainda há a manutenção de uma floresta bem preservada, sendo de grande relevância para a conservação da biodiversidade insular, além dessa vegetação ser um cinturão verde para área continental de Belém, pois é essencial para o equilíbrio térmico e a conservação da fauna nativa.

Conforme dados Imazon, os indicadores de espaços de Belém apresentam índices baixos de diminuição: “em 1986, a área verde da Grande Belém representava 50% do território (588 km²). Em 1994 essa área foi reduzida para 37% (434 km²) e em 2001 para 33% (388 km²). Ou seja, no período de 15 anos o desmatamento médio anual na região metropolitana foi de 1,12%, com perda de 17% da cobertura florestal (201 km²)” (Imazon, 2015). Sendo que a maior parte da floresta nativa concentra-se em áreas de instituições públicas de pesquisa e ensino, áreas militares e nas ilhas ao Sul da Grande Belém. Essa vegetação caracteriza-se por cobertura vegetal rasteira, arbórea e arbustiva, contribuindo, de certa maneira, para qualidade de vida e o equilíbrio ambiental da Grande Belém.

6 INTERVENÇÕES TERRITORIAIS: AVANÇO DA ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA E EXPROPRIAÇÃO DOS RIBEIRINHOS DAS ILHAS AO SUL DE BELÉM, PARÁ

A relação cidade continental e ambiente insular implica elementos de ordem econômica, social, ambiental e cultural, que, no movimento contínuo da história, vão se reelaborando, produzindo novos elementos, variáveis e novas situações. Dimensões que configuram um enfoque e um olhar mais preciso e crítico nos elementos espaciais e temporais compondo uma realidade complexa em diferentes situações socioambientais do ambiente insular em estudo.

As ilhas ao Sul da capital paraense, que nos dispositivos jurídicos e administrativos são consideradas áreas rurais, acenam alterações em seu ordenamento territorial. Por conseguinte, essas alterações interferem em suas relações sociais e ecológicas entre si, com a cidade e os seus modos de vida tradicional.

Neste capítulo, examinaremos os dispositivos jurídico e administrativos para regulação ambiental e regularização fundiária. A primeira inicia com a Área de Proteção Ambiental do Combu, criada pela Lei Estadual nº 6.083 de 13 de novembro de 1997, pelo então governador do Estado, Almir Gabriel. Com a criação da APA, torna-se restritivo o uso do território, possuindo diversas proibições, a exemplo do art.2: “V-Aplicação, quando for necessário, das medidas legais destinadas a impedir ou evitar o exercício de atividades causadoras de sensível degradação da qualidade ambiental, em especial as atividades de derrubada dos açazeiros, para a retirada do palmito” (Pará. Lei estadual nº 6.083, 1997). Sendo assim, um passo dado para a conservação dos açazais e floresta nativa, além da proteção dos modos de vida de comunidades ribeirinhas.

A criação da APA, segundo estudos acadêmicos, deu-se pela orientação científica do MPEG, pelos estudos nos anos de 1980 e 1990 realizados pelo pesquisador Antony Anderson e equipe, que, então, realizaram levantamentos florísticos da ilha, com pesquisas voltadas para o extrativismo do açaí e do cacau (*Theobroma cacao*). Na sequência, na década de 1990, o Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP), conforme estudos de Cirilo (2013), tornou-se um dos órgãos responsáveis pela criação da APA, recebendo os estudos científicos do MPEG, os apresentou na Conferência Rio-92 e fez ampla divulgação para o reconhecimento de áreas de conservação estadual, sendo que o projeto da ilha acabou indo nesse processo.

Conforme pesquisa de Cirilo (2013), no processo de criação e implementação da APA, não houve a participação dos moradores locais da ilha, na época, eram cerca de 110 famílias,

segundo dados de seus estudos, grande parte delas não foram consultadas nessa iniciativa, os que participaram, foram membros de famílias influentes da ilha.

Em 1997, a minuta do projeto lei da APA, foi aprovada na Assembleia Legislativa estadual. Com a criação da APA, a ilha do Combu passaria a ter um dispositivo jurídico, principalmente, articulada na época, para conter a derrubada de açazeiros realizada para a extração do palmito.

Todavia, a maioria dos moradores locais não participou ou entendeu o que seria essa área de conservação, não houve consulta pública, até porque, na época, não era uma exigência para criação de áreas protegidas. De certo modo, foi um processo desenvolvido em contexto nacional, de um cenário de criação de áreas de proteção integral e uso sustentável num discurso voltado para “conciliar” desenvolvimento e preservação ambiental.

Uma vez que APA, como categoria de unidade de conservação, não possui tantas restrições de uso quanto as que regem a RESEX. A APA é uma categoria mais flexível pelo uso múltiplo que pode ter o território e pelas mínimas restrições de uso pelas populações que a habitam, geralmente, tem dominialidade federal. As recomendações do MPEG eram para que a ilha fosse uma Reserva Extrativista (RESEX), limitando e conservando mais seus recursos naturais e restringindo quem poderia morar nesse espaço.

Entretanto, passados anos, a ilha ainda não tem o plano de manejo aprovado. A gestão da APA não tem quase participação das comunidades que de certo modo, nem participaram da criação da APA. Esta não foi uma reivindicação das ribeirinhas e ribeirinhos, foi uma indicação científica de um pesquisador externo à ilha, ou seja, o processo de criação veio de cima para baixo, de fora para dentro por agentes externos à população local. Então, como eles se veem nesse processo de gestão da ilha? Não há participação efetiva, uma organização socialmente solidificada e robusta.

E a gerência dos órgãos gestores e fiscalizadores é frágil não é propositiva, não avança. Não há um trabalho de sensibilização por parte dos órgãos, não há uma agenda de programas que levem informações ambientais sobre o território e suas implicações sociais e ambientais em morar nele. Quais os modos de vida ali presentes que necessitam ser cuidados e preservados? Existem programas de capacitação e projetos sociais? As políticas ambientais e os dispositivos jurídicos e administrativos, de fato, não regulam e não cumprem sua função no que diz respeito ao cumprimento das normas e regramento para as áreas de conservação e zonas de ambiente natural nas quais as ilhas ao Sul fazem parte no plano diretor municipal.

Completando os dispositivos jurídicos em relação à regularização territorial das ilhas, tem-se o Plano Diretor do Município de Belém, legislação municipal, disposto na Lei nº 8.655, de 30 de julho de 2008. Nesse plano, o território municipal belenense é constituído pela Macrozona do Ambiente Urbano (MZAU) e pela Macrozona do Ambiente Natural (MZAN), que delimita o ordenamento do território municipal, considerando os elementos do ambiente urbano e natural, atendendo as características históricas, naturais, arqueológicas e antrópicas, sendo assim, as MZAU correspondem às áreas urbanas do território e as MZAN às áreas não urbanizadas.

As duas Macrozonas, conforme o zoneamento da cidade que foram pensadas e criadas à época da revisão do Plano Diretor Urbano da cidade²³, tiveram sua reformulação e promulgação em 2008. Observa-se que as ilhas de Cotijuba e Caratateua eram as únicas a ter um plano diretor específico dentro do Plano Diretor de Belém. Um dos objetivos da revisão do Plano era inserção das áreas insulares com a finalidade de preservação e conservação ambiental da região das ilhas. Desse modo, foram incluídas as macrozonas e as zonas conforme estudos envolvendo diagnóstico do ambiente insular com a caracterização de aspectos socioeconômicos e ambientais (Silva, 2010). Foi a partir desse diagnóstico que o território insular passou a compor o Plano Diretor Urbano (PDU), uma vez que essa área não fazia parte no antigo plano.

Essas Macrozonas dividem-se em sete Zonas de Ambiente Urbano (ZAU) e três Zonas de Ambiente Natural (ZAN), segundo a definição de parâmetros na divisão territorial municipal de Belém e atendendo, por sua vez, nessa conjectura, as ilhas de Belém estão representadas como ZAN, as quais formam o patrimônio ambiental municipal, correspondente às características naturais, culturais e artificiais encontradas em seu território.

As ZANS estão divididas em setores conforme suas condições naturais, arqueológicas, culturais, ações antrópicas e suas características de uso e de preservação. Composto a ZAN 1, temos APA Belém; a ZAN 2 corresponde às zonas não urbanizadas das ilhas de Mosqueiro, São Pedro e as ilhas do Furo das Marinhas, de Caratateua, de Santa Cruz e de Cotijuba, as demais ilhas situadas a oeste e ao sul do município compõem a ZAN 3, que se destaca pela significativa área de várzea, presença de comunidades ribeirinhas e ausência de núcleos urbanos.

As quatro ilhas em estudo fazem parte da ZAN 3, a qual tem como um dos objetivos e diretrizes (Belém, 2008, art. 99, p. 65):

²³ O Plano anterior era disposto pela Lei Municipal nº 7.603 de 13 de janeiro de 1993.

Objetivos: [...] I. conservar a flora, a fauna e os demais recursos naturais existentes nas ilhas; [...]; III – identificar e qualificar as comunidades existentes; [...]
§2º. São diretrizes: [...] II – monitorar o uso e a ocupação nas ilhas para evitar a degradação do meio ambiente; [...] IV – promover a regularização fundiária das comunidades existentes, quando possível; [...].

A partir dessas ZAN e seus setores haveria subsídios para as políticas de planejamento de utilização e de conservação das áreas descritas, promoção da habilidade e acessibilidade, considerando suas características ambientais, as atividades antrópicas monitoram a ocupação e a expansão urbana que se instaura cada vez mais nas ilhas.

Contudo, há uma expansão urbana e espacial crescente e desordenada, em que os documentos norteadores e reguladores são deixados de lado; os objetivos e diretrizes do Plano Diretor não são seguidos, tampouco conhecidas pelas comunidades ribeirinhas. Embora tenha havido pedidos conforme Dergan (2006, p.74) “de inscrições de ocupações” desde 1995 por comunitários da ilha do Combu em nome de Raimundo Brabo, Nazareno Rosa, Manoel Correa de Carvalho, Plácido Magno, Manoel Brabo e Domingos Brabo, todos moradores da ilha do Combu.

Dergan (2006) relata que as respostas aos processos pela GRPU (ofício 164/2005) pelas terras serem qualificadas como de várzea havia empecilho de regulação pelo registro de ocupação no modo como foi requerido. Nesse sentido, as reivindicações por titulação de propriedades de terras pelas comunidades ribeirinhas já ocorrem no transcorrer dos tempos, havendo lutas e organização para alcançarem esse objetivo.

Por outro lado, há a presença de regularização fundiária desde 2004 com: a) Autorizações de Áreas de uso da União – GRPU – 2006 (GRPU/EMBRAPA, IBAMA/INCRA); e b) criação de três PAE – ilha do Murutucu, Maracujá e ilha Grande e um edital para finalizar a criação do PAE da ilha do Combu.

O processo de regularização das terras da ilha do Combu e da ilha Grande inicia-se a partir de 2004 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária com ações pelo Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), beneficiando diversas famílias em assentamentos e no auxílio de construção de casas com infraestrutura básica, além de fomentar a agricultura familiar e manter as comunidades ribeirinhas em suas terras. No discurso oficial, um dos objetivos do Projeto é justamente a fixação do homem na zona rural, ou seja, nas ilhas e o acesso às linhas de crédito aos programas e projetos governamentais de reforma agrária.

Nessa modalidade de PAE, é concedido às populações terrenos (unidades agrárias) celebrado por meio de um termo e/ou Contrato de CDRU. Esse termo possibilita aos

moradores desenvolverem atividades agroextrativistas, desde que respeitadas as normas de proteção ambiental, é proibida a venda ou o aluguel das unidades agrárias.

Em virtude disso, temos uma amostra do PAE nas ilhas ao Sul, conforme dados do SIPRA (Brasil. SIPRA, 202)²⁴ e o Relatório técnico da agricultura urbana²⁵, foram implantados três projetos de assentamentos na modalidade agroextrativista (PAE) que, juntos, somam 425 famílias assentadas em uma área de 3.309,1 ha. Esses três assentamentos se referem: 1) PAE ilha Grande; 2) PAE ilha do Murutucu; e 3) PAE ilha do Combu.

O PAE da ilha Grande, criado em 28 de setembro de 2006, atingiu 96 famílias, com cerca de 922,8357 hectares. Quanto ao PAE da ilha do Murutucu, com cerca de 824,8050 hectares que abarcava 144 famílias, assentou apenas 121 famílias, no dia 28 de setembro de 2006. O PAE Complexo Maracujá, para 150 famílias e 143 foram assentadas, foi criado em 31 de dezembro de 2008. Todos esses PAEs situam-se na fase 3, indicando que foi o “Assentamento Criado – Imóvel já sob o domínio ou posse do INCRA na condição permissiva de ingresso das famílias selecionadas, para o processo de legitimação delas com a assinatura de respectivos contratos de assentamento” (IPEA, 2002, p. 124). Após essa fase, ocorre a fase IV, em que os beneficiários se encontram em instalação do imóvel, com posterior créditos de auxílio à instalação.²⁶

Em relação ao PAE ilha do Combu, criado por meio da Portaria nº 76, SR-01/G, de 07/11/2006, publicada em 13/11/2006 no Diário Oficial da União, com 1.508,7929 hectares com a capacidade de 230 famílias, assentou 205 famílias. Em 2022, foi publicado um Edital nº 569/2022 (Processo nº 54000.052403/2022-87) voltado para a seleção de famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) para os projetos de assentamentos criados pelo INCRA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 3º e 4º da Portaria nº.1614/202, divulgada em 26/08/2022, no Boletim de Serviço do INCRA.

O edital previa 25 unidades agrícolas para o referido PAE. Foram deferidas 79 inscrições conforme lista publicada no sítio do INCRA no dia 14/02/2023. Ainda não foi iniciado a lista de classificados relação de beneficiários, segundo informações disponíveis no referido sítio.

²⁴ Segundo dados sobre Projetos de Reforma Agrária conforme fase de implantação que constam do Sistema SIPRA de 05/12/2022 (Brasil. SIPRA, 2022).

²⁵ Parceria do Instituto Escolhas e Prefeitura Municipal de Belém. Relatório elaborado sob o título: Os desafios e o potencial da agricultura urbana em Belém, parte II: agricultura urbana e periurbana em Belém, publicado em 2022. O documento analisa as características do sistema alimentar urbano de Belém e Região. O estudo visa contribuir para a elaboração de políticas públicas de fomento à agricultura urbana e periurbana no município. Para mais detalhes ver: Instituto Escolhas (2022).

²⁶ Ver o que representa a Fase III em IPEA (2002).

O processo de seleção foi destinado às famílias que residem na área, ou seja, na ilha do Combu. Quando da publicação da lista de famílias beneficiárias, as condições de permanências delas no PNRA estarão previstas no instrumento contratual a ser realizado com o INCRA por meio de: Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), Contrato de Concessão de Uso (CCU)²⁷, ou Título de Domínio (TD)²⁸.

Abaixo as ilhas que passaram por um processo de regulamentação e estavam aptas à regularização fundiária pela SPU/PA no ano de 2013. Esse processo de regularização estava relacionado com o “Projeto Nossa Várzea”²⁹, vinculado também a SPU. No total 126 ilhas passaram por todo esse processo, cuja prioridade atendeu às ilhas com assentamento do INCRA, no caso algumas ilhas ao Sul, ilha do Marajó e ilhas de Abaetetuba.

Quadro 7 – Ilhas ao Sul de Belém, Pará, aptas à regularização fundiária no ano 2013.

Nome da ilha	Município	Nº processo	Nº da Nota Técnica
Ilha dos Papagaios	Belém/Acará	04957.005751/2006-78	122
Ilha do Maracujá	Belém/Acará	04957.005751/2006-78	121
Ilha Juçara	Belém/Acará	4957.005751/2006-78	83
Ilha Murutucu	Belém	04957.004360/2006 -36	192
Ilha Grande	Belém	04957.000855/2011 -53	188
Ilha do Combu	Belém	04957.005621/2006 -35	187

Fonte: Nascimento; Ferreira (2014).

A reivindicação de povos e comunidades tradicionais pela regularização de seus territórios, que protagonizaram a implementação de assentamentos agroextrativistas no ambiente insular, resulta na emissão dos órgãos como a SPU, de Termos de Autorização de Uso Sustentável (TAUS)³⁰ e a CDRU, instrumentos de regularização fundiária direcionados para às ilhas conforme as legislações reguladoras fundiárias.

²⁷ O CCU é o documento de titulação que antecede o Título de Domínio. Assegura a permanência e a exploração do lote no assentamento. Garante o acesso aos créditos oferecidos pelo INCRA e a outros programas do Governo Federal de apoio à agricultura familiar (Brasil, 2023).

²⁸ Documento com concessão positiva ou negativa da SPU, quanto à propriedade de imóvel para de registro cartorial, regularização ou comprovação de domínio pelo interessado (Brasil, 2023).

²⁹ Projeto de regularização fundiária em áreas de várzeas. Desenvolvido pela SPU, por meio da GRPU/PA, tem como finalidade realizar a regularização fundiária em terras públicas usando o termo de autorização de uso-instrumento legal. Quando da entrega às famílias ribeirinhas, a União reconhece o direito à ocupação e garante a exploração sustentável do espaço de várzea (Reschke, 2005).

³⁰ Os TAUS poderá ser concedido a comunidades tradicionais que ocupem ou utilizem as seguintes áreas da União: I – áreas de várzeas e mangues enquanto leito de corpos de água federais; II – mar territorial, III – áreas de praia marítima ou fluvial federais; IV – ilhas situadas em faixa de fronteira; V – acrescidos de marinha e marginais de rio federais; VI – terrenos de marinha e marginais presumidos (Brasil, 2010).

A sobreposição dos instrumentos que regularizam a posse de terras na Amazônia, historicamente, foram e são permeados por conflitos agrários. As diferentes modalidades de regularização fundiária desde as sesmarias, títulos estaduais e municipais, títulos paroquiais, além de títulos fraudulentos, documentos individuais de compra e venda, documentos de assentamentos, títulos de aforamento, entre outros, causam confusão fundiária, tendem a dificultar e causar empecilhos para a comprovação da titulação, tornando o processo regulatório complexo e moroso para as comunidades que anseiam pela documentação e que obtenham a segurança jurídica de seu território.

Nesse sentido, a regularização fundiária e o PAE como uma política de reforma agrária para as comunidades ribeirinhas deveria se consolidar e trazer benefícios reais para elas, uma vez que, a partir da regularização, tem-se a alteração de terras públicas para a utilização coletiva pela concessão de uso do território e a legalidade do uso sustentável dos recursos naturais. Todavia, a política de reforma agrária e o controle de ocupações e residências pelos órgãos fiscalizadores é frágil e lenta. De modo que se observam negligência e ausência do poder público, em que não ocorre na *práxis* a política agrária e não se assegura a sustentabilidade e o patrimônio natural das ilhas, havendo alterações nos tipos de espécies da fauna e flora, modificação nos modos de vida dos povos e comunidades ribeirinhas.

6.1 Situação fundiária e a especulação imobiliária

A doação de terras públicas para particulares inicia-se pelo processo das cartas de sesmarias, por meio de diversos instrumentos como: concessão de moradia de uso especial, cessão de uso, posse, entre outros instrumentos estabelecidos em Legislação. A Lei de Terras de 1850 constituiu a primeira experiência de estabelecer a propriedade privada no Brasil. Entretanto, houve aumento de concentração de grandes latifúndios, porque não havia regulamentos que garantissem a posse da terra de fato e de direito. No Quadro 8, destacam-se os principais marcos legais da regularização fundiária nacional, estadual e municipal.

Quadro 8 – Marco Legal da regularização fundiária no Brasil, Pará e Belém.

Legislação	Caracterização
Regime sesmarial (1500-1821)	Concessão de amplas extensões de terras e concentração fundiária nas classes mais abastadas. Por conhecimento da burocracia e serem influentes aos governos locais, alcançavam o domínio legal das terras, concedidas por meio das cartas de sesmarias.
Regime de posses (1821-1850)	A simples ocupação era a forma de acesso à terra, não havia normalização, nem limites ou restrições. Todavia, sem possibilidade de legalizações, tornando o apossamento desordenado de terras públicas e anarquizando o processo de ocupação territorial.
Regime da Lei de Terras (1850-1889) Lei nº 601 de 1850	Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por um título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica.

	Primeira tentativa de estabelecimento de critérios para propriedade privada, representando a ruptura com o regime sesmario ao impor a compra como único meio de apropriação de terras devolutas.
Regime republicano (1889).	A administração de terras passa a ser prioritariamente uma função dos Estados, acarretando o surgimento de grandes propriedades na região Amazônica.
Decreto – Lei nº 9.740/1946	Caracteriza os bens da união: as ilhas oceânicas, lacustres, fluviais nas áreas-limite com outros países, reconhecendo também os lagos como bens da União.
Lei nº 4.504/1964 – Estatuto da Terra	Dispõe acerca do Estatuto da Terra e regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da política agrícola. Todavia, esse instrumento jurídico consolidou ainda mais as grandes propriedades com a manutenção da estrutura agrária e a concentração fundiária, beneficiando os grupos econômicos e reforçando a exclusão dos trabalhadores rurais e aumentando o êxodo rural.
Constituição Federal de 1988	O art. 20 da Constituição há definição do que são os bens da União. Entretanto, mesmo com a Constituição, a situação fundiária não avançou muito, havendo certa exclusão dos Movimentos dos Sem-Terra e dos trabalhadores do campo, ocasionando conflitos de terra, mas sem avanços na desconcentração fundiária.
Lei Federal nº 11.952/2009	Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal. Além disso, destaca-se: 1) a simplificação dos procedimentos e requisitos para transferência de terras da União aos municípios objetivando à regularização fundiária de áreas urbanas consolidadas, de expansão urbana e de urbanização específica; 2) Fundou a Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (SERFAL), com a finalidade para coordenar, normatizar e supervisionar o processo de regularização fundiária de áreas urbanas e rurais na Amazônia Legal; 3) Instituiu o Programa Terra Legal para implementar as medidas estabelecidas na citada Lei.
Lei Municipal Ordinária nº 6.795, de 24 de abril de 1970	Dispõe sobre a constituição da CODEM e dá outras providências. Nessa Lei a CODEM configura-se como duas funções: 1) O planejamento urbano e metropolitano e 2) a gestão das terras.
Lei Municipal nº 8.739, de 19 de maio de 2010	Institui o Programa municipal de regularização fundiária do município de Belém “Chão Legal
Decreto nº 2.135, de 26 de fevereiro de 2010	Regulamenta a lei nº 7.289, de 24 de julho de 2009 e o decreto-lei estadual nº 57, de 22 de agosto de 1969 para tratar da regularização fundiária nas terras públicas pertencentes ao estado do Pará e dá outras providências.
Termo de Cooperação Técnica – 2013 CODEM	No ano de 2013 firmou-se um termo de cooperação Técnica entre os Cartórios de Registro de Imóveis do 1º e 2º Ofícios de Belém e o Tribunal de Justiça do Estado do Pará e a CODEM, com a finalidade de cômputo do remanescente patrimonial disponível para alienação no Município de Belém. Em 2014, foi celebrado convênio entre CODEM e UFPA/ Instituto de Ciências Jurídicas (ICJ), com objetivo de viabilizar levantamentos jurisprudenciais, documentais e bibliográficos acerca da situação legal e fundiária e legal do Município de Belém e a preparação de diagnósticos cartográficos da Primeira Léguas Patrimonial.
Lei Federal nº 13.465/2017	Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal.
Lei Estadual nº 8.878/2019	Aborda acerca da regularização fundiária de ocupações rurais e não rurais em terras públicas do estado do Pará, revoga a Lei n. 7.289, de julho de 2009 e o decreto – lei n. 57, de 22 de agosto de 1969.
Lei Municipal nº 9.733/2022	Dispõe sobre a Regularização Fundiária Urbana (Reurb) em Belém e dá outras providências. Objetiva garantir a segurança jurídica fundiária e cessar os déficits de registros fundiários que atingem a estrutura da cidade. Abrange medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais voltadas à regularização dos núcleos urbanos não formais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Silva, M. (2019) e Brito *et al.* (2021).

Os instrumentos jurídicos concernentes à regularização fundiária deveriam assegurar (Fischer; Benatti, 2016) o direito de propriedade aos diversos agentes sociais, priorizando os povos e as comunidades tradicionais e as ocupações familiares numa tentativa de diminuição dos conflitos agrários, queda do desmatamento, incentivando a manutenção da sustentabilidade ambiental.

Nesse cenário, a governança fundiária é primordial, uma vez que os órgãos públicos fundiários municipais, estaduais e federais têm de cumprir suas funções e competências, de modo que cada um defina e exerça essas competências de maneira coerente e articulada na distribuição de terras públicas, na busca de dirimir confusões e conflitos, respeitando a territorialidade das comunidades insulares.

Os mecanismos de controle público, hoje, como licenciamento das atividades agrárias, unificação do cadastro nacional de imóveis, a exigência do georreferenciamento dos imóveis rurais, o zoneamento ecológico-econômico e o ordenamento urbano juntamente com as ações conjuntas entre os órgãos municipais, estaduais e federais, tendem a ter efeitos positivos e coerentes na regularização fundiária das terras públicas.

Entretanto, alguns processo de indefinição, as lacunas de um marco legal nacional e regional de ordenamento territorial atingem, principalmente, os municípios no cumprimento das competências constitucionais no uso e na coordenação do território municipal, além dos processos de grilagem de terras públicas e a desestrutura de um mercado de terra que afeta os municípios dependentes de doação de terras pela União e pelos Estados, limitando adotar os instrumentos urbanísticos e legislativos vigentes, sem comentar a ausência de um Estado mais atuante.

Nos idos de 2017 e 2018, entrou em vigor a nova legislação federal de regularização fundiária, em particular, a Lei nº 13465/2017³¹ (Dispõe sobre regularização fundiária rural e urbana sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal) e o Decreto nº 9309/2018 (Regulamenta a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas rurais, e dá outras providências), voltados para os territórios das comunidades tradicionais.

³¹ Concedida em caráter coletivo, por prazos renováveis de 10 anos, Institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; altera as Leis nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, nº 13.001, de 20 de junho de 2014, 11.952, de 25 de junho de 2009, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil e dá outras providências. (Brasil, 2017).

A proteção às terras tradicionalmente ocupadas institui-se condição para a democracia e a participação de distribuição da terra e a gestão sustentável dela, corroborando com o respeito aos assentamentos e à concessão de uso dos territórios às populações tradicionais, em particular aqui, aos ribeirinhos.

Entre os diversos tipos de instrumentos de regularização fundiária (Nascimento; Ferreira (2014) temos: Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia (CUEM)³²; CDRU, Cessão de Uso, Autorização de Uso, Titulação Definitiva de comunidade remanescente de quilombo, Aforamento, Alienação, Doação, Inscrição de Ocupação, Legitimação de Posse e TAUS. Sendo que destes instrumentos, os que viabilizam e permitem a regularização das ilhas seriam: a legitimação de posse, as TAUS e a CDRU. Porém, esses procedimentos requerem estudos e a observância de mecanismos específicos para demarcação e regularização das ilhas de várzea.

No tempo, a concessão e a regularização de terras nas ilhas foi se formalizando, sobretudo, em função da organização dos moradores que reivindicam seu direito de “ocupar a terra”, além de reivindicar sua parte na ocupação e demarcar seu território. Em tempos de outrora, as ilhas ao Sul possuíam supostos donos de terrenos ou como se apresenta na fala de alguns moradores mais antigos “donos das ilhas”. Esses intitulados “donos”, conforme registros e relatos das ribeirinhas e ribeirinhos, eram senhores que se revestiam de poder e força para apossarem-se de terras e manter os moradores como seus súditos e empregados na coleta de frutas, em atividades de extrativismo e de pesca.

Nesse direcionamento, a situação fundiária das ilhas passa por divergências entre os órgãos públicos responsáveis, uma vez que a dominialidade ainda é um elemento de impasses e interpelações por parte desses órgãos, a exemplo do Instituto de Terras do Pará (ITERPA), que interpela a responsabilização do Estado a plena jurisdição dominial de algumas ilhas. Todavia, a Gerência Regional do Patrimônio da União (GRPU/PA) defende que são de dominialidade da União as áreas de várzea pertencentes à União, aquelas situadas ao longo do estuário paraense, pertence à União, já as de áreas firmes pertencem à jurisdição estadual.

Em direção a esse assunto, temos o exemplo da ilha do Combu – conforme estudos de Rodrigues (2006); Dergan (2006, 2017), a jurisdição dominial da ilha. Conforme esses autores a GRPU, por meio de documento dirigido ao Órgão Central em Brasília (DIGEP/GRPU-PA, 2006; Ofício nº 163/2006), representada por Orlando Corrêa Filho, chefe da Direção da Gestão de Pessoal (DIGEP), argumenta que são de dominialidade da União as áreas de várzea

³²“A concessão de uso especial para fins de moradia aplica-se às áreas de propriedade da União, inclusive aos terrenos de marinha e acrescidos, e será conferida aos possuidores ou ocupantes que preenchem os requisitos legais estabelecidos na Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001” (Brasil, 2007, art. 22).

pertencentes à União, localizadas no estuário paraense, portanto, a ilha do Combu, por estar situada ao estuário e por desaguar o rio Tocantins, pertence à União, e não à jurisdição estadual, como se coloca o ITERPA, interpelando que cabe ao Estado a plena jurisdição dominial da ilha.

Apesar da sobreposição das competências entre os órgãos federais, estaduais e municipais, ao longo do tempo, as ilhas passaram por um processo de regularização fundiária, iniciativas de concepções de uso da terra para as ilhas do Combu e Grande. Todavia, a ausência de demarcações e registros de terrenos, geram conflitos de dominialidade e violação de direitos de propriedade constituídos no passado, apresentam a fragilidade da gestão fundiária por conta dos órgãos responsáveis, uma vez que as bases técnicas, registrais e cartográficas não são consistentes e persistentes, sendo assim, as populações acabam não possuindo um marco de segurança jurídicas de seus territórios.

As quatro ilhas em estudo são PAE, nesse sentido, muitas famílias possuem as autorizações de uso emitidas pelo INCRA, a exemplo da comunidade Periquitaquara na ilha do Combu e comunidades da ilha do Murutucu. Conforme relatos dos entrevistados, em anos anteriores, os comunitários se reuniram, reivindicando esses documentos aos órgãos como a SPU e INCRA. Em razão de a ilha do Combu ser uma APA, é terra pública da União, os moradores locais não são proprietários das terras, eles possuem a concessão de uso para residir e praticar suas atividades sejam econômicas ou culturais.

No ano de 2006, 130 famílias, da ilha do Combu receberam o documento: Autorização de Uso de áreas da União. Por meio desse instrumento conforme Batista (2006), eles poderiam à época pleitear planos de manejo junto ao órgão IBAMA, prioritariamente, voltados para o cultivo do açaí. A entrega foi realizada por Neuton Miranda, ao tempo gerente da GRPU na própria ilha.

Esse ato de entrega configurou-se em promover a gestão compartilhada do processo de regularização fundiárias das áreas de várzea na Amazônia. Esse processo de liberação dos documentos de autorização passou pelo cadastro de todos os residentes da ilha, o que obteve um número maior ao de autorizações entregues. A realização dos cadastros teve parceria do IBAMA, que realizou o georreferenciamento de cada residência da área e a participação da Defensoria Pública da União.

Essa ação caracterizou-se como a primeira iniciativa que os moradores locais tiveram para regulamentação da ocupação de suas áreas de várzea, objetivando o manejo florestal do açaí e o extrativismo das frutas cultivadas na ilha. Nessa época, havia um Comitê Gestor Nossa Várzea, cuja composição dava-se pela GRPU, IBAMA, INCRA, Empresa Brasileira de

Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA) que debatiam a regularização fundiária, projetos agroextrativistas e economia solidária (Batista, 2006), além dessa agenda de debates, objetivavam incentivar o desenvolvimento local, assegurar a preservação da territorialidade e autossustentabilidade dos povos e comunidades tradicionais.

Os terrenos são passados para os descendentes das ribeirinhas e dos ribeirinhos. A demarcação das terras entre as famílias se faz por estacas, ponte de madeira ou rio, uma vez que uma “demarcação” oficial dos pedaços de terra não existe pelos órgãos oficiais. O que eles têm de fato é a documentação de permissão de uso, e não a propriedade da terra, logo a venda de terrenos para forasteiros das ilhas é ilegal.

Ao longo dos tempos, mais precisamente nas décadas de 1980 e 1990, a principal maneira de acesso à terra nas ilhas era por meio de casamento entre famílias. Nas pesquisas de Antony Anderson nos anos de 1990 -1992, as famílias em média possuíam 15, 5 ha de terra. Rodrigues (2006) demonstrou que a maior parte de terrenos apresentaram tamanhos bem menores dos levantamentos anteriores, consequência da divisão de terrenos em lotes, transferidos para herdeiros.

Atualmente, essa forma ainda ocorre, mas os tamanhos dos terrenos são menores. Ainda assim, há número expressivos de aquisição de terrenos por compra. Nos estudos de Cirilo (2013), com dados da DIAP/SEMA (2010), tem-se uma pequena amostra do tipo de aquisição de lotes nas ilhas, especificamente na ilha do Combu.

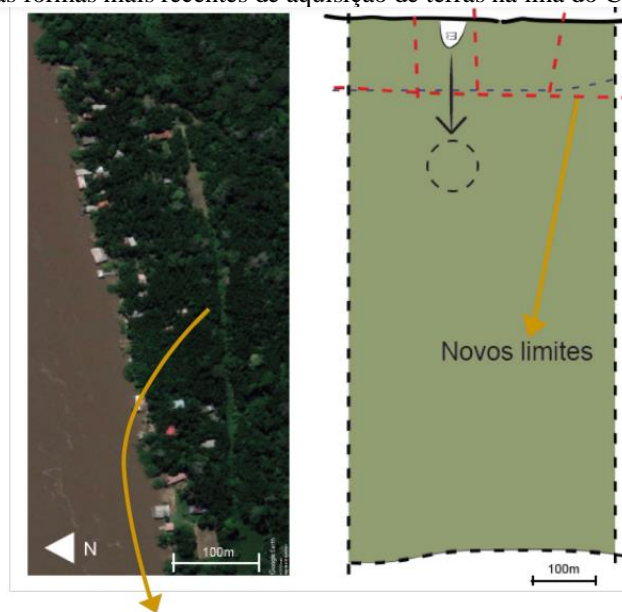
Tabela 4 – Modo de aquisição de terrenos (%) nas comunidades combuenses, Belém, Pará.

Tipo de aquisição	Igarapé Combu	Santo Antônio	Beira Rio	São Benedito
Ocupação	13,04	26,09	28	24
Compra	30,43	8,7	24	20
Herança	56,52	65,22	48	56

Fonte: Cirilo (2013) a partir de dados do DIAP/SEMA/PA, 2010.

Em estudos recentes dos grupos de pesquisas da Arquitetura/UFGPA, Vicente *et al.* (2022), apresentam o processo de divisão do tamanho de lotes na ilha do Combu, não só por herança, mas a venda ou parte delas para pessoas de fora da comunidade com a intenção de construção de bares e restaurantes, em função do potencial turístico e da exuberante natureza.

Figura 3 – Em sentido horário: a) Imagem de satélite de trecho da comunidade Beira do Rio, ilha do Combu, Belém, Pará; b) Esquemas das formas mais recentes de aquisição de terras na ilha do Combu, Belém, Pará.



Fonte: Vicente *et al.* (2022).

Nota: Na comunidade do Beira do Rio, à direita do igarapé do Combu, encontram-se terrenos muito pequenos para o padrão ribeirinho da ilha.

Nessa direção, as comunidades não conseguem desenvolver as práticas de extrativismo como antes, em função dos lotes serem menores, sendo assim, comprometendo sua subsistência e alterando seus modos de vida ribeirinha, que tendem a voltar-se para outras atividades secundárias como o turismo.

O avanço da especulação imobiliária nas ilhas ao Sul e das intervenções territoriais, nas ilhas do Combu, do Murutucu, do Maracujá e Grande, é evidente com a instalação de

restaurantes, bares, chalés e comercialização de terrenos para não moradores do ambiente insular.

Em direção às práticas de lazer e turismo, os interesses na compra de aquisição de terras, têm diversos fatores: 1) estratégia geográfica, uma vez que as ilhas ao Sul são próximas à cidade e de fácil acesso, além da natureza exuberante; 2) afrouxamento de fiscalização por parte de órgãos públicos e ausência de instrumentos adequados e específicos para o uso e ocupação do território; 3) estímulo desenfreado ao turismo sem controle e avaliação; 4) desarticulação e enfraquecimento de associações comunitárias das ilhas; 5) apoio cada vez mais à urbanização das ilhas.

A especulação de vendas de terrenos, podemos dizer assim, aumentou com a chegada da energia elétrica nas ilhas. À época teve aquisição de pequenos terrenos por pessoas fora das comunidades locais com o objetivo de construir restaurantes que aos poucos vão se fixando na ilha, e logo mais vão aumentando suas propriedades, que na maioria das vezes, não obedecem aos padrões de arquitetura ribeirinha, descaracterizando o padrão de ocupação historicamente constituídos pelos moradores mais antigos.

Em relação à gestão dos terrenos de marinha, ocorre uma disputa do órgão federal, SPU e INCRA, as duas instituições avaliam e concedem titularidade de posse e uso das terras, entretanto, a CODEM, conforme Rodrigues (2018), aponta que o órgão municipal em questão recorre parte dos terrenos deferidos como terras marinhas pela SPU, um argumento para isso é que as doações documentadas em livros e cartas remetem à época das sesmarias. Nesses termos, essa disputa de gestão dificulta e emperra as fiscalizações em torno de vendas e das construções irregulares nos territórios insulares.

Diante de toda essa situação das demarcações e mercado de terras, a gestão fundiária é complexa e os seus processos dão-se de forma lenta e apática às reais necessidades dos povos e comunidades. Fischer e Benatti (2016) consideram fatores como: 1) a ausência de dados sistematizados em relação à delimitação interna de lotes com cadastros de ocupantes que possibilite a situação fundiária; e 2) a sobreposição de competências entre os órgãos federais, estaduais e municipais no que diz respeito à titularidade das áreas e à inexistência de partilha de informações entre eles relacionadas à regularização fundiária, culminando com a sobreposição de titulações no interior das extensões patrimoniais, fatores determinantes para que a gestão fundiária não seja mais concreta e efetiva, principalmente, nos Municípios.

Nesse sentido, a especulação imobiliária faz frente aos terrenos, com destaque para os terrenos de marinha, onde se vê, a disputa de dominialidade e a sobreposição da União, Estado

e Município, comprometendo a regularização fundiária, além da ausência de gestão por parte do poder público nesses territórios insulares, deixando que os agentes do mercado imobiliário se oportunizem com a compra e venda de terras que de fato não seriam de suas propriedades conforme os instrumentos fundiários e urbanísticos.

Apesar dos avanços legislativos em relação regularização fundiárias das terras marinhas e a força da sociedade civil organizada, dos movimentos sociais e suas representações e reverberações que possibilitaram diversas políticas asseguradas em programas territoriais e sociais implementados com seriedade e em leis que estão em vigor, há, ainda, o desrespeito e a inércia da efetivação das políticas públicas e do cumprimento dos instrumentos jurídicos.

Em pesquisa pela Internet, localizamos diversos anúncios referentes à venda de terrenos nas ilhas ao Sul com destaque para a ilha do Combu e ilha do Maracujá. No Quadro 9, descrevemos alguns deles.

Quadro 9 – Anúncios de vendas de terrenos na ilha do Maracujá e ilha do Combu, Belém, Pará.

Tipo de anúncio	Local	Preço	Imagem do local	Descrição do imóvel
Comercial (IMOVEISSINGULAR.COM)	Ilha do Maracujá	R\$ 120,000,00		Pagamento somente à vista (documentação GRPU) 30 (frente) 200 (fundo) no município do Acará às margens do Rio São Benedito. Bom para projetos turísticos, restaurante com plantação de açaí.
Pessoa física (anúncio na OLX)	Ilha do Combu	R\$ 20,000,00		Venda de terreno medindo 10 de frente e por 35 de fundo
Comercial (IMOVELWEB.COM)	Ilha do Maracujá	R\$ 280,000,00	sem imagem no site	Casa com praia privativa. Área com potencial em investimentos para pousada, restaurante e hotel.
Comercial (MGF Imóveis)	Ilha do Combu	R\$ 80,000,00	Sem imagem no site	Terreno medindo 38x500, com uma casa no tamanho de 5x16. Possui cozinha, sala e 2 quartos. Tem açaizal e coqueiros.

Pessoa física (anúncio na <i>OLX</i>)	Ilha do Combu	R\$ 35,000,00		Área medindo 15x40, localizado no furo da Paciência. Somente por meio de ligação e <i>WhatsApp</i>
Pessoa física (anúncio na <i>OLX</i>)	Ilha do Combu	R\$ 120, 000,00		Terreno de 8x70. Tem trapiche, casa com 2 quartos e cozinha.

Fonte: Elaborado pela autora, 2023 com base em *sítios* (*OLX*, *IMOVELWEB*, *IMGF IMÓVEIS*).

Observando o texto e as imagens dos anúncios, deparamo-nos com a linguagem de *marketing* na descrição detalhada dos imóveis, num discurso imobiliário envolvendo a natureza como pano de fundo. Além do potencial turístico como a construção de restaurantes e bares, seguindo a égide do mercado e do capital, instaurando, no ambiente insular, os modos de vida continental urbano além da especulação fundiária instalada nas ilhas. Ademais, esses anúncios de venda de terra pública pela na Internet configuram-se como se os vendedores fossem os reais proprietários da terra, o que não ocorre, podendo existir documentação forjadas e falsificadas.

Constata-se que as vendas de terrenos se direcionam para as atividades de restaurantes e turísticas, acarretando processos de apropriação e ocupação por pessoas fora da ilhas, o que resulta em conflitos de territorialidade insular, englobando a complexa realidade de direito de uso e ocupação de terrenos públicos, além de comércio clandestino que se torna velado e cada vez mais se intensifica e consolida-se.

Nesse sentido, o território insular passa a ter valor de mercado e ser objeto de especulação por empresários e pelas imobiliárias que cada vez mais se aproximam desse nicho de mercado, provocando desordem fundiária em função também do frágil e confuso sistema de apossamento e legalização de terras que não foram resolvidas gerando cenários de insegurança dominial nos terrenos de marinhas, conseqüentemente, levando a fraudes e repasse ilegal de terras públicas. Como agravamento, ocorrem, ainda, transferências de terras pelas próprias comunidades ribeirinhas

Em pesquisa de campo, constatamos anúncios de vendas de terrenos com placas com informações de telefone e metragem do terreno. Em alguns casos, somente os terrenos sem residências e outros com terrenos e residências.

Fotografia 26 – Anúncio de vendas de terrenos na ilha do Maracujá e do Combu, Belém, Pará.



Fonte: Acervo da pesquisa, 2023.

Depoimentos de moradores da ilha do Maracujá e do Murutucu refletem a problemática das vendas dos terrenos. Os depoentes chamam de sítios as terras que cultivam. A senhora Maria Edina Costa do Nascimento, da ilha do Maracujá, demonstra o valor afetivo da terra em que planta e vive:

[...] pra mim, não tem dinheiro no mundo que pague essas terras”, porque o trabalho que nós tivemos aqui, foi grande. Eu sempre falo para os meus amigos, não venda a terra de vocês, deixa ficar para os filhos, se enjoar da terra, dá para seus netos, porque senão tá precisando agora, mas seus filhos, netos vão precisar amanhã. Então é dessa forma que está acontecendo aqui.

(Edina Nascimento, pescadora e agricultora, 65 anos, entrevista realizada em fevereiro de 2023).

A entrevistada continuou relatando a expansão para a venda da terra que se realiza e rompe com a constituição da unidade social da comunidade:

Aqui nessa beira de rio, é tanta casa, uma perto da outra. Gente de outros lugares, outras famílias; gente que vem de Belém, compra um pedacinho. Eles fazem um barzinho, um restaurante. E vai relatando: a gente ainda tem terra pra aí, vem gente pra comprar, veio um traficante muito conhecido de Belém: dona Edina me venda essa área de terra, eu lhe pago bem. Aí digo, não eu não tenho interesse, porque são dos meus netos, é pra eles futuramente. [...] aqui é muito bom para ser viver, tirando os piratas [...] graças a Deus, nós somos muito abençoados.

(Edina Nascimento, pescadora e agricultora, 65 anos, entrevista realizada em fevereiro de 2023).

Observamos os laços afetivos com o espaço insular e os modos de vida enraizados no trato com a “terra”, apresentando a adaptação às condições do meio natural em que vive, assegurando seu território insular e salvaguardando a terra para os seus, de modo a perpetuar as formas de cultivo, os modos de viver, constituindo-se e mantendo-se, de certa maneira, em sociedades insulares vanguardistas (Espínola; Cravidão, 2014). Nessa perspectiva, as ribeirinhas e os ribeirinhos constituem-se novos agentes sociais e/ou em grupos de interesse, lutando e defendendo suas causas, negociando em instâncias políticas, e em associações de comunidades locais, disputando a regulamentação fundiária de seus territórios.

Relatos de uma proprietária de um restaurante da ilha do Murutucu, senhora Rosalina Trindade, diz que, a todo momento, vão pessoas em seu restaurante para propor compra do imóvel:

[...] quando eu chegava do trabalho, minha nora dizia: dona Rosa preste atenção tem um pessoal que está medindo, altura, mediram até lá atrás, que tem uma estrutura [...] era um engenheiro, fez uma proposta até imoral, você fica aqui mesmo, na sua casinha, a gente só faz arredar lá pra trás, lá pra dentro do mato, aí você fica como

funcionária, aí escutei aquilo né, eu tinha chego; o ex ainda morava aqui. Fiz um peixe assado, servi os clientes, aí o ex disse: essa é a funcionária.

Eu tirei o avental, disse: eu sou Rosalina, proprietária daqui, eu nasci aqui, me criei aqui, eu quero que vocês me falem, qual o projeto de vocês, o que eu vocês estão planejando, porque é a terceira vez que vocês vem aqui, me falem: não a gente já combinou tudo com o Coelho; ela diz: o Coelho não mora aqui, é meu ex esposo, ele não mora mais aqui, quem nasceu, se criou aqui fui eu.

Eles disfarçaram, ainda mediram, me mostraram o projeto, tinha uma [maquete] como ia ser isso tudo aqui, nossa era lindo. Eu disse, isso senhor, não é aqui pra ilha, é pra Belém, as pessoas que vem pra cá, não querem ver isso aqui, elas viajam pra Europa pra ver isso, as pessoas que vem pra cá, querem pisar no chão. Nunca mais eles vieram.

Os barcos dos espaços náuticos vinham aqui, almoçavam, era uma boa grana; aí um dia, uma das secretaria deles, falou pra mim no balcão: olha o seu Irineu, amou sua comida. Aí disse como assim, eu vou ficar de empregada pra ele aqui. Eu disse: obrigada. Na moral, eu botei eles pra correrem daqui, não voltaram mais [...].

(Rosalina Trindade, ribeirinha e dona do restaurante Restô da ilha, entrevista realizada em fevereiro de 2023).

Podemos inferir o poder de defesa de seu território, de sua terra. De maneira que a senhora Rosalina Trindade, uma ressonância combativa, dá voz ao seu território, como preceitua Santos (1999), território esse que encerra sua história, seu modo de viver, quando diz “eu nasci aqui, me criei aqui, moro aqui”. Mostrando um grau de pertencimento de lugar e territorialidade humana, lutando contra as forças do capital e do mercado, mantendo-se firme e segura em suas palavras e decisão de não vender suas terras.

Em outro momento trata das pessoas que vendem seus terrenos, “os empresários que vem pra cá, eles não forçam ninguém a sai do seu lugar, assim minha opinião, no meu caso, tinha outra pessoa fazendo essa conversa, essa ponte pra eles”. A despeito de algumas ribeirinhas e ribeirinhos venderem seus terrenos, percebemos, de todo modo, que há uma pressão velada pelos agentes exógenos e do mercado do turismo que cada vez mais se consolida na região das ilhas ao Sul.

Na ilha do Maracujá, em dias outrora, o repasse/venda de terrenos era feito para os próprios moradores do local – alguns nascidos e criados na própria ilha, outros oriundos de outras ilhas, das Onças, Marajó e do Combu. Eles dizem que a cada ano mudavam de um lugar para outro, desfaziam suas casas e procuravam terreno para morarem, mostrando, assim, os movimentos e os fluxos migratórios dos habitantes das ilhas, visto que uma das famílias que entrevistamos habitava nas ilhas das Onças. Depois vieram para o bairro do Jurunas, e, na sequência, residiram na ilha do Combu. Mais adiante, estabeleceram-se na ilha do Maracujá, na comunidade de São Paulo, posteriormente, mudaram-se para o sítio, que atualmente é deles,

o qual denominam “Sítio Alfa”; demonstrando a resistência e a defesa pelo território e pelas práticas do extrativismo e da pesca.

Nos relatos os moradores estão por volta de 25 anos habitando a ilha, sendo que, ao longo dos anos, a ilha foi se transformando. Tanto que descrevem que havia pouca residências no local e não existia açaizal. Com os “tempos” eles foram plantando para sobreviver e depois comercializar o açaí. Relatam o entusiasmo e a satisfação de cultivarem produtos florestais para o consumo próprio, comercializando a produção excedente. Eles relatam que, no passado, trabalhavam no cultivo principalmente do açaí nos terrenos de outros ribeirinhos, conhecidos, parentes, no modelo de “meia”, em que o que era plantado e colhido se dividia pela metade, assim, sobrevivendo, mantendo as despesas da família.

As terras negociadas, na fala de uns dos entrevistados, eram para plantar açaizal, outras eram plantações como o cacau (*Theobroma cacao*). Um dos objetivos de ter a terra era para a moradia, a agricultura para subsistência e para a venda em pequenas quantidades. Sendo assim, foram cultivando a terra para outros tipos de plantio, no caso mais para a várzea alta, onde podiam plantar outras espécies de frutas e vegetais, além de se manterem ainda com a pesca. Ainda conforme os relatos, as vendas das terras antigamente, nos idos de 1990, era realizada com pagamento em espécie.

Indagamos aos entrevistados se, nessa época, era repassado algum documento que comprovasse a venda. Acerca disso responderam que não recebiam, dado que a compra era firmada pelo pagamento em dinheiro e pela “palavra” (como eles disseram), ou seja, não tinha um documento escrito quando do repasse dos terrenos.

Segundo relatos dos moradores da ilha do Maracujá, os amigos e conhecidos vendem os terrenos por valores baixos e mudam para a periferia da cidade com toda a família. Os que compram esses terrenos constroem grandes empreendimentos. Depois os que vendem, voltam e passam a trabalhar na terra que era deles, mas que foi vendida. Eles se tornam “empregados da terra”, na terra que cultivam produtos para sua sobrevivência e para a manutenção de seus modos de vida e família.

Geralmente, a venda de terrenos não é para os moradores locais. Quem compra objetiva construir restaurantes e segundas residências que são descaracterizadas do padrão arquitetônico das casas dos ribeirinhos. Sendo a ilha do Combu uma APA e área rural, sofre expansão urbana ao longo dos anos, o que nos parece sem nenhum controle e fiscalização por parte dos órgãos responsáveis e competentes para tal.

Na comunidade igarapé do Periquitaquara, na ilha do Combu, umas das lideranças da Associação de Moradores Extrativistas e Pescadores da Ilha do Combu (AMEPI) defende o território com gana e segurança:

Aqui a gente tá conseguindo manter, mas a gente fica preocupado, a gente tira o exemplo do outro lado de lá [se refere à Ilha do Combu, especificamente a comunidade Beira do rio], que venderam, eu digo que tá uma bagunça, eles perderam completamente o sossego deles, aqui a gente vive como ribeirinho, a gente ainda consegue andar no nosso casco, a gente conhece todo mundo, só tem uma pessoa que vendeu que foi a casa verde, grandona, como temos a nossa comunidade, como associação, a gente quer se manter unido, pra viver no nosso sossego, pra que não venham outras, há até porque não pode vender .
(Presidente da AMEPI, 46 anos).

Nesse depoimento, observamos que a moradora defende veemente seu território e seus modos de vida. As comunidades insulares estão lutando, unindo-se contra a especulação imobiliária e a entrada de novos agentes exógenos. Para tanto, articulam-se e mantêm-se unidos, guardam e tornam-se resistência no uso e na ocupação da terra. Relata com a seguinte proposição:

A gente tem medo, porque quando não tiver mais espaço pra lá [se refere à ilha do Combu, especificamente a comunidade Beira do Rio], eles vão quer passar pra cá (comunidade igarapé Periquitaquara, ilha do Combu). É isso que a gente tenta passar pra cada morador aqui, a importância de não vender, pra preservar nosso local, nosso sossego, nossa segurança, nossa privacidade.

E na Beirada do Rio, muita gente vendeu e tá morando lá pra trás, eu acho isso uma pena. Eles venderam o terreno deles e ficaram morando no quintal dos “outros”. E teve gente que vendeu seu terreno barato. Aqui eu tenho fé em Deus, que a gente vai conseguir manter, manter nossa tradição, viver no sossego.

(Presidente da AMEPI, 46 anos).

Sendo assim, as lideranças buscam, por meio da organização social, resguardar seus território e modos de viver. Ao passo que a indústria do turismo nas ilhas vem crescendo, consideravelmente, com o aumento de restaurante e bares, que oferecem diversas opções de lazer, além da culinária ribeirinha, *shows* ao vivo, banho de rio e de piscina em plena floresta e água de rio. O que nos parece um disparate, entretanto, uma parte dos turistas vem tomar banho de piscina nas ilhas.

Por outro lado, grande parte dos moradores depende do turismo, e não vê essa atividade nociva às ilhas. O que alguns relatam é o turismo sem controle, desenfreado e a ausência de políticas públicas, principalmente, em razão de mais equipamentos urbanos como: escolas de Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano), escola de Ensino Médio, posto médico, sistema de

saneamento básico e de água potável, projetos de sustentabilidade e cursos de formação na área de agricultura familiar, sistemas agroflorestais, entre outros.

Nos relatos da presidente da Associação, critica a ação do poder público e ausência de benefícios para a comunidade, como a segurança pública quando diz:

O turismo tá bem forte aqui na ilha, so que assim, ele tá crescendo muito, e tem coisas que deveriam caminhar junta e não está, como segurança, fiscalização dos rios, que deveria estar caminhando junta, mas não tá. Aqui deveria ter um posto da polícia, aqui não tem. O turismo ele trouxe muita coisa boa, mas tem os pros e contras.

O IDEFLOR deveria entrar, dando orientando, como eles lá deveriam agir. Vem barcos de turista tirando foto, filmando, sem autorização. Muda gestão, volta gestão e não muda nada. Faziam reuniões, e a gente não via nada, a gente levava as demandas, e a gente não via nada, nem soluções.

(Presidente da AMEPI, 46 anos).

Em contrapartida, a maioria dos moradores tem ciência da proibição de venda dos terrenos, entretanto, parece não compreenderem como ilegal ou ilícito essa prática. Muitos sabem que é ilícito, mas tem receio de falar e de denunciar junto aos órgãos fiscalizadores.

Há uma constância nos relatos dos entrevistados, moradores das ilhas, referências ao intitulado “dono da ilha”. Na ilha Grande, havia o senhor chamado Salomão Donato de Araújo, com a morte dele, os ribeirinhos se dirigiram até aos órgãos como GRPU, IBAMA e INCRA. Segundo Dona Quinha, os moradores da ilha Grande possuem o direito à moradia, embora, na verdade, é o documento de concessão de uso das terras. Dona Quinha relata que muitos venderam suas terras, o que não poderia ocorrer, mesmo assim foi feito. Ela diz que os órgãos estão indo na ilha averiguar essa situação de compra e venda.

O esforço de análise, acerca da situação fundiária nas ilhas, dá-se pelas dimensões socioeconômica e ambiental, visto que as relações entre os elementos exógenos e endógenos conectam-se com a dimensão espacial regional, nacional e global. Como assinala Santos (1996), o lugar local e lugar global em relações de redes sociais nas escalas geográficas globais.

Nesse sentido, a especulação fundiária e a expansão urbana caracterizam-se como transformações sociais, econômicas e ambientais na apropriação do território pela comunidade local e promovem conflitos de territorialidade entre os agentes exógenos e a comunidade local.

Por conseguinte, as diferenciações espaciais, sociais e ambientais surgiram no contexto das comunidades ribeirinhas pela luta do espaço e pela manutenção de seus modos de vida e de seu território, resistindo às novas realidades sociais, ao passo que as relações estabelecidas, ressignificando suas práticas econômicas, não deixam de lado uma cultura, assegurando a

defesa, a preservação da terra e dos recursos naturais. Elas ainda são dependentes da força da natureza.

Por outro lado, na atualidade, as forças do capital e do mercado estão em disputa pelas forças da natureza e buscam, incessantemente, apoderar-se dos recursos naturais e das comunidades ribeirinhas oferecendo para os diversos segmentos sociais como produtos de consumo, modos de vida e experiências com a natureza.

No esforço de análise desses conflitos de territorialidades e no fracionamento do espaço em múltiplas escalas (Santos, 1996), as comunidades ribeirinhas e a dimensão insular complexificam-se em disputa de territórios, alterando os modos de vida e o modo de produção – o extrativismo em suas bases mais tradicionais quando não se tem uma área de terra mais extensa para a prática do plantio e da colheita dos recursos naturais, direcionando para os desenraizamentos de costumes e hábitos das comunidades ribeirinhas.

Numa tentativa de sintetizar as análises e discussões inferidas na seção anterior, podemos discorrer que:

a) Com a expansão urbana e espacial nas ilhas, emerge a disputa por terra e território, configurando novas formas de ocupação e uso do espaço, influenciando em mudança de modos de vida na relação com a terra e por conseguinte nos padrões de vida e práticas culturais das comunidades ribeirinhas;

b) As intervenções territoriais, com a “venda ilegal de terrenos”, assinalam uma situação social complexa nas ilhas ao Sul, em que posseiros” ou “invasores” passam a ser “legítimos ocupantes” ou “donos” de terras da União, na qual apontam ao documento de uso como algo simbólico;

c) A gestão do território demonstra fragilidades e ausência dos órgãos fiscalizadores e avaliadores, além de um descontrole do turismo praticado, sem nenhum planejamento, modificando consideravelmente o espaço habitado.

Deduzimos dos argumentos uma realidade complexa insular nas dimensões ambiental, econômica, social e institucional que caminha em direção aos efeitos sociais e ambientais para as comunidades ribeirinhas e para os cidadãos, posto que o ambiente insular não está dissociado do ambiente continental, em que relações de troca e uso se imbricam em ambos.

É uma problemática atual que as ilhas estão enfrentando, gerando diversos impactos e malefícios socioambientais como erosão, poluição hídrica e sonora, violência, entre outros problemas. Impactos esses que estão acarretando mudanças drásticas e irreversíveis para as

comunidades ribeirinhas e para as ilhas ao Sul, com a contaminação das águas, o processo de erosão e a diminuição dos pescados e crustáceos.

A questão de indefinição de direitos fundiários e indefinição de dominialidade de terras implica sérios obstáculos para melhorias das políticas públicas voltadas para os povos e comunidades tradicionais amazônicas, tanto no âmbito econômico, cultural, social, político e ambiental, na medida em que não avança o desenvolvimento regional e compromete os direitos dessas comunidades insulares, além do aumento dos conflitos sociais.

Acrescenta-se a ausência dos investimentos nos equipamentos públicos como escolas, postos de saúde, água encanada. Os municípios, por não disporem da titularidade de suas terras, e serem organizações responsáveis pela implementação da política urbana, alegam dificuldades na execução da política habitacional, na promoção de infraestrutura e no fazer cumprir as legislações urbanísticas, no controle dos instrumentos fiscais, tal como nas queixas do não recolhimento dos tributos oriundos dos acordos imobiliários, uma vez que esses transcorrem no mercado informal.

Todos esses elementos associados à precariedade de dados técnicos cartográficos, à infraestrutura sucateada, aos recursos humanos restrito nos órgãos fiscalizadores e gestores e à ausência de cadastro confiáveis nos órgãos de gestão fundiária (municipal, estadual e federal) e nos cartórios, apresentam uma situação de incertezas e de irregularidades no que diz respeito ao cenário real da dominialidade das terras e imóveis na região amazônica e na região das ilhas, resultando numa complexa estrutura fundiária regional.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações e as permanências socioambientais nas ilhas ao Sul de Belém pelas ações antrópicas necessitam estar no debate político e numa plataforma de governo voltada para a realidade complexa e desafiante que exhibe o ambiente insular. Nessa realidade, evidencia-se a crescente expansão urbana pelo uso e ocupação do território pelos agentes exógenos e endógenos, ocasionando a disputa dele, afetando a biodiversidade da várzea insular e os modos de viver das comunidades ribeirinhas.

Nesses termos, o objetivo geral deste estudo objetivou analisar as dimensões socioambientais que as ilhas ao Sul da Grande Belém, Pará apresentam em decorrência das intervenções territoriais. Ademais, os seus efeitos ecológicos e sociais para as comunidades dessas ilhas, foram desenvolvidos e alcançados. Ao longo das leituras, da orientação, da pesquisa de campo (à maneira de *survey*), construiu-se, o objeto de estudo que, certamente, não se encerra na composição desse texto.

Pelo estudo realizado, ressoamos as vozes dos ribeirinhos e ribeirinhas, mostrando um ambiente insular complexo cheio de mazelas e conflitos. Ainda assim, mantém a floresta em pé, conserva os modos de vida ribeirinha, com resistência, e luta pelo direito ao território e pela manutenção de suas vivências.

Logo, as dimensões sociais e ambientais das quatro ilhas selecionadas no estudo mostram, num tempo passado, presente e vindouro, um ir e vir de cenários que se misturam com as mudanças e as permanências que o espaço insular apresenta com o avanço da expansão urbana, interferindo na sua configuração territorial e nos conflitos pela posse de terra e pela preservação da biodiversidade, uma vez que parte dela, no caso, algumas espécies de peixes e mariscos, está desaparecendo, assim como alteração na cobertura vegetal.

Nessa condição as hipóteses levantadas no estudo, confirmam-se, de tal modo que a primeira elencada asseverava: a expansão urbana e espacial das ilhas ao Sul pela ocupação desordenada e desenfreada pelos investimentos de negócios privados e pela indústria do turismo de alto padrão ameaçam a terra para outros modos de vida e outras formas de ocupação do território, acentuando os problemas socioambientais: migração de nativos para outras ilhas e para as áreas urbanas de Belém; poluição das águas cada vez mais intensa; diminuição de pescado e mariscos; erosão do solo; alteração na paisagem e na arquitetura ribeirinha, que, de certo modo, põe em risco as territorialidades das comunidades insulares.

Em face da hipótese supracitada, a ocupação nas ilhas está se apresentando de forma caótica e sem controle, ocupação que não segue o padrão como era no passado: as terras eram repassadas para os membros das famílias ribeirinhas. Atualmente, a ocupação está vinculada à especulação fundiária de investimentos privados para o turismo, lazer e segundas residências.

Essa outra forma de apropriação de território, por agentes externos às comunidades das ilhas, é motivo de tensão, em especial, para os povos e as populações tradicionais, dado que a posse de terras ocasiona as “novas” territorialidades, configurando, dessa maneira, conflitos de interesses entre grupos sociais e, conseqüentemente, gerando divisão e impactos socioambientais e econômicos para as comunidades que as habitam, deixando de atender aos interesses e práticas ribeirinhas locais.

De fato, muitos dos conflitos de interesse derivam da perda de território usado (Santos, 2012) no transcorrer do tempo, que, nessa condição, é o lugar do sustento e de uso. Tanto que, se há a perda, ocorre a ruptura, o abandono do modo de vida e a migração dos moradores locais para outras ilhas e para as áreas periféricas de Belém, inserindo os insulares como subalternos na sociedade urbana.

Além disso, a especulação imobiliária é uma das intervenções territoriais que provoca a expansão urbana e espacial no ambiente insular nas ilhas ao Sul, a exemplo do que vem ocorrendo nas ilhas localizadas ao norte da capital paraense, como a ilha de Mosqueiro e Caratateua (Outeiro).

Nesse sentido, os efeitos ecológicos do espaço insular apresentam-se com intensidade, a exemplo da poluição do estuário amazônico pelos sedimentos jogados nos rios tanto pela produção dos resíduos (em destaque para os elementos químicos utilizados na manutenção de piscinas) dos restaurantes e bares instalados na ilha, quanto pela rede de esgoto de Belém, pelo óleo das grandes embarcações entre outros elementos poluentes.

Ainda em relação aos efeitos ecológicos, a pesquisa aponta como um dos resultados a diminuição do pescado e dos mariscos nas águas da baía, mostrando o desaparecimento relacionado às espécies de peixes como o bacu e o aracu. O bacu porque era comercializado e servia de isca para capturar outros peixes; o aracu que detinha uma grande safra. De tal modo que os pescadores têm percebido a escassez dessa espécie há algum tempo, por volta de uns 10 anos. Conforme os depoentes, o aracu ainda aparece quando se colocam os matapis, de modo que entram pelas frestas do instrumento de pesca, mas são tão pequenos que são devolvidos para os rios.

Ademais, o camarão de água doce (*Macrobrachium rosenbergii*) está escasseando cada vez mais, dificultando a captura. Em sua época, era uma fonte de renda e um alimento para os ribeirinhos, bastando que eles colocassem seus matapis, de tala de guaramã ou garrafas *pet*, para pegar os crustáceos; nos dias atuais, passam dias para recolher meio prato do alimento.

Outro efeito ecológico, mostrado nos resultados do estudo, refere-se à crescente e visível erosão do solo, alterando a paisagem e derrubando as árvores ao seu redor e empurrando a construção das casas ribeirinhas para mais dentro de seus terrenos. Para a contenção dela, os moradores locais fazem proteção com galhos de árvores e madeira; já as propriedades (segundas residências) de forasteiros das ilhas fazem os chamados “gabiões”, trata-se de um tipo de cercado com madeira mostrado no capítulo quarto.

Nesse âmbito da erosão dos solos como um processo natural que deveria ocorrer de modo mais lento e demorado, temos o tráfego intenso de grandes embarcações que “invadiram” as ilhas com seus *bolts*, balsas, *jet skis*, barcos pesqueiros de arrastos, além do crescente número de lanchas de alumínio utilizadas pelas cooperativas de barqueiros das próprias ilhas. Nesse ponto, destacamos que, na ilha do Maracujá e ilha do Combu, há uma fábrica de lanchas de alumínio produzidas não por nativos da ilha, mas por pessoas de fora que vêm de Manaus. Conforme relatos, uma lancha completa com cobertura custa em torno de R\$ 30 trinta mil podendo ser parcelada em até 3 vezes; e o motor dela se aproxima em torno de R\$ 40 quarenta mil, podendo ser financiado.

Um dos efeitos ecológicos apresentados como resultados é a alteração na vegetação do espaço insular e mudanças na paisagem. De certo modo, os dados da pesquisa não mostraram que houve, de fato, uma perda da cobertura vegetal, o que observamos por meio dos relatos dos ribeirinhos foram alterações na massa florística e a ausência de plantio de algumas espécies vegetais no ambiente insular.

Os relatos direcionam para a percepção de que as folhas das plantas aparentam estarem amareladas e as cascas dos frutos estarem mais secas, eles atribuem às mudanças climáticas, o clima está muito quente. Eles destacam, ainda, que retiram a palmeira jupati (*raphia taedigera*) para auxiliar no manejo e plantio do açaí.

Em alguns relatos, o plantio de espécies como o gergelim, cará e alfavaca, cultivados mais para dentro da várzea alta, estão escassos, perdeu-se a prática de plantá-los, de maneira que quase não se tem ou se vê. Quanto à palmeira utilizada bastante para cobrir casas, a palheira, já se percebe a ausência, segundo eles, em virtude da baixa demanda e da derrubada de algumas espécies.

Isso posto, a hipótese complementar de que a vulnerabilidade socioambiental e perda de território das comunidades insulares, consolida-se, em vias da especulação fundiária, com a venda ilegal de terrenos para agentes externos das ilhas, alterando a vegetação, as atividades extrativistas e os modos de vida, confirmando-se, para a pesquisa, as dimensões socioambientais e os efeitos ecológicos e sociais em decorrência das intervenções territoriais nas ilhas ao Sul da Grande Belém.

Em face da vulnerabilidade socioambiental de Adger (2006), Marandola Jr. e Hogan (2006) e Leff (2016), observamos o discurso de sustentabilidade nas práticas das vivências ribeirinhas oferecidas por agências de turismo “ditas” ecológicas ou Turismo de Base Comunitária (TBC) ou por empreendimentos e projetos, a exemplo do *Street River*, que mascaram um modo de vida ribeirinha, mas que, na realidade, ocorre o uso dos recursos naturais sem consciência, sem educação ambiental e o respeito pela cultura e costumes de uma população insular ainda guardiã de seu território.

Mediante o exposto evidenciamos que o referido estudo apontou alguns resultados como achados de pesquisa, indicando questões que se apresentaram no complexo cenário insular:

- a) De que forma se desenvolvem “novas” divisões de trabalho com o abandono de ocupações tradicionais (pesca, extrativismo) para as ocupações de barqueiros e guias de turismo?
- b) Quais são os efeitos antropológicos do avanço da expansão urbana para a perpetuação dos modos de viver e morar dos ribeirinhos nessa alteração da paisagem?
- c) Quais as resistências e os conflitos pela disputa, pelo território e pelo lugar?
- d) Quais os impactos e/ou implicações dessas “novas paisagens” para as comunidades ribeirinhas?

Outrossim, houve uma tentativa de reflexões, de forma que apontamos alguns elementos limitantes. Os dados disponíveis são contraditórios e desatualizados, elucidando, de certo modo, invisibilidade das ilhas nas políticas públicas, descaso quanto à organização e à disponibilização das informações ou, até mesmo, à ausência de um banco de dados eficiente e real que apresentasse dados reais e concretos do ambiente insular. As informações, na maioria das vezes, estão dispersas, além de haver ausência de informações, a exemplo de dados referentes à economia e de dados fundiários e populacionais.

Ao refletir as intervenções territoriais com a “venda ilegal de terrenos”, assinala uma situação social complexa nas ilhas ao Sul, em que “posseiros” ou “invasores” tornam-se “legítimos ocupantes” ou “proprietários” de terras da União, apontando o documento de uso como algo simbólico.

Para tanto, a gestão do território demonstra fragilidades e ausência dos órgãos fiscalizadores e avaliadores, além de um descontrole do turismo praticado, sem nenhum planejamento, modificando consideravelmente o ambiente habitado, uma vez que “a produção” do território construído constitui um complexo imobiliário-financeiro e “novos artefatos”, incidindo nos modos de produção e viver das populações ribeirinhas (Rolnik, 2019), cultura essa que se modifica nos tempos da modernidade. Em nossas observações e subjetivações, parece-nos que as comunidades insulares seguem esse tempo e adaptam-se aos seus modos de vida ao tempo que se projeta na ilha com a instalação do turismo, dos “intitulados projetos de sustentabilidade”, envoltos em discursos de preservação dos recursos naturais, mas que, na *práxis*, são ações voltados para um processo de constitui a natureza em mercadoria.

Com os inúmeros órgãos governamentais no âmbito federal, estadual e municipal que não se alinham em termos de planejamento e trabalho, culminam com uma realidade socioeconômica e ambiental degradante que se intensifica, na qual as políticas públicas sejam elas urbanas, sociais, econômicas e ambientais não avançam e não se consolidam, deixando que agentes exógenos se apropriem e instalem-se no ambiente insular, levando à reboque os povos e as populações tradicionais que, na maioria das vezes, não têm vez, voz e força política para travar e/ou conter esse processo de expropriação de seu território e de suas formas de viver.

De tal maneira que, mesmo havendo inúmeros problemas ambientais, o turismo instala-se nas ilhas instituindo “novas” formas de viver e relacionar-se com a natureza, modificando a paisagem e a arquitetura quando visualizamos as tipologias das residências entre as de alvenaria e as de palafitas de madeira. Particularmente na ilha do Combu, observa-se a construção de casas de veraneio, mostrando o processo de transformações e contrastes que o território insular passa.

Notamos, ainda, a questão do tempo acelerado no transporte fluvial com a presença de embarcações com motor a diesel, *jet skis*, lanchas motorizadas, voadeiras, quando antes se tinha o tempo lento com as canoas a remo e os barcos *pô-pô-pô*. Na ilha do Maracujá e do Combu, existe fábrica de lanchas motorizadas de alumínio, o que aponta para novas frentes de trabalho e ocupações, exigindo saberes voltados para essa área. Conforme relatos de combuenses, os moradores que confeccionavam barco de madeira passam a reclamar que não há mais

encomendas como antes e que a produção decaiu bastante, estimulando alguns a buscar emprego nos restaurantes das ilhas e exercer a profissão de motoristas nos barcos a motor, entre outras ocupações diferentes daquelas exercidas pelas ribeirinhas e ribeirinhos no passado, diminuindo os padrões tradicionais de produção de bens e serviços.

Com a instalação da prática do turismo nas últimas décadas, há a conversão de uso e ocupação do território para outras atividades econômicas, em que alguns costumes e hábitos da cidade são inseridos no espaço insular, com a importação da noção de lazer urbano, como a troca do banho de piscinas pelo banho de rio, entre outros equipamentos turísticos implantados. A introdução de tecnologia em muitas residências insulares, a exemplo de placas solares instaladas e antenas de celular, utilização de utensílios de cozinha, como panelas *air fryer*, entre outros eletrodomésticos mais modernos, trazem para o contexto insular padrões da sociedade de consumo, e globalizada.

Assim, as observações das transformações sociais e ambientais nas ilhas ao Sul surgem nas falas dos depoentes, na paisagem, na arquitetura, no transporte fluvial, nas atividades econômicas, nos costumes, como a ausência das conversas nas portas de casas. Tendo agora, com a tecnologia, a presença de aparelhos de televisão e celulares, os moradores deixaram esse hábito. A ocupação do solo em curso por outros agentes externos exige gestão e controle de órgãos federais, estaduais e municipais, quando ainda é possível, dado que os povos e as comunidades ribeirinhas e seus territórios não são prioridades, tampouco não são escutadas pelos poderes políticos e econômicos.

Em documentos – relatórios, planos diretores, as ilhas ao Sul são invisibilizadas, de tal modo que há um apagamento delas nas políticas públicas sociais e nos registros oficiais dos órgãos governamentais estaduais e municipais, levando ao descaso com a resolução de acesso à água potável, equipamentos públicos e o acesso a serviços como saúde e educação de qualidade. Nesses termos, as ilhas em estudo ganham outras dimensões e atividades e as relações com a terra, com a parte continental de Belém modificam-se. A introdução de novos modos de produção altera as configurações seculares de dividir a terra. E a implantação do turismo é complexa e tênue, uma vez que insere os ribeirinhos e as ribeirinhas na cadeia de valorização, criando novos postos de trabalho e de sobrevivência econômica, ao mesmo tempo os exclui e apaga-os desses processos novos que se aportam nas ilhas.

Se as ilhas ao Sul de Belém são invisibilizadas para os planejamento e as decisões políticas são antagônicas aos projetos de esses ribeirinhos, podemos afirmar que não é o Estado e suas instituições quem realizará a inversão do que poderíamos denominar indicadores de

insustentabilidade, apontados nesta tese, admitindo que não se buscou a quantificação, mas, sim, a descrição qualitativa de situações sociais concretas.

O mais importante é apontar que as formas inovadoras de vida e de enfrentar os problemas sociais e ambientais pelas comunidades ribeirinhas representam a busca pela sustentabilidade e equilíbrio. E isso situa a necessidade de reflexões que se voltem para diálogos interdisciplinares, envolvendo debates no campo social e ambiental com esses agentes sociais, de modo que os direitos sociais, territoriais e ambientais dos povos da terra sejam vislumbrados no bojo de agendas políticas e nos discursos ambientais.

REFERÊNCIAS

- ACEVEDO MARIN, R. E.; PINTO, M. R.; MONTEIRO, E. Portos e trapiches: espelhos de Belém e das comunidades negras rurais. *In: TRINDADE JR., S. C.; SILVA, M. A. P. da. (org.). Belém: a cidade e o rio na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2005. p. 130-144.*
- ACSELRAD, H. Sentidos da sustentabilidade urbana. *In: ACSELRAD, H. (org.). A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 43-70.*
- ADGER, W. N. Vulnerability. *Global Environmental Change*, London, v. 16, n. 3, p. 268-281, 2006.
- ANDERSON, A. B. et al. Um sistema agroflorestal na várzea do estuário amazônico (Ilha das Onças, Município de Barcarena, Estado do Pará). *Acta amazônica*, v. 15, p. 195-224, 1985.
- ANDERSON, A. **Usos tradicionais da terra como base para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico**: relatório final para a Fundação Ford. Belém: MPEG, 1991. (Programa Estuário, v. 1 e 2).
- ANDERSON, B. A. IORIS, E. M. A lógica do extrativismo: manejo de recursos e geração de renda por produtores extrativistas no estuário amazônico. *In: DIEGUES, A. C. S.; MOREIRA, A. de C. C. (org.). Espaços e recursos naturais de uso comum. São Paulo: NUPAUB / USP, 2001. p. 163-180.*
- ANDRADE, E. O. **Constituir-se professor nas ilhas de Belém**: ensinando e aprendendo matemática. Orientador: Tadeu Oliver Gonçalves. 2007. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemáticas) – Universidade Federal do Pará, Núcleo Pedagógico de Apoio ao Desenvolvimento Científico, Belém, 2007.
- ARAÚJO, J. M. K. I Workshop das ilhas de Belém: resumo da exposição. *In: BELÉM. Secretaria Municipal de Cooperação Interinstitucional e Captação de recursos – SECAP. I Workshop das Ilhas de Belém: Relatório de atividades. Belém, 1997. p. 47-48.*
- ARAÚJO, J.M. K. de. **Plano de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas (PDSI)**. Belém: [s.n.], 2000.
- ARAÚJO, R. L.; GONÇALVES, T. V. O. Saberes ambientais de professoras ilhoas de Belém do Pará: percepções e práticas docentes. *Amazônia – Revista de Educação em Ciências e Matemáticas*, v.8, n. 15, p. 1-13, jul./dez. 2011.
- AZEVEDO, J. R. de; KATO, O. R. Sistemas de manejo de açazais nativos praticado por ribeirinhos da ilhas de Paquetá e Ilha Grande, Belém, Pará. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 7., 2007, Fortaleza. Agricultura familiar, políticas públicas e inclusão social: anais. Fortaleza: Embrapa Agroindústria Tropical, 2007. 1 CD-ROM.*
- BABBIE, E. **Métodos de pesquisa de survey**. Belo Horizonte: UFMG, 2003. 519 p.

BASSALO, T. de F. R. **Diálogos com a metrópole**: um estudo antropológico sobre moradores da ilha do Maracujá em relação de proximidade com Belém (PA). Orientador: Flávio Leonel Abreu da Silveira. 2011. 191 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2011.

BASTOS, R. L.B. **Ciências humanas e complexidades**: projetos, métodos e técnicas de pesquisas; o caos, a nova ciência. Juiz de Fora: EDUFJF, 1999. 126 p.

BATISTA, F. Moradores do Combu têm ordem da GRPU. **Diário do Pará**, Belém, 16 fev. 2006.

BELÉM. Prefeitura de. Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão. **Anuário Estatístico do Município de Belém**. 2012. Belém: Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão, 2012. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/app/c2ms/v/?id=2&conteudo=4485>. Acesso em: 10 fev. 2022.

BELÉM. Prefeitura de. Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão. **Anuário Estatístico do Município de Belém**. 2020. Belém: Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão, 2020. Disponível em: <https://anuario.belem.pa.gov.br>. Acesso em: 12 dez. 2021.

BELÉM. Prefeitura. Secretaria Municipal de Educação - SEMEC. Assessoria de Comunicação - ASCOM. **Notícias**: educação no campo. Belém, 2022. Disponível em: <https://semec.belem.pa.gov.br/> Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. Poder Executivo. Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, ano 154, n. 132, p. 1, 11 jul. 2017. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=12/07/2017&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=104>. Acesso em: 07 set. 2023.

BRASIL. Poder Executivo. Decreto Nº 9.309, de 15 de março de 2018. Regulamenta a Lei Nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas rurais, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, n. 52, 16 mar. 2018. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?>. Acesso em: abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Solicitar contrato de concessão de uso**. [Brasília], 05 jan. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-contrato-de-concessao-de-uso>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Poder Executivo. Lei n. 11.481, de 31 de maio de 2007. Prevê medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, n. 104-A, p. 1, 31 maio 2007. Edição extra. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/core/jornalList.action>. Acesso em: 01 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). **Sistema - SIPRA**: relatório-rel_0227 [de] Projetos de Reforma Agrária conforme fase de implantação que constam do Sistema SIPRA de 05/12/2022. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2023.

BRASIL. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. Secretaria do Patrimônio da União. Portaria n. 89, de 15 de abril de 2010. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, n. 72, p. 91, 16 abr. 2010. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/core/jornalList.action>. Acesso em 01 mar. 2023.

BRITO, B.; ALMEIDA, J.; GOMES, P.; CARDOSO JÚNIOR, D. **Leis e práticas de regularização fundiária no Estado do Pará**. Belém, PA: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2021. 71 p.

BURKE, P. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru, SP: EDUSC, 2004. 264 p. (Coleção História).

CARDOSO, A. C.; MELO, A. C.; GOMES, T. O urbano contemporâneo na fronteira da expansão do capital: padrões de transformações espaciais em seis cidades do Pará, Brasil. **Revista de Morfologia Urbana**, v. 4, n. 1, p. 5-28, 2015.

CARDOSO, A. C.; AMORAS, M. do S.; GAYOSO, S.; SILVA, H. Contra-cartografias de povos tradicionais nas metrópoles paraenses: repertórios para um urbano amazônico plural. **Revista NAU Social**, v.13, n.24, p. 937 – 953, out. 2021. Disponível em: doi: <https://doi.org/10.9771/ns.v13i24.44395>. Acesso em: 10 jun. 2022.

CASTRO, E. M. R. de. Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais. *In*: DIEGUES, A. C. **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB, USP, 2000. p. 165-180.

CASTRO, E. M. R. de. Mudanças no Estuário Amazônico pela Ação Antrópica e Gerenciamento Ambiental. *In*: ARAGÓN, L. E. **Conservação e Desenvolvimento no Estuário e Litoral Amazônicos**. Belém: UFPA / NAEA, 2003. p. 125-146.

CASTRO, E. M. R. de. Introdução: uma incursão temática à Belém. *In*: CASTRO, E. M. R. de (org.). **Belém de águas e ilhas**. Belém: CEJUP, 2006. p. 13-21. (Coleção Projeto Megam; 1).

CERTEAU, M. de. **A invenção do Cotidiano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CIRILO, B. B. **O Processo de criação e implementação de unidades de conservação e sua influência na gestão local**: o estudo de caso da Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu, em Belém/Pa. Orientadora: Oriana Trindade. 2013. 198 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2013.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E ADMINISTRAÇÃO DA ÁREA METROPOLITANA DE BELÉM - CODEM. **Levantamento aerofotogramétrico**. Belém, 2014. Responsável técnico: Larissa Mourão.

COZZI, A. L. S. **Tessituras poéticas**: Educação, Memória e Saberes em Narrativas da Ilha Grande/Belém-Pará. Orientadora Josebel Akel Fares. 2015. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Pará, Belém, 2015.

COZZI, A. L. S. **Vozes do rio e da mata**: saberes ambientais em narrativas orais. Orientador: Carlos Aldemir Farias da Silva. 2021. 252 f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências e Matemáticas) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

CHRISTOFOLETTI, A. Impactos no meio ambiente ocasionados pela urbanização no mundo tropical. *In*: SOUZA, M. Ad. de (org.). **O Novo mapa do mundo**: natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica. São Paulo: HUCITEC, 1993. p. 127-138. (Geografia: teoria e realidade; 21).

CRUZ, V. do C. O rio como espaço de referência identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia. *In*: TRINDADE JR, S. C. da; TAVARES, M. G. da C. (org.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia**: mudanças e permanências. Belém: UFPA, 2008. p. 49-69.

DENCKER, A. de F. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. 7. ed. São Paulo: Futura, 2003. 286 p.

DERGAN, J. M. B. **História, memória e natureza**: as comunidades da ilha do Combu – Belém (PA) 1980-2006. Orientadora: Leila Mourão. 2006. 217 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Belém, 2006.

DERGAN, J. M. B. **Ilhas estuarinas amazônicas**: histórias, memórias e apropriação de saberes sobre a flora (1990- 2014). Orientadora: Leila Mourão. 2017. 254 f. Tese. (Doutorado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Belém, 2017.

DIEGUES, A. C. S. **O Mito moderno da natureza intocada**. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: HUCITEC; NUPAUB/USP, 2008. 198 p. (Ecologia e Cultura, 1).

ENTRE as ilhas e as cidades: between the city and the Islands. Direção, Geneviève Pressler. Belém: Nova Cartografia Social, 2010. 1 videodisco (ca. 20 min). NTSC: son, color.

ESPÍNOLA, P.; CRAVIDÃO, F. A ciência das ilhas e os estudos insulares: breves reflexões sobre o contributo da geografia. **Soc. & Nat.**, Uberlândia, v, 26, n. 3, p. 433-444, set./dez., 2014.

FERREIRA, R. C. B. **Análise dos circuitos de produção, reprodução e subsistência do transporte hidroviário de passageiros nas ilhas da região metropolitana de Belém**: uma contribuição para a revitalização do setor. Orientador: Luís Aragón Vaca. 2011. 154 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2011.

FISCHER, L. R. C.; BENATTI, J. H. A questão da terra e a regularização fundiária na Amazônia. In: ALMEIDA, M. C. S.; MAY, P. H. **Gestão e governança local para Amazônia sustentável**: notas técnicas. 2. ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2016. p. 72-87. Disponível em: https://anaviolatoespada.com/wp-content/uploads/2018/06/144-ibam_vol2_site.pdf. Acesso em: 08 jun. 2023.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, c2001. 178 p. (Coleção caminhos da geografia).

GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa *versus* pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília. v. 22, n. 2, p. 201-210, maio/ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n2/a10v22n2.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2019.

HARRIS, M. O ritmo da vida na várzea. In: STOLL, E.; ALENCAR, E.; FOLHES, R.; MEDAETS, C. (org.). **Paisagens evanescentes**: estudos sobre a percepção das transformações nas paisagens pelos moradores dos rios amazônicos. Belém: Naea, 2019. p. 41-65.

HARVEY, D. **Social Justice and the City**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1973.

HARVEY, D. **Justice, Nature and the Geography of Difference**. Oxford: Blackwell Publishers Ltd, 1996.

HONG, G. Typical islands, borrowed islands: Epistemological and intellectual decolonialization in island studies. **Island Studies Journal**, v. 18, n. 2, nov., 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.24043/isj.394>. Acesso: 18 ago. 2023.

IBGE. **Belém**: população no último censo [2022]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/belem>. Acesso em: 10 ago. 2023.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://ibge.gov.br>. Acesso em: 12 maio 2022.

IGREJA, M. F. **Tecnologia e interações na Amazônia paraense**: um estudo com jovens da ilha de Murutucu – Belém/PA. Orientadora: Alda Cristina Silva da Costa. 2016. 170 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Cultura e Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Belém, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/9370>. Acesso em: 10 maio 2022.

IMAZON. **Belém Sustentável**. Belém: Instituto do Homem e do Meio Ambiente, 2015. Disponível em: <https://imazon.org.br/belem-sustentavel/>. Acesso em: 18 ago. 2023.

INSTITUTO ESCOLHAS. **Os desafios e o potencial da agricultura urbana e periurbana em Belém**. Parte II: a agricultura urbana e periurbana de Belém. São Paulo, 2022.

IPEA. **Desenvolvimento rural**. Brasília, DF: IPEA, 2002. (Série Políticas sociais - acompanhamento e análise; 5). Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/desenv5.pdf. Acesso em: 19 fev. 2024.

JARDIM, M. A.; VIEIRA, I. Composição florística e estrutura de uma floresta de várzea do estuário amazônico, ilha do Combu, estado do Pará, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Serie Botanica**, v. 17, n. 2, p. 333-354, 2001.

JOLLIVET, M.; PAVEL, A. O Meio ambiente: questões e perspectivas para a pesquisa. *In*: VIEIRA, P. F.; WEBER, J. **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 1997. p. 53-112.

KOSSOY, B. **Fotografia e história**. São Paulo: Ática, 1989. 110 p. (Série Princípios).

KRUSE, B. C.; CUNHA L. A. G. Reflexões críticas acerca do desenvolvimento (in) sustentável. **Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 16, p.1-24, jan./dez. 2022. Disponível em: <https://revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/322>. Acesso em: 22 fev. 2024.

LEFF, E. Ecologia política: conflitos socioambientais, ontologia da diversidade e política da diferença. *In*: **A aposta pela vida: imaginação sociológica e imaginários sociais nos territórios ambientais do Sul**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. p. 218-292. (Coleção Educação Ambiental).

LEFF, E. De quem é a natureza? A disputa social pela sustentabilidade da vida. *In*: **Ecologia política**. São Paulo: Unicamp. 2021. p. 37-63.

LIMA, A. **Amazônia: a terra e o homem**. São Paulo: Editora Nacional, 1937. (Coleção Brasileira, n. 104). Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/186/1/104%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Acesso em: 13 mar.2022.

LIMA, N. G. *et al.* A informação ambiental na ilha do Murutucu Belém-PA, 2009 – 2010: um estudo de caso da relação urbano e rural. *In*: CONGRESSO GESTÃO AMBIENTAL, 1., 2010. **Anais [...]** Bauru, SP, IBEAS, 2010. p. 1-7.

MACHADO, J. A. da C. Desenvolvimento sustentável: a busca de unidade para seu entendimento e operacionalização. *In*: ALTVATER, E. *et al.* **Terra incógnita: reflexões sobre globalização e desenvolvimento**. Belém: NAEA, 1999. p. 203-248.

MANINI, M. Os usos da iconografia no ensino e na pesquisa: o acervo multimeios do arquivo Edgard Leuenroth. **Cadernos AEL**, n. 5/6, p. 221-244, 1996/1997.

MARANDOLA JR. E.; HOGAN, D. J. As dimensões da vulnerabilidade. **São Paulo em Perspectivas**, v. 20, n. 1, p. 33-43, 2006.

MARGULIS, S. (ed.). **Meio ambiente: aspectos técnicos e econômicos**. Brasília, DF: PNUD; IPEA, 1996. 238 p.

MATA, M. da *et al.* **Proposta de Diagnóstico geossocioambiental do complexo das Ilhas Sul de Belém.** Belém: Laboratório de Recursos Hídricos e Meio Ambiente (Lahima) do Instituto de Geociências (IG/UFPA), 2011.

MATHIS, A. Política de desenvolvimento sob a perspectiva da teoria de sistemas. *In:* ALTVATER, E. *et al.* **Terra incógnita:** reflexões sobre globalização e desenvolvimento. Belém: NAEA, 1999. p. 249-290.

MATTA, R. A. de A. **Espacialidade e sustentabilidade da ilha do Combu:** um olhar sobre a interface urbano-insular como forma de contribuir para a conservação do espaço na construção da sustentabilidade local. Orientadora: Ana Cláudia Duarte Cardoso. 2006. 140 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal do Pará. Centro Tecnológico, 2006.

MIGUEL, M. L. C. A fotografia como documento – uma instigação à leitura. **Acervo:** Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1/2, p. 123-124, jan./ dez., 1993.

MOREIRA, E. **Belém, e sua expressão geográfica.** Belém: Imprensa Universitária/UFPA, 1966. 174 p. Disponível em: <https://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/42>. Acesso em: 24 nov.2020.

MOSCOVICI, S. **Hommes domestiques, hommes sauvages.** Paris: Union Générale d'éditions, 1974. Disponível em: file:///C:/Users/inclusao.digital/Desktop/hommes_domestiques.pdf. Acesso em: 10 jun. 2022.

MOURÃO, L. **Do açaí ao palmito:** uma história ecológica das permanências, tensões e rupturas no estuário amazônico. Orientador: Francisco de Assis Costa. 1999. 355 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 1999.

MOURÃO, L. **Discussão sucinta dos resultados da pesquisa:** ilhas e insularidades [relatório]. Belém, 2013.

MOURÃO, I. Cidades, águas e ilhas no estuário amazônico. **Labor & Engenho**, Campinas, (SP), v. 9, n. 2, p. 81-92, abr./jun., 2015. Disponível em: <http://www.conpadre.org>. Acesso em: 10 abr. 2023.

NASCIMENTO, D. M.; FERREIRA, A. dos S. **Bens da união em várzeas e ilhas com influência de maré e/ou fluviais.** Belém: NAEA, 2014. 36 p. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/361668259_Bens_da_Uniao_em_Varzea_e_Ilhas_com_Influencia_de_Mare_eou_Fluviais. Acesso em: 20 jun. 2023.

NASCIMENTO, N. S. do; FARIAS, M. S.; LIMA, N. G.; MIRANDA, R. S. Um estudo dos problemas ambientais da Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu Belém-Pa. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO AMBIENTAL, 1., Bauru, SP, 5 p. Disponível em: <https://www.ibeas.org.br/trabalho.2010.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2023.

NUNES, T. G.; FURTADO, L. A Ilha do Combu: ensaio sobre turismo e lazer em intenso crescimento. **Novos Cadernos Naea**, v. 26, n. 1, jan-abr. 2023.

NUNES, T. G. **Viver às margens do rio: identidade e pertença na ilha do Combu/PA.** Orientadora: Lourdes de Fátima Gonçalves Furtado. 2017. 168 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2017.

OLIVEIRA, J. A. de; SCHOR, T. Das cidades da natureza à natureza das cidades. *In*: TRINDADE JR, S. C. da; TAVARES, M. G. da C. (org.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências.** Belém: UFPA, 2008. p. 15-47.

PACHECO, A. O poeta comanda a vida. *In*: TOCANTINS, L. **O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia.** 9. ed. Manaus: Valer, 2000. p. 399-400.

PÁDUA, J. A. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos avançados**, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Q4JBvrMMzw6gBvWhsshKXN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 maio 2021.

PARÁ. Gabinete do prefeito. Lei nº 8.655, de 30 de julho de 2008. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Belém, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de Belém**, Belém, 30 jul. 2008.

PARÁ. Gabinete do Governador. Lei estadual nº 6.083, 1997. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu no Município de Belém. **Diário Oficial [do] Estado: caderno 1**, Belém, n.28593, p. 2, 17 nov. 1997. Disponível em: <https://www.ioepa.com.br/pages/1997/1997.11.17.DOE.pdf>. Acesso em: 10 maio 2022.

PNCSA. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. **Movimento das peconheiras e peconheiros da Ilha de Itacoãzinho, Igarapé Caixão e Igarapé Genipaúba, Baixo Acará, Pará.** Belém: PNCSA, 2007. (Série Movimentos Sociais e Conflitos nas Cidades da Amazônia, n. 21). Disponível em: novacartografiasocial.com.br. Acesso em: 20 fev. 2022.

PNCSA. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. **Feirantes e ribeirinhos dos portos públicos de Belém.** Belém: PNCSA, 2008. (Série Movimentos Sociais e Conflitos nas Cidades da Amazônia, n. 7). Disponível em: novacartografiasocial.com.br. Acesso em: 25 fev. 2022.

PNCSA. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. **Ribeirinhos das ilhas de Belém.** Belém: PNCSA, 2008. (Série Movimentos Sociais e Conflitos nas Cidades da Amazônia, n. 8). Disponível em: novacartografiasocial.com.br. Acesso em: 25 fev. 2022.

PNCSA. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. **Portal da Amazônia: nossas vidas, nossas lutas.** Belém: PNCSA, 2009. (Série Movimentos Sociais e Conflitos nas Cidades da Amazônia, n. 3). Disponível em: novacartografiasocial.com.br. Acesso em: 25 fev. 2022.

PNCSA. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. **Pescadores e extrativistas das ilhas ao Sul de Belém.** Belém: PNCSA, 2010. (Série Movimentos Sociais e Conflitos nas Cidades da Amazônia, n. 29). Disponível em: novacartografiasocial.com.br. Acesso em: fev. 2022.

PRESSLER, N. Entre a Cidade e as ilhas: Consumo e Preservação Ambiental na Amazônia. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 34., 2011. Recife,

PE. **Anais [...]**. Recife, 2011. Disponível em: Artigo Neusa Pressler – Intercom- Revis\343o Final 02 Ag. 2011. Acesso em: 20 dez.2021.

REDCLIFT, M. R. Os novos discursos de sustentabilidade. *In*: FERNANDES, M.; GUERRA, L. D. (org.). **Contra discurso do desenvolvimento sustentável**. Belém: UNAMAZ, 2003. p. 47-74.

REGIÃO Belém. Disponível em: <https://www.redesocialdecidades.org.br/br/PA/belem/regiao/+paulo-da-cunha-grande>. Acesso em 08 jul. 2023.

RESTAURANTE ilha Branca. [**Chalés na ilha do Murutucu**]. Belém, 10 jun. 2023. Instagram: @ilha_branca. Disponível em: https://www.instagram.com/ilha_branca. Acesso em: 10 jun. 2023.

RESTAURANTE Flor do Combu. [**Anúncios de eventos na ilha do Combu**]. Belém, 10 jun. 2023. Instagram: @flordocombu. Disponível em: <https://www.instagram.com/flordocombu>. Acesso em: 10 jun. 2023.

RESCHKE, A. Experiência: Nossa Várzea: cidadania e sustentabilidade na Amazônia brasileira. **Inovação**, Brasília, DF, 2005. Disponível em: [Experiência_%20Nossa%20Várzea_%20cidadania%20e%20sustentabilidade%20na%20Amazônia%20brasileira.pdf](#). Acesso em: 10 jul. 2023.

RIBEIRO, J. A. **Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu, Belém/PA: desafios de implantação e de gestão de uma unidade de conservação**. Orientador: Gilberto de Miranda Rocha. 2010. 155 f. Dissertação (Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Núcleo de Meio Ambiente, Belém, 2010.

RIBEIRO, K.T.S. **Água e saúde humana em Belém**. Belém: Cejup, 2004.

ROCHA, E. **Insegurança hídrica: poluição avança no Rio Guamá, alerta pesquisadora da Uepa: processo gera doenças para usuários das águas**. [Belém, PA], 22 mar. 2023. Disponível em: <https://www.oliberal.com/belem/inseguranca-hidrica-poluicao-avanca-no-rio-guama-alerta-pesquisadora-da-uepa-1.659652>. Acesso em: 08 jul. 2023.

RODRIGUES, Á. F. A. C. **A produção do espaço pelo e para o turismo na área de proteção ambiental da ilha do Combu (Belém-Pará)**. Orientador: Saint – Clair da Trindade Júnior. 2018. 332 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2018.

RODRIGUES, E. T. **Organização comunitária e desenvolvimento territorial: o contexto ribeirinho em uma ilha da Amazônia**. Orientador: Armin Mathis. 2006. 127 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2006.

ROLNICK, R. Paisagens para a renda, paisagens para a vida: disputas contemporâneas pelo território urbano. **Revista Interdisciplinar**, v. 5, n. 1, p. 20- 42, 2019.

SAAVEDRA, A. **Moradores da ilha do Murutucum recebem oficina de ecobijutérias da Semas.** [Jacundá, PA], 12 abr. 2022. Disponível em: <https://portaljacunda.com.br/noticia/1221>. Acesso em: 11 jun. 2022.

SALES, S. **Prefeitura de Belém investe R\$ 2,1 milhões e entrega nova escola nessa sexta a ribeirinhos da ilha Grande.** [Belém-PA], 03 maio 2023. Disponível em: <https://semec.belem.pa.gov.br/prefeitura-de-belem-investe-r-21-milhoes-e-entrega-nova-escola-nessa-sexta-a-ribeirinhos-da-ilha-grande/> Acesso em: 15 maio 2023.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova:** da crítica da geografia a uma geografia crítica. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. O território e o saber local. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, ano 13, n. 2, p.15- 20. 1999.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado:** fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 6. ed. São Paulo: USP, 2012.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, ano 1, n. 1, jul. 2009.

SCHAAN, D. P. **The Camutins Chiefdom:** Rise and Development of Social Complexity on Marajo Island, Brazilian Amazon. Orientadora: Kathleen M. Allen. 2004. 481 f. Tese (Doutorado) – Faculty of Arts and Sciences, University of Pittsburg, Harrisburg, 2004.

SCHALLENBERGER, B. H. **A atividade pesqueira no entorno de Belém.** Orientadora: Flávia Lucena Frédou. 2010. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aquática e Pesca) – Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

SIGAUD, L. Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. **Comunicação**, n. 9, 1986. 116 p. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/efeitos-sociais-de-grandes-projetos-hidreletricos-barragens-de-sobradinho-e>. Acesso em: 20 fev. 2024.

SIGAUD, L. A política “social” do setor elétrico. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 4, n.1, p. 55 – 71, jan./jun., 1989. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/41851>. Acesso em: 19 fev. 2024.

SILVA, J. da C.; SOUZA FILHO, T. A. de. O viver ribeirinho. *In*: SILVA, J. da C. (coord.). **Nos banheiros do rio:** ação interdisciplinar em busca da sustentabilidade em comunidades ribeirinhas da Amazônia. Porto Velho: EDUFRO, 2002. p. 23-40.

SILVA, J. S. N. da. **Maré de resistência:** a luta do movimento social ribeirinho diante da implantação portuária do agronegócio no Baixo Tocantins. Orientadora: Rosa Elizabeth Acevedo Marin. 2022. 135 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2022.

SILVA, M. A. P. da; MALHEIRO, B. C. P. A face ribeirinha da orla fluvial de Belém: espaços de (sobre)vivência na diferença. *In*: TRINDADE JÚNIOR., S. C.; SILVA, M. A. P. da. (org.). **Belém: a cidade e o rio na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2005. p. 145-169.

SILVA, M. do C. C. da. **Regularização fundiária de assentamentos urbanos informais: fator de fixação de população de baixa renda ou promoção do mercado imobiliário formal? o caso do Assentamento Bengui – Etapa 2, Belém-PA**. Orientador: Luís Aragón Vaca. 2019. 193 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

SILVA, S. B. **Belém e o ambiente insular**. Belém: UFPA, 2010. 165 p.

SILVA, M.; TOURINHO, H. Território, territorialidade e fronteira: o problema dos limites municipais e seus desdobramentos em Belém/PA. **Urbe**, v.9, n.1, p. 96-109, jan./abr. 2017.

SILVA, R. B. da. **Esse rio é minha rua... e a floresta minha casa: guia de desenho ribeirinho para a ilha do Combu, Belém, Pará**. Orientadora: Ana Cláudia Duarte Cardoso. 2019. 93 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

SILVEIRA, F. L. A. da; BASSALO, T. F. R. Corpos em equilíbrio: imagens e cotidiano ribeirinho no porto do Açaí e na ilha do Maracujá, Belém (PA). **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.19, n.3, p.1049-107, jul.-set., 2012.

SMIT, J. W. **Análise da imagem: um primeiro plano**. Brasília, DF: IBICT, 1987. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000764680>. Acesso em: 27 out. 2023.

TOCANTINS, L. **O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia**. 9. ed. Manaus: Valer, 2000. 424 p.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. da. Belém: forma metropolitana e cotidianidade na Amazônia Brasileira. **Humanitas**, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, v. 15, n. 2, p. 143-157, jul./dez., 1999.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. da. Imagens e representações da cidade ribeirinha na Amazônia: uma leitura a partir de suas orlas fluviais. **Humanitas**, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, v. 18, n. 2, p. 133-148, jul./dez., 2002.

TRINDADE JÚNIOR, S. C.; SILVA, M.; AMARAL, D. Das “janelas” às “portas para os rios”: compreendendo as cidades ribeirinhas na Amazônia. *In*: TRINDADE JR, S. C. da; TAVARES, M. G. da C. (org.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências**. Belém: UFPA, 2008. p. 27- 47.

TUAN, Y. Topofilia e o meio ambiente. *In*: TUAN, Y. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. tradução de Livia de Oliveira. São Paulo; Rio de Janeiro: Difel, 1980. p.106-147.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Relatório do projeto MEGAM: estudo das mudanças socioambientais no estuário amazônico**. Belém: NAEA, 2004. 128 p.

VELOSO, N. S. L. **Água da chuva e desenvolvimento local**: o caso dos abastecimentos das ilhas de Belém. Orientador: Ronaldo Lopes Rodrigues Mendes. 2012. 156 f. Dissertação (Mestrado em Recursos Naturais e Desenvolvimento da Amazônia) – Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

VICENTE, L. R.; BRITO, R.; OLIVEIRA, R. C. B.; CARDOSO, A. C. D. **Entre travessias e atravessamentos**: um pouco sobre a realidade das ilhas Cotijuba e Combu, em Belém (PA). Belém: UFPA, 2022. Disponível em: <https://www.urbanapesquisa.net/sociobiodiversidades>. Acesso em: 30 maio 2022.

VICENTE, L. R. **O espaço periurbano de Belém (PA)**: entre transformações, resistências e re-existências. Orientadora: Ana Cláudia Duarte Cardoso. 2022. 182 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Tecnologia, Belém, 2022.

ZONEAMENTO Econômico e ambiental das ilhas do entorno de Belém. Belém: [s. n.], [20--]. Disponível em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/galleries/documentos/acervo-projetos-cartilhas-outros/UFPA-Ilhas-de-Belem-cartilha.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.

WILLIAMS, R. Ideias sobre a natureza. *In*: WILLIAMS, R. **Cultura e materialismo**. São Paulo: UNESP, 2011. cap. 3. p. 89-113.

WORSTER, D. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.